

PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS) S.A.

DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS

2014

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Elsa Maria Roncon Santos
Presidente

Bernardo Xavier Alabaça
Vice-Presidente

Maria Luísa da Silva Rilho
Secretário

Conselho de Administração

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador Executivo

José Manuel Pereira Mendes de Barros
Administrador Executivo

Fernanda Maria Mouro Pereira
*Administradora não Executiva, Presidente da Comissão de Auditoria
e membro da Comissão de Avaliação*

Maria João Dias Pessoa de Araújo
*Administradora não Executiva, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

Pedro Miguel Nascimento Ventura
*Administrador não Executivo, Membro das Comissões
de Auditoria e de Avaliação*

ROC

Grant Thornton & Associados, SROC
representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes
(ROC n.º 427)

ROC Efetivo

Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202)

ROC Suplente

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO DE 2014

1.º CADERNO - RELATÓRIO FINANCEIRO

- **MENSAGEM DO PRESIDENTE**
- **ANO 2014**
 - **Envolvente macroeconómica**
- **PERSPETIVAS PARA 2015**
- **FINANCIAMENTO E GESTÃO DO RISCO**
 - **Estrutura e Maturidade do Financiamento**
 - **Gestão do Risco Financeiro**
- **POSIÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO DA SGPS**
 - **Ativos e Rendibilidade**
 - **Estrutura e Custo dos Capitais**
 - **Fluxos de Caixa**
- **SITUAÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS CONSOLIDADOS DO GRUPO**
 - **Situação Financeira**
 - **Resultados Consolidados**

➤ ANÁLISE POR SEGMENTOS

- **Introdução**
- **PARPÚBLICA**
- **Atividades Operativas**
 - **Gestão e Promoção Imobiliária**
 - **Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal**
 - **Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança**
 - **Transporte aéreo e atividades relacionadas**
 - **Águas e Resíduos**
 - **Mercados Abastecedores**
 - **Diversos**

➤ EVENTOS SUPERVENIENTES

➤ AGRADECIMENTOS

➤ PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

2.º Caderno - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

➤ INTRODUÇÃO

➤ CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS DE GESTÃO

➤ GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

➤ PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

➤ DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS

➤ RESULTADOS OBTIDOS FACE ÀS RECOMENDAÇÕES DO
ACIONISTA

➤ REMUNERAÇÕES

- **Órgãos Sociais**

- **Revisor Oficial de contas**
- **Auditor Externo**
- **Restantes Trabalhadores**
- **Cumprimento do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público**
- **CONTRATAÇÃO PÚBLICA**
 - **Cumprimento das normas de Contratação Pública pela PARPÚBLICA**
 - **Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços**
 - **Cumprimento das normas de Contratação Pública pelas empresas participadas maioritariamente pela PARPÚBLICA**
 - **Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões €**
- **ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO**
- **MEDIDAS TOMADAS NO ÂMBITO DA FROTA AUTOMÓVEL**
- **REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS**
 - **Plano de Redução de Custos**
 - **Redução de gastos com comunicações**
 - **Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes**
- **PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO**
- **AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS**
- **INFORMAÇÃO CONSTANTE NO SITE DO SEE**
- **SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS**

3.º Caderno - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(NOS TERMOS DO ARTº 245 DO CÓDIGO DE VALORES
MOBILIÁRIOS)**

DOCUMENTOS DE CERTIFICAÇÃO E AUDITORIA

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE
AUDITORIA DAS CONTAS SEPARADAS**

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE
AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

PARECER E RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AUDITORIA

1.º Caderno

Relatório Financeiro

➤ MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano 2014 a que se reporta o presente Relatório, ficou marcado em Portugal pela conclusão do Programa de Assistência Financeira (PAEF) iniciado em maio de 2011 e pela inversão do ritmo de crescimento, o qual passou a ser positivo após três anos de contração económica, com a procura interna a retomar a sua posição como condutor principal do crescimento observado, o qual se fixou em 0,9% do PIB.

Para a PARPÚBLICA, o ano 2014 continuou a ser marcado pela execução do programa de privatizações prevista no “Memorando da Troika” (MOU), o qual serviu de base à implementação do referido Programa de Assistência Financeira.

Ao longo do ano, foram concretizados os processos de reprivatização da REN (9,9%) através de uma OPV com dispersão no mercado e dos CTT (31,5%), através de um processo de *accelerated bookbuilding*, ao mesmo tempo que decorria o processo de reprivatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF).

No final de 2014, com a publicação do Decreto-Lei n.º 181-A/2014, foi formalmente iniciado o processo de privatização indireta do Capital Social da TAP, S.A., processo esse que se concretizará durante o ano de 2015.

Foi constituído o *Steering Committee* no âmbito do Acordo de parceria estratégica, previsto no processo da privatização da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., para monitorização da cooperação entre as partes (PARPÚBLICA, ANA e Vinci) e dos respetivos compromissos estratégicos.

Relativamente ao Grupo PARPÚBLICA, foi iniciado um processo de reestruturação da Área Imobiliária, o qual prevê a fusão por incorporação na PARPÚBLICA da “Sagestamo”, a *holding* vocacionada para o imobiliário, bem como a fusão, por incorporação na “Estamo”, empresa integralmente detida pela “Sagestamo”, de empresas do setor imobiliário, de que se destaca a “Lazer e Floresta”. Deste modo, com o processo de reestruturação projetado, de um universo de cinco empresas, passarão a existir apenas duas: a PARPÚBLICA e a Estamo, 100% detida pela primeira, o que representa redução de três empresas do sector público empresarial.

Este processo de reestruturação resulta numa significativa criação de valor em consequência das inúmeras vantagens e benefícios que serão gerados, designadamente pelas sinergias resultantes da concentração de valências e da integração de várias estruturas ao nível funcional, administrativo, financeiro e operacional, bem como a simplificação e melhoria da eficiência de gestão, com a eliminação da dispersão de meios através da racionalização de recursos técnicos, humanos e financeiros. Esta operação visa a constituição de poupanças em resultado da redução significativa de custos e encargos suportados por recursos públicos.

No sentido de satisfazer as necessidades de fundos decorrentes da sua atividade operacional e refinanciamento da dívida, a PARPÚBLICA assegurou durante o ano 2014 o financiamento necessário, através de duas emissões obrigacionistas, uma de 750 milhões de euros colocada no mercado nacional e outra, de 600 milhões de euros colocada no mercado internacional por via de uma emissão de *Eurobonds*. Deste modo, a PARPÚBLICA diversificou as suas fontes de financiamento e reduziu a taxa de juro relativamente a anteriores emissões.

O ano de 2014 ficou igualmente marcado pelo início do processo de integração da PARPÚBLICA no perímetro das contas públicas, com efeitos práticos a partir de 1 de janeiro de 2015. Nessa perspetiva, capacitou-se a empresa em termos de capital humano e implementação de novos procedimentos para fazer face à integração da empresa no setor público administrativo, de modo a dar-se cabal cumprimento à aplicação e adoção dos normativos legais definidos na Lei do Orçamento do Estado.

Em termos de desempenho económico e financeiro, o exercício de 2014 pautou-se por uma diminuição dos resultados consolidados do Grupo face ao ano 2013, tendo fixado em 367 milhões de euros negativos em consequência dos resultados obtidos pela *holding* PARPÚBLICA e pelo segmento “Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas” – no Grupo TAP. A contribuir positivamente para a formação do resultado, esteve o segmento “Águas e Resíduos” através do contributo da participada “Águas de Portugal, S.A.”. No final de 2014 o património consolidado do Grupo PARPÚBLICA atingia 17 mil milhões de euros enquanto o passivo consolidado rondava os 13,3 mil milhões de euros.

A nível individual, o resultado da PARPÚBLICA fixou-se, no final do ano, em 461,9 milhões de euros negativos, onde assumem particular destaque os juros e encargos suportados com o endividamento, que ascendeu a 214,2 milhões de euros, a perda por registo da contabilização da imparidade associada às ações Galp detidas pela PARPÚBLICA, das quais a grande maioria constitui o ativo subjacente a uma emissão de obrigações permutáveis, calculada em 204,8 milhões de euros, e o reforço contabilístico da provisão relativamente à participada TAP pela redução dos seus capitais próprios em cerca de 138,5 milhões de euros.

É de realçar o enorme peso que a desvalorização das ações da Galp teve, ao longo de 2014, no resultado da PARPÚBLICA. Efetivamente, a cotação da Galp observou uma desvalorização de 29,24% durante o ano, coincidindo o pico dessa desvalorização com o final do exercício. No entanto, importa salientar que, nos primeiros meses de 2015, essa desvalorização e correspondente menos valia foi completamente anulada, dado que a cotação da Galp fixa atualmente valores ao mesmo nível dos observados no início de 2014, com o respetivo efeito positivo nos resultados da PARPÚBLICA.

Por último, cumpre deixar uma palavra de apreço e agradecimento à Tutela e Acionista da Empresa, aos restantes membros do Conselho de Administração, que tenho o privilégio de presidir, bem como aos colaboradores da PARPÚBLICA, pelo compromisso que têm demonstrado na prossecução da missão atribuída à Empresa. Aos nossos parceiros financeiros, uma palavra também de agradecimento pelo contributo e confiança depositada ao longo de 2014.

É minha convicção que a PARPÚBLICA continuará a aportar um conjunto de competências de valor significativo para o desempenho das funções no âmbito da missão que estatutariamente lhe está atribuída, designadamente no acompanhamento centralizado da gestão das suas participadas, com especial ênfase para o sector imobiliário, e no apoio técnico à tutela financeira onde se destaca, entre outras competências, a reserva de *know-how* em matéria de montagem e concretização de operações de privatizações e concessões.

Pedro Ferreira Pinto

➤ ANO 2014**▪ Envolvente macroeconómica¹**

O crescimento da economia mundial registou em 2014 uma evolução em linha com a verificada no ano imediatamente anterior - o produto apresentou uma variação de 3,4%, idêntica à de 2013 -, numa dinâmica que não sendo otimista, encontra-se mais distante da vivida durante o período recessivo do final da primeira década do século.

A economia dos países desenvolvidos, onde o produto passou de 1,4% em 2013 para 1,8% em 2014, deu sinais de maior dinamismo. Desde logo a União Europeia onde o crescimento acelera de 0,1% para 1,4%, com destaque para o Reino Unido, a Alemanha, a Espanha e a Irlanda (4,8%), mas também a economia americana deu mostra de uma pequena aceleração - com os valores registados a passar de 2,2% para 2,4% -, e o Canadá (de 2% para 2,5%). O quadro não é contudo homogéneo, quer ao nível europeu (exemplo de Itália, onde a recessão se acentuou), quer noutras geografias, como no Japão (de 1,6% para -0,1%).

Representando mais de 2/3 do crescimento mundial, as preocupações continuaram voltadas para a evolução dos mercados emergentes onde a instabilidade dos mercados financeiros acabou por se abater com impacto sobre estruturas económicas mais frágeis, e onde alguns fatores como a queda dos preços do petróleo, tensões geopolíticas, vulnerabilidade das políticas de crédito e investimento, ou um ambiente económico e social depressivo, conduziram a comportamentos defensivos por parte dos agentes económicos, com quebras de produção em áreas chave, dos produtos transacionáveis ao imobiliário, e reflexivamente sobre o emprego e a criação de riqueza. O crescimento da Rússia passou de 1,3% para 0,6%. O dos países da América Latina e Caraíbas de 2,9% para 1,3%. A China de 7,8% para 7,4%, a África do Sul de 2,2% para 1,5%, e o Brasil de 2,7% para 0,1%. Já o México, a Arábia Saudita a Nigéria, e a Índia, registaram melhoria nas variações do produto.

¹ *World Economic Outlook: short and long-term factors* – FMI, abril 2015.

Na Europa, a redução das pressões das dívidas soberanas e das limitações à concessão de crédito, a par da descida do preço do petróleo e das taxas de juro, estiveram na base de um aumento da confiança de consumidores e empresários refletida positivamente no crescimento da procura interna e na recuperação da atividade económica. Na Zona Euro todavia, o processo tende a mostrar-se mais lento (o produto passou de uma variação de -0,5% para apenas 0,9%), quer por nalguns países permanecerem ainda tensões ao nível orçamental e das dívidas pública e privada, quer por a dinâmica da evolução do investimento e da produtividade se mostrar ainda modesta. As pressões deflacionistas, que teimam em permanecer apesar das políticas monetárias expansionistas adotadas na Zona Euro, causam agora alguma preocupação, na medida em que impactam negativamente nas expectativas de consumo dos agentes e, concomitantemente, nas previsões de crescimento no curto e médio prazos.

A economia portuguesa² apresentou em 2014 um crescimento real de 0,9%, sem dúvida um avanço face à quebra de 1,6% registada no ano de 2013, tirando especial benefício do dinamismo da procura interna, dada a desaceleração da procura externa, em particular o impacto negativo das exportações de produtos energéticos.

Em 2014 o *deficit* orçamental reduziu-se de novo, ficando em -4,5%, que compara com os -4,8% de 2013 e os -11,2% de 2011. A taxa de desemprego desce de 16,2% para 13,9%, enquanto o índice de preços no consumidor prosseguiu a trajetória de queda, fixando-se em -0,3% (0,3%, em 2013), continuando a ser uma das taxas mais baixas da zona euro.

➤ PERSPETIVAS PARA 2015

As perspetivas para 2015 apontam para a consolidação do crescimento da atividade económica na zona euro beneficiando, essencialmente, da redução dos preços do petróleo e da flexibilização da política monetária que tem associada a depreciação do euro.

² Programa de Estabilidade 2015-2019

Relativamente à economia portuguesa, os indicadores de confiança e de sentimento económico verificados no final de 2014 suportam as perspetivas existentes para 2015 que indicam um crescimento do PIB em torno de 1,5% assente na recuperação do consumo interno e da procura externa, com as exportações a aumentarem 4,7%, ou seja acima do verificado em 2014 e, de novo, acima das importações. Também o investimento deverá recuperar algum dinamismo embora os elevados níveis de endividamento das empresas possa condicionar o aproveitamento pleno das possibilidades inerentes ao nível reduzido das taxas de juro que atualmente se verifica em resultado, nomeadamente, da política monetária adotada pelo BCE e da redução do nível de risco da economia portuguesa. Também o nível de desemprego deverá acentuar a redução que se vem verificando nos últimos meses, embora se antecipe que se manterá em níveis que tornam a criação de emprego como um dos mais relevantes desafios a vencer. Espera-se, porém, que em matéria de investimento, o aproveitamento do novo quadro comunitário de apoio possa trazer algum dinamismo ao investimento, com reflexos ao nível do processo de criação de emprego.

No que se refere às finanças públicas, é de prever que prossigam as políticas visando a correção dos principais desequilíbrios, o que, a par da retoma do crescimento económico, permitirá que, quer o défice orçamental, quer principalmente o rácio da dívida pública face ao PIB prossigam, de forma sustentada, uma trajetória descendente.

Relativamente à PARPÚBLICA, o ano de 2015 constituirá o primeiro exercício em que a sociedade, e algumas das suas participadas (Sagestamo, Estamo, Consest, TAP, SGPS e SPE) estão integradas no perímetro das administrações públicas, o que tem implicações quer ao nível das regras de funcionamento e reporte, quer relativamente ao modelo de financiamento. Neste último aspeto, todas as necessidades de financiamento passam a ser agora supridas via Orçamento de Estado, através da DGTF com base nos mecanismos de dotação de capitais previstos.

Ao nível da condução dos negócios espera-se que durante o corrente ano se concretizem as transações contratadas (EGF) ou em fase de preparação (TAP) cujos ativos se encontram classificados nas demonstrações financeiras como detidos para venda, não estando previstas nesta data outras operações de reprivatização de valor significativo.

No plano corporativo, o principal objetivo assumido pela gestão está relacionado com a reorganização societária dos negócios da área imobiliária tendo em vista reforçar o enfoque estratégico de desenvolvimento do negócio imobiliário do Grupo, nas suas diversas vertentes, com base numa estrutura societária que assegure a racionalização dos custos de estrutura e operacionais. Com estas alterações resultará reforçada a capacidade de atuação do Grupo PARPÚBLICA como instrumento de gestão e rentabilização do património imobiliário público. A estratégia passará pela concentração de algumas sociedades cuja atividade se desenrola neste setor, criando sinergias, enfoque no negócio e poupanças significativas de custos.

Encontrando-se praticamente concluídos os estudos preparatórios necessários, espera-se que o processo esteja concluído ainda durante o primeiro semestre.

Quanto à carteira de participações, espera-se a conclusão do processo de venda da EGF, SA, empresa do universo AdP, SGPS, SA (que indiretamente influenciará as contas consolidadas do Grupo), bem como a venda de 66% da TAP-SGPS, SA, processo que foi iniciado ainda no final de 2014.

➤ FINANCIAMENTO E GESTÃO DO RISCO

▪ Estrutura e maturidade do financiamento

No final do ano de 2014, o passivo de financiamento da PARPÚBLICA situava-se, a valores nominais, em 4.094 milhões €, o que significa um decréscimo 559 milhões €, isto é 4% em termos relativos, face ao observado no final do exercício de 2013 (4.279 milhões €).

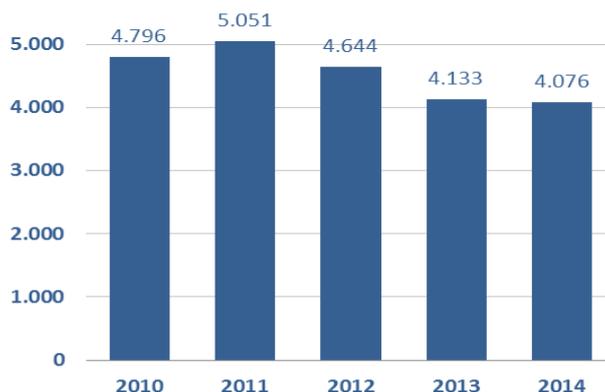
Nos últimos cinco anos, o passivo de financiamento, em termos nominais, apresentou a seguinte evolução:

Passivo de Financiamento Nominal
(em milhões €)

	2010	2011	2012	2013	2014
Curto Prazo	710	1.050	1.595	875	0
Obrigações	2.200	2.199	2.349	1.919	2.620
Obrigações Permutáveis EDP	1.015	1.015	8	0	0
Obrigações Permutáveis GALP	886	886	886	886	886
Empréstimo Bancário				599	589
Total	4.811	5.150	4.838	4.279	4.094

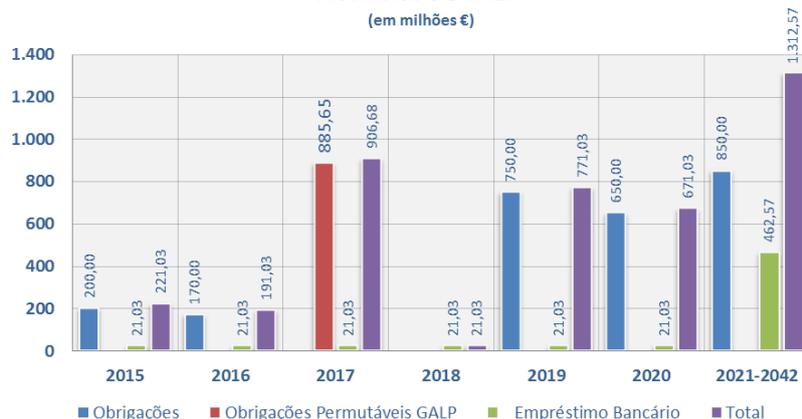
Considerando as disponibilidades existentes no final de cada exercício, o passivo de financiamento líquido de disponibilidades, em termos nominais, apresentava no final de 2014 um valor de 4.076 milhões €, praticamente ao mesmo nível do observado no ano anterior em que atingiu 4.133 milhões €. Salienta-se a tendência decrescente deste passivo nos últimos anos, a qual se cifrou em 19% nos últimos 4 anos.

Passivo de Financiamento Nominal Líquido de Disponibilidades
(em milhões €)



Em termos de maturidade do passivo de financiamento da PARPÚBLICA, o gráfico seguinte mostra o respetivo calendário em termos nominais:

**Plano de Reembolsos do Passivo de Financiamento
Nominal de MLP**



No final do exercício de 2014, e em termos nominais, a maturidade média ponderada do passivo de financiamento de médio e longo prazo fixava-se em 6,2 anos. No caso específico dos empréstimos obrigacionistas, a maturidade média ponderada calculava-se em 5,5 anos enquanto para as obrigações permutáveis, a maturidade era de 2,8 anos. O financiamento bancário, por outro lado, atinge uma maturidade média ponderada de 14,2 anos.

Evolução da taxa média ponderada do custo do passivo de financiamento

Para efeitos do cálculo da taxa média ponderada do custo do financiamento consideraram-se os juros suportados, as comissões financeiras, os fluxos associados das operações de *swap* e a amortização das despesas na montagem das operações de financiamento.

Neste enquadramento, a taxa média ponderada do custo do passivo de financiamento da PARPÚBLICA situou-se em cerca de 4,56% no exercício de 2014, refletindo um agravamento marginal de 4 *basis points* face ao verificado no exercício de 2013, ano em que se fixou nos 4,52%.

Na maturidade de médio e longo prazo, o custo médio do passivo de financiamento foi de 4,59% em 2014, contra 4,67% verificado em 2013, refletindo uma melhoria de 8 *basis points*.

Na maturidade de curto prazo, o custo médio do passivo de financiamento situou-se em 2014 em cerca de 4,28%, quando no ano anterior tinha atingido os 4,01%. De qualquer

modo, de salientar que, no final do exercício, o endividamento de curto prazo se encontrava totalmente liquidado.

A taxa média ponderada de custo do passivo de financiamento, por maturidade apresenta a seguinte evolução desde 2010:

Taxa Média Ponderada do Custo do Financiamento

(Por maturidade)

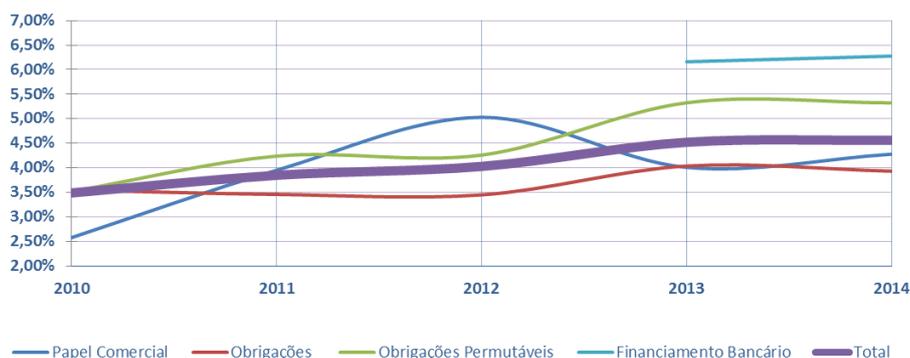


Considerando o tipo de instrumento financeiro, a taxa média ponderada verificada nos empréstimos obrigacionistas ao longo de 2014 foi de 3,93% e de 5,32% nas obrigações permutáveis. No caso do financiamento bancário, a taxa média do custo fixou-se em 6,28%, enquanto no papel comercial, entretanto liquidado no final do 1.º semestre de 2014, atingiu 4,28%.

O gráfico seguinte apresenta a evolução da taxa média ponderada do custo do passivo de financiamento, por instrumento, a partir de 2010:

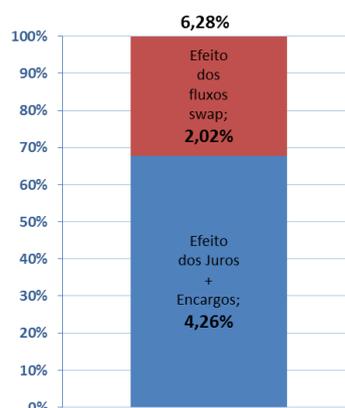
Taxa Média Ponderada do Custo do Financiamento

(Por tipo de instrumento financeiro)



A taxa média do financiamento bancário na ordem dos 6,28% é influenciada pelo efeito dos três *swaps* que se encontram acoplados àquele financiamento e cujo *notional* total ascendia, no final do exercício de 2014, a 457 milhões €.

O gráfico ao lado mostra a decomposição daquela taxa média pelos dois efeitos: (i) taxa de juros e encargos associados ao financiamento bancário e (ii) fluxos decorrentes dos três 3 *swaps* associados:



Evolução dos fluxos associados na ótica financeira

Ao longo do exercício de 2014, os encargos com financiamentos, pagos e corridos, os quais incluem os juros e comissões pagas, a amortização de despesas ocorridas na montagem de operações de financiamento e os fluxos de *swaps* associados, situavam-se em cerca de 201 milhões €.

Este valor é ligeiramente inferior ao valor verificado no ano anterior, quando atingiu 203 milhões €, equivalente em termos relativos a um decréscimo de 0,90%.

O valor do passivo médio anual ponderado de financiamento situou-se em 4.404 milhões € no exercício de 2014, valor inferior em 1,8% ao verificado no ano anterior, quando atingiu 4.485 milhões €.

Apresenta-se a evolução do passivo de financiamento médio ponderado e os respetivos encargos:

Evolução do Passivo Médio Ponderado de Financiamento e Encargos
[em milhões €]

	2013	2014
Passivo Médio de Financiamento (valor)	4.485,4	4.404,2
Juros e Encargos (valor)	202,82	200,98

A PARPÚBLICA, sendo uma sociedade gestora de participações sociais, tem como principais fontes de rendimento os dividendos recebidos das empresas suas participadas e dos juros dos suprimentos concedidos às mesmas.

No exercício de 2014, os fluxos positivos no montante total de 109,24 milhões de euros resultam, fundamentalmente do recebimento de dividendos, cerca de 85 milhões de euros, ou 78% do total, e do reconhecimento de juros de empréstimos concedidos no valor de 22,43 milhões €, correspondentes a 21% do total. Os fluxos negativos, essencialmente associados ao financiamento, situaram-se em cerca de 201 milhões €.

Em 2013, os fluxos positivos associados fundamentalmente à carteira de participações atingiu cerca de 172,3 milhões €, enquanto os fluxos negativos associados ao financiamento se situaram nos 203 milhões €.

Apresenta-se quadro com a evolução dos fluxos financeiros associados à carteira de participações e ao financiamento em 2013 e 2014:

Fluxos Financeiros Associados ao Financiamento e à Carteira
(em milhões €)

	2013	2014	Varição
Dividendos	136,09	84,98	-38%
Juros de Empréstimos Concedidos	31,80	22,43	-29%
Juros de Aplicações	4,36	1,84	-58%
Total	172,26	109,24	-37%
Juros e Encargos (1)	202,82	200,98	-1%
Saldo	-30,56	-91,74	200%

(1) Juros pagos e corridos e outros encargos suportados anualizados

▪ **Gestão do Risco Financeiro**

No âmbito da sua atividade, são identificadas pela PARPÚBLICA as seguintes áreas de riscos financeiros suscetíveis de afetar o seu valor patrimonial:

- (i) risco de crédito
- (ii) risco de liquidez, e
- (iii) risco de mercado.

No risco de mercado identificam-se o risco associado às alterações de *spreads*, o risco de variação da taxa de juro, o risco de capital e o risco inerente aos *swaps* existentes e ao derivado embutido nas obrigações permutáveis.

(i) **Risco de crédito**

O Risco de Crédito a que a PARPÚBLICA está exposta está relacionado com as aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria, com as contrapartes dos *swaps* contratados e com os suprimentos concedidos às suas participadas. Os suprimentos são por norma concedidos a favor de participadas cuja gestão é por si controlada e em que a aplicação dos fundos é orientada, em regra, para investimentos que demonstrem um retorno potencial adequado. A remuneração dos suprimentos reflete o custo médio da dívida da PARPÚBLICA para os respetivos prazos. A aprovação dos suprimentos é da responsabilidade da Comissão Executiva da PARPÚBLICA, podendo esta igualmente decidir em função das orientações que pontualmente possa vir a ter do seu acionista único. As aplicações de liquidez são efetuadas junto do IGCP em respeito pelo Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado e residualmente junto de outras instituições quando permitido.

(ii) **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está coberto pelo Orçamento do Estado, na sequência da integração da Parpública no perímetro de consolidação

orçamental do Estado, passando as necessidades de financiamento não cobertas pelos recursos próprios da Parpublica a ser supridas com entregas da DGTF.

(iii) Risco de Mercado

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro consiste no risco do custo de financiamento aumentar significativamente devido à variação adversa das taxas de juro de referência no mercado relativamente à dívida contratada a taxa variável. Em relação aos financiamentos a taxa fixa existentes, uma redução das taxas de juro de médio e longo significa que os financiamentos vivos ficam mais caros quando comparados com as taxas exigidas pelo mercado, o que embora favoreça os investidores, prejudica o emitente na medida em que encontraria alternativas de financiamento mais baratas. Porém, em matéria de passivo de financiamento, estas flutuações de valor não apresentam reflexos em resultados. No entanto, os financiamentos obtidos são mensurados inicialmente pelo justo valor resultante da transação que os origina e, subsequentemente, pelo custo amortizado pelo método do juro efetivo. A PARPÚBLICA tem maioritariamente emitido a dívida a taxa fixa.

A dívida de médio e longo prazo da PARPÚBLICA, no que respeita ao tipo de taxa de juro contratada, era representada em cerca de 57,8% por taxa fixa e em cerca de 42,2% por taxa variável. Esta estrutura do financiamento incorporando uma maior percentagem de dívida emitida a taxa fixa confere à PARPÚBLICA uma exposição equilibrada à flutuação de taxa de juro, em termos de *cash flow*:



No entanto, as variações da taxa de juro apresentam impactos positivos e negativos em resultados da empresa relativamente a instrumentos, passivos ou ativos, mensurados ao justo valor, como é o caso dos *swaps*.

A PARPÚBLICA tem ativas três estruturas de *swaps* de taxa de juro, com vista à contenção do risco de taxa de juro (*swaps* de taxa fixa/taxa variável) associadas ao financiamento de 599,2 milhões de €.

O *notional* total destas três estruturas ascendia no final de 2014 de 456,9 milhões €, representando cerca de 11,2 % do passivo de financiamento de médio e longo prazo.

As estruturas de *swap* registaram, nos exercícios de 2013 e 2014, os seguintes valores em termos de *cash flow* e de variação do justo valor:

Swaps - Cash Flow e Variação do Justo Valor
(em milhões €)

	2013	2014
Cash Flow do Exercício	0,2	-12,1
Variação do Justo Valor do Exercício	-111,2	-92,3

Relativamente aos fluxos previsionais, não descontados, do passivo de financiamento de médio e longo prazo e dos *swaps*, os seus valores eram os seguintes no final de 2014 e no final de 2013:

Fluxos Previsionais

Fluxos Previsionais, não descontados	31 de dezembro de 2014 (em milhões €)			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Juros da Dívida de M. L.P. a Pagar	-157,0	-484,6	-486,8	-1.128,5
Fluxos dos Swaps	-16,3	-69,7	-129,9	-215,9

Fluxos Previsionais, não descontados	31 de dezembro de 2013 (em milhões €)			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Juros da Dívida de M. L.P. a Pagar	-152,5	-418,0	-589,5	-1.159,9
Fluxos dos Swaps	-11,8	-50,3	-62,5	-124,7

Risco de Capital

Com exceção das emissões de obrigações permutáveis realizadas no âmbito de operações de reprivatização a contratação de dívida em termos gerais depende, até ao final do exercício de 2014, da Comissão Executiva e posteriormente apresentada à aprovação dos órgãos competentes do Acionista, com parecer prévio vinculativo da Comissão de Auditoria e do ICGP, este último na decorrência do diploma que rege o Setor Empresarial do Estado³.

A decisão de contratação da dívida teve sempre como base as políticas e decisões de investimento e de desinvestimento adotadas em linha com os objetivos e as orientações definidas pela tutela, as previsões de dividendos a receber e a pagar e a otimização do custo do capital.

A estrutura de capitais apresentada pela PARPÚBLICA, considerando o peso do capital alheio no total do capital utilizado pela empresa no decurso da sua atividade, tem-se mantido em níveis adequados de exposição ao risco financeiro, de forma a não comprometer nem a sua atividade, nem a capacidade de cumprimento do serviço da dívida.

Apresenta-se seguidamente a evolução entre 2013 e 2014 do *Gearing Ratio*, normalmente utilizado para medir o peso relativo dos capitais próprios face aos capitais totais utilizados.

		<i>Gearing Ratio</i> (em milhares €)	
		2013	2014
Dívida Remunerada (contabilística)	(1)	4.221,2	4.042,8
Caixa e Equivalentes	(2)	146,0	18,4
Passivo de Financiamento Líquido	(3)=(1)-(2)	4.075,1	4.024,4
Capitais Próprios	(4)	3.046,1	2.566,6
Capital Total	(5)=(3)+(4)	7.121,2	6.590,9
Gearing Ratio	(6)=(4)/(5)	43%	39%

³ Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro

Verifica-se que entre os dois exercícios houve uma descida do *Gearing Ratio* de 43% para 39%, refletindo não apenas a descida do endividamento, como também a descida dos capitais próprios decorrentes dos resultados do exercício.

Risco Específico da Dívida Titulada por Obrigações Permutáveis

Enquadrada na 5ª fase de reprivatização da Galp, a PARPÚBLICA realizou uma emissão de obrigações permutáveis, tendo como ativo subjacente as ações correspondentes a 7% do capital da empresa objeto de reprivatização.

Os detentores destas obrigações têm o direito de receber o reembolso das mesmas ao valor nominal na data da sua maturidade ou, caso seja essa a sua opção, em data definida para reembolso antecipado. Podem ainda optar por exercer a troca das obrigações pelas ações que constituem o respetivo ativo subjacente, tendo neste caso a PARPÚBLICA a possibilidade optar pela entrega em dinheiro do valor apurado das ações.

Apresenta-se a evolução da paridade do valor das obrigações permutáveis Galp 2010/2017 (*parity value*), determinado pela evolução das cotações da ação e pelo ativo subjacente associado, comparativamente com o valor nominal da emissão (*strike price*) e a evolução do preço médio anual das obrigações no mercado (*bond price*), verificando que a emissão tem estado sempre *out-of-the money*.

**Obrigações Permutáveis Galp 2010/2017
(5ª fase)**
Em percentagem



De acordo com as normas contabilísticas em vigor, a opção embutida nesta emissão obrigacionista e os respetivos ativos subjacentes são mensurados ao justo valor com impacto em resultados.

A evolução conjugada do justo valor das opções e do justo valor dos ativos subjacentes determina os ganhos e perdas reconhecidos no final de cada exercício. O aumento do valor da opção representa uma perda para a PARPÚBLICA, enquanto o aumento de valor do ativo subjacente representa um ganho.

Apresenta-se de seguida a variação do valor das opções e do ativo subjacente das obrigações permutáveis Galp 2010/2017, para os anos de 2014 e de 2013.

Variação do Valor das Opções e do Ativo Subjacente
(em milhões €)

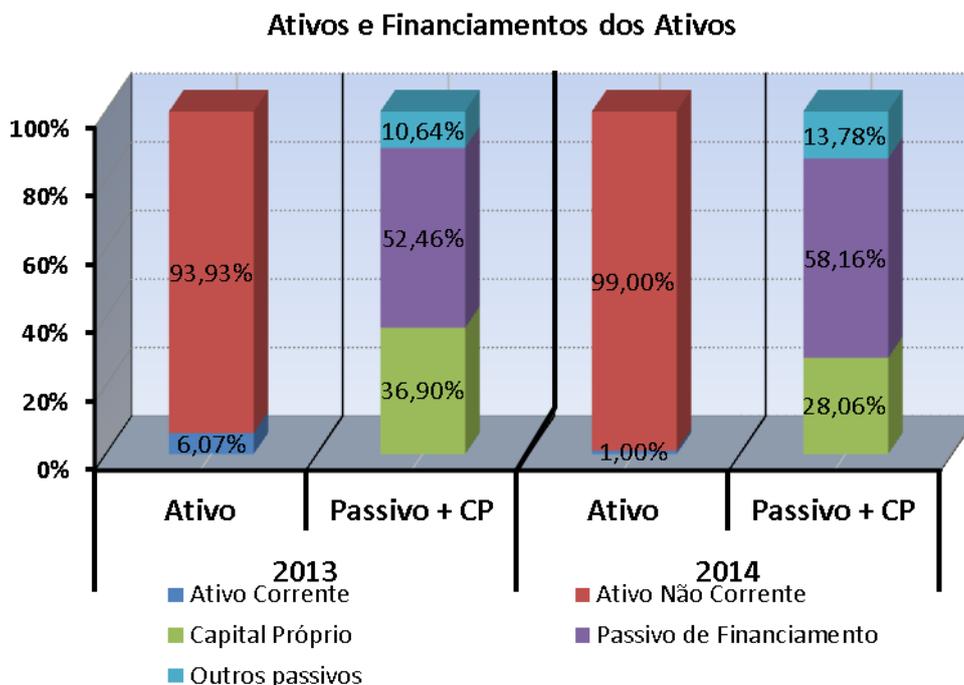
	2013	2014
Variação do Valor das Opções	101,1	11,7
Variação do Valor do Ativo Subjacente	11,3	-199,7
Efeito Líquido	112,4	-188,0

A variação do valor das opções pode-se justificar, naturalmente pela redução do preço do ativo subjacente (ações GALP), pela redução das taxa de juro e do tempo para a maturidade.

➤ POSIÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO DA SGPS

A análise é efetuada tendo por base as demonstrações financeiras separadas que integram os presentes documentos de prestação de contas, nas quais estão mensurados ao justo valor, além dos derivados, incluindo os passivos relativos a opções embutidas em empréstimos obrigacionistas, os ativos respeitantes a ações subjacentes a tais opções. As participações em subsidiárias e associadas estão mensuradas pelo custo deduzido de perdas de imparidade acumuladas, quando existam. Os empréstimos obrigacionistas estão mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com quantia inferior ao valor nominal pela parte das despesas com a

emissão ainda não imputadas com base no juro efetivo. As participações de natureza financeira admitidas à negociação em mercado são igualmente mensuradas ao justo valor.

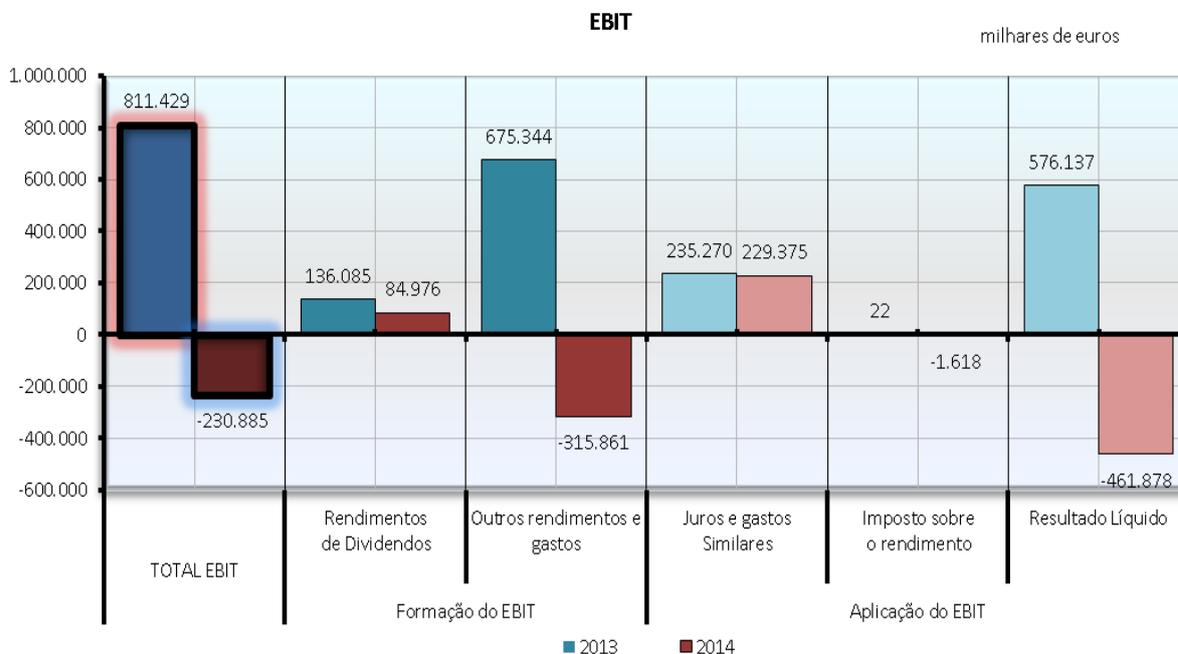


▪ **Ativos e Rendibilidade**

No final de 2014, o ativo total era de 7.818 milhões € face aos 8.256 milhões € em final de 2013 sendo maioritariamente representado por ativos não correntes relacionados com atividades fundamentais da empresa na gestão e privatização/reprivatização de participações sociais.

Os ativos não correntes de 7.740 milhões € são constituídos essencialmente por participações em subsidiárias, associadas e outras empresas, por suprimentos a subsidiárias e, fundamentalmente, por adiantamentos por conta da aquisição de novas participações, que constituem um crédito sobre o Estado. Os saldos de 4.589 milhões € em 2014 e de 4.205 milhões € em 2013 referem-se a adiantamentos por conta de investimentos e decorrem da entrega de receitas de privatizações e de reprivatizações ao Estado ainda não compensadas.

Os ativos correntes situam-se em 80 milhões €, essencialmente compostos pela rubrica empréstimos concedidos (suprimentos Sagestamo) 42 milhões € e pela rubrica caixa e depósitos bancários no valor de 18 milhões €.



▪ Estrutura e Custo dos Capitais

O capital da PARPÚBLICA é de 2.000 milhões €, composto por 400 milhões de ações nominativas de 5 euros, detido pelo Estado Português e está parcialmente realizado em 1.027 milhões €.

O capital próprio da PARPÚBLICA é de 2.567 milhões € face aos 3.046 milhões € de 2013, refletindo um resultado líquido de -462 milhões € face aos 576 milhões € do ano transato.

Para o resultado líquido contribui o reforço da provisão da TAP, a perda associada às ações GALP subjacentes à opção embutida nas obrigações permutáveis, perdas relacionadas com os *swaps* associadas ao empréstimo 599,238M€, bem como com juros e gastos similares suportados com financiamentos. É de realçar igualmente a forte redução dos dividendos, o que naturalmente decorre da alienação de participações em virtude do cumprimento do Programa de Privatizações levado a cabo nos últimos anos.

No final de 2014, o passivo de financiamento da PARPÚBLICA era de 4.094 milhões de € face aos 4.279 milhões de € de 2013, o que representa uma diminuição de 4% face ao ano anterior.

Importa ainda realçar que a PARPÚBLICA detém participação no capital da TAP que se qualifica como passivo associado a ativos não correntes detidos para venda por estar em processo de privatização com perspetiva de conclusão prevista dentro de um ano. Com efeito, pelo Despacho n.º 1469-A/2015 de 11 de fevereiro foi definida a data limite para apresentação de propostas vinculativas de aquisição de ações. Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4-A/2015 de 20 de janeiro foi aprovado o caderno de encargos da venda direta de referência de ações representativas até 61% do capital social da TAP, SGPS, S.A., assim como algumas das condições a que fica submetida a oferta pública de venda a trabalhadores.

➤ SITUAÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS CONSOLIDADOS DO GRUPO

A condução dos negócios pelas empresas do Grupo continuou a ser decisivamente condicionada pelas orientações de contenção definidas pelo Governo para todo o Sector Empresarial Público, nomeadamente ao nível do endividamento, o que naturalmente se reflete numa redução de níveis de investimento.

Pelo facto do enquadramento geral continuar a ser caracterizado por restrições várias, a situação financeira e os resultados consolidados do Grupo PARPÚBLICA registaram em 2014 um decréscimo significativo.

▪ Situação Financeira / Resultados Consolidados do Grupo

Os capitais próprios consolidados do conjunto das empresas que integram o Universo PARPÚBLICA verificaram um decréscimo de 10,5%, face ao nível observado em 2013, tendo fixado em 3.668,5 milhões de euros no final de 2014. À semelhança dos anos anteriores, todos os segmentos apresentam capitais próprios positivos com a exceção do

segmento “Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas” onde se vem registando uma crescente degradação dos capitais próprios do Grupo TAP.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA		milhões de euros	
	2014	2013	Δ
ATIVO NÃO CORRENTE	12.492	14.334	-12,8%
ATIVO CORRENTE	4.477	3.366	33,0%
TOTAL ATIVO	16.969	17.699	-4,1%
CAPITAL PRÓPRIO	3.669	4.101	-10,5%
PASSIVO NÃO CORRENTE	8.811	9.794	-10,0%
PASSIVO CORRENTE	4.490	3.804	18,0%
TOTAL PASS. + CP	16.969	17.699	-4,1%

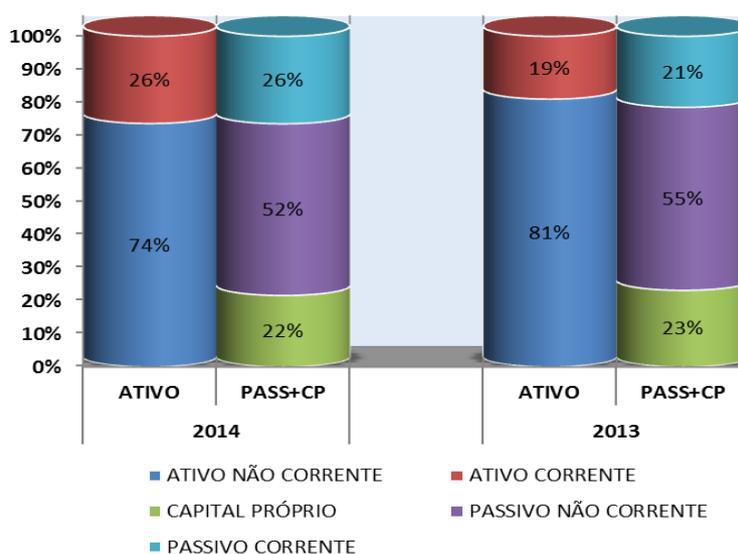
No que se refere aos ativos consolidados, que ascendem aos 16.969 milhões de euros em 2014 face aos 17.699 milhões de euros em 2013, há a registar uma redução na ordem dos 730 milhões de euros, evolução determinada em grande parte pela redução verificada essencialmente na Holding.

Quanto aos passivos totais assinala-se a sua redução de 298 milhões de euros fixando o seu total nos 13.300 milhões no final de 2014 face aos 13.598 milhões de euros em 2013. Em termos consolidados apraz registar uma redução de 1.593 milhões de euros no endividamento do Grupo, evolução essa maioritariamente justificada pela redução do endividamento da PARPÚBLICA, Grupo TAP expresso no segmento “ Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas”, ao que acresce o montante relativo ao segmento “Águas e Resíduos” e em concreto à redução verificada na rubrica de financiamentos obtidos pelo Grupo AdP.

Os resultados consolidados diminuíram de forma expressiva, tornando-se mesmo negativos, muito em consequência dos resultados obtidos pela Holding e pelo segmento “Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas” - no Grupo TAP, apresentando o resultado consolidado do Grupo PARPÚBLICA um valor de 367 milhões de euros negativos.

No sentido inverso, é de salientar que, tal como em anos anteriores, o segmento “Águas e Resíduos” continua a ser relevante para a formação do resultado de forma positiva.

Apesar da evolução do resultado, a estrutura financeira do Grupo PARPÚBLICA mantém-se equilibrada, observando-se que o ativo fixo (74%) está maioritariamente financiado por capitais próprios (22%) e por recursos de M/L prazo (52%), conforme ilustrado graficamente:



➤ ANÁLISE POR SEGMENTOS

O Grupo PARPÚBLICA apresenta características particulares, decorrentes da sua própria natureza. Esta característica determina não só a composição da sua Carteira, que integra atividades económicas em setores de atividade muito distintos, mas também a sua própria dinâmica, com entradas e saídas significativas refletindo o papel instrumental da empresa na execução do programa de privatizações.

Sendo uma SGPS de cariz instrumental detida pelo Estado e no enquadramento que lhe é dado pela Lei e pelos respetivos Estatutos, a PARPÚBLICA fundamenta a sua atuação na prossecução do interesse público, em articulação com as opções políticas do Governo no âmbito da gestão da carteira de ativos do Estado.

Nesse sentido a atuação da PARPÚBLICA é, em larga escala, condicionada pelas orientações estratégicas definidas pelo Governo.

O ano de 2014 fica marcado pela concretização da venda do capital social dos CTT (31,5%) remanescente na carteira da PARPÚBLICA permitindo um encaixe de 342, 6 milhões de euros. Procedeu-se de igual modo à privatização dos restantes 9,9% no capital da REN gerando um encaixe financeiro de 141,7 milhões de euros

No relato por segmentos apresenta-se a atividade da SGPS de forma separada das atividades operativas que correspondem aos diversos negócios prosseguidos pelas empresas do Grupo, a saber:

- Parpública (Holding)
- Gestão e Promoção Imobiliária
- Exploração agrícola, Pecuária e Florestal
- Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança
- Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas
- Águas e Resíduos
- Mercados Abastecedores
- Diversos

- **PARPÚBLICA**

A PARPÚBLICA, vista de forma autónoma no contexto do Grupo, assume uma importância primordial quer em termos patrimoniais quer em termos de resultados, importância que se acentuou no ano 2014.

A análise da atividade da holding foi já objeto de apreciação detalhada no presente Relatório pelo que aqui se fará essencialmente o seu enquadramento no contexto do Grupo.

Situação Financeira/Resultados da Atividade

A situação financeira da holding apresenta uma evolução negativa em 2014 contribuindo para o mesmo o reforço da provisão para os capitais próprios negativos do grupo TAP, as perdas associadas às ações GALP que se encontram subjacentes à opção embutida nas obrigações permutáveis, as perdas relacionadas com swaps de financiamento, os juros e gastos similares suportados com financiamentos, bem como, a significativa redução de dividendos pagos pelas participadas e subsidiárias, maioritariamente na decorrência da alienação das mesmas. Este contributo é expressivo no resultado consolidado do Grupo PARPÚBLICA, situando-se nos 367 milhões de euros negativos.

Relativamente ao passivo a holding volta a assumir um peso expressivo, na medida em que responde por cerca de 40% das responsabilidades consolidadas. Por seu lado os ativos da PARPÚBLICA representam cerca de 46% dos ativos totais consolidados.

○ **ATIVIDADES OPERATIVAS**

• **Gestão e Promoção Imobiliária**

Em 2014 o volume dos negócios realizados pelo segmento imobiliário do Grupo PARPÚBLICA, assente operacionalmente nos Grupos Sagestamo e Baía do Tejo, e na sociedade Lazer e Floresta voltou a sofrer uma quebra, com uma variação negativa acima dos 33%, e um valor de cerca de 76 milhões €.

Os ativos do segmento registaram uma redução de 3%, em resultado das variações de justo valor dos imóveis, enquanto o passivo evidencia uma diminuição de 8% por via da redução de 8,3% do endividamento das empresas que integram o segmento, passando o seu valor global a ser de 427,7 milhões €. Os capitais próprios registam no exercício uma nova quebra, consequência da degradação dos resultados (-6,1 milhões €), quando comparados com os do exercício de 2013 (-4,6 milhões €), situação que se fica a dever especificamente à Estamo, SA. O segmento evidencia contudo uma melhoria da estrutura financeira, dada a redução de suprimentos aportados pelo acionista. O facto da

Estamo, SA não estar a comprar imóveis para a sua carteira, tem permitido a libertação de *cash flow* que a sua acionista Sagestamo SGPS tem aproveitado, por sua vez, para amortizar dívida junto do Acionista PARPÚBLICA.

A par das vendas realizadas, da inexistência de aquisições de imóveis ao Estado, e de alguma desvalorização sofrida pela carteira, regista-se uma redução do valor dos ativos deste segmento na casa dos 7,5% (3,5% em 2013), para um total de 1.381,4milhões €, o que representa uma perda acumulada de cerca de 21% nos três últimos anos.

Unid: milhões €

	Para Venda (b)		Arrendado / Para Arrendamento		Reconversão Urbanística		Outras Situações		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Grupo Sagestamo (a)	219,9	82,0	541,1	548,0	306,4	541,8	1,2	1,2	1.068,7	1.173,0
Baía do Tejo (b)	10,9	11,4	115,8	119,8	123,3	123,6	3,3	4,2	253,3	258,9
Lazer e Floresta	12,8	13,7	--	--	36,9	38,6	9,7	9,7	59,4	62,0
TOTAL	243,6	107,1	657,0	667,8	466,6	704,0	14,2	15,1	1.381,4	1.493,9

(a) Inclui os Fundos de Investimento; (b) Engloba os terrenos disponíveis para venda ou arrendamento, os terrenos da Margueira, e os imóveis registados em Inventários

Refletindo o ambiente geral do mercado imobiliário em 2014, com alguns dos seus vetores a mostrar maior otimismo, nomeadamente os escritórios, a composição da carteira regista sobretudo por via da Estamo uma reorientação dos seus principais segmentos, com crescimento da oferta de imóveis destinados a venda, por contrapartida da redução dos imóveis orientados para reconversão urbanística e requalificação territorial, de maior complexidade e morosidade de venda, e a estabilização da componente arrendamento.

Venda e Arrendamento de Imóveis

Unid: milhões €

	Venda (*)					Arrendamento (**)				
	2014	2013	2012	2011	2010	2014	2013	2012	2011	2010
Grupo Sagestamo	11,90	40,80	34,70	78,40	68,20	53,20	54,00	51,80	44,20	18,30
Baía do Tejo	--	--	--	0,13	0,32	7,47	8,21	8,70	9,09	9,28
Lazer e Floresta	4,50	1,22	8,35	2,59	1,48	--	--	--	--	--
TOTAL	16,40	42,02	43,05	81,12	70,00	60,67	62,21	60,50	53,29	27,58

(*) Escrituras outorgadas

(**) Rendas e compensações por ocupação de imóveis e instalações

Relativamente à dinâmica de negócio do segmento imobiliário do Grupo, o quadro anterior permite uma perceção da evolução verificada nos dois principais segmentos de negócio, onde está registada uma quebra muito acentuada das vendas, decorrente não apenas do mau período vivido pelo mercado nos últimos anos, mas também reflexo do ciclo da celebração de escrituras, situação que na circunstância é especialmente sentida no Grupo Sagestamo, pela dimensão dos valores envolvidos. Os rendimentos gerados pelos arrendamentos diminuem ligeiramente, ainda que com maior incidência relativa

na Baía do Tejo, onde as rendas com origem nos parques empresariais sofrem uma quebra de 9% em relação a média do período anterior.

Apresentam-se de seguida os principais pontos respeitantes à atividade dos três pilares que no Grupo PARPÚBLICA integram segmento Gestão e Promoção Imobiliária.

GRUPO SAGESTAMO

Em 2014 o Grupo Sagestamo que para além da sociedade Sagestamo (SGPS), SA, engloba três subsidiárias, Estamo, Consest e Fundiestamo, manteve as linhas gerais de atuação do passado recente, ainda que acentuando o esforço de venda e a atividade de arrendamento aumentando a sua importância relativa como fonte de receita. Apesar da melhoria da sua estrutura financeira, mercê da redução do financiamento que conseguiu junto da PARPÚBLICA e da diminuição dos encargos financeiros com juros de suprimentos, os resultados do Grupo ficam marcados pelo efeito acumulado das imparidades/redução de justo valor dos ativos, cujo reflexo foi, à parte um EBIT positivo, um resultado líquido agregado negativo de 94,7 milhões € (note-se que a perda acumulada por imparidade da participação financeira na Estamo foi de 88,3 milhões €), que compara com os 1,2 milhões € positivos de 2013.

Os ativos do Grupo, no valor de 1.068,7 milhões €, registam uma redução de 8,9% face a 2013, parte da qual decorrente das imparidades em inventários e reduções de justo valor em propriedades de investimento (57 milhões €). A composição da carteira mantém a tendência dos últimos anos, reorientada para o arrendamento (segmento onde se encontram agora cerca de 51% dos imóveis), e a diminuir substancialmente no segmento de promoção imobiliária para perto de 29% do total, no qual alguns conjuntos estão envolvidos em ações de valorização, nomeadamente estudos de viabilidade de construção. Os restantes 20% da carteira integram os imóveis disponíveis para venda. No ano de 2013 não foram registadas novas aquisições ao Estado.

O valor das vendas escrituradas do Grupo atingiu o nível mais baixo desde o início da década (11,9 milhões €, que compara com 40,8 milhões € de 2013 e 68,2 milhões € de 2010), embora as vendas contratadas, ou seja, as celebradas através de contratos-promessa e cuja escritura é esperada realizar no decurso de 2015, tenham atingido o

montante de 65,4 milhões € (compara com 14,8 milhões € de 2013). Os réditos com rendas e compensações por ocupação de espaço atingiram no exercício o valor de 53,2 milhões €, tendo sido recebidos 68% dos valores faturados, que representaram um encaixe de 36 milhões €. No final do exercício o valor em dívida por parte de entidades públicas era superior a 82 milhões €, mais 24% do que em 2013, embora cerca de 30 milhões tenham sido recebidos no início de 2015.

No final de 2014 o valor global sob gestão dos fundos de investimento imobiliário em Portugal tinha diminuído relativamente ao ano anterior⁴, reflexo dos baixos níveis de rentabilidade média observados, uma situação que foi contrariada pelos fundos sob gestão da Fundiestamo SGFII – Estamo, Fundiestamo I e Imopoupança -, que registam um ligeiro crescimento do valor líquido global para 187 milhões € (cerca de 1,2%), em relação aos quais no final do exercício foi apurado um resultado líquido de cerca de 4,2 milhões €.

Com um passivo remunerado em queda, no valor de 410,9 milhões € (448,3 milhões €), a que corresponderam encargos de 19,3 milhões € (23,8 milhões € em 2013), o Grupo regista de novo uma melhoria da solvabilidade e do endividamento das empresas envolvidas, condição da maior importância para o seu envolvimento no mercado imobiliário, nomeadamente no desenvolvimento de projetos de promoção imobiliária e a realização de obras de reabilitação e reconversão de imóveis para venda e/ou arrendamento.

As expectativas para 2015 são de maior otimismo, em particular num aumento das vendas, que se espera em resultado do esforço promocional que se continuará a imprimir, bem como do aumento da maior regularidade dos pagamentos das rendas e compensações por ocupação de espaço em dívida por parte de várias entidades públicas, tal como se aguarda a conclusão de vários processos de reconversão urbanística atualmente em análise, em relação aos quais se esperam desenvolvimentos positivos. Não se prevê a aquisição de imóveis ao Estado e outros entes públicos.

⁴ APFIPP

GRUPO BAÍA DO TEJO

A área de negócio onde se inserem as atividades correntes do Grupo Baía do Tejo, SA, voltou a evidenciar uma tendência regressiva, com reflexos ao nível da gestão dos parques empresariais do Barreiro, Seixal e Estarreja, nomeadamente nas rendas e taxas de cedência cobradas, que se mantêm em queda desde o início da década, decorrentes da deslocalização, encerramento, e renegociação de contratos com as empresas-cliente.

No caso da Baía do Tejo, apesar dos esforços da vertente comercial, ainda assim com impactos positivos no número de clientes e área ocupada, o volume de negócio voltou a cair, agora para um valor próximo dos 7,9 milhões €, ou seja 8,7% face a 2013. Ainda assim foi obtido um resultado líquido positivo de 852,6 mil €, comparativamente aos 2,0 milhões negativos de 2013, dada a diminuição dos custos operacionais, e das perdas por redução de justo valor dos ativos da sociedade.

A sociedade prosseguiu em colaboração com os municípios envolvidos os projetos estratégicos do Arco Ribeirinho Sul, assim como os relativos à requalificação territorial e ambiental do território sob sua gestão direta. De qualquer modo, ao nível das ações de intervenção sobre os passivos ambientais, em 2014 não realizou nenhuma atividade digna de registo porquanto continua por definir o modelo de financiamento da comparticipação nacional dos projetos.

A decisão de construir no estuário do Tejo um novo terminal de Contentores *deep-sea* e o estreito relacionamento de uma infraestrutura deste tipo com a sua área envolvente, conduziu a Baía do Tejo à celebração de um Protocolo de Cooperação com a Câmara Municipal do Barreiro, a APL, as Estradas de Portugal e a REFER, tendo por objetivo o aprofundamento dos estudos de implantação de tal infraestrutura, bem como da respetiva Área Logística Industrial e Tecnológica Anexa (ALITA).

A Baía do Tejo, SA é detentora de participações sociais na Ambisider - Recuperações Ambientais, SA (sociedade detida a 100% que no exercício apresentou um volume de negócios de pouco mais de 1,7 milhões €), e na Ecodetra – Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, SA (51%), empresa que se mantém desativada. De notar que no passado recente as intenções de venda destas participações não tem encontrado no mercado condições favoráveis à sua concretização.

Sublinhe-se que apesar da conjuntura e dos resultados obtidos, a empresa-mãe, e o Grupo, continuam a registar solidez financeira, e grau de endividamento nulo.

LAZER E FLORESTA

Em 2014, a atividade da Lazer e Floresta, SA, que tem por objeto social o planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito das atividades agrícola e pecuária, florestal, imobiliária, turística e cinegética, gerou proveitos operacionais no montante de 5,7 milhões € (4,5 milhões € associados a vendas de propriedades, e o remanescente à exploração florestal), dos quais foi obtido um resultado líquido positivo de cerca de 423 mil €. Analisando este valor em conjugação com os excedentes associados à valorização aos ativos, contabilizados no valor de 38,8 milhões €, e aos cash-flow gerados, que no exercício atingem 4 milhões €, tem-se o quadro que dá à empresa uma elevada solidez e a poder financiar-se exclusivamente através de capitais próprios.

No final de 2014 a sociedade era proprietária de 16.150 hectares de propriedades próprias rústicas ou mistas, e usufrutuária de 937 hectares, arrendados com contratos de longa duração.

	2014	2013	2012	2011
Propriedades próprias (área total - ha)	16.150	17.717	18.402	21.139
Área arrendada (ha)	937	1.544	2.449	2.462
Ativos Biológicos (€)	19.425.776	20.411.884	19.841.164	23.939.340
Área total (ha):	7.835	8.543	9.063	11.215
Pinhal - Bravo e outras resinosas (€)	4.046.984	4.264.979	3.534.091	3.734.923
Área (ha):	1.019	992	1.089	1.138
Eucaliptal (€)	6.448.917	7.280.436	6.831.253	9.695.018
Área (ha):	4.351	5.106	5.482	7.284
Sobro (€)	5.996.993	5.836.521	6.131.265	6.374.161
Área (ha):	1.556	1.536	1.648	1.670
Pinheiro Manso (€)	2.932.882	3.029.948	3.344.555	4.135.238
Área (ha):	909	909	844	1.123

O valor global das propriedades e ativos biológicos sob gestão ascendia a 80,8 milhões €, tendo por componente mais representativa o conjunto de herdades com potencial turístico-imobiliário às quais corresponde uma área de cerca de 8 mil hectares, enquanto os ativos biológicos estavam avaliados em cerca de 19,4 milhões €, neles continuando a predominar o eucalipto e o sobreiro.

Para 2015, a empresa propõe-se manter as principais linhas de ação adotadas no passado recente, ou seja, a venda de propriedades, a exploração dos recursos da fileira agro-florestal e cinegética, bem como prosseguir a estratégia de valorização das propriedades identificadas com potencial turístico-imobiliário.

- **Exploração agrícola pecuária e florestal**

No Grupo PARPÚBLICA esta atividade é desenvolvida exclusivamente pela Companhia das Lezírias, SA, sociedade anónima de capitais públicos cujo capital social é integralmente detido pela PARPÚBLICA.

Os ativos afetos e os passivos decorrentes desta atividade são marginais relativamente, quer ao conjunto das atividades operativas quer do Grupo PARPÚBLICA. Todavia, o seu contributo para a formação dos resultados consolidados continua a ser positivo embora naturalmente muito reduzido dada a dimensão da sociedade.

A sociedade tem vindo a apresentar uma situação financeira sólida e estável, sendo que o ativo continua financiado quase exclusivamente por capitais próprios (mais de 80%) e a nas suas contas anuais continuam a não constar quaisquer dívidas bancárias. O crescimento do ativo para 109,5 milhões € e a redução do passivo para 19 milhões €, dão conta da evolução dos grandes agregados.

O ano agrícola revelou-se muito favorável nas culturas primavera-verão, nomeadamente do milho e do arroz, verificando-se também desempenhos positivos na fileira florestal, na venda de equinos, em particular da Coudelaria de Alter, na área vitivinícola, e mesmo no agro-turismo, com melhoria das rentabilidades das respetivas atividades.

unidade: mil €	dez-14	dez-13	dez-12	dez-11	dez-10
Vendas e prestação de serviços	5.364	4.834	3.997	5.418	4.294
Vendas	5.088	4.616	3.830	5.212	4.099
<i>Produtos Agrícolas</i>	1.802	1.797	1.559	1.642	848
<i>Área Vitivinícola e Oleícola</i>	1.117	1.063	795	852	947
<i>Produtos Florestais</i>	1.173	864	622	1653	1468
<i>Pecuária</i>	996	892	854	1065	836
Prestação de Serviços	276	218	167	206	195
<i>Caça</i>	71	74	87	101	110
<i>Agro-Turismo</i>	194	132	72	90	77
<i>Outros</i>	11	12	8	15	8

O desempenho global da atividade da Companhia das Lezírias foi em 2014 um dos melhores de sempre, em termos de receitas, resultados operacionais, notoriedade e reconhecimento público. No decurso do exercício os proveitos totais cresceram 9% face a 2013, para um valor de 9,8 milhões €, em especial pelo aumento das vendas e do impacto positivo dos subsídios á exploração, acabando por absorver os custos da integração das Coudelarias da Fundação Alter Real e os ainda débeis resultados dos negócios do agro-turismo. Uma situação obtida no contexto de um processo de reestruturação e racionalização de recursos, que se saldou no aumento da rentabilidade dos capitais próprios da sociedade.

Em relação ao futuro, o desempenho e os resultados da Companhia das Lezírias estarão cada vez mais ligados a decisões de gestão que deverão considerar os resultados de análises e práticas contínuas de *benchmarking*. Isto, claro está, para além dos imponderáveis fatores climatológicos.

- **Mercados Abastecedores**

A SIMAB, SA - Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA, empresa de capitais públicos, criada em 1993 com o objetivo de instalar em Portugal um conjunto estratégico de mercados abastecedores de interesse público, passou a integrar o Grupo PARPÚBLICA a partir de janeiro de 2013, que naquela sociedade detém uma participação de 100%. Note-se que em termos dos grandes agregados, os ativos e passivos totais do Grupo SIMAB representam menos de 1% dos respetivos agregados consolidados do Grupo PARPÚBLICA.

O Grupo SIMAB é composto pela holding e por quatro sociedades gestoras – a MARB, SA, a MARL, SA, a MARE, SA e a MARF, SA, respetivamente sediadas em Braga, Lisboa, Évora e Faro, competindo à primeira o apoio à gestão das subsidiárias e a prestação de assessoria técnica, jurídica, financeira, administrativa e comercial, que torna extensiva a todos os operadores que a requeiram.

O passivo bancário, apesar de continuamente decrescente (diminuiu cerca de 33 milhões € de 2009 até à atualidade), é um ponto-chave da gestão do Grupo. Encontra-se agora consolidado no médio / longo prazo, num montante próximo de 73 milhões €, uma

situação que está associada à queda das taxas de juro e à melhoria do *pricing* do financiamento (a taxa média passou de 3,74% em 2013 para 2,34% no exercício) em resultado da concentração dos empréstimos na empresa-mãe, fatores que induziram uma redução significativa dos encargos financeiros. Dê-se nota que a parcela importante do passivo bancário do Grupo respeita aos empréstimos contratados junto do BEI, destinados ao financiamento da construção dos mercados de Lisboa, Faro e Braga, que no final de 2014 atingiam o montante global de 40,6 milhões €.

unid: €		2014	2013	2012
BEI		40.611.111	44.722.222	51.907.731
Empréstimos bancários MLP		2.526.292	4.062.579	1.920.000
Papel Comercial		29.000.000	29.000.000	250.000
Linhas de curto prazo		860.958	670.884	28.572.250
Outros		32.634	44.890	59.929
Total		73.033.009	78.502.588	82.711.922
Disponibilidades		233.108	508.876	915.177
Dívida Financeira (consolidada)		72.799.901	77.993.712	81.796.745
	SIMAB	29.860.958	29.670.884	23.000.000
	MARL	34.470.344	38.035.425	44.849.092
	MARÉ	33.027	39.887	46.744
	MARF	6.500.000	8.250.000	11.772.250
	MARB	2.166.667	2.504.380	3.041.824

Contudo, passado o ano de 2013, em que procedeu à consolidação do passivo e se foram assumidas perdas superiores a 38 milhões €, após o estudo de imparidades dos ativos tangíveis e intangíveis, o Grupo SIMAB terá obtido no exercício de 2014 o seu melhor resultado de sempre. Ainda assim, deve dar-se conta de que tanto o MARF e como o MARB continuam a apresentar resultados reiteradamente insuficientes para remunerar os capitais alheios aplicados na construção das respetivas infraestruturas, continuando a sua dívida a aumentar através de suprimentos da empresa-mãe, acentuando a condição de capitais próprios negativos com que o balanço de ambas as sociedades se apresenta.

O volume de negócios do Grupo cresceu de 3% face a 2013, para 15,8 milhões €, uma variação quase totalmente justificada pelo aumento das taxas de utilização. Expurgando os elementos não recorrentes, o resultado operacional cresceu +1,1 milhões €, para cerca de 7,2 milhões €, e o resultado líquido de +144 €, para 3,2 milhões € positivos. Os resultados obtidos foram a consequência da conjugação do aumento da atividade comercial com a pronunciada redução dos encargos financeiros do Grupo (-41%) e da

queda das amortizações decorrente do processo de avaliação de ativos concretizado em 2013.

Em 2015, a estratégia projetada pelo Grupo SIMAB assenta basicamente na continuidade de consolidação da atividade das participadas, e do plano de recuperação financeira, o que permitirá racionalizar custos financeiros e operacionais, e potenciar a melhoria da performance económica face a 2013, mas também na exploração de outras oportunidades de negócio potenciadas pelo negócio e infraestruturas associadas.

- **Produção de moeda, publicações e produtos de segurança**

A INCM apresenta uma estrutura financeira sólida e que vem sendo consolidada fruto da acumulação de resultados positivos, situação que uma vez mais se verifica em 2014 já que a INCM encerrou o exercício com um lucro de 17,5 milhões €.

No plano societário o ano de 2014 ficou marcado pela aprovação de uma alteração de Estatutos que visou acolher o novo posicionamento da sociedade face ao Estado e o mercado nomeadamente em consequência de alterações legais ocorridas nos últimos anos. As alterações estatutárias tiveram em vista os seguintes objetivos principais:

- ***adequar o objeto da sociedade*** ao aumento progressivo e diversificação das atividades desenvolvidas pela empresa em regime de concorrência no mercado, em várias áreas relacionadas com as TIC's, a autenticação e certificação de documentos, atos, bens e pessoas; a gestão documental e de arquivos; e a previsão da possibilidade de editar outros jornais oficiais, designadamente de países lusófonos, contribuindo assim para a internacionalização da empresa;
- adequar a estrutura de governo da sociedade às alterações legislativas em matéria societária (Código das Sociedades Comerciais) e relativa ao setor empresarial do Estado (DL n.º 133/2013) e à legislação que define as entidades de interesse público, nomeadamente no que se refere às regras de composição e funcionamento do órgão de fiscalização, através da ***introdução do Conselho Fiscal com o ROC não integrado neste órgão, em substituição do Fiscal Único***;

Em simultâneo com a alteração estatutária foi efetuada uma distribuição extraordinária das reservas acumuladas no âmbito de uma operação harmónio. No quadro desta operação o capital social passou, num primeiro momento, de 27,4 milhões € para 69 milhões € por incorporação de reservas, tendo, num segundo momento, sido reduzido, em contrapartida da referida distribuição extraordinária, para os atuais 30 milhões €.

No plano do desempenho económico, como já se assinalou, o ano de 2014 foi mais um ano de geração de lucro para a INCM, verificando-se uma evolução positiva dos vários indicadores de rentabilidade.

A evolução da atividade apresentou-se positiva com o volume de negócios a crescer acima dos 10% e, principalmente, com a rentabilidade das vendas a aumentar. Este resultado está associado ao reforço do peso relativo das vendas de produtos de maior valor acrescentado como sejam os produtos de segurança - cartões (cartões bancários e cartão do cidadão) e passaportes – que representam cerca de 53% do total. Esta evolução está também associada ao significativo aumento da produção do cartão do cidadão decorrente do facto de se ter entrado já no período de renovação dos primeiros cartões emitidos.

unid: milhares €

	2014		2013		2012	
Vendas e Prestações de Serviços	83.995		75.900		79.944	
<i>Principais Produtos</i>						
Cartões Poliméricos	29.651	35,3%	22.143	29,2%	22.890	28,6%
Passaportes	15.131	18,0%	16.338	21,5%	15.491	19,4%
Impressos	10.521	12,5%	11.076	14,6%	10.683	13,4%
Moeda Nacional	10.456	12,4%	5.847	7,7%	11.002	13,8%
Anúncios	3.107	3,7%	3.202	4,2%	3.278	4,1%
Metal de disco amoedado (escudo)	5.555	6,6%	6.324	8,3%	6.998	8,8%

Deste modo o resultado líquido apurado no exercício atingiu os 17,5 milhões €, bem acima do alcançado em 2013 que foi de 14,5 milhões €. Este aumento do resultado é ainda mais relevante se tivermos em atenção que o resultado de 2013 está influenciado pela reversão de imparidades no montante total de 5 milhões €, enquanto o resultado de 2014 não incorpora qualquer efeito extraordinário.

unid: milhares €

	2014	2013	Δ (%)
Volume de Negócios	83.995	75.899	10,7%
EBITDA	29.186	24.687	18,2%
<i>Margem EBITDA das vendas</i>	34,7%	32,5%	6,8%
Resultado Operacional	24.398	19.513	25,0%
Resultado Líquido	17.536	14.512	20,8%
Ativo Total	130.711	160.602	-18,6%
<i>Dívidas de Clientes</i>	16.461	4.772	244,9%
<i>Disponibilidades de Caixa</i>	33.710	67.732	-50,2%
Passivo Total	43.144	38.536	12,0%
Capital Próprio	87.567	123.067	-28,8%
Cobertura do Ativo por Cap Prop	67,0%	76,6%	-12,6%
Rentabilidade do Ativo	13,4%	9,0%	48,5%
Rentabilidade do Cap Prop	20,0%	11,8%	69,8%

Significa isto que a sociedade em 2014 conseguiu recuperar em termos de rentabilidade das operações, o que é um aspeto positivo a destacar e deve continuar a ser prosseguido no futuro, em linha com as orientações oportunamente definidas pelo acionista.

Por outro lado a sociedade continua a não apresentar endividamento financeiro e, apesar do muito significativo impacto na tesouraria das relações com o acionista em 2014 associadas ao pagamento de dividendos e à distribuição de reservas – que em conjunto ultrapassaram os 50 milhões € - a INCM mantém níveis de disponibilidades de caixa significativamente elevados correspondendo as mesmas a cerca de 25% do ativo total. Este aspeto é também relevante porque simultaneamente se verificou o acumular das dívidas de clientes que passaram de 4,7 milhões € em 2013 para 16,4 milhões € em 2014.

Quanto ao Passivo é de referir que o aumento verificado está associado essencialmente ao aumento das responsabilidades por benefícios pós-emprego que ascendem a 26,5 milhões € (+3,1 milhões € do que no final de 2013).

- **Atividades aeronáuticas**

A situação financeira do Grupo TAP tem sido caracterizada nos últimos anos por um acumular de prejuízos, determinado essencialmente pela evolução do negócio da manutenção no Brasil, a qual tem sido suficientemente negativa para anular os lucros obtidos no negócio do transporte aéreo. A situação refletida nas demonstrações

financeiras referentes ao ano de 2014 mantém essa tendência evidenciando um prejuízo gerado, desta feita, maioritariamente no negócio *core*, fruto de um segundo semestre atípico, marcado pelo atraso na entrega dos aviões, pela maior concorrência nas rotas para o Brasil derivada do Mundial de Futebol e da greve que ocorreu no final do ano, enquanto os restantes negócios apresentam uma evolução positiva.

Em termos consolidados, as empresas do Grupo TAP apuraram em 2014 um resultado líquido negativo de 85,1 milhões € e o agravamento das reservas em 52,4 milhões €, o que levou o capital próprio do Grupo (após consideração dos interesses minoritários) para próximo dos 520 milhões € negativos. Como já referido a principal origem deste prejuízo está ligada ao transporte aéreo sendo assim a TAP, SA a sociedade que registou o maior prejuízo, logo seguida do negócio da manutenção no Brasil.

Resultados Líquidos

unid: milhares €

	2014	2013	2012
Grupo TAP	-85.100	-5.868	-25.500
TAP, SGPS, SA	-12.043	-65.075	-62.549
TAP, SA	-46.400	34.005	23.800
PGA	-987	5.026	10.327
SPDH	2.400	2.100	-1.500
TAPGER	5.280	5.546	5.146
ME Brasil	-22.603	-40.351	-50.362

O prejuízo apurado pela **TAP, SA**, ao contrário do verificado em 2008 – ano em que se verificou o maior prejuízo desde 2000 – a situação verificada em 2014 é exclusivamente resultado de fatores internos, já que a nível internacional, e de acordo com dados da IATA, o ano caracterizou-se por um reforço da rentabilidade do setor.

Como é sabido, a situação da TAP, SA foi determinada pelo efeito das perturbações verificadas ao longo do segundo semestre, associadas quer ao atraso na entrega de novas aeronaves, quer à instabilidade laboral que se verificou em diversas ocasiões. Quer uma quer outra situação, para além de condicionarem negativamente a prestação do serviço e a obtenção de receitas com os custos de imagem associados, determinaram a necessidade da empresa ter que suportar significativos custos extraordinários. Assim, e

apesar da atividade de prestação de serviços de manutenção a terceiros ter evoluído favoravelmente, verifica-se que os proveitos operacionais da sociedade registaram em 2014 uma estagnação, enquanto os custos operacionais aumentaram 4%, o que se traduziu numa queda do EBITDA. Percebe-se assim que a TAP, SA tenha apresentado um prejuízo de 46,4 milhões € quando em 2013 havia registado um lucro de 34 milhões €, interrompendo uma sucessão de vários anos de resultados positivos.

Deve ainda referir-se que, em 2014, a TAP, SA adotou alterações em diversos aspetos da sua política contabilística (essencialmente através do aumento de vida útil das aeronaves) o que permitiu a significativa redução do valor das amortizações da TAP, SA em 2014 face a 2013, redução que ascendeu acerca de 26 milhões €.

Relativamente à *TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, SA* regista-se uma evolução positiva dos resultados, embora a empresa continue a apresentar resultados operacionais negativos (-3 Milhões €) e a gerar prejuízos. A melhoria da situação da sociedade e dos resultados está ligada à concretização do plano de reestruturação que vem sendo implementado desde 2011 e à redução das contingências, incluindo em resultado do ganho obtido com a regularização da dívida ao Estado Brasileiro no âmbito da qual a empresa conseguiu, a troco do pagamento do valor de 30% da dívida, obter o cancelamento dos restantes 70%, no valor de cerca de 75 milhões de Reais.

Os restantes negócios apresentaram resultados positivos consolidando uma tendência de recuperação que se vem verificando nos últimos anos.

Em termos consolidados, merece também referência o facto de, apesar das dificuldades verificadas ao longo do exercício, se ter conseguido uma estabilização do endividamento financeiro do Grupo que registou um crescimento de apenas cerca de 1%.

No entanto, face à significativa redução das disponibilidades de tesouraria, a dívida líquida do Grupo TAP aumentou cerca de 18%, ou seja mais 140 milhões €, situação a que também não são alheias as dificuldades de repatriação de receitas da TAP, SA, como as que se têm vindo a intensificar na Venezuela onde se encontravam retidos no final de 2014 mais de 100 milhões € e em Angola onde na mesma data se encontravam retidos 19 milhões €.

A terminar a análise deste exercício, importa ter presente que as razões que estiveram na sua génese estão essencialmente associadas a fatores extraordinários, cuja repetição poderá ser crítica para o futuro da companhia mas que um adequado alinhamento de todos os intervenientes com os reais interesses do Grupo, dos seus trabalhadores e da economia nacional em geral certamente evitará. Este facto, associado às perspetivas positivas existentes relativamente à evolução do negócio do transporte aéreo a nível internacional, à previsão de consolidação da retoma do crescimento económico em Portugal e ainda a expectativa de que tenham sucesso as estratégias que vêm sendo adotadas visando a reestruturação de alguns negócios deficitários, permitem sustentar a convicção de que o Grupo será capaz de retomar uma trajetória de evolução positiva, embora sempre dentro de um ambiente volátil e desafiador como aquele que caracteriza o negócio da aviação.

- **Águas e Resíduos**

No contexto do Grupo PARPÚBLICA, o segmento das Águas e Resíduos é dos mais expressivos, quer em termos de ativos e passivos, em que se coloca praticamente a par da PARPÚBLICA, quer em termos de resultados, já que apresentou o maior lucro de todos os segmentos. Isto apesar do Grupo PARPÚBLICA consolidar apenas a parte correspondente à participação da PARPÚBLICA na AdP, que é de 80,9% do respetivo capital.

Para o Grupo AdP, 2014 foi um período de relevantes alterações, quer quanto ao enquadramento regulatório dos negócios, quer em relação à estrutura e composição do Grupo.

Desde logo porque durante este exercício foi publicado o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que aprovou o processo de privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento, S.A., *subholding* do Grupo para o setor dos resíduos sólidos urbanos. Este processo de alienação viria a culminar com a assinatura em novembro de 2014 do contrato de compra e venda da participação da AdP no capital social da EGF, operação cuja concretização está pendente da obtenção das autorizações por parte das entidades regulatórias competentes, designadamente a Autoridade da Concorrência, razão pela

qual os ativos e passivos da EGF ainda integram o universo da consolidação, embora classificados como detidos para venda.

Por outro lado, o ano de 2014 foi igualmente importante na medida em que foi criado um novo quadro regulatório, através da aprovação dos novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, mas também mediante a criação de um regulamento tarifário adequado ao novo modelo regulatório.

A todas estas alterações de enquadramento o Grupo reagiu desenvolvendo os estudos e as ações necessárias visando a sua reorganização, a qual será materializada através da reestruturação territorial e corporativa, processo que será implantado no decurso do corrente ano de 2015.

Ao nível dos resultados dos negócios, o ano foi bastante positivo tendo sido alcançado um lucro superior a 100 milhões €, em linha com o verificado no ano anterior, isto apesar do volume de negócios ter registado uma ligeira quebra, o que significa que a rentabilidade das vendas evoluiu favoravelmente. Por outro lado, importa ainda ter presente que este resultado incorpora um efeito líquido dos desvios tarifários de 16,2 milhões €, muito inferior portanto aos 24,2 milhões € registados em 2013. Esta redução está essencialmente relacionada com a redução da taxa de juro das Obrigações do Tesouro (que constituem o indexante utilizado para apuramento da remuneração garantida), mas também traduz a melhoria dos resultados das empresas participadas. Em termos acumulados, o valor bruto dos desvios tarifários registados no ativo do Grupo ultrapassa já os 590 milhões €, enquanto o passivo regista o montante de 138,3 milhões €.

De referir ainda que mais de metade do lucro do Grupo AdP foi gerado através dos negócios da EPAL, empresa que em 2014 apresentou um lucro de 54 milhões €, superior ao verificado no ano anterior (40 milhões €), sendo que parte significativa deste aumento está associada a efeitos não recorrentes relacionados com o reconhecimento pela EPAL do valor de terrenos provenientes da CML.

A estrutura de financiamento do Grupo está intimamente ligada à necessidade de financiar a realização dos investimentos e as necessidades de fundo de maneo, estas

fundamentalmente influenciadas pelo nível de recebimentos dos clientes municipais das concessionárias do Grupo AdP.

A este respeito há a registar que o endividamento bancário bruto mantém uma trajetória decrescente situando-se no final de 2014 em 2.738,6 milhões €, o que traduz uma redução de 97,5 milhões € face ao período homólogo. De realçar que o peso da componente de financiamento de longo prazo, que ascende a cerca de 78% do endividamento bruto do Grupo, assenta fundamentalmente em empréstimos contratados junto do BEI.

Quanto ao investimento realizado há a destacar que em 2014 se verificou um aumento significativo, tendo ascendido a 210,5 milhões €, quando no ano anterior se havia fixado nos 162,4 milhões €. Este investimento corresponde fundamentalmente à realização de projetos definidos nos contratos de concessão dos sistemas multimunicipais decorrentes dos objetivos traçados nos planos estratégicos para os setores das águas e dos resíduos.

Relativamente às dívidas de clientes municipais importa referir que, na sequência das ações que têm vindo a ser desenvolvidas nos últimos anos, os valores da dívida de clientes municipais não sujeita a acordos de pagamento registou uma redução de cerca de 33,0 milhões de euros, o que se refletiu na redução das necessidades de fundo de maneiio, o que, a par da redução das disponibilidades de caixa ajudou a suportar a redução do endividamento bruto do Grupo.

- **Diversos**

Este segmento inclui os ativos e passivos da Sage secur – Sociedade de Estudo, Desenvolvimento e Participação em Projetos, SA, a SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA, e da CE – Circuito do Estoril, SA. Estas sociedades apresentam situações financeiras e patrimoniais muito díspares em função das características muito particulares da atividade desenvolvida por cada uma delas.

A **Circuito do Estoril, SA**, integralmente detida pela PARPÚBLICA, é detentora do autódromo do Estoril e responsável pela sua atividade e rentabilização. Após vários exercícios com prejuízos resultantes de um programa acelerado de amortizações do seu ativo imobilizado e, essencialmente, da necessidade de ajustar o valor dos seus ativos ao negócio, através do reconhecimento de imparidades significativas, em 2014 foi possível caminhar no sentido do equilíbrio tendo apurado um resultado que, embora ainda negativo (-144 milhares €), é substancialmente melhor do que os apurados em anos anteriores (-11,9 milhões € em 2013 e -3,4 milhões € em 2012). Fruto essencialmente de uma nova estratégia comercial mais dinâmica implementada no decurso de 2014 e fundada no aproveitamento da melhoria das condições de mercado, as perspetivas para 2015 permitem consolidar esta trajetória de melhoria, estimando-se o crescimento do volume de negócios em mais de 50% - ultrapassando os 2 milhões € - e dos resultados, que deverão regressar aos lucros. Mas, acima de tudo, a estratégia em curso permitirá criar as bases necessárias para garantir, de forma sustentada, um nível de atividade e condições de exploração compatíveis com uma adequada rentabilidade do capital investido na sociedade.

A **SAGESECUR** é uma sociedade instrumental do Grupo PARPÚBLICA na qual a PARCAIXA, sociedade do Grupo CGD, detém uma participação minoritária correspondente a 19,5% do capital. A atividade desenvolvida continua centrada na gestão de diversos negócios a propriedade do material circulante em utilização no eixo-ferroviário Norte/Sul. No ano de 2014 a sociedade gerou um lucro de 640 milhares € tendo procedido à redução do seu passivo de financiamento – integralmente assegurado pelos acionistas – em cerca de 2,5 milhões €.

A **SPE** é uma sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos cujo capital social é detido em 81,13% pela PARPÚBLICA. A sociedade tem como único ativo a participação na SML – Sociedade Mineira do Lucapa, a qual se encontra presentemente sem atividade em virtude da revogação da concessão de exploração diamantífera por parte do Governo Angolano e 2011, situação que levou à constituição de um diferendo arbitral (a par de outros de natureza judicial a decorrer em Luanda) com as autoridades

concessionárias. A atividade da SPE tem estado por isso centrada na gestão desse diferendo tendo em vista a defesa dos seus interesses patrimoniais, o qual tem sido responsável por parte substancial dos seus custos. Na ausência de receitas de exploração, o funcionamento da SPE tem vindo a ser assegurado pela PARPÚBLICA, na qualidade de acionista maioritária. Em 2014 a SPE apresentou um prejuízo de cerca de 690 milhares €, justificado essencialmente por encargos financeiros e custos dos processos judiciais e arbitrais em curso.

➤ **AGRADECIMENTOS**

A terminar o relato de um ano, que foi exigente a vários níveis, o Conselho de Administração pretende deixar expresso o seu reconhecimento e agradecimento a todos os Gabinetes governamentais, em particular aos do Ministério das Finanças, responsáveis pelo exercício da função acionista, mas também a todos os restantes com os quais a PARPÚBLICA mais intensamente se relacionou como foi o caso dos Ministérios da Economia e do Ambiente.

É ainda devido um agradecimento a todas as entidades de supervisão e controlo, ao ROC e Auditor Externo pela forma como acompanharam a atividade da empresa e pelo seu aconselhamento profissional e rigoroso no exercício da sua função, essencial para o cumprimento das melhores práticas de bom governo pela PARPÚBLICA.

Também os colaboradores são merecedores do reconhecimento pela dedicação, lealdade e profissionalismo com que desempenham as suas funções.

Nesta ocasião o Conselho pretende ainda dar voz ao sentimento de pesar dos seus membros, bem como de como de todos os colaboradores da PARPÚBLICA pela perda do Dr. António Gervásio Lérias, colaborador dedicado ao longo de vários anos e de cujo saber e experiência todos beneficiámos e sentimos falta.

➤ **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

As demonstrações financeiras separadas relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2014 evidenciam um resultado líquido negativo de 461.877.977,96 €.

Assim, nos termos da alínea f) do nº 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado seja mantido em resultados transitados.

Lisboa, em 30 de abril de 2015

O Conselho de Administração

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes de Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador

Maria João Dias Pessoa Araújo
Administradora

2.º Caderno

Cumprimento das Orientações Legais

➤ INTRODUÇÃO

O Despacho n.º 1211/2015-DGTF, de 27 de fevereiro estabelece que o Relatório de Gestão deve integrar um capítulo autonomizado com a divulgação das orientações legais, pelo que se procede no presente capítulo à referida divulgação.

➤ CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS DE GESTÃO

Conforme previsto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico aplicável ao sector público empresarial, o acionista tem o dever de definir quer os objetivos e resultados a alcançar em cada ano e triénio, em especial, os económicos e financeiros, quer as orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial reportada a cada triénio.

Desta forma, os ministérios sectorialmente responsáveis (no caso da PARPÚBLICA, o Ministério das Finanças) emitem as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa e definem os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da respetiva atividade operacional. Foi com base nestes parâmetros que a PARPÚBLICA elaborou o Plano de Atividades e o Orçamento para 2014⁵ e foram celebrados contratos de gestão com os Administradores da Sociedade.

Quanto aos objetivos gerais de índole económico-financeira traçados, é de referir que foi possível prosseguir com a estratégia geral de redução de custos operacionais inerentes à atividade da empresa, reduzir substancialmente, salvo situações pontuais, o prazo médio de pagamentos (PMP) e, bem assim, reduzir o seu nível de endividamento em 4,3% face ao ano anterior.

Em sede de objetivos específicos fixados para 2014, foi estipulado o prosseguimento pela PARPÚBLICA do programa de reprivatizações traçado pelo Governo. Assim, em junho de 2014, concluiu-se a 2.ª fase de reprivatização⁶ da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., com a venda de um total de 58.740.000 ações ordinárias,

⁵ Aprovado através do Despacho n.º 2520/14-SET, de 11/12/2014.

⁶ Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 106-B/2011, de 3 de novembro

representativas de 11% do capital social ainda detido pelo Estado Português através da PARPÚBLICA e da CGD.

Esta operação, realizou-se mediante uma oferta pública de venda (OPV) no mercado nacional conjuntamente com uma venda direta institucional dirigida a investidores qualificados nacionais e internacionais.

Na senda da concretização do programa de privatizações, concluiu-se igualmente, em setembro de 2014, a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela PARPÚBLICA, de 31,503% do capital dos CTT, foi naquela data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

Dando cumprimento às decisões do Governo no quadro do programa de privatizações, foi ainda formalizado em 2014, com a correspondente assinatura do contrato de venda, o processo de alienação do capital da Empresa Geral do Fomento, S.A. (*sub-holding* do Grupo AdP para a área dos resíduos). A finalização deste processo está dependente do cumprimento de condições precedentes fixadas, nomeadamente a sua apreciação pela Autoridade da Concorrência.

Por último, e já no final de 2014, foi relançado o processo de privatização da totalidade do capital social da TAP – Aeroportos de Portugal, S.A., através da publicação do Decreto-Lei n.º 181-A/2014, de 24 de dezembro, processo que se prevê concluir no decurso do primeiro semestre de 2015.

➤ **GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO**

O quadro seguinte aborda de forma detalhada e individualizada os aspetos a ter em consideração em sede de gestão de risco financeiro:

Gestão do Risco Financeiro	Cumprido			Descrição das medidas adotadas
	Sim	Não	Não aplicável	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
- Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Com recurso a instrumentos e programas diversificados, em 2014 o financiamento foi possível a M/L prazo. Tendo em conta a reclassificação da empresa como EPR, o financiamento será progressivamente concentrado na DGTF.
- Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			Diversificação dos indexantes e tipos de taxa. Idem observação anterior
- Diversificação das entidades credoras	X			Entre mercados de capitais (obrigacionistas). Ibidem no que se refere à reclassificação da empresa.
- Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			Existência de 3 estruturas de <i>Interest Rate Swap</i> , acopladas a um financiamento transferido para a PARPÚBLICA. Estas estruturas passaram a ser acompanhadas pelo IGCP nos termos legais aplicáveis.
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
- Consolidação passivo remunerado: transformação passivo de curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Com a melhoria das condições de mercado, procedeu-se à substituição do financiamento em Papel Comercial associado a maturidades de curto prazo, por financiamentos de M/L prazo
- Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (<i>all-in-cost</i>) da operação	X			Este é sempre o critério de decisão
- Minimização da prestação de garantias reais			X	
- Minimização de cláusulas restritivas (<i>convenants</i>)	X			Sempre que se mostra possível. Aplica-se aqui o que eu se referiu anteriormente em matéria de reclassificação da empresa como EPR.
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
- Adoção de política que minimize a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			Sempre que se mostra possível
- Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de Fund. Comum. e de cap. próprio	X			Nos investimentos efetuados e na atribuição de suprimentos às empresas do Grupo
- Utilização de auto-financiamento e de receitas de desinvestimento	X			Entrega de receitas de reprivatização ao Estado e amortização do passivo com o remanescente.
Inclusão nos Relatórios e Contas				
- Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			No Relatório de Gestão

- Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos suportados anualmente	X		Relatório de Gestão e Notas Anexas
- Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X		Relatório de Gestão e Notas Anexas
Reflexão nas DF 2014 do efeito das variações de justo valor dos contratos de swap em carteira	X		Nas Notas Anexas

Quanto ao limite ao crescimento de endividamento, a PARPÚBLICA conseguiu em 2014 reduzir o seu nível de endividamento nominal em 4,31% face ao ano anterior, tendo assim sido cumprido o limite máximo fixado quer na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro⁷, que no ofício circular de instruções para elaboração dos instrumentos previsionais de gestão para 2014⁸.

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. Absol.	Var. %
Financiamentos Obtidos	4.278.888.426,05	4.094.375.471,21	-184.512.954,84	-4,31%
...dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	-
Endividamento ajustado	4.278.888.426,05	4.094.375.471,21	-184.512.954,84	-4,31%

Desde 2010 tem sido a seguinte a evolução quantitativa dos encargos financeiros da empresa, sendo que o aumento reflete o agravamento das condições de mercado:

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	154.103.901,67	215.489.106,67	260.483.295,80	235.269.812,36	229.375.531,44
Taxa Média de Financiamento (%)	3,49%	3,85%	4,03%	4,52%	4,56%

⁷ Cfr. n.º 5 do artigo 61.º

⁸ Ofício-circular n.º 7037, de 21/11/2013

➤ **PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS**

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de abril, foi a seguinte:

PMP	2013	2014	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	29	92	217%

Esta variação é contida no tempo e assume carácter pontual, encontrando-se justificada com despesas de privatizações, cujos saldos ficaram a aguardar a regularização de situações que impediam o seu pagamento. Nos primeiros meses de 2015, o PMP desceu para níveis inferiores a 30 dias.

Esta circunstância é corroborada pelo facto de não existirem quaisquer pagamentos em atraso, como se verifica no ponto seguinte.

➤ **DIVULGAÇÃO DE ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)**

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. Bens e Serviços	446,18	0	0	0	0
Aq. de Capital	0,00	0	0	0	0
Total	446,18	0,00	0,00	0,00	0,00

* Mapa da posição a 31/12/2014 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Em sede de controlo dos atrasos nos pagamentos, é de assinalar que a PARPÚBLICA tem implementado os mecanismos necessários tendentes a prevenir tais ocorrências, nomeadamente através de uma gestão mais eficiente dos procedimentos de faturação e de pagamento.

➤ **RESULTADOS OBTIDOS FACE ÀS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA**

Não foram emitidas quaisquer recomendações pelo acionista único para o exercício a que se refere o presente relatório.

➤ **REMUNERAÇÕES**

○ **Dos Órgãos Sociais**

- Mesa da Assembleia Geral

Em 2014 procedeu-se, no que se refere às remunerações dos membros da mesa da Assembleia Geral, às reduções remuneratórias previstas no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, apresentando-se os respetivos valores:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Valor Bruto(1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
2013-2015	PMAG	Elsa Maria Roncon Santos	650,00	650,00	78,00	572,00
2013-2015	VPMAG	Bernardo Xavier Alabaça	525,00	525,00	63,00	462,00
2013-2015	SMAG	Maria Luísa da Silva Rilho	400,00	400,00	48,00	352,00

Legenda: PMAG – Presidente da Mesa da Assembleia Geral
VPMAG - Vice- Presidente da Mesa da Assembleia Geral
SMAG – Secretário da Mesa da Assembleia Geral

- Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração durante o ano de 2014 foi a seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora [O/D]
2013-2015	PCA	Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	DUE	06-01-2014	-	-
2013-2015	Vogal Executivo	Carlos Manuel Durães da Conceição	AG	29-05-2013	-	-
2013-2015	Vogal Executivo	José Manuel Pereira Mendes de Barros	AG	29-05-2013	-	-
2013-2015	Vogal não Executivo e PCAud e MCAvaliação	Fernanda Mouro Pereira	AG	29-05-2013	-	-
2013-2015	Vogal não Executivo e MCAud e MCAvaliação	Maria João Dias Pessoa de Araújo	AG	29-05-2013	-	-
2013-2015	Vogal não Executivo e MCAud e MCAvaliação	Pedro Miguel Nascimento Ventura	AG	29-05-2013	-	-

Legenda: DUE – Deliberação Unânime por Escrito; AG – Assembleia Geral
OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D - Origem / Destino
PCA – Presidente do Conselho de Administração
PCAud - Presidente da Comissão de Auditoria
MCAvaliação – Membro da Comissão de Avaliação
MCAud – Membro da Comissão de Auditoria

Os administradores da PARPÚBLICA estão abrangidos pelo Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, quanto a questões de remuneração, contratos de gestão e outros benefícios.

Assim, nos termos do n.º 6 do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público⁹, as remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais durante o ano de 2014 foram aprovadas pelo acionista único na reunião da assembleia geral de 29 de maio de 2014, dentro das regras aplicáveis às empresas públicas e tendo em conta os critérios legalmente estabelecidos¹⁰. Neste contexto é ainda de referir que à PARPÚBLICA foi atribuída a classificação de “A”, para efeitos da fixação do vencimento mensal dos gestores públicos.

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
			Remuneração Base	Despesas Representação
Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	S	A	5.722,75	2.289,10
Carlos Manuel Durães da Conceição	S	A	4.578,20	1.831,28
José Manuel Pereira Mendes de Barros	S	A	4.578,20	1.831,28
Fernanda Mouro Pereira	S	A	1.526,07	-
Maria João Dias Pessoa de Araújo	S	A	1.526,07	-
Pedro Miguel Nascimento Ventura	S	A	1.526,07	-

Nota: EGP - Estatuto do Gestor Público

Pelo exposto, refere-se neste contexto que, em conformidade com o artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014, não foram atribuídos prémios de gestão.

⁹ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro

¹⁰ Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012 de 26 de março

Da mesma forma, e relativamente à remuneração dos membros do Conselho de Administração, foram cumpridas as reduções remuneratórias legalmente estabelecidas no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e, por outro lado, foi mantida a aplicação da redução de 5% prevista no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho.

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa **	Outra	Redução Lei 12-A/2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores*	Bruta após Reduções Remuneratórias
Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	-	105.670,37	-	5.283,52	7.595,55	-	92.791,30
Carlos Manuel Durães da Conceição	-	86.084,33	-	4.304,22	6.205,47	-	75.574,64
José Manuel Pereira Mendes de Barros	-	86.084,33	-	4.304,22	6.205,47	-	75.574,64
Fernanda Mouro Pereira	-	21.365,46	-	1.068,27	942,35	-	19.354,84
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	21.365,46	-	1.068,27	942,35	-	19.354,84
Pedro Miguel Nascimento Ventura	-	21.365,46	-	1.068,27	942,35	-	19.354,84

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores; * indicar os motivos subjacentes a este procedimento; ** incluir a remuneração + as despesas de representação

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa *	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	-	105.670,37	105.670,37	12.879,07	92.791,30
Carlos Manuel Durães da Conceição	-	86.084,33	86.084,33	10.509,69	75.574,64
José Manuel Pereira Mendes de Barros	-	86.084,33	86.084,33	10.509,69	75.574,64
Fernanda Mouro Pereira	-	21.365,46	21.365,46	2.010,62	19.354,84
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	21.365,46	21.365,46	2.010,62	19.354,84
Pedro Miguel Nascimento Ventura	-	21.365,46	21.365,46	2.010,62	19.354,84

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores; * inclui a remuneração + as despesas de representação

Os valores correspondentes aos benefícios sociais atribuídos aos membros do Conselho de Administração nos termos do artigo 34.º do Estatuto do Gestor Público, foram os seguintes em 2014:

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago - Ano	Identificação	Valor			Identificação	Valor
Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	-	-	SS	10.406,05	2.474,40	-	-	-
Carlos Manuel Durães da Conceição	-	-	CGA	5.363,90	1.026,30	-	-	-
José Manuel Pereira Mendes de Barros	-	-	CGA	9.597,40	1.296,80	-	Fundo de Pensões	3.706,66
Fernanda Mouro Pereira	-	-	SS	2.129,64	-	-	-	-
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	-	SS	-	-	-	-	-
Pedro Miguel Nascimento Ventura	-	-	SS	2.129,64	-	-	-	-

Em cumprimento do artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público, elencam-se os cargos exercidos em acumulação de funções pelos administradores executivos da PARPÚBLICA em 2014:

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	Parcaixa, SGPS, SA	Vogal Executivo	Pública
Carlos Manuel Durães da Conceição	CVP - Soc. de Gestão Hospitalar, S.A.	Vogal não Executivo	Privado
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Sagesecur - Soc. De Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, S.A	Presidente do Conselho de Administração	Público
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	Vogal não Executivo	Público
José Manuel Pereira Mendes de Barros	CE - Circuito Estoril, S.A.	Vogal Executivo	Público

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, fixado por deliberação em assembleia geral, nos termos do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, bem como o valor anual dessas despesas foram os seguintes em 2014:

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	80,00	751,89	-
Carlos Manuel Durães da Conceição	80,00	866,07	-
José Manuel Pereira Mendes de Barros	80,00	871,97	-
Fernanda Mouro Pereira	-	-	-
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	-	-
Pedro Miguel Nascimento Ventura	-	-	-

No que se refere aos montantes referentes a encargos com viaturas atribuídas aos administradores executivos da sociedade, nos termos do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público, os mesmos fixaram-se em 2014 em:

Encargos com Viaturas									
Nome	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	N.º de Prestações Contratuais Remanescentes
Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	S	S	40.000,00	ALD	2013	2017	417,00	5.004,00	29
Carlos Manuel Durães da Conceição (*)	S	S	49.961,00	Aquisição	2005	-	-	-	-
José Manuel Pereira Mendes de Barros	S	S	44.219,00	ALD	2012	2016	436,00	5.232,00	23
Fernanda Mouro Pereira	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria João Dias Pessoa de Araújo	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Miguel Nascimento Ventura	N	-	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: (1) aquisição / ALD / Leasing ou outra

(*) Iniciou um contrato de ALD em 19/12/2014

Em 2014, os montantes associados a gastos com as viaturas, mencionadas no item anterior, atribuídas aos administradores executivos da sociedade, cumpriram o disposto no artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público, e foram os seguintes:

Nome	Plafond mensal definido(*)	Gastos associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparções	Seguro	
Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	543,66	2.397,85	1.074,15	245,95	781,56	-
Carlos Manuel Durães da Conceição	434,93	1.091,26	119,10	1.031,35	557,18	-
José Manuel Pereira Mendes de Barros	434,93	1.964,81	835,74	200,00	793,20	-
Fernanda Mouro Pereira	-	-	-	-	-	-
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	-	-	-	-	-
Pedro Miguel Nascimento Ventura	-	-	-	-	-	-

Nota: (*)Valores com base nas despesas de representação do vencimento com corte da Lei nº 12-A/2010

Os gastos anuais associados a deslocações de serviço dos administradores executivos da empresa foram os seguintes em 2014:

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificação	Valor	
Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto	312,33	0,00	0,00	-	-	312,33
Carlos Manuel Durães da Conceição	851,50	0,00	0,00	-	-	851,50
José Manuel Pereira Mendes de Barros	2.280,59	1.235,69	0,00	-	-	3.516,28
Fernanda Mouro Pereira	1.704,55	-	-	-	-	-
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	-	-	-	-	-
Pedro Miguel Nascimento Ventura	-	-	-	-	-	-

- Revisor Oficial de Contas

À remuneração do Revisor Oficial de Contas foram aplicadas as reduções remuneratórias previstas no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	N.º	Forma	Data	Contratação	
2013-2015	SROC	Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes (ROC n.º 427)	67	DUE	25-11-2013	-	3
2013-2015	ROC Suplente	Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202)	1202	DUE	25-11-2013	-	1

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Valor Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
Grant Thornton & Associados, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes	67.500,00	-	67.500,00
Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes	-	-	-

- Auditor Externo

A remuneração atribuída ao Auditor Externo da sociedade contemplou as reduções remuneratórias previstas no artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual [€]		
Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada (*)	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
Grant Thornton & Associados, representada pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes	67	314	27-11-2013	2013-2015	67.500,00	-	67.500,00

(*) O valor do contrato inclui os serviços de ROC e Auditor Externo

- Restantes Trabalhadores

No que se refere às remunerações dos restantes trabalhadores da empresa, foi aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, diploma que aprovou o Orçamento de Estado para 2014 e, bem assim, a proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 39.º do mesmo diploma.

o Cumprimento do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público

A empresa cumpre o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público relativamente à não utilização de cartões de crédito da empresa e/ou de outros instrumentos de pagamento por parte dos gestores públicos e, bem assim, relativamente ao não reembolso aos mesmos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

➤ CONTRATAÇÃO PÚBLICA

o Cumprimento das normas de contratação pública pela PARPÚBLICA

É entendimento da PARPÚBLICA, suportado em parecer jurídico, a não aplicação das normas de contratação pública. Neste âmbito, é aplicado um Regulamento Interno, designado *Regulamento para a aquisição de bens e serviços, locação de bens e contratação de empreitadas pela PARPÚBLICA*, e que se encontra divulgado no *site* da empresa.

o Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços

A PARPÚBLICA possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, sendo que todas as compras efetuadas ocorreram em condições de mercado e

respeitaram todos os procedimentos e princípios definidos no *Regulamento para a aquisição de bens e serviços, locação de bens e contratação de empreitadas pela PARPÚBLICA*, o qual reflete todas as boas práticas estabelecidas para esta matéria.

Os procedimentos previstos pelo referido Regulamento seguem as boas práticas nesta matéria.

Em formas mais simples de contratação, o contrato formal poderá ser dispensado, bastando a mera aceitação da proposta para a formalização daquele.

Noutros contratos – aquisições de serviços não especializados, aquisições de bens sem recurso a *benchmarking* e empreitadas que não sejam a repetição de outras, designadamente – deverá proceder-se a consultas a várias entidades que se repute habilitadas para o efeito, ou, em caso de dúvida sobre esta qualificação, que se habilitem para o efeito com precedência de anúncio prévio. Para os serviços que envolvam propriedade intelectual, o convite pode ser dirigido aos potenciais prestadores que assegurem, nomeadamente pelo seu *track record* e experiência/especialização, o melhor resultado para a PARPÚBLICA e, em último lugar, para o Estado Português, como é o caso dos serviços associados a privatizações.

Em todo o caso, é necessário, conseqüentemente, proceder-se, em seguida, à seleção.

Esta poderá realizar-se pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa ou da do mais baixo preço, tendo presente os requisitos técnicos e de experiência, dela sendo incumbido um júri ou uma pessoa em quem se consideram delegados os poderes deste.

A seleção, para efeitos de adjudicação, poderá ser feita de imediato, com base no texto das propostas ou ser precedida de:

- negociações com o proponente cuja proposta se selecionou e aqueles cujas propostas se aproximam da sua;

- de leilão por via eletrónica, normalmente se forem muitos os candidatos e houver necessidade de que uns não conheçam os preços oferecidos pelos outros, mas saibam que só vencem se licitarem, “na hora”, o preço mais baixo; - ou de diálogo com todos os proponentes, forma de negociação dirigida a escolhas

complexas e que, por isso, tem de ser realizada em separado com cada proponente, a fim de manter a confidencialidade da solução proposta por cada um durante as negociações.

Em caso de urgência, as formalidades do processo de seleção poderão ser abreviadas.

○ **Cumprimento das normas de contratação pública pelas empresas participadas maioritariamente pela PARPÚBLICA**

- Contratação Pública – Empresas detidas maioritariamente pela PARPÚBLICA*	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	Não aplicável		
Sagestamo, S.A.			X		É aplicado o Regulamento Interno na matéria
Baía do Tejo, S.A.	X				
Lazer&Floresta S.A.			X		É aplicado o Regulamento Interno sobre aquisição e contratação de bens e serviços, locação de bens e contratação de empreitadas.
TAP, SGPS, S.A.	X				
INCM, S.A.	X				
Companhia das Lezírias, S.A.	X				
CE - Circuito Estoril, S.A.			X		Entidade que se encontra em concorrência.
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A.			X		
Sagesecur, S.A.			X		É aplicado o Regulamento Interno na matéria
ADP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.			X		Não constituindo a AdP SGPS uma entidade adjudicante, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, e não estando, portanto, submetida aos procedimentos pré-contratuais nele estabelecidos, tem implementadas boas práticas com vista ao cumprimento dos Princípios do Bom Governo e à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
Margueira - Sociedade de Gestão de Fundos Invest. Imob., S.A.			X		Os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços passam pelas seguintes fases: requisição; consulta de mercado; encomenda; receção; fatura; pagamento e contabilização.
SIMAB – Soc. Instaladora dos Mercados Abastecedores, S.A.	X				

* Fonte: R&C 2014 de cada uma das empresas participadas

○ **Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões €**

Não aplicável.

➤ **ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO**

A empresa não se encontra abrangida pelo Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Por outro lado, a PARPÚBLICA não exerceu, até ao exercício a que reporta o presente relatório, o seu direito de, enquanto empresa pública, aderir aos serviços prestados pela Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP) no âmbito da gestão do parque de veículos do Estado. Pelo exposto, não se encontra sujeita ao disposto no Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, que aprovou o regime jurídico do parque de veículos do Estado (PVE).

➤ **MEDIDAS TOMADAS NO ÂMBITO DA FROTA AUTOMÓVEL**

Em 2014, e em cumprimento do n.º 4 do artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, procedeu-se à revisão das categorias de parte dos veículos em utilização na empresa, tendo sido cumpridas todas as orientações e autorizações nesta matéria.

➤ **REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS**

○ **Plano de Redução de Custos**

Em 2014 ocorreu uma descida generalizada e assinalável de gastos com FSE incorridos pela sociedade face a 2013, numa lógica de redução de gastos operacionais que tem vindo a ser implementada na empresa, em conformidade com o artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014. Assim, no exercício de 2014 foram, de uma forma geral, respeitadas as disposições e orientações de racionalização e adequação da estrutura de custos previstas na Lei, em especial em matérias de custos operacionais (FSE e remunerações).

PRC	Meta	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
							2014/2013		2014/2010	
EBITDA		-230.857.384,85	811.470.537,70	723.764.954,90	199.631.670,11	218.953.787,24	-1.042.327.922,55	-	-449.811.172,09	-
(1) CMVMC		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(2) FSE		2.199.172,00	2.832.114,26	3.022.517,06	2.118.566,15	3.401.338,89	-632.942,26	-22%	-1.202.166,89	-35%
Deslocações / Estadas	em linha com 2013	3.335,29	2.919,68	79,36	657,09	806,36	415,61	14%	2.528,93	314%
Ajudas de Custo	em linha com 2013	0,00	312,73	0,00	0,00	625,42	-312,73	-100%	-625,42	-100%
Comunicações	em linha com 2013	34.012,08	34.786,65	36.990,43	41.914,85	34.216,72	-774,57	-2%	-204,64	-1%
(3) Gastos com o pessoal		2.135.966,00	2.200.491,39	1.802.205,04	2.158.353,81	3.459.023,00	-64.525,39	-3%	-1.323.057,00	-38%
(3.1) dos quais indemnizações	n.a.	0,00	0,00	0,00	0,00	10.080,00	0,00	-	-10.080,00	-100%
(4) Total Gastos = (1) + (2) + (3) - (3.1)		4.335.138,00	5.032.605,65	4.824.722,10	4.276.919,96	6.850.281,89	-697.467,65	-14%	-2.515.143,89	-37%
(5) Volume de Negócios		0,00	0,00	0,00	0,00	721.585,84	0,00	-	-721.585,84	-100%
Peso dos Gastos no VN (4)/(5)										
Número RH (*)	- 3% face 2012	28	27	29	32	n.a			n.a	n.a
N.º Efetivos		27	25	27	29	n.a			n.a	n.a
N.º Cargos de Direção		5	4	4	4	n.a			n.a	n.a
N.º Efetivos / Cargos de Direção		5	6	7	7					
Viaturas										
N.º de Viaturas		10	10	n.a	n.a	n.a			n.a	n.a
Gastos com as Viaturas		74.803,08	63.752,50	n.a	n.a	n.a			n.a	n.a

(*) Não inclui órgãos sociais

○ Redução de gastos com comunicações

Em 2014 foi possível diminuir o nível de gastos associados a comunicações em 2% relativamente ao ano de 2013. Foram entretanto renegociados os tarifários relativos a comunicações, esperando-se maior produção de efeitos no exercício de 2015.

○ Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

Pese embora as orientações constantes no artigo 60.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro nesta matéria, e dado que, desde 1 de janeiro de 2015, a PARPÚBLICA

passou a integrar o setor público administrativo, por força da sua reclassificação no perímetro da Administração Pública, foi necessário em 2014 proceder à preparação e adequação da empresa a essa nova realidade contabilística e financeira. Pelo exposto, foram admitidos novos colaboradores na empresa, contratação autorizada pela Tutela. Por essa razão, não foi em 2014 cumprida a meta estabelecida no Orçamento de Estado para 2014 no que se refere à redução de número de efetivos no sector público empresarial.

➤ **PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO**

A PARPÚBLICA encontra-se excecionada do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme Despacho n.º 2574/14-SET, de 19 de dezembro.

➤ **AUDITORIAS TRIBUNAL DE CONTAS**

Em 2014 prosseguiu a ação de auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas aos processos de privatização conduzidos desde 2011.

➤ **INFORMAÇÃO CONSTANTE NO SITE DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)**

O *site* www.dgtf.pt, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças possui uma área dedicada ao sector empresarial do Estado, onde é divulgada informação sobre, entre outros, os objetivos e políticas relativas às empresas que integram o sector e às suas participadas, indicadores e informação financeira histórica e atual da empresa, bem como a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais.

Neste âmbito, a PARPÚBLICA divulga e atualiza regularmente informação no *site* do SEE sobre o conjunto de matérias constantes do seguinte quadro. A 31 de dezembro de 2014 encontrava-se divulgada no site do SEE a seguinte informação:

Informação a constar do site SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2008	
Caracterização da Empresa	S	2008	
Função de tutela e acionista	S	2008	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	S	07.10.2014	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	07.10.2014	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	07.10.2014	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	07.10.2014	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	07.10.2014	
Esforço Financeiro Público	S	20.02.2015	
Ficha Síntese	S	20.02.2015	
Informação Financeira histórica e atual	S	03.10.2014	
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	07.10.2014	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	07.10.2014	Consiste, essencialmente, em transações com o acionista, na concessão de apoio financeiro e na prestação de serviços a subsidiárias
- Outras transações	N.A.		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	20.02.2015	
Económico	S	20.02.2015	
Social	S	20.02.2015	
Ambiental	S	20.02.2015	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	20.02.2015	
- Código de Ética	S	20.02.2015	

➤ **SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO
DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS**

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprido			Quantificação / Identificação	Justificação/Referência ao Ponto do Relatório
	Sim	Não	Não aplicável		
Objetivos de Gestão:					
<i>Gerais</i>					
Redução de custos operacionais	X			100%	Ver item correspondente
Aumento máximo do endividamento	X			100%	Ver item correspondente
<i>Específicos</i>					
Execução do plano de Reprivatizações	X			100%	Do que foi estipulado pela Tutela
Acompanhamento de participadas	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro	X			Taxa média de financiamento – 4,56%	Ver item correspondente
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Var. absoluta 2014/2013: (-184.512.954,84 €); Variação %: -4,31%	Ver item correspondente
Evolução do PMP a fornecedores		X		Variação em 2014 do PMP a fornecedores: +63 dias em relação a 2013	Ver item correspondente
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Total de "Arrears" a 31.12.2014: 0 €	Ver item correspondente
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			X		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	X				Ver item correspondente
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X				Ver item correspondente
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73.º da Lei 83-C/2013	X				Ver item correspondente
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X				Ver item correspondente
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	X				Ver item correspondente
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver item correspondente
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública			X		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver item correspondente
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Auditorias do Tribunal de Contas	X				Ver item correspondente

Parque Automóvel	X				Ver item correspondente
N.º de Viaturas	X				
Gastos com Viaturas	X				
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art. 61.º da Lei 83-C/2013)	X				Ver item correspondente
Redução de Trabalhadores (art. 60.º da Lei 83-C/2013)		X			
N.º de trabalhadores					Ver item correspondente
N.º de cargos dirigentes					
Princípio da Unidade de Tesouraria (art. 123.º da Lei 83-C/2013)			X		Ver item correspondente
Disponibilidades centralizadas no IGCP	X				
Juros auferidos em incumprimentos da UTE e entregues em Receita ao Estado			X		

3.º Caderno

Demonstrações

Financeiras

Demonstrações Financeiras Consolidadas

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	3
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.....	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA.....	8
2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas.....	13
3 - Reexpressões e reclassificações.....	43
4 - Fluxos de caixa	44
5 - Ativos fixos tangíveis.....	45
6 - Propriedades de investimento.....	47
7 - <i>Goodwill</i>	50
8 - Ativos intangíveis	52
9 - Ativos biológicos	53
10 - Participações financeiras em associadas	54
11 - Outras participações financeiras	55
12 - Outros ativos financeiros	56
13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos.....	57
14 - Clientes.....	59
15 - Adiantamentos a fornecedores	59
16 - Estado e outros entes públicos	60
17 - Outras contas a receber.....	61
18 - Diferimentos	62
19 - Inventários	64
20 - Caixa e depósitos bancários.....	65
21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados.....	66
22 - Capital próprio	67
23 - Interesses que não controlam – Balanço.....	68
24 - Provisões	68
25 - Financiamentos obtidos.....	70
26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....	74
27 - Adiantamentos de clientes	76
28 - Fornecedores	77
29 - Outras contas a pagar	77
30 - Outros passivos financeiros	78
31 - Vendas e serviços prestados.....	79
32 - Subsídios à exploração.....	79
33 - Ganhos e perdas imputados de associadas	80
34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	80
35 - Ganhos/Perdas em alienações de participações	80

36 - Variação nos inventários da produção	81
37 - Trabalhos para a própria entidade	81
38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	82
39 - Fornecimentos e serviços externos	83
40 - Gastos com o pessoal.....	83
41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	84
42 - Imparidade de dívidas a receber	85
43 - Provisões	85
44 - Imparidade de investimentos	86
45 - Aumentos / reduções de justo valor	86
46 - Outros rendimentos e ganhos	87
47 - Outros gastos e perdas	88
48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	89
49 - Subsídios ao investimento	89
50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados	89
51 - Imposto sobre o rendimento do período	90
52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido	92
53 - Unidades operacionais descontinuadas	92
54 - Entidades Relacionadas	94
55 - Ativos e passivos financeiros	95
56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros	98
57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes.....	120
58 - Divulgações de natureza não contabilística.....	132

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RUBRICAS	Notas	31-Dez-14	31-Dez-13 (Reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 156 806	1 914 974
Propriedades de investimento	6	535 512	545 833
Goodwill	7	90 984	297 530
Ativos intangíveis	8	4 003 415	4 688 575
Ativos biológicos	9	17 548	18 564
Participações financeiras em associadas	10	479 726	485 821
Outras participações financeiras	11	505 303	817 871
Outros ativos financeiros	12	4 716 335	4 350 415
Ativos por impostos diferidos	13	229 872	368 332
Outras contas a receber	17	166 070	281 084
Diferimentos	18	590 619	564 509
		12 492 191	14 333 510
Ativo corrente			
Inventários	19	921 484	1 062 225
Ativos biológicos	9	2 755	2 797
Clientes	14	522 988	734 100
Adiantamentos a fornecedores	15	6 225	18 328
Estado e outros entes públicos	16	11 575	61 868
Accionistas / sócios		-	54
Outras contas a receber	17	84 408	271 071
Diferimentos	18	16 333	32 773
Outros ativos financeiros	12	6 908	6 495
Caixa e depósitos bancários	20	404 368	926 643
		1 977 043	3 116 352
Ativos não correntes detidos para venda	21	2 499 799	249 217
		4 476 842	3 365 570
Total do ativo		16 969 033	17 699 079
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		1 027 151	1 027 151
Reservas legais		731 245	725 556
Outras reservas		16 582	9 609
Ajustamentos em ativos financeiros		(8 087)	(16 196)
Resultados transitados		1 726 242	1 048 083
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		(367 176)	792 001
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	22	3 125 957	3 586 203
Interesses que não controlam	23	542 588	514 512
Total do capital próprio		3 668 545	4 100 715
Passivo não corrente			
Provisões	24	20 003	48 957
Financiamentos obtidos	25	6 054 739	5 868 721
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	33 847	77 097
Passivos por impostos diferidos	13	281 118	382 613
Estado e outros entes públicos	16	0	59 898
Outras contas a pagar	29	121 366	618 523
Outros passivos financeiros	30	222 645	125 869
Diferimentos	18	2 077 151	2 612 384
		8 810 870	9 794 062
Passivo corrente			
Provisões		0	63
Fornecedores	28	37 068	184 055
Adiantamentos de clientes	27	497	1 722
Estado e outros entes públicos	16	32 367	79 761
Acionistas / sócios		18	18
Financiamentos obtidos	25	835 226	2 564 167
Outras contas a pagar	29	697 807	880 377
Diferimentos	18	26 991	94 138
		1 629 974	3 804 302
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	21	2 859 644	0
		4 489 618	3 804 302
Total do passivo		13 300 489	13 598 364
Total do capital próprio e do passivo		16 969 033	17 699 079

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RUBRICAS	Notas	2014	2013 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	31	3 681 205	4 222 465
Subsídios à exploração	32	3 201	5 509
Ganhos e perdas imputados de associadas	33	10 941	8 229
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	34	46 742	24 794
Ganhos/ perdas em alienações de participações	35	60 799	683 241
Variação nos inventários da produção	36	7 966	(9 403)
Trabalhos para a própria entidade	37	17 183	18 130
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	38	(349 235)	(316 279)
Fornecimentos e serviços externos	39	(2 087 443)	(2 125 799)
Gastos com o pessoal	40	(750 499)	(933 911)
Ajustamentos de inventários	41	(7 852)	(30 264)
Imparidade de dívidas a receber	42	(17 268)	(4 394)
Provisões	43	(4 404)	(382)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	44	41	13 320
Aumentos / reduções de justo valor	45	(305 542)	109 338
Outros rendimentos e ganhos	46	185 352	133 691
Outros gastos e perdas	47	(62 088)	(108 307)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		429 097	1 689 979
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	48	(351 717)	(421 907)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	44	(1 071)	(4 749)
Subsídios ao investimento	49	74 576	86 576
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		150 886	1 349 899
Juros e rendimentos similares obtidos	50	11 492	10 528
Juros e gastos similares suportados	50	(423 499)	(437 841)
Resultado antes de impostos		(261 121)	922 585
Imposto sobre o rendimento do período	51	(61 523)	(77 723)
Resultado líquido do período		(322 643)	844 861
Resultado líquido dos interesses que não controlam	52	44 532	52 860
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe		(367 176)	792 001
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	53	24 601	762 679
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	53	17 692	756 907
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas		-0,92	1,98
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas		0,04	1,89

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RUBRICAS	2014	2013 (Reexpresso)
Resultado líquido	(322 643)	844 861
Outro rendimento integral		
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Remensuração de responsabilidades com planos de benefícios definidos	(11 695)	11 527
Outro rendimento integral imputado de associadas e empreendimentos conjuntos	(29 057)	35 476
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	2 937	1 025
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	3 419
Outros ganhos e perdas	(1 586)	8 733
	(39 401)	60 179
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados		
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente	577	(6 446)
Aumentos / diminuições de valor de activos disponíveis para venda	32 515	(95)
Variação na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (só fluxos de c	(59 131)	14 619
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos (só de rubricas do CP)	15 832	(1 901)
Outros ganhos / perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-
Outros ganhos e perdas	-	5
	(10 207)	6 181
Total de Outro rendimento integral para o período, líquido de imposto sobre o rendimento	(49 609)	66 360
Total Rendimento Integral	(372 253)	911 222
Rendimento integral		
Atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	(410 247)	868 378
Atribuível aos interesses que não controlam	37 995	42 844

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Demonstração de Alterações no Capital Próprio	TOTAL	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado Líquido do Período	Subtotal (antes de I.M.)	Interesses que não Controlam
Posição financeira em 01-01-2013	3 709 635	1 027 151	730 231	86 795	(323 862)	1 075 583	430 954	3 026 852	682 783
Ajustamentos e correções com efeitos retrospectivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 01-01-2013	3 709 635	1 027 151	730 231	86 795	(323 862)	1 075 583	430 954	3 026 852	682 783
Transações com proprietários em 2013	(520 142)	-	5 594	(10 376)	(259 026)	385 736	(430 954)	(309 026)	(211 115)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(61 446)	-	5 594	(10 376)	-	385 736	(430 954)	(50 000)	(11 445)
Outras transações	0	-	-	-	-	-	0	0	-
Aquisição (31,44%) de ações da ANA	(376 651)	-	-	-	(249 930)	-	-	(249 930)	(126 721)
Aquisição (8,82%) de ações da AdP	(82 046)	-	-	-	(9 097)	-	-	(9 097)	(72 949)
Rendimento integral em 2013	911 222	(0)	(10 269)	(66 810)	566 691	(413 236)	792 001	868 378	42 844
Resultado líquido do período	844 861	-	-	-	-	0	792 001	792 001	52 860
Outro rendimento integral	66 360	(0)	(10 269)	(66 810)	566 691	(413 236)	-	76 376	(10 017)
Posição financeira em 31-12-2013	4 100 715	1 027 151	725 556	9 609	(16 197)	1 048 083	792 001	3 586 203	514 512
Transações com proprietários em 2014	(59 919)	-	6 283	595	-	735 123	(792 001)	(50 000)	(9 919)
Constituição e aumento de capital	4 031	-	-	-	-	-	-	-	4 031
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	(63 950)	-	6 283	595	-	735 123	(792 001)	(50 000)	(13 950)
Outras transações	0	-	-	-	-	0	-	0	-
Rendimento integral em 2014	(372 253)	0	(593)	6 379	8 110	(56 966)	(367 176)	(410 247)	37 995
Resultado líquido do período	(322 643)	-	-	-	-	-	(367 176)	(367 176)	44 532
Outro rendimento integral	(49 609)	0	(593)	6 379	8 110	(56 966)	-	(43 071)	(6 537)
Posição financeira em 31-12-2014	3 668 545	1 027 151	731 245	16 582	(8 087)	1 726 242	(367 176)	3 125 957	542 588
Dividendos distribuídos em 2014 (a acionistas da empresa-mãe)	50 000								
N.º de ações do capital	400 000 000								
Dividendos por ação (euros)	0,13								

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

RUBRICAS	2014	2013
Atividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	4 052 193	4 733 098
Pagamentos a fornecedores	(2 628 880)	(2 725 378)
Pagamentos ao pessoal	(560 063)	(788 341)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	863 249	1 219 379
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(53 064)	(94 593)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	(353 543)	(225 176)
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	456 642	899 610
Atividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Outros ativos fixos tangíveis	5 121	711
Propriedades de investimento	3 364	-
Ativos fixos intangíveis	815	1 004
Investimentos financeiros	540 473	2 034 689
Subsídios ao investimento	92 135	131 273
Juros e rendimentos similares	15 990	24 287
Empréstimos concedidos	3 100	227
Dividendos	46 855	37 297
Outros activos	119	254
	707 971	2 229 742
Pagamentos respeitantes a:		
Outros ativos fixos tangíveis	(43 342)	(42 477)
Propriedades de investimento	(3 703)	(274)
Outros ativos intangíveis	(174 447)	(175 992)
Investimentos financeiros	(436 141)	(1 512 569)
Juros e gastos similares	-	(12)
Empréstimos concedidos	(2 900)	(3 100)
Outros ativos	(1 000)	(890)
Direito de concessão	-	(800 000)
	(661 533)	(2 535 314)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	46 438	(305 571)
Atividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	6 412	4 406
Financiamentos obtidos	1 935 308	2 426 101
Juros e rendimentos similares	175	1 733
	1 941 895	2 432 239
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(2 150 288)	(2 107 705)
Contratos de locação financeira	(96 816)	(107 792)
Juros e gastos similares	(346 589)	(400 621)
Dividendos	(66 152)	(70 569)
Outras operações de financiamento	(2 885)	(364)
	(2 662 730)	(2 687 052)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	(720 835)	(254 813)
Variações de caixa e seus equivalentes	(217 754)	339 226
Das quais provenientes de unidades operacionais descontinuadas (Nota 53)	345 540	2 978 029
Efeito das diferenças de câmbio	(24 675)	(20 318)
Caixa e seus equivalentes no início do período	758 122	659 562
Caixa e seus equivalentes no fim do período	515 693	978 471

Reconciliação da Caixa e seus equivalentes

RUBRICAS	2014	2013
Caixa e seus equivalentes no fim do período	515 693	978 471
Descobertos bancários	185 586	168 520
Variações de caixa por concentrações	-	489 111
Outros	(55 627)	-
Caixa e seus equivalentes classificados como ativos não correntes detidos para venda	(241 282)	(709 457)
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	404 368	926 643

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA (abreviadamente designada por Empresa ou PARPÚBLICA) é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- a) Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- b) Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo governo;
- c) Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- d) Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- e) Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- f) Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças na tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;
- g) Promoção da utilização das parcerias público-privadas para o desenvolvimento de serviços públicos em condições de maior qualidade e eficiência.

Considerando as atividades desenvolvidas pelas entidades cujas demonstrações financeiras foram incluídas na consolidação do Grupo PARPÚBLICA e a forma de reporte da informação, foram identificados oito segmentos de negócio: (i) PARPÚBLICA; (ii) Gestão e Promoção Imobiliária; (iii) Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal; (iv) Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança; (v) Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas; (vi) Águas e Resíduos; (vii) Mercados abastecedores; e (viii) Diversos.

Relato por segmentos

Rubricas	31-Dez-14										Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	SGPS		Atividades Operativas							Total		
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos				
Ativos												
Ativos Não Correntes	7 753 698	684 034	96 462	61 049	0	5 770 564	137 413	114 561	6 864 084	(2 125 590)	12 492 191	
Ativos Correntes	80 028	1 060 562	13 029	69 661	1 560 397	1 721 178	3 028	14 877	5 226 010	(829 196)	4 476 842	
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	0	0	0	0	1 560 397	928 619	712	0	3 273 007	(773 208)	2 499 799	
Ativos totais	7 833 726	1 744 597	109 491	130 711	1 560 397	7 491 742	140 440	129 438	12 090 094	(2 954 785)	16 969 033	
Passivos												
Passivos Não Correntes	4 025 034	411 436	16 579	29 759	0	4 565 740	109 688	81 177	5 214 380	(428 545)	8 810 870	
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	3 821 618	373 519	-	-	0	2 139 653	67 687	80 806	2 661 665	(428 544)	6 054 739	
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	-	-	-	10	-	1 630 393	15 753	-	1 646 157	-	1 646 157	
Passivos Correntes	1 225 891	121 312	2 487	13 385	2 072 257	1 598 338	10 981	15 524	3 834 283	(570 555)	4 489 618	
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	511 860	-	-	-	2 072 257	787 387	-	-	2 859 644	(511 860)	2 859 644	
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	221 134	54 233	-	0	0	598 893	5 344	6 965	665 435	(51 343)	835 226	
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	-	-	1 085	-	-	-	466	-	1 550	-	1 550	
Passivos totais	5 250 924	532 748	19 066	43 144	2 072 257	6 164 078	120 669	96 701	9 048 662	(999 100)	13 300 489	
Capital Próprio do Grupo	2 582 802	1 210 479	90 425	87 567	-519 795	799 326	19 796	27 768	2 498 844	(1 955 686)	3 125 957	
Interesses que não controlam	0	1 370	-	-	7 935	528 338	-25	4 969	542 588	-	542 588	
Capital Próprio	2 582 802	1 211 849	90 425	87 567	-511 860	1 327 664	19 771	32 737	3 041 432	(1 955 686)	3 668 545	

31-12-2013 (Reexpresso)										
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos		Total
Ativos										
Ativos Não Correntes	7 767 094	716 589	97 119	71 308	1 007 696	6 606 423	143 789	117 127	8 760 052	(2 193 635)
Ativos Correntes	502 627	1 081 466	11 780	97 375	694 546	990 103	4 016	13 204	2 892 490	(29 547)
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	248 400	0	0	0	0	0	817	0	817	-
Ativos totais	8 269 721	1 798 055	108 900	168 682	1 702 242	7 596 526	147 805	130 331	11 652 542	(2 223 182)
Passivos										
Passivos Não Correntes	3 646 177	441 264	17 962	27 742	820 276	5 462 652	116 872	82 050	6 968 818	(820 932)
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	2 680 609	397 524	-	0	660 131	2 423 506	72 892	81 679	3 635 732	(447 620)
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	-	-	-	14	-	1 943 203	15 718	-	1 958 935	-
Passivos Correntes	1 563 388	137 996	2 829	10 896	1 247 595	889 667	12 764	15 350	2 317 097	(76 180)
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	1 540 583	69 083	-	0	390 512	616 695	5 609	11 001	1 092 900	(69 317)
<i>(dos quais Subsídios para Activos)</i>	0	0	1 252	-	-	-	771	0	2 024	-
Passivos totais	5 209 565	579 259	20 791	38 638	2 067 871	6 352 319	129 637	97 400	9 285 915	(897 113)
Capital Próprio do Grupo	3 060 156	1 217 388	88 108	130 045	-374 137	744 307	18 447	27 956	1 852 116	(1 326 069)
Interesses que não controlam	0	1 408	-	-	8 508	499 900	(278)	4 975	514 512	-
Capital Próprio	3 060 156	1 218 796	88 108	130 045	-365 629	1 244 207	18 169	32 931	2 366 627	(1 326 069)

PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

Rubricas	Ano 2014										
	SGPS		Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Vendas e serviços prestados	-	76 244	5 365	83 995	2 698 321	792 795	15 786	8 918	3 681 424	(219)	3 681 205
Subsídios à exploração	-	18	2 032	-	1 151	-	-	-	3 201	-	3 201
Ganhos e perdas imputados de associadas	8 325	779	198	26	1 612	-	-	-	2 615	-	10 941
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	84 976	-	-	-	-	-	-	-	-	(38 234)	46 742
Ganhos em alienações de participações	60 799	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60 799
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	(1 518)	(1 885)	2 415	9 685	16 453	-	-	25 150	-	25 149
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(17 123)	(2 847)	(21 087)	(276 583)	(31 594)	-	(1)	(349 235)	-	(349 235)
Fornecimentos e serviços externos	(2 199)	(10 449)	(3 051)	(12 516)	(1 816 262)	(238 092)	(3 270)	(1 838)	(2 085 477)	233	(2 087 443)
Gastos com o pessoal	(2 127)	(6 139)	(2 633)	(20 550)	(578 880)	(137 672)	(1 734)	(764)	(748 372)	-	(750 499)
Ajustamentos de inventários	-	(7 490)	-	(257)	(105)	-	-	-	(7 852)	-	(7 852)
Provisões	(138 548)	1 067	-	721	(5 706)	(435)	(46)	(5)	(4 404)	138 548	(4 404)
Imparidade (reversão) de activos não depreciáveis / amortizáveis	(161)	(394)	(20)	94	(14 044)	(2 674)	(29)	-	(17 066)	-	(17 228)
Aumentos / reduções de justo valor	(285 473)	(20 287)	2 671	-	104	(2 396)	-	(161)	(20 069)	-	(305 542)
Outros rendimentos e ganhos	66 618	9 788	2 753	1 733	103 958	59 468	285	2 193	180 178	(61 445)	185 352
Outros gastos e perdas	(2 477)	(7 409)	(225)	(5 388)	(33 257)	(12 802)	(512)	(19)	(59 611)	-	(62 088)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(210 267)	17 087	2 359	29 186	89 994	443 051	10 481	8 322	600 481	38 883	429 097
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(27)	(990)	(1 196)	(4 788)	(85 437)	(249 023)	(5 043)	(5 212)	(351 689)	-	(351 717)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	-	-	-	-	(1 984)	-	-	913	(1 071)	-	(1 071)
Subsídios ao investimento	-	-	193	-	-	73 918	466	-	74 576	-	74 576
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(210 294)	16 097	1 356	24 399	2 573	267 946	5 904	4 023	322 297	38 883	150 886
Juros suportados	(214 217)	(20 540)	(0)	(12)	(44 659)	(97 527)	(1 610)	(4 195)	(168 543)	-	(382 760)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(15 158)	(254)	(0)	-	(36 759)	750	(163)	-	(36 426)	22 338	(29 247)
Resultado antes de impostos	(439 670)	(4 697)	1 355	24 387	(78 845)	171 169	4 131	(172)	117 329	61 221	(261 121)
Imposto sobre o rendimento do período	(1 618)	(1 342)	1 041	(6 850)	(2 103)	(48 313)	(2 316)	(22)	(59 905)	-	(61 523)
Resultado líquido do período	(441 288)	(6 039)	2 397	17 537	(80 948)	122 856	1 815	(194)	57 424	61 221	(322 643)
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	68	-	-	4 147	39 976	347	-5	44 532	-	44 532
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	(441 288)	(6 107)	2 397	17 537	(85 095)	82 880	1 468	(189)	12 892	61 220	(367 176)
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	100 038	-	-	-	-80 948	5 511	-	-	(75 437)	-	24 601
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	100 038	-	-	-	-85 095	2 749	-	-	(82 346)	-	17 692

PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

Ano de 2013 (Reexpresso)												
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas									Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Transporte aéreo e atividades relacionadas	Águas e Resíduos	Mercados Abastecedores	Serviços Postais	Diversos	Total		
Vendas e serviços prestados	-	109 124	4 835	75 900	2 893 767	809 400	15 340	344 185	9 857	4 262 408	(39 943)	4 222 465
Subsídios à exploração	-	6	1 823	1	3 852	-	-	-	-	5 682	(173)	5 509
Ganhos e perdas imputados de associadas	7 557	-	179	(215)	707	-	-	-	-	671	-	8 229
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	136 086	-	-	-	14	-	-	-	-	14	(111 306)	24 794
Ganhos em alienações de participações	543 770	-	-	-	169 847	-	-	(30 375)	-	139 471	-	683 241
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	(360)	(2 018)	(2 117)	(2 602)	15 680	-	146	-	8 728	-	8 727
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(41 610)	(2 941)	(15 957)	(216 028)	(31 982)	-	(7 760)	(1)	(316 279)	-	(316 279)
Fornecimentos e serviços externos	(2 832)	(11 442)	(2 764)	(12 882)	(1 783 968)	(230 691)	(3 303)	(115 591)	(2 287)	(2 162 929)	39 962	(2 125 799)
Gastos com o pessoal	(2 200)	(6 215)	(2 416)	(20 630)	(597 163)	(141 448)	(1 633)	(161 550)	(732)	(931 787)	77	(933 911)
Ajustamentos de inventários	-	(23 780)	-	(387)	(5 908)	-	-	(188)	-	(30 264)	-	(30 264)
Provisões	16 092	(926)	-	98	3 623	348	(2)	(3 520)	(4)	(382)	(16 092)	(382)
Imparidade (reversão) de activos não depreciáveis / amortizáveis	5 018	(151)	126	5 327	(2 107)	(342)	(548)	(1 729)	3 330	3 907	-	8 925
Aumentos / reduções de justo valor	83 363	(732)	12 906	-	(410)	13 681	690	-	(160)	25 975	-	109 338
Outros rendimentos e ganhos	36 670	2 681	2 768	2 763	53 509	53 909	1 039	10 977	1 252	128 899	(31 878)	133 691
Outros gastos e perdas	(1 000)	(5 463)	(543)	(6 174)	(75 138)	(13 516)	(621)	(5 127)	(887)	(107 470)	162	(108 309)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	822 523	21 133	11 955	25 727	441 996	475 039	10 961	29 466	10 368	1 026 645	(159 190)	1 689 978
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(41)	(925)	(1 258)	(5 174)	(143 629)	(246 230)	(6 731)	(12 414)	(5 506)	(421 866)	-	(421 907)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	-	218	-	-	-	-	-	(1 031)	(3 936)	(4 749)	-	(4 749)
Subsídios ao investimento	-	-	173	-	111	74 092	12 200	-	-	86 576	-	86 576
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	822 482	20 427	10 870	20 553	298 478	302 901	16 430	16 021	927	686 606	(159 190)	1 349 897
Juros suportados	(215 139)	(25 283)	-	(220)	(19 129)	(113 768)	(2 742)	47 427	(5 174)	(118 888)	(1)	(334 029)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(20 131)	3 150	-	-	(60 949)	727	(274)	(47 601)	1	(104 946)	31 793	(93 283)
Resultado antes de impostos	587 212	(1 707)	10 870	20 333	218 400	189 860	13 415	15 847	(4 247)	462 772	(127 398)	922 585
Imposto sobre o rendimento do período	(22)	(2 934)	(1 337)	(5 041)	(8 034)	(56 265)	10 339	(14 405)	(24)	(77 701)	-	(77 723)
Resultado líquido do período	587 190	(4 641)	9 533	15 293	210 366	133 595	23 754	1 442	(4 271)	385 071	(127 398)	844 861
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	53	-	-	5 073	45 811	2 018	174	(269)	52 861	-	52 860
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	587 190	(4 694)	9 533	15 293	205 293	87 784	21 736	1 268	(4 002)	332 210	(127 398)	792 001
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	543 770	-	-	-	210 366	7 101	-	1 442	-	218 909	-	762 679
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	543 770	-	-	-	205 293	6 576	-	1 268	-	213 137	-	756 907

Nota: As quantias relativas à SGPS diferem das constantes nas demonstrações financeiras separadas por serem diferentes os métodos de mensuração das participações financeiras.

2 - Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2a - Introdução

As presentes demonstrações financeiras consolidadas respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2014, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das empresas do Grupo efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do regime de acréscimo e estão apresentadas em milhares de euros, salvo quando referida outra unidade.

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo PARPÚBLICA na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são expostas nas notas seguintes. Excetuando as situações descritas na nota 2b, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (International Accounting Standards and Interpretations), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas. Requer igualmente que a Administração exerça juízos de valor ao aplicar as políticas contabilísticas do Grupo PARPÚBLICA da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos de valor mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2ab.

2b – Alterações nas políticas contabilísticas

2bi Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2014

- **Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)** > O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, foi também emitida uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.

- **Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)** > O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.
- **Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)** > A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.
- **Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)** > As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo “material”, por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão “material” de imparidade tenha sido incorrida durante o período.
- **Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)** > O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas não tiveram impacte nas demonstrações financeiras.

2bii Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2015

- **Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho)** > Esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro)** > **Os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:**
 - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Exceções do âmbito para acordos conjuntos** > As emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
 - **IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfolio”)**> No contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.
 - **IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13**> As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (ou um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro)** > Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações** – Definições de condições de aquisição > As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
 - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais** – Contabilização da retribuição contingente > As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
 - **IFRS 8 Segmentos Operacionais** > As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
 - **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis** – Modelo de revalorização > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
 - **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas** – Serviços de pessoal-chave da gerência > As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão.
 - **IAS 38 Ativos Intangíveis** – Modelo de valorização > As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro)** > As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

Não são expectáveis impactes relevantes nas demonstrações financeiras que decorram destas alterações, quando forem aplicáveis.

2c - Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas das entidades integradas no Grupo PARPÚBLICA são apresentadas como as de uma única entidade económica. As transações e balanço intra-grupo são eliminados integralmente.

As subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se listadas na nota 2e.

2d - Concentrações de atividades empresariais

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de atividades empresariais usando o método de compra. Os resultados das operações das adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

2e - Subsidiárias

Foram consideradas como subsidiárias todas as entidades controladas pelo Grupo PARPÚBLICA, considerando-se que a PARPÚBLICA tem controlo quando tiver cumulativamente: (i) poder sobre a subsidiária; (ii) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a subsidiária; (iii) a capacidade de usar o seu poder sobre a subsidiária para afetar o valor dos resultados para os investidores. Presumiu-se a existência de controlo quando a PARPÚBLICA possui direta ou indiretamente através de subsidiárias, mais de metade do poder de voto de uma entidade.

As entidades que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2014	31 Dez 2013
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81%	81%
CE – Circuito do Estoril, SA	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
MARGUEIRA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Est., desenv. E participação em investimentos mobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	80,50%	80,50%
SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais e prestação de serviços	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2014	31 Dez 2013
SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados abastecedores, S.A.	S. Julião do Tojal	Promoção, construção, instalação, exploração e gestão de mercados destinados ao comércio grossista	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão das participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Aquasis, S.A.	Lisboa	Sistemas de Informação Geográfica	AdP - Águas de Portugal Serviços, S.A. EGF AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,98% 0,01% 0,01%	54,98% 0,01% 0,01%
Águas de Santo André, S.A.	V.N. Santo André	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Lisboa	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF)	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Energias, S.A. (Reciclamas – Multigestão Ambiental, S.A.)	Lisboa	Gestão ambiental	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Internacional, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas de Timor, S.A. (a)	Timor	Exploração de serviço de abastecimento de água	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Aquatec, Lda	Maputo	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Algarve, S.A.	Faro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,44%	54,44%
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Évora	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Centro, S.A.	Castelo Branco	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,00%	70,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2014	31 Dez 2013
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Porto	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Noroeste, S.A.	Barcelos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	56,66%	56,66%
Águas do Mondego, S.A.	Taveiro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Norte Alentejano, S.A.	Portalegre	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Oeste, S.A.	Óbidos	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Vila Real	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,08%	70,54%
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Guarda	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	87,46%	87,46%
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	Gestão integrada dos serviços municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
AGDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	Exploração e gestão Concessionária do Sistema de exploração e gestão dos serviços de água “em alta”	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
Sanest, S,A	Cascais	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simarsul, S.A.	Setúbal	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Simlis, S.A.	Leiria	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	70,16%	70,16%
Simria, S.A.	Aveiro	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	67,72%	67,72%
Simtejo S.A.	Lisboa	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	50,50%	50,50%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2014	31 Dez 2013
Simdouro S.A.	Vila Nova de Gaia	Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Algar, S.A.	Faro	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	56,00%	56,00%
Amarsul, S.A.	Palmela	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Ersuc, S.A	Coimbra	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,46%	51,46%
Resiestrela, S.A.	Serra da Estrela	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	62,95%	62,95%
Resinorte, S.A.	Celorico de Basto	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Resulima, S.A.	Viana do Castelo	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Suldouro, S.A.	Sermonde	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	60,00%	60,00%
Valnor, S.A.	Avis	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	53,33%	53,33%
Valorlis, S.A.	Leiria	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorminho, S.A.	Valença	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	51,00%	51,00%
Valorsul, S.A.	São João da Talha	Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	Empresa Geral do Fomento, SA	55,63%	56,17%
Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal Imobiliário Turístico e Cinegético,SA	Lisboa	Desenvolvimento agro-florestal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A.	Lisboa	Minas / minérios	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	81,13%	81,13%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2014	31 Dez 2013
BAÍA DO TEJO, S.A. (ex-QUIMIPARQUE – Parques Empresariais, S.A.)	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AMBISIDER - Recuperações Ambientais, S.A.	Paio Pires	Desmantelamento de inst. industriais e recup. Ambiental	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008 SNESGES, S.A.)	100,00%	100,00%
ECODETRA - Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.	Paio Pires	Aterro de resíduos industriais especiais	BAÍA DO TEJO, S.A. (em 2008) URBINDÚSTRIA, S.A.	51,00%	51,00%
APIS – Associação Parque Industrial do Seixal (b)	Lisboa	Parques tecnológicos e industriais	BAÍA DO TEJO, S.A.	-	93,88%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Estamo	Lisboa	Fundo Imobiliário	SAGESECUR, S.A. ESTAMO, SGPS, S.A.	99,97% 0,03%	99,97% 0,03%
CONSEST – Promoção Imobiliária, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	Administração de Fundos de Investimento Imobiliário	SAGESTAMO, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
CATERINGPOR - Catering de Portugal, S.A.	Lisboa	Catering	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
L.F.P. - Lojas Francas de Portugal, S.A.	Lisboa	Exploração de “free shop”	TAPGER, S.A.	51,00%	51,00%
MEGASIS - Soc. de Serviços e Engenharia Informática, S.A.	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A.	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER, S.A.	100,00%	100,00%
Aeropar Participações, S.A.	Brasil	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A. PORTUGÁLIA	99,00% 1,00%	99,00% 1,00%
PORTUGÁLIA – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“PORTUGÁLIA”)	Lisboa	Atividades Aeronáuticas	TAP, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM)	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	Aeropar Participações TAP, SGPS, S.A.	47,64% 51,00%	47,64% 51,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2014	31 Dez 2013
MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	Lisboa	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARL	SIMAB, S.A.	87,87%	87,87%
MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	Braga	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARB	SIMAB, S.A.	83,35%	83,35%
MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	Faro	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARF	SIMAB, S.A.	74,68%	74,68%
MARE – Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	Évora	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta do MARÉ	SIMAB, S.A.	68,85%	68,85%

(a) – em 2014 foi reativada a atividade da empresa AdP Timor-Leste, que estava inativa desde 2006.

(b) – empresa dissolvida em 2014.

2f - Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo PARPÚBLICA exerça influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das associadas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas, incluindo aquelas cujas participações estão classificadas nos ativos não correntes detidos para venda (vide nota 21), são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2014	31 Dez 2013
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administrações de unidades de cuidados de saúde	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	45,00%	45,00%
Parcaixa, SGPS, SA	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	49,00%	49,00%
INAPA – Investimentos Participações e Gestão, SA (a)	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	8,26%	32,72%
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	Faro	Desenvolvimento de empreendimentos turísticos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	31,05%	31,05%
ORIVÁRZEA, S.A.	Benavent e	Produção e comercialização de arroz	COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.	27,12%	27,12%
CRL – Companhia das	Benavent	Receção, triagem e primeira	COMPANHIA DAS	20,00%	20,00%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 Dez 2014	31 Dez 2013
Lezírias e Associados Renováveis, Lda	e	transformação de madeira, biomassa e produtos e subprodutos florestais	LEZÍRIAS, S.A.		
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	Lisboa	Serviços de Certificação Eletrónica	INCM	20,00%	20,00%
Trevoeste (b)	Alcobaça	Saneamento de águas residuais.	AdP, SGPS	43,24%	43,24%
Miese (b)	Vila Real		AdP Energias, S.A.	40,00%	40,00%
SML – Sociedade Mineira do Lucapa, Lda (c)	Angola	Exploração, prospeção e extração de diamantes.	SPE, S.A.	49,00%	49,00%
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. ("SPdH")	Lisboa	Handling	TAP SGPS, SA PORTUGÁLIA	43,90% 6,00%	43,90% 6,00%
Propnery – Propriedade e Equipamentos, S.A.	Castelo Branco	Gestão de investimentos imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	41,82%	41,82%
CTT – Correios de Portugal, S.A. (d)	Lisboa	Serviços Postais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	-	30,00%

- (a) Na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de agosto de 2014 foi aprovada uma disposição que prevê a não consideração dos votos, durante o período em que as ações preferenciais confirmam direito de voto (atribuído em 23 de abril de 2014), correspondentes a ações detidas por um acionista, ou por acionistas que com ele se encontre sujeito a um domínio comum, que excedam um terço da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Assim, as 49 084 738 ações da INAPA detidas pela PARPÚBLICA passaram a representar 8,26% dos direitos de voto (31DEZ13: 32,72%), dado o entendimento que a PARPÚBLICA e a PARCAIXA se encontram sob controlo comum, o Estado. A PARPÚBLICA deixou de deter influência significativa, passando a participação na INAPA a ser classificada na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda e mensurada pelo justo valor com as variações reconhecidas em Outro rendimento integral.
- (b) Entidade sem atividade em 2014, em fase de liquidação.
- (c) Empresa sem atividade e situação de falência
- (d) No início do ano de 2014, foram recompradas ações dos CTT correspondentes a 1,5% do capital, ao abrigo de uma put option até 6,364% das ações exercível pelas instituições financeiras intervenientes na colocação das ações no âmbito da privatização. No início de setembro de 2014, ocorreu o desreconhecimento do ativo corresponde à venda da totalidade das ações em carteira (31,5%), através de uma operação de venda institucional com colocação acelerada (accelerated bookbuilding).

Informação financeira resumida das associadas:

Valores em milhares de euros

Empresas Participadas	Ativo total 2014	Ativo total 2013	Passivo 2014	Passivo 2013	Total rendimentos e ganhos 2014	Total rendimentos e ganhos 2013	RL 2014	RL 2013
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	3	3	3	3	0	0	0	0
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	39 331	38 555	28 037	27 695	37 940	37 353	434	579
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	191	203	3	3	0	4	-9	-6
Miese	13	11	28	13	N.d.	N.d.	-15	-21
Multicert - Serviços de Certificação Eletrónica	2 730	4 131	1 427	2 853	4 456	2 989	131	-1 077
ORIVÁRZEA, S.A.	15 349	15 382	7 916	8 636	21 192	20 427	730	662
Parcaixa, SGPS, S.A.	974 025	965 821	14 148	15 366	19 546	21 657	16 260	15 195
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. ("SPdH")	25 368	22 444	25 087	25 520	108 977	N.d.	2 356	2 126
Propnery - Propriedades e Equipamentos, S.A.	3 338	3 543	718	628	207	181	-294	-251
Trevoeste, S.A. (ii)	N.d.	3 201	N.d.	787	N.d.	N.d.	N.d.	-40

(i) - Empresa sem atividade

(ii) - Empresa em fase de liquidação

N.d. - informação não disponível

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte do Grupo no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é incluída na quantia escriturada do investimento.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é depois ajustado em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos das investidas detidos pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem a sua quota-parte nos resultados das investidas e o outro rendimento integral do Grupo inclui a sua quota-parte no outro rendimento integral das investidas.

Se a parte do Grupo nas perdas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse, é descontinuado o reconhecimento de perdas adicionais; depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos por conta da associada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial são aplicados os requisitos da IAS 39 para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por imparidade adicional com respeito ao interesse do Grupo em cada uma das associadas.

2g – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, o Grupo PARPÚBLICA considera no respetivo custo: (i) o seu preço de compra; (ii) quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e (iii) a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos diretos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos do Grupo PARPÚBLICA são capitalizados no ativo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os gastos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Vida útil
Terrenos e recursos naturais	5 a 10
Edifícios e outras construções	4 a 50
Equipamento básico	3 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 16
Ferramentas e utensílios	4 a 20
Outros ativos tangíveis	4 a 10

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, é estimada a sua quantia recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda a sua quantia recuperável. O Grupo PARPÚBLICA reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

A quantia recuperável é determinada como a mais elevada entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida pelo Grupo nas seguintes situações: (i) no momento da alienação; e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível: (i) é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido; e (ii) é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

2h – Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo PARPÚBLICA provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflete as condições de mercado. As mensurações do justo valor têm por base avaliações independentes realizadas no final de cada exercício.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

2i - Goodwill

O goodwill representa o excesso do agregado: (i) da retribuição transferida, que geralmente exige o justo valor à data de aquisição; ii) da quantia de qualquer interesse que não controla na adquirida; e iii) numa concentração de atividades empresariais alcançada por fases, do justo valor à data de aquisição do interesse de capital próprio anteriormente detido da adquirente na adquirida, sobre o líquido das quantias à data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

O *goodwill* de aquisições de subsidiárias é incluído nos ativos intangíveis e o de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o efeito do *goodwill* referente à mesma.

2j – Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as amortizações dos seus ativos intangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Outros ativos intangíveis	Vida útil
Despesas de desenvolvimento	3
Propriedade Industrial e Outros Direitos	3 a 10
Software	3
Direito de concessão	50

2k – Imparidade de ativos em geral

Os ativos intangíveis que não têm uma vida útil definida e os ativos intangíveis em curso não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais a exemplo do que acontece com o *goodwill*. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado ativo, o mesmo deverá ser agregado com outros ativos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Sempre que se verifique uma perda por imparidade numa UGC à qual tenha sido alocado *goodwill*, a perda será imputada em primeiro lugar ao *goodwill* sendo o remanescente rateado por entre os ativos que a compõem com base na quantia escriturada dos mesmos. Nesta repartição pelos ativos, o valor ajustado de cada um não poderá ficar inferior ao maior de entre o justo valor deduzido dos custos de venda, o seu valor de uso e zero.

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A amortização do bem será ajustada prospectivamente de acordo com o valor amortizável ajustado pela imparidade registada.

2l – Ativos biológicos e produtos agrícolas

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são mensurados pelo custo depreciado.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita, constitui o montante a registar em inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda e de uma alteração de justo valor menos os custos

estimados no ponto-de-venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico ou produto agrícola mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados for condicional, o Grupo PARPÚBLICA reconhece o subsídio como rendimento apenas quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

2m – Outros ativos financeiros

Os ativos financeiros enquadráveis na IAS 39 são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo do objetivo para o qual esse ativo foi adquirido:

- Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos são ativos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pelo Grupo PARPÚBLICA com o objetivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. São mensurados inicialmente no balanço pelos seus justos valores e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente nos lucros ou prejuízos.
- Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que o Grupo PARPÚBLICA tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados em cada uma das categorias anteriores. São mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e quaisquer alterações subsequentes aos seus justos valores são reconhecidas diretamente no capital próprio, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativa anteriormente reconhecido no capital próprio deverá ser reconhecido nos resultados. Os

dividendos resultantes de um instrumento de capital próprio disponível para venda são reconhecidos nos resultados quando o direito da entidade de receber pagamento for estabelecido.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado (bem como os derivados que estejam ligados a esses instrumentos de capital próprio e que devam ser liquidados pela entrega dos mesmos) são mensurados pelo custo.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram; (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o Grupo não reteve o controlo sobre esse ativo.

O Grupo PARPÚBLICA avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, ou grupos de ativos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e em caso afirmativo, determina os fluxos de caixa futuros descontados e reconhece a perda.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada registada no capital próprio (correspondente às variações negativas no justo valor) é transferida para resultados. Para as categorias de ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado (incluindo investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo), as perdas por imparidade reconhecidas são registadas diretamente nos resultados.

Se num período subsequente a quantia da perda por imparidade diminuir e tal facto for objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda, esta é revertida, até ao ponto em que não exceda o custo ou o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida.

No caso de investimentos em instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo, bem como, de investimentos em instrumentos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, as perdas de imparidade reconhecidas não são reversíveis. No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a reversão dessas perdas é efetuada por via dos resultados.

2n – Inventários

Os Inventários são mensurados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em existências.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados previamente de acordo com a IAS 41, conforme referido na nota 21.

2o – Caixa e depósitos bancários

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

2p – Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

O Grupo PARPÚBLICA classifica um ativo não corrente ou um grupo para alienação como detido para venda se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez de através de uso continuado e se estiverem em condições para venda imediata e esta seja altamente provável e concretizável dentro de um ano após a classificação.

Espera-se que as vendas dos ativos não correntes ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respetiva classificação como detidos para venda. Podem existir acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Grupo PARPÚBLICA que obrigam a estender o período para concluir as vendas para lá de um ano, apesar de se manter comprometimento com a venda dos ativos ou dos grupos para alienação; nestes casos, é mantida a classificação como detidos para venda.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre as respetivas quantias escrituradas e os respetivos justos valores menos os custos de venda. Antes da classificação inicial dos ativos ou grupos para alienação como detidos para venda, as respetivas quantias escrituradas foram mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis. Por outro lado, são reconhecidas perdas por imparidade relativamente a reduções do ativo ou grupo do ativo para alienação para o justo valor menos os custos de vender e são reconhecidos ganhos para qualquer aumento no justo valor menos os custos de vender dos ativos até à quantia inicial.

A participação financeira no Grupo TAP e a participação detida pelo Grupo AdP no Capital da Empresa Geral do Fomento foram classificadas como detidas para venda, conforme se evidencia na nota 21.

2q – Instrumentos de capital próprio da entidade

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio do Grupo PARPÚBLICA apenas são reconhecidas (como passivo ou pagamento) e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista do Grupo PARPÚBLICA.

2r – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta sendo que como resultado de acontecimentos passados e são reconhecidas pelo seu valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2s – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apurado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes registados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções conforme seja apropriado.

O Grupo PARPÚBLICA utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo PARPÚBLICA.

Um relacionamento de cobertura qualifica-se para contabilidade de cobertura quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- No início da cobertura, existir designação e documentação formais do relacionamento de cobertura e do objetivo e estratégia da gestão de risco para levar a efeito a cobertura. Essa documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como vai ser avaliada a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto atribuíveis ao risco coberto.
- Existir a expectativa que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir alterações de compensação no justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para esse relacionamento de cobertura em particular.
- Quanto a coberturas de fluxos de caixa, uma transação prevista que seja o objeto da cobertura tem de ser altamente provável e apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

- A eficácia da cobertura poder ser fiavelmente mensurada, isto é, o justo valor ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao justo valor do instrumento de cobertura poderem ser fiavelmente mensurados.
- A cobertura ser avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente eficaz durante todo o período de relato financeiro para o qual a cobertura foi designada.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, a quantia escriturada desse ativo ou passivo, determinada com base na respetiva política contabilística, é ajustada por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos e passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é classificado como instrumento de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente e o ativo ou passivo coberto passam a ser mensurados em conformidade com a categoria onde se enquadram.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida no capital próprio, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados do período. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. No caso de a cobertura estar associada a uma operação futura, se for previsível que a operação futura não se efetuará, os montantes registados no capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados no período.

As operações de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo uma cobertura de um item monetário que seja contabilizada como parte do investimento líquido, são contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxo de caixa. O ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura relacionado com a porção eficaz da cobertura que tenha sido reconhecida diretamente no capital próprio é reconhecido nos resultados aquando da alienação da unidade operacional estrangeira.

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício.

2t – Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

2u – Benefícios dos empregados

O Grupo PARPÚBLICA atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada. Porém, além dos planos de benefícios definidos, algumas subsidiárias do Grupo PARPÚBLICA atribuem benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, através de planos de contribuição definida.

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões complementados por provisões específicas quando necessário.

Neste contexto, o Grupo PARPÚBLICA determina o deficit ou excedente (o valor atual da obrigação de benefícios definidos, menos o justo valor dos ativos do plano (caso existam), (i) usando uma técnica atuarial, o método da unidade de crédito projetada, para fazer uma estimativa fiável do custo final que representa para a entidade o benefício que os empregados obtiveram em troca do seu serviço no período em curso e em períodos anteriores; (ii) descontando esse benefício de modo a determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e do custo corrente do serviço, e (iii) deduzindo o justo valor de quaisquer ativos do plano do valor presente da obrigação de benefícios definidos.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades do Grupo PARPÚBLICA são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente.

Custos de serviços passados são reconhecidos nos resultados no período de alterações no plano. O montante de juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

Custos de benefícios definidos compreendem:

- Custo do serviço (incluindo custo de serviço corrente, custo de serviço passado e ganhos e perdas aquando da liquidação), a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal
- Juro líquido sobre o passivo (ativo) líquidos de benefícios definidos, a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal
- Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, que incluem (i) ganhos e perdas atuariais, (ii) o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, e (iii) qualquer variação do efeito do limite máximo dos ativos, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos), a reconhecer em outro rendimento integral.

Na determinação das responsabilidades, são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas da entidade das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - (i) mortalidade, tanto durante como após o emprego;
 - (ii) taxas de rotação, de incapacidade e de reforma antecipada dos empregados;
 - (iii) a proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
 - (iv) taxas de reivindicação segundo os planos médicos.
- pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - (i) a taxa de desconto;
 - (ii) níveis de ordenados futuros e de benefícios;
 - (iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros incluindo, quando material, o custo de administrar reivindicações e pagamentos de benefícios; e
 - (iv) taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

2v – Locações

O Grupo PARPÚBLICA classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, dando cumprimento aos critérios estabelecidos na IAS 17.

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, ou pelo montante atual das rendas de locação vincendas, se menor. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados; e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha reta durante o período de locação.

O Grupo PARPÚBLICA apresenta no balanço os ativos locados a terceiros (locação operacional) de acordo com a natureza do ativo.

Os rendimentos provenientes de contratos de locação operacional são reconhecidos no rendimento numa base de linha reta durante o prazo da locação.

Os custos diretos iniciais incorridos são adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação, na mesma base do rendimento da locação.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na IAS 36.

2w – Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

O rédito proveniente das vendas de bens é reconhecido quando forem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo PARPÚBLICA tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo PARPÚBLICA não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso de ativos do Grupo PARPÚBLICA que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

- Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito do Grupo PARPÚBLICA (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

Os rendimentos e gastos dos contratos de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento.

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, de acordo com o regime do acréscimo e em conformidade com o método do juro efetivo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Embora a taxa de juro das obrigações com opção embutida tenha sido fixada tendo em conta também as perspetivas de evolução do valor das ações subjacentes e logo do valor da opção, a diferença entre as variações de justo valor nas opções e nas ações são incluídas na rubrica “variações de justo valor” da demonstração dos resultados e não como complemento ou atenuação dos juros reconhecidos nos gastos de financiamento, por se considerar que tais variações têm relação próxima com as operações de privatização de ativos que suportam.

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que o Grupo PARPÚBLICA cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de ativos são registados como um rendimento diferido no passivo e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como créditos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar. Os subsídios do Governo relacionados com ativos biológicos têm o tratamento descrito na nota 21.

2x – Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período. Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que:

- Não seja uma concentração de atividades empresariais; e
- No momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do *goodwill*; ou
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Os Ativos por Impostos Diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

2y – Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As demonstrações financeiras das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas cuja moeda funcional difere do euro são transpostas para euros da seguinte forma:

- Os ativos e passivos de cada balanço são transpostos à taxa de câmbio na data desse balanço;
- Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa evidenciados em cada demonstração financeira são transpostos às taxas de câmbio nas datas das transações; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no capital próprio.

2z – Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) atuam no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de maio, e DL 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, as empresas do Grupo com atividades reguladas adotaram as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o novo IFRS emitido pelo IASB sobre atividades reguladas). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

A atividade das empresas Multimunicipais do Grupo AdP é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

É entendido que se encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual, bem como o registo dos desvios tarifários. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

a) Desvio tarifário ativo e passivo

Os contratos de concessão das empresas do Grupo AdP estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos, em termos anuais, baseados na completa recuperação dos custos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias. Potencialmente, a esta remuneração ainda pode acrescer uma remuneração relativa a ganhos de produtividade.

Assim, anualmente o Grupo AdP efetua o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios tarifários – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do rédito do desvio tarifário corresponde ao crédito ou ao débito a fazer ao rédito das atividades reguladas por forma a que este revele os rendimentos necessários ao cumprimento do disposto

contratualmente relativamente à recuperação integral dos custos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Se a diferença for positiva (tarifa praticada > tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário negativo que deve ser levado a débito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um ativo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao débito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

Se a diferença for negativa (tarifa praticada < tarifa necessária) gera-se um desvio tarifário positivo que deve ser levado a crédito dos rendimentos. Este registo dá lugar ainda ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos, relativos à correção do imposto associada ao crédito dos rendimentos. O efeito líquido corresponde à correção do resultado líquido para a recuperação integral dos custos e a remuneração acionista garantida anualmente.

b) Acréscimos de custos para investimentos contratuais e política de amortizações

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos custos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão e da parceria.

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, normalmente fazem-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

Estas amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos, iniciais e ainda por realizar, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade. São registadas nos resultados por contrapartida de amortizações acumuladas e de acréscimos de custos para investimentos contratuais regulados no passivo.

2aa – Serviços no âmbito de concessões de águas e resíduos

As empresas concessionárias do Grupo AdP exercem atividades que constituem serviços de interesse económico geral (30 concessões multimunicipais e parcerias – 11 de resíduos e 19 de água e saneamento).

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Aditamentos em análise pelo concedente	Remuneração acionista	
					Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Águas do Algarve	Concessão	30 anos	2001-2031	37 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro	Concessão	30 anos	2001-2031	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Centro Alentejo	Concessão	30 anos	2003-2032	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Douro e Paiva	Concessão	30 anos	1996-2026	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Mondego	Concessão	35 anos	2004-2039	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Norte Alentejano	Concessão	30 anos	2001-2030	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Noroeste	Concessão	50 anos	2010-2060	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Oeste	Concessão	35 anos	2001-2035	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2001-2030	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas de Trás-os-Montes	Concessão	30 anos	2001-2031	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas do Zêzere e Côa	Concessão	30 anos	2000-2030	50 anos	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Sanest	Concessão	25 anos	1995-2020	-	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simarsul	Concessão	30 anos	2004-2034	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simdouro	Concessão	50 anos	2009-2059	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simlis	Concessão	30 anos	2000-2029	50 anos	Euribor 6 meses + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simria	Concessão	50 anos	2000-2049	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	-	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

Resíduos	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Algar	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Amarsul	Concessão	25 anos	1997-2022	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Ersuc	Concessão	33 anos	1997-2030	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resiestrela	Concessão	25 anos	2003-2027	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resinorte	Concessão	30 anos	2009-2039	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Resulima	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Suldouro	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorlis	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorminho	Concessão	25 anos	1996-2021	TBA + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valorsul	Concessão	25 anos	2011-2034	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal
Valnor	Concessão	35 anos	2001-2036	OT 10 anos + 3%	C.Social+ Res. Legal

(1) A remuneração acionista incide, para além do capital social e da reserva legal, quando aplicável, sobre a remuneração e dívida (dividendos não distribuídos).

Das atividades exercidas pelo Grupo AdP são reguladas as atividades desenvolvidas em regime de concessão pelos sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento e valorização de resíduos (serviços em “alta”). Estas atividades são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As concessões geridas pelo Grupo AdP são do tipo BOT (Built-Operate-Transfer), e genericamente incluem a receção de infraestruturas já edificadas pelos municípios (mediante o pagamento ou não de uma

contrapartida), a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo da concessão estas infraestruturas são transferidas de novo ao concedente em pleno estado de utilização. Por não deter o pleno usufruto das infraestruturas (por exemplo existem restrições no que concerne à sua venda, dação como garantia, etc.), estas são classificadas como ativo intangível ao abrigo da IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços.

Contratualmente, as concessões assentam em modelos tendentes à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado. No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, as empresas do Grupo AdP concessionárias de SMM ou gestoras de parcerias classificam as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

De acordo com o IFRIC 12, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. Saliente-se ainda que o Grupo AdP, na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem, no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada das empresas do Grupo AdP, o rédito reconhecido é aquele que resulta estritamente da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador, mais ou menos o desvio tarifário subjacente, tal como previsto nos contratos de concessão, pelo que não é reconhecido o rédito de serviços de construção.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à sua disponibilização para uso.

As despesas que se materializem em expansão ou modernização das infraestruturas iniciais, por via da regulação económica das concessões, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), sendo desta forma contabilizadas como parte do ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em custos nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a

uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data, pelo que estes montantes são classificados como ativos financeiros (valor a receber, descontado).

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas da UNA-PD são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. As amortizações nas empresas da UNR são calculadas tendo por base o prazo da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro.

2ab – Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo PARPÚBLICA efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação ou amortização, é essencial para determinar o montante de depreciações ou amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Justo valor de propriedades de investimentos e ativos biológicos

As propriedades de investimento e os ativos biológicos mensurados pelo justo valor são objeto de avaliações por avaliadores independentes com adequada qualificação profissional, realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas com base nos seguintes métodos: método do rendimento, método do valor residual, método do custo e método de comparação de mercado.

Imparidade

O Grupo testa a imparidade de acordo com a política contabilística indicada na nota 2k. As quantias recuperáveis dos ativos ou das unidades geradoras de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso ou de valores de mercado baseados nas melhores estimativas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “*mark-to-market*” desses instrumentos. São usadas técnicas de avaliação e pressupostos para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro, com apoio de especialistas, tendo como *inputs* designadamente, curvas de taxas de juro, ativos subjacentes e volatilidades.

Provisões

As provisões são reconhecidas pelo Grupo para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa disponível no fim do período do relato. Sempre que a estimativa não seja possível ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo PARPÚBLICA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Imposto sobre o rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no exercício em que tais diferenças se constatarem.

3 - Reexpressões e reclassificações

Foram reexpressas e reclassificadas quantias comparativas, tendo em conta as seguintes situações principais:

RUBRICAS	31-Dez-13 (Reexpresso)	Reexpressões	31-Dez-13
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1 914 974	-	1 914 974
Propriedades de investimento	545 833	-	545 833
Goodwill	297 530	-	297 530
Ativos intangíveis	4 688 575	-	4 688 575
Ativos biológicos	18 564	-	18 564
Participações financeiras em associadas	485 821	-	485 821
Outras participações financeiras	817 871	-	817 871
Outros ativos financeiros	4 350 415	-	4 350 415
Ativos por impostos diferidos	368 332	-	368 332
Outras contas a receber	281 084	-	281 084
Diferimentos	564 509	-	564 509
	14 333 510	-	14 333 509
Ativo corrente			
Inventários	1 062 225	-	1 062 225
Ativos biológicos	2 797	-	2 797
Clientes	734 100	-	734 100
Adiantamentos a fornecedores	18 328	-	18 328
Estado e outros entes públicos	61 868	-	61 868
Accionistas / sócios	54	-	54
Outras contas a receber	271 071	-	271 071
Diferimentos	32 773	-	32 773
Outros ativos financeiros	6 495	-	6 495
Caixa e depósitos bancários	926 643	-	926 643
	3 116 352	-	3 116 353
Ativos não correntes detidos para venda	249 217	-	249 217
	3 365 570	-	3 365 570
Total do ativo	17 699 079	-	17 699 079
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	1 027 151	-	1 027 151
Reservas legais	725 556	-	725 556
Outras reservas	9 609	-	9 609
Ajustamentos em ativos financeiros	(16 196)	(38 642)	22 445
Resultados transitados	1 048 083	47 855	1 000 228
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	792 001	(9 213)	801 214
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	3 586 203	(0)	3 586 203
Interesses que não controlam	514 512	-	514 512
Total do capital próprio	4 100 715	(0)	4 100 715
Passivo não corrente			
Provisões	48 957	-	48 957
Financiamentos obtidos	5 868 721	-	5 868 721
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	77 097	-	77 097
Passivos por impostos diferidos	382 613	-	382 613
Estado e outros entes públicos	59 898	-	59 898
Outras contas a pagar	618 523	-	618 523
Outros passivos financeiros	125 869	-	125 869
Diferimentos	2 612 384	-	2 612 384
	9 794 062	-	9 794 062
Passivo corrente			
Provisões	63	-	63
Fornecedores	184 055	-	184 055
Adiantamentos de clientes	1 722	-	1 722
Estado e outros entes públicos	79 761	-	79 761
Acionistas / sócios	18	-	18
Financiamentos obtidos	2 564 167	-	2 564 167
Outras contas a pagar	880 377	-	880 377
Diferimentos	94 138	-	94 138
	3 804 302	-	3 804 302
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	0	-	0
	3 804 302	-	3 804 302
Total do passivo	13 598 364	-	13 598 364
Total do capital próprio e do passivo	17 699 079	(0)	17 699 079

RUBRICAS	2013 (Reexpresso)	Reexpressões	2013
Vendas e serviços prestados	4 222 465	-	4 222 465
Subsídios à exploração	5 509	-	5 509
Ganhos e perdas imputados de associadas	8 229	-	8 229
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	24 794	-	24 794
Ganhos/ perdas em alienações de participações	683 241	-	683 241
Variação nos inventários da produção	(9 403)	-	(9 403)
Trabalhos para a própria entidade	18 130	-	18 130
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(316 279)	-	(316 279)
Fornecimentos e serviços externos	(2 125 799)	-	(2 125 799)
Gastos com o pessoal	(933 911)	-	(933 911)
Ajustamentos de inventários	(30 264)	-	(30 264)
Imparidade de dívidas a receber	(4 394)	-	(4 394)
Provisões	(382)	-	(382)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	13 320	-	13 320
Aumentos / reduções de justo valor	109 338	(9 213)	118 551
Outros rendimentos e ganhos	133 691	-	133 691
Outros gastos e perdas	(108 307)	-	(108 307)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 689 979	(9 213)	1 699 192
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(421 907)	-	(421 907)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	(4 749)	-	(4 749)
Subsídios ao investimento	86 576	-	86 576
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 349 899	(9 213)	1 359 112
Juros e rendimentos similares obtidos	10 528	-	10 528
Juros e gastos similares suportados	(437 841)	-	(437 841)
Resultado antes de impostos	922 585	(9 213)	931 798
Imposto sobre o rendimento do período	(77 723)	-	(77 723)
Resultado líquido do período	844 861	(9 213)	854 075
Resultado líquido dos interesses que não controlam	52 860	-	52 860
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	792 001	(9 213)	801 216
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido do período	762 679	7 101	729 995
Resultado das unidades operacionais descontinuadas incluído no resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	756 907	6 576	729 701
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas	1,98	-0,02	2,00
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas	1,89	0,02	1,82

As reexpressões efetuadas a 31 de dezembro de 2013, referem-se à reclassificação e mensuração na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda de participações de capital em empresas não associadas (investimentos em instrumentos de capital próprio, i.e., ações da REN, da GALP – ações que não estão subjacentes à opção embutida no empréstimo obrigacionista, da PT e da ZON) que estavam classificadas na categoria de Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Os Ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo justo valor com as variações do justo valor a serem reconhecidas em Outro rendimento integral (e não no resultado do período).

4 - Fluxos de caixa

Os fluxos de caixa relativos à atividade operacional respeitam essencialmente ao segmento do Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas, traduzindo os recebimentos de clientes num peso de 77% (31DEZ13: 70%) sobre o total. Nos pagamentos a fornecedores e ao pessoal este segmento tem um peso de 88% (31DEZ13: 81%) e de 82% (31DEZ13: 64%), respetivamente.

As atividades de financiamento e de investimento respeitam essencialmente a operações do Grupo AdP e do Grupo TAP, com exceção para os recebimentos e pagamentos provenientes de investimentos financeiros da atividade de investimento e os recebimentos e pagamentos provenientes de financiamentos obtidos da atividade de financiamento, que englobam na sua maioria operações da PARPÚBLICA.

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas apresentam-se na nota 53.

5 - Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis	2014									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto										
Saldo inicial	330 822	844 036	3 233 852	14 327	31 837	115 136	159 006	16 813	68 265	4 814 093
Adições	85	1 521	16 589	427	1 146	2 366	410	17 525	10 269	50 337
Transferência para Detidos para venda	(41 919)	(349 154)	(2 093 896)	(6 746)	(33 009)	(67 550)	(24 119)	(3 332)	(17 167)	(2 636 892)
Alienações	(973)	(33)	(1 975)	(117)	-	(15)	(45)	(3)	(11)	(3 171)
Outras transferências/ abates	366	6 531	(24 628)	(406)	(14)	(60)	(1 350)	(19 619)	(98)	(39 278)
Diferenças câmbio	8	48	163	5	117	44	2	23	-	410
Saldo final	288 389	502 949	1 131 135	7 656	77	49 921	133 905	11 406	61 258	2 186 696
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	1 053	484 742	2 152 854	13 437	20 194	106 657	78 741	1	-	2 857 680
Adições	173	19 811	94 783	507	1 892	3 439	7 512	-	-	128 118
Transferência para Detidos para venda	-	(248 033)	(1 599 682)	(6 313)	(22 020)	(64 492)	(22 321)	-	-	(1 962 861)
Alienações	-	(19)	(1 859)	(98)	-	(14)	(36)	-	-	(2 026)
Outras transferências/ abates	-	274	(31 970)	(403)	(13)	(825)	(1 086)	-	-	(34 024)
Diferenças câmbio	-	9	117	3	21	34	2	-	-	186
Saldo final	1 226	256 784	616 935	7 139	74	44 799	62 812	1	-	989 770
Perdas de imparidade acumuladas										
Saldo inicial	21 273	18 689	-	-	-	-	1 090	386	-	41 438
Perdas imparidade reconhecidas	55	424	16	-	-	7	-	-	-	501
Perdas imparidade revertidas	(94)	-	-	-	-	-	(1 644)	-	-	(1 738)
Alienações	(82)	-	-	-	-	-	-	-	-	(82)
Saldo final	21 152	19 113	16	-	-	7	(554)	386	-	40 120
Valor líquido	266 011	227 052	514 185	517	3	5 115	71 648	11 019	61 258	1 156 806

Ativos fixos tangíveis	2013									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	
Ativo bruto										
Saldo inicial	301 260	704 333	3 226 616	14 293	31 066	112 828	154 496	18 482	70 137	4 633 511
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	30 870	137 972	847	99	-	1 397	2 346	26	-	173 558
Adições	233	752	11 603	421	1 447	2 061	2 283	12 329	205	31 334
Alienações	(699)	(6)	(2 200)	(31)	(19)	(30)	(3)	(416)	(31)	(3 436)
Outras transferências/ abates	(704)	1 844	(172)	(437)	1 101	(383)	(114)	(13 137)	(2 046)	(14 048)
Diferenças câmbio	(137)	(860)	(2 842)	(18)	(1 758)	(737)	(2)	(473)	-	(6 827)
Saldo final	330 822	844 036	3 233 852	14 327	31 837	115 136	159 006	16 813	68 265	4 814 093
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	878	422 552	2 035 884	13 216	19 311	104 142	70 608	1	-	2 666 592
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	40 787	722	98	-	1 373	968	-	-	43 949
Adições	175	21 706	125 350	595	1 866	3 709	7 415	-	-	160 816
Alienações	-	(5)	(640)	(31)	(15)	(1)	(2)	-	-	(694)
Outras transferências/ abates	-	(35)	(5 984)	(425)	(19)	(1 894)	(246)	-	-	(8 603)
Diferenças câmbio	-	(263)	(2 477)	(16)	(949)	(673)	(2)	-	-	(4 380)
Saldo final	1 053	484 742	2 152 854	13 437	20 194	106 657	78 741	1	-	2 857 680
Perdas de Imparidade Acumuladas										
Saldo inicial	25 356	12 282	-	-	-	-	3 560	-	-	41 198
Perdas Imparidade reconhecidas	1 135	6 407	-	-	-	-	-	386	-	7 928
Perdas Imparidade revertidas	(5 168)	-	-	-	-	-	(2 470)	-	-	(7 638)
Alienações	(50)	-	-	-	-	-	-	-	-	(50)
Saldo final	21 273	18 689	-	-	-	-	1 090	386	-	41 438
Valor líquido	308 496	340 604	1 080 997	890	11 643	8 479	79 175	16 426	68 265	1 914 974

Os Terrenos e edifícios (valores líquidos) a 31 de dezembro de 2014 incluem na sua maioria:

- 238 milhões de euros (31DEZ13: 237 milhões de euros) relativos a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP;
- 118 milhões de euros (31DEZ13: 148 milhões de euros) relativos às diversas tipologias de edificações afetas ao exercício da atividade dos mercados abastecedores do Grupo SIMAB (pavilhões hortofrutícolas, armazéns, entrepostos e outros); e
- 58 milhões de euros (31DEZ13: 59 milhões de euros) relativos ao Grupo Baía do Tejo.

O Equipamento básico (valores líquidos) a 31 de dezembro de 2014 inclui na sua maioria equipamento de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP, no montante global de 510 milhões de euros (31DEZ13: 522 milhões de euros).

O aumento da rubrica Equipamento básico refere-se essencialmente às aquisições, pelo Grupo TAP, de sobressalentes de reserva e equipamentos para a frota no montante de 5,2 milhões de euros e 6,1 milhões de euros, respetivamente, e equipamentos de *catering*, manutenção e obras de reparação do montante de 1,7 milhões de euros.

As alienações da rubrica de Equipamento básico são provenientes na sua maioria do Grupo TAP, com 1 864 milhares de euros.

As transferências e abates da rubrica de Equipamento básico são essencialmente provenientes do Grupo TAP, com 25 640 milhares de euros, relativas a sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção.

O montante de Equipamento de transporte (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 239 milhares de euros (31DEZ13: 408 milhares de euros), da Baía do Tejo, com 122 milhares de euros (31DEZ13: 37 milhares de euros) e da Companhia das Lezírias, com 104 milhares de euros.

O montante de Equipamento administrativo (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 3 milhões de euros (31DEZ13: 2,6 milhões de euros) e da INCM, com 1,4 milhões de euros (31DEZ13: 1,8 milhões de euros).

A rubrica de Outras imobilizações corpóreas (valores líquidos) inclui essencialmente: (i) 59,5 milhões de euros (31DEZ13: 63,6 milhões de euros) de material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul respeitante à SAGESECUR; (ii) 8,8 milhões de euros (31DEZ13: 8,7 milhões de euros) referentes à INCM; e (iii) 2,3 milhões de euros (31DEZ13: 2,1 milhões de euros) do Grupo AdP.

As transferências e abates da rubrica de Imobilizações em curso incluem essencialmente: (i) 13,7 milhões de euros do Grupo AdP relativo à transferência do valor dos adiantamentos por conta de investimentos; e (ii) 3, 4 milhões de euros do Grupo TAP.

A rubrica de Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas (valores líquidos) refere-se a:

- adiantamentos efetuados pelo Grupo Baía do Tejo no montante de 56,8 milhões de euros (31DEZ13: 56,8 milhões de euros), relacionados com o valor do contrato promessa de compra e venda celebrado entre o Grupo Baía do Tejo e o Estado Português para a aquisição dos imóveis do complexo da Margueira; e
- adiantamentos efetuados pela Lazer e Floresta no montante de 4,5 milhões de euros (31DEZ13: 4,6 milhões de euros), relacionados com a aquisição de propriedades, aguardando-se a efetivação da escritura.

O saldo inicial das perdas por imparidade acumuladas está maioritariamente relacionado com ativos da Companhia das Lezírias, Circuito do Estoril, SAGESECUR e Lazer e Floresta.

As perdas por imparidade reconhecidas respeitam a edifícios, equipamento básico e equipamento administrativo do Grupo SIMAB.

As perdas por imparidade revertidas respeitam a:

- 912 milhares de euros relativos à reversão de imparidade de outras imobilizações corpóreas da SAGESECUR;
- 777 milhares de euros relativos à reversão de imparidades de ativos fixos no MARF (Grupo SIMAB), com reflexo em terrenos e outras imobilizações corpóreas.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda em 2014 no valor líquido de 674 milhões de euros correspondem a 673,7 milhões de euros do Grupo TAP e a 188 milhares de euros do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), os quais passaram a estar incluído num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21 onde são apresentados os saldos a 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Ativos fixos tangíveis incluía 735,1 milhões de euros do Grupo TAP e 310 milhares de euros do Grupo EGF.

6 - Propriedades de investimento

Propriedades de investimento	31-Dez-14	31-Dez-13
	Ao justo valor	Ao justo valor
Saldo inicial	545 833	440 836
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	1 148
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos	(20 684)	9 100
Aumentos - aquisições	17 553	1 149
Alienações	(4 204)	-
Transferências para e de inventários e propriedade ocupada pelo dono	-	91 431
Transferências para ativos tangíveis	(27)	318
Depreciações	-	-
Transferência de/ para Detidos para venda	(2 139)	2 002
Outras variações	(821)	(149)
Saldo final	535 512	545 833
Total		

Propriedades de investimento (por nível da hierarquia do justo valor)	31-Dez-14	31-Dez-13
Nível 1 (preços cotados)	-	-
Nível 2 (outras fontes que não preços cotados, mas que sejam observáveis)	-	3 864
Nível 3 (fontes que não tenham por base o mercado observável)	535 512	541 969
	535 512	545 833

As Propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades:

Propriedades de Investimento por entidade	31-Dez-14	31-Dez-13
Grupo SAGESTAMO	259 564	274 800
Grupo Baía do Tejo	126 193	128 009
Companhia das Lezírias	62 956	63 234
Fundo IIF Estamo	31 695	31 854
Lazer e Floresta	36 898	38 639
Grupo TAP	0	3 864
Grupo AdP	13 745	973
SIMAB	4 460	4 460
Total	535 512	545 833

O principal critério usado para distinguir Propriedades de investimento de Propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios provém do arrendamento.

O valor de perdas líquidas em Ajustamentos de justo valor, no montante de 21 milhões de euros, corresponde essencialmente a:

- 18,2 milhões de euros de perdas provenientes do Grupo Sagestamo, relativos a imóveis e terrenos em carteira; e
- 2,8 milhões de euros de perdas provenientes do Grupo Baía do Tejo, relativos aos parques industriais em carteira;

O Grupo SIMAB reclassificou, em dezembro 2013, para a rubrica de propriedades de investimento, o terreno que se encontrava contabilizado como ativo detido para venda por 2 002 milhares de euros, por se ter verificado a rescisão do contrato de promessa de compra e venda e ter deixado de existir a expectativa de alienação do mesmo, no prazo de 12 meses. O terreno foi objeto de uma avaliação imobiliária com referência à data de 31 de dezembro de 2013, que lhe atribuiu o valor global de 2 720 milhares de euros. O valor de mercado do imóvel foi calculado através do método do valor residual.

Os aumentos do ano das Propriedades de investimento ao justo valor, incluem:

- o montante de 3 703 milhares de euros referentes a aquisições do Grupo Sagestamo; e
- o montante de 12 884 milhares de euros provenientes do Grupo AdP. Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento no valor de aproximadamente 12,8 milhões de euros. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014, culminaram com a materialização, em 31 de dezembro, da

transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL (vide nota 46).

As alienações do ano no montante de 4,2 milhões de euros correspondem essencialmente:

- à venda de um edifício no Rio de Janeiro (Brasil) pelo Grupo TAP, no montante de 1,8 milhões de euros; e
- a duas propriedades alienadas pela Lazer e Floresta, no montante total de 2,1 milhões de euros.

O montante identificado como Transferências de/para Detidos para venda corresponde aos ativos do Grupo TAP incluídos no grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5 conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Propriedades de investimento incluía o montante de 3,9 milhões de euros correspondentes do Grupo TAP e 17 milhares de euros do Grupo EGF.

Os métodos significativos aplicados na determinação do justo valor de Propriedades de investimentos são descritos de seguida:

- Método de Comparação de Mercado – Consiste em relacionar o valor de um imóvel com os dados de mercado relativos às transações recentes de propriedades na mesma área de localização cujas características sejam comparáveis ou semelhantes.
- Método do Custo – Considera-se o somatório dos gastos necessários para reproduzir uma propriedade com as mesmas características da avaliada, de acordo com os preços vigentes no mercado.
- Método do Rendimento – Considera-se que o valor do imóvel é equivalente ao investimento necessário para obter o rendimento real gerado pela exploração do negócio, sendo calculado através do desconto desse rendimento por uma taxa *yield* (binómio risco/rendimento associado ao investimento) adequada às características do imóvel e ao nível de risco do investimento imobiliário. É um método indireto, comum na aferição do valor de mercado de ativos suscetíveis de gerar rendimento em função da utilização para a qual estarão mais vocacionados.
- Método do Valor Residual – Baseia-se no princípio da máxima e melhor utilização de um terreno urbano, segundo as premissas aprovadas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel e considerando que o mesmo se encontra expectante, isto é, livre de construções, salvaguardas e compromissos urbanísticos de carácter público. O valor do solo urbano determina-se deduzindo ao conjunto das receitas potencialmente geradas pelo empreendimento (apuradas através do Método de Comparação de Mercado e/ou do Rendimento), os gastos necessários à execução física do edificado, infraestruturas e obras de urbanização, bem como os gastos indiretos afetos, como projetos, taxas, encargos de gestão, fiscalização, promoção e comercialização (obtidos através do Método do Custo). Tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do empreendimento o estudo da rentabilidade global decorre de uma análise de fluxos de caixa (*cash flow*), sendo utilizada uma taxa de atualização correspondente à rentabilidade mínima exigida pelo investidor/promotor.

Os principais pressupostos assumidos na utilização do Método do Valor Residual e do Método do Rendimento são os seguintes:

Taxas de atualização por método/Subsidiária	Método do Rendimento	Método do Valor Residual
Grupo SAGESTAMO	Entre 5,50% e 9%	Entre 8,50% e 11,50%
Grupo Baía do Tejo	Entre 8% a 12%	n.a.
Companhia das Lezírias	5,25%	15%
Fundo IIF Estamo	n.a.	10%
Lazer e Floresta	5,25%	n.a.

7 - Goodwill

Goodwill	2014			2013			
	Saldo inicial	Transferência para Detidos para venda	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Outras variações	Saldo final
Manutenção e Engenharia Brasil	129 940	(129 940)	-	137 796	-	(7 856)	129 940
Transporte Aereo	63 099	(63 099)	-	63 099	-	-	63 099
AdP	95 005	(10 070)	84 934	95 005	-	-	95 005
Valorsul	3 307	(3 307)	-	3 307	-	-	3 307
Algar	130	(130)	-	130	-	-	130
Aquasis	210	-	210	210	-	-	210
Baía do Tejo	91	-	91	91	-	-	91
Simab	5 749	-	5 749	0	5 749	-	5 749
	297 530	(206 546)	90 984	299 638	5 749	(7 856)	297 530

TAP Goodwill

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa (UGCs), é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a atual estrutura produtiva, sendo, por norma, utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

No caso da unidade de negócio da Manutenção e Engenharia Brasil foi utilizado um orçamento para o ano seguinte e uma estimativa para o período subsequente de 8 anos que incorporou, nomeadamente, a recuperação dos prejuízos fiscais existentes na estimativa de fluxos de caixa.

Em resultado dos testes de imparidade efetuados a estas três empresas, não foram identificadas perdas por imparidade no *goodwill*. Os principais pressupostos utilizados para efeitos de testes de imparidade foram os seguintes, tendo em conta o país em que se inserem cada uma das UGCs:

31 -Dez-2014	Portugal	Brasil
Taxa de Desconto*	8,90%	14,50%
CAGR da receita **	2,60%	14,70%
Crescimento da perpetuidade	2,00%	5,00%
Taxa de Imposto	25,00%	34,00%

31 -Dez-2013	Portugal	Brasil
Taxa de Desconto*	10,00%	14,50%
CAGR da receita **	6,50%	13,10%
Crescimento da perpetuidade	0,00%	4,00%
Taxa de Imposto	26,50%	34,00%

*Taxa de desconto líquida de impostos

** *Compound Annual Growth Rate* da receita

AdP Goodwill

Foram efetuados testes à imparidade do goodwill da AdP, tendo como referencia o valor recuperável da unidade geradora de caixa que o gerou. A avaliação demonstrou que os valores excedem largamente a quantia escriturada dos ativos, incluindo o *goodwill*, não se registando qualquer imparidade.

O montante de 10 070 milhares de euros da AdP referente a Transferências para Detidos para venda, corresponde à reclassificação do Goodwill da EGF na proporção de 10,6%, o equivalente ao peso dos ativos líquidos do Grupo EGF no Grupo AdP a 31 de dezembro de 2014.

SIMAB Goodwill

Foram feitos testes de imparidade ao Goodwill do Grupo SIMAB, não se registando qualquer imparidade.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda em 2014 correspondem ao montante de 25,8 milhões de euros do Grupo TAP e ao montante de 657,4 milhões de euros do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), os quais passaram a estar incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Ativos intangíveis incluía o montante de 774 milhares de euros do Grupo TAP e o montante de 682,3 milhões de euros do Grupo EGF.

8 - Ativos intangíveis

Ativos intangíveis (valores líquidos)	31-Dez-14			31-Dez-13		
	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	Total	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	Total
Saldo inicial	3	4 688 572	4 688 575	3	4 722 245	4 722 248
Aumentos por intermédio de concentrações de atividades empresariais	-	-	-	-	847	847
Transferência para Detidos para Venda	-	(683 181)	(683 181)	-	-	-
Perdas Imparidade reconhecidas (sinal -)	-	663	663	-	-	-
Adições	-	140 903	140 903	-	155 947	155 947
Alienações (sinal -)	-	-	-	-	-	-
Outras transferências/ abates	-	(12 204)	(12 204)	-	(32 416)	(32 416)
Amortizações	-	(131 338)	(131 338)	-	(158 052)	(158 052)
Diferenças Câmbio (sinal + ou -)	-	(2)	(2)	-	-	-
Saldo final	3	4 003 412	4 003 415	3	4 688 572	4 688 575

Os ativos intangíveis advêm essencialmente do Grupo AdP num montante de 4 mil milhões de euros (31DEZ13: 4,7 mil milhões de euros). Estes ativos intangíveis correspondem maioritariamente a direitos de utilização de infraestruturas (IFRIC 12) da unidade de negócio UNA-PD (unidade de negócios de produção e depuração de água).

As adições (140,9 milhões de euros), as outras transferências / abates (12,2 milhões de euros) e as amortizações (131,3 milhões de euros) advêm essencialmente do Grupo AdP. A unidade de negócio que mais contribuiu para este volume de investimentos foi a UNA-PD.

No período findo em 31 de dezembro de 2014, à semelhança do ano anterior, verifica-se uma redução significativa do nível de investimentos efetuados pelas empresas do Grupo AdP, face aos anos anteriores. Esta redução deve-se aos condicionantes económicos, financeiros e regulatórios atuais.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda em 2014 correspondem ao montante de 738 milhões de euros do Grupo TAP e ao montante de 682,4 milhões de euros do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), os quais passaram a estar incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Ativos intangíveis incluía o montante de 774 milhares de euros do Grupo TAP e o montante de 682,3 milhões de euros do Grupo EGF.

9 - Ativos biológicos

2014							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	9 577	-	(196)	(119)	-	-	9 262
Eucaliptal	7 281	-	(139)	(693)	-	-	6 449
Bovinos reprodutores	659	-	(51)	-	-	-	607
	17 517	-	(385)	(812)	-	-	16 319
Ativos - mensurados ao custo							
Olival	361	-	-	-	(16)	-	345
Vinha	661	252	-	-	(51)	-	862
Outros	26	-	-	-	(3)	-	22
	1 048	252	-	-	(71)	-	1 229
Total	18 564	252	(385)	(812)	(71)	-	17 548

2013							
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	9 333	-	281	(37)	-	-	9 577
Eucaliptal	6 431	-	1 245	(395)	-	-	7 281
Bovinos reprodutores	736	-	(77)	-	-	-	659
	16 500	-	1 449	(432)	-	-	17 517
Ativos - mensurados ao custo							
Olival	381	-	-	-	(8)	(12)	361
Vinha	713	-	-	-	(51)	-	661
Outros	20	8	-	-	(2)	-	26
	1 114	8	-	-	(62)	(12)	1 048
Total	17 613	8	1 449	(432)	(62)	(12)	18 564

2014							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	0	-	-	-	-	-	0
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	797	-	(41)	-	-	-	755
Total	2 797	-	(41)	-	-	-	2 755

2013							
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Variações do exercício derivadas de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV							
Floresta							
Pinhal	0	-	-	-	-	-	0
Eucaliptal	2 000	-	-	-	-	-	2 000
Bovinos reprodutores	849	-	(52)	-	-	-	797
Total	2 849	-	(52)	-	-	-	2 797

Os principais ativos biológicos são a floresta (sobretudo pinhal, eucaliptal e montado de sobro), o olival, a vinha e ainda os bovinos reprodutores.

A floresta, com exceção do montado de sobro, encontra-se registada ao justo valor calculado através do método do valor atual dos fluxos de caixa descontados, conforme previsto na IAS 41. A área afeta é: (i) de Pinheiro e outras resinosas, 3 493 hectares (3 434 hectares em 31DEZ13); (ii) de Eucalipto, 4 432 hectares (5 669 hectares em 31DEZ13) e (iii) de Sobreiros, 8 287 hectares (8 287 hectares em 31DEZ13).

Em virtude do montado de sobro ser um ativo sujeito a regime condicionante, o ativo montado de sobro encontra-se classificado como um ativo fixo tangível.

Os Ativos biológicos olival e vinha encontram-se também valorizados ao custo depreciado (considerando uma vida útil de 20 e 25 anos, respetivamente), dado não ser possível estimar com fiabilidade o respetivo justo valor.

No que diz respeito aos animais de trabalho e bovinos reprodutores estes encontram-se valorizados ao justo valor.

O justo valor dos Ativos biológicos foi determinado por avaliadores independentes, adotando indicadores físicos, temporais e valorimétricos relevantes para os tipos de ativos. Para o apuramento do justo valor, foi utilizado o método dos fluxos de caixa descontados e a taxa de atualização entre 5,00% e 6,00%.

10 - Participações financeiras em associadas

Participações financeiras em associadas	2014						
	Saldo inicial	Adições	Movimentos de equivalência patrimonial	Transferência para "Ativos disponíveis para venda"	Perdas imparidade reconhecidas	Outras transferências	Saldo final
Parcaixa, SGPS, SA	465 723	-	4 617	-	(0)	-	470 340
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 814	-	195	-	(195)	-	5 814
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	62	-	(3)	-	-	-	58
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	256	-	5	-	-	-	261
ORIVÁRZEA, S.A.	1 776	-	181	-	-	-	1 956
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	10 799	-	475	(11 274)	-	-	(0)
Águas de Timor	5	-	-	-	-	(5)	-
Mieses	232	33	-	-	-	-	265
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	-	1
Trevoeste	-	-	-	-	-	-	-
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	1 150	-	(123)	-	-	-	1 027
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	-	4
	485 821	33	5 347	(11 274)	(196)	(5)	479 726

Participações financeiras em associadas	2013							
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Movimentos de equivalência patrimonial	Perdas imparidade reconhecidas	Perdas Imparidade revertidas	Outras transferências	Saldo final
Parçaixa, SGPS, SA	452 166	-	-	13 557	-	-	-	465 723
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	5 902	-	-	-	(88)	-	-	5 814
Credip - Instituição Financeira de Crédito	2 359	-	(2 359)	-	-	-	-	-
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, S.A.	64	-	-	(2)	-	-	-	62
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	642	-	-	(150)	-	-	(236)	256
ORIVÁRZEA, S.A.	1 621	-	-	155	-	-	-	1 776
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	5 890	-	-	(110)	-	5 018	-	10 799
Águas de Timor	5	-	-	-	-	-	-	5
Mieses	209	23	-	-	-	-	-	232
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	-	-	1
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	-	1 255	-	(105)	-	-	-	1 150
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	-	-	4
	468 863	1 278	(2 359)	13 346	(88)	5 018	(236)	485 821

Das principais variações verificadas em 2014, destacam-se:

- A aplicação do método de equivalência patrimonial;
- A transferência da participação na INAPA para Ativos disponíveis para venda.

Em 06 de agosto de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária uma disposição que prevê a não consideração dos votos, durante o período em que as ações preferenciais da INAPA confirmam direito de voto (atribuído em 23 de abril de 2014), correspondentes a ações detidas por um acionista, ou por acionistas que com ele se encontre sujeito a um domínio comum, que excedam um terço da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Assim, as 49 084 738 ações da INAPA detidas pela PARPÚBLICA passaram a representar 8,26% dos direitos de voto (31DEZ13: 32,72%), dado o entendimento que a PARPÚBLICA e a PARCAIXA se encontram sob controlo comum do Estado. A PARPÚBLICA deixou de deter influência significativa, passando a participação na INAPA a ser classificada na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda e mensurada pelo justo valor com as variações reconhecidas em Outro rendimento integral. Para o efeito da mensuração a 31 de dezembro de 2014, a cotação considerada foi de 0,15 euros/ação, resultando em 7 363 milhares de euros (vide nota 11).

11 - Outras participações financeiras

Outras participações financeiras	31-Dez-14	31-Dez-13
Valorizadas ao justo valor		
GALP	494 570	694 277
INAPA	7 363	-
Portugal Telecom e ZON Multimédia	1 283	3 142
REN	-	118 326
Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.	2 000	2 000
Outros	20	20
	505 237	817 765
Valorizadas ao custo		
Soc. Parque Industrial de Vendas Novas	-	36
P.I.S.	-	3
Outros	67	67
	67	106
	505 303	817 871

Das principais variações verificadas em 2014, destacam-se:

- Decréscimo de 200 milhões de euros decorrente essencialmente da variação negativa do justo valor das ações da GALP que estão subjacentes à opção do empréstimo obrigacionista (vide nota 45);
- Reclassificação da participação da INAPA e valorização ao justo valor a 31 de dezembro de 2014, no montante de 7 363 milhares de euros (vide nota 10);
- Alienação das ações (participação remanescente de 9,9%) da REN, decorrente da 2.ª fase de reprivatização, que gerou uma receita de 141 669 milhares de euros e o reconhecimento de uma menos valia no montante de 20 338 milhares de euros (vide nota 35), que inclui: (i) 17 399 milhares de euros da reclassificação em resultados de variações de justo valor registadas até ao momento da venda em Outro rendimento integral (variação de 2014: 23 369 milhares de euros e variação até 2013: 40 768 milhares de euros negativos); e (ii) as despesas com o processo de reprivatização.

A estimativa utilizada para o cálculo do justo valor das Participações financeiras foi baseada nas referências de mercado (sempre que disponível cotação desses ativos), em transações recentes ou em avaliações técnicas.

12 - Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados				
Detido para negociação				
Unidades de Participação - Fundo Imopoupança e Fundiestamo I	6 904	-	6 459	-
Outros	-	6 405	-	-
Detidos até à maturidade	-	6 314	-	6 158
Empréstimos correntes e contas a receber				
Adiantamentos relativos a privatizações	-	4 588 830	-	4 205 264
Fundo de renovação	-	-	-	2 678
Fundo de reconstituição	-	102 668	-	123 316
Outros	-	12 108	-	12 956
Disponíveis para venda				
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-	-	34
Outros	4	10	36	9
	6 908	4 716 335	6 495	4 350 415

A rubrica de Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados – ativo corrente, corresponde a unidades de participação detidas pela SAGESECUR no Fundo Fundiestamo I com 6 886 unidades de participação (31DEZ13: 6 008 unidades de participação) e no Fundo Imopoupança com 1 970 unidades de participação (31DEZ13: 1 970 unidades de participação), no montante global de 6 904 milhares de euros (31DEZ13: 6 459 milhares de euros).

O montante de 6 405 milhares de euros da rubrica Outros investimentos financeiros pelo justo valor através dos resultados – não correntes - é provenientes do Grupo AdP e refere-se a aplicações financeiras de médio longo prazo sob a forma de obrigações sénior.

O valor constante em Outros ativos financeiros – detidos até à maturidade, no montante de 6 314 milhares de euros (31DEZ13: 6 158 milhares de euros), refere-se essencialmente a obrigações do tesouro detidas pela INCM no montante de 5 794 milhares de euros.

A quantia de 4 589 milhões de euros respeita essencialmente a Adiantamentos relativos a privatizações (31DEZ13: 4 205 milhões de euros), de entregas de receitas de reprivatizações do Estado por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, a compensar nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE.

Os Fundos de renovação e reconstituição são constituídos ao abrigo dos contratos de concessão e correspondem a aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Os Outros empréstimos correntes e outras contas a receber incluem o montante de 11 844 milhares de euros respeitantes aos créditos concedidos pela SPE à Sociedade Mineira do Lucapa. Apesar da situação de inatividade e de falência da Sociedade Mineira do Lucapa (SML), os créditos sobre esta entidade não são considerados como estando em imparidade atendendo a que, além dos procedimentos legais e cautelares que estão em curso, com efeitos na jurisdição angolana e em tribunais arbitrais relativos à concessão mineira e à participação na SML, existem privilégios creditórios dos acionistas que poderão acautelar a recuperação das quantias em causa.

13 - Ativos e Passivos por impostos diferidos

Impostos diferidos	2014					2013				
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência para Detidos para venda	Saldo final	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Transferência de Detidos para venda	Saldo final
Ativos por impostos diferidos										
Prejuízos fiscais reportáveis	44 594	(6 399)	(49)	(8 572)	29 574	43 559	1 084	(49)	-	44 594
Responsabilidades com benefícios de reforma	27 803	(8 054)	(468)	(11 722)	7 559	30 359	(2 964)	(552)	960	27 803
Perdas de imparidade em inventários	11 147	(437)	-	(8 052)	2 658	10 077	1 070	-	-	11 147
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	6 034	4 859	(13)	-	10 880	7 588	(1 563)	9	-	6 034
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	5 990	(1 455)	(3)	(471)	4 060	5 651	355	(16)	-	5 990
Outros	272 764	(1 664)	(72)	(95 886)	175 142	259 750	12 751	263	-	272 764
	368 332	(13 151)	(605)	(124 703)	229 872	356 985	10 733	(346)	960	368 332
Passivos por impostos diferidos										
Ajustamentos de transição e variações de justo valor	71 982	(6 026)	(47 146)	23 464	42 274	74 520	(1 601)	(937)	-	71 982
Reinvestimento de valores de realização	56	(23)	-	-	33	92	(36)	-	-	56
Outros	310 576	(27 337)	(4 608)	(39 821)	238 810	320 441	(14 427)	4 562	-	310 576
	382 613	(33 385)	(51 754)	(16 357)	281 118	395 053	(16 064)	3 625	-	382 613

Os Ativos por impostos diferidos incluem 29,6 milhões de euros (31DEZ13: 44,6 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis, provenientes na sua maioria do Grupo SAGESTAMO.

A variação ocorrida com efeitos em resultados nos prejuízos fiscais reportáveis em ativos por impostos diferidos, no montante de 6,4 milhões de euros negativos inclui: (i) a variação negativa de 5,4 milhões de euros do Grupo Sagestamo, (ii) a variação negativa de 4,4 milhões de euros do Grupo AdP; e (iii) a variação positiva de 3,4 milhões de euros positivos do Grupo TAP.

Os Ativos por impostos diferidos incluem ainda 7,6 milhões de euros (31DEZ13: 27,8 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de responsabilidades com benefícios de reforma não aceites fiscalmente, sendo que as variações do período provêm essencialmente da INCM.

Os Ativos por impostos diferidos incluem 2,7 milhões de euros (31DEZ13: 11,1 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de perdas de imparidade em inventários não aceites fiscalmente, que provêm essencialmente do Grupo Sagestamo.

Os Ajustamentos de transição e variações de justo valor no montante de 10,9 milhões de euros (31DEZ13: 6 milhões de euros) correspondem na sua maioria ao reconhecimento de alterações de justo valor do Grupo Sagestamo, sendo a variação positiva com efeito nos resultados no montante de 4,9 milhões de euros decorrente do ganho do justo valor em propriedades de investimento do Grupo Sagestamo.

Os Ativos por impostos diferidos incluem 4,1 milhões de euros (31DEZ13: 6,0 milhões de euros) relativos a Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente, sendo a variação negativa com efeitos nos resultados no montante de 1,5 milhões de euros, proveniente essencialmente do Grupo AdP, decorrente do reconhecimento de impostos diferidos relacionados com desvios tarifários, e com os acréscimos de gastos de investimento contratual.

Os Ajustamentos de transição e variações de justo valor passivos no montante de 42 milhões de euros, respeita a reavaliações realizados aquando da transição para as IFRS, sendo 16,2 milhões de euros do Grupo Baía do Tejo, 14,2 milhões de euros da Companhia das Lezírias, 5,4 milhões de euros da Lazer e Floresta, 3,4 milhões de euros do Grupo SAGESTAMO e 3,1 milhões de euros da INCM.

Os Outros ativos e Outros passivos por impostos diferidos, respetivamente de 175,1 milhões de euros (31DEZ13: 272,8 milhões de euros) e 238,8 milhões de euros (31DEZ13: 310,6 milhões de euros), incluem:

- o Grupo AdP, com 162,8 milhões de euros em ativo não corrente (31DEZ13: 253,2 milhões de euros) e 236 milhões de euros em passivo não corrente (31DEZ13: 305,1 milhões de euros), respeitando à aplicação da IFRIC 12 no Grupo AdP, onde existem diferenças temporárias significativas, entre as amortizações contabilísticas e fiscais, e com impacto equivalente nos impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento. Também nesta rubrica, se encontram registados os impostos diferidos ativos e passivos dos desvios tarifários; e
- o Grupo SIMAB, com 12,1 milhões de euros em ativo não corrente (31DEZ13: 12,6 milhões de euros) e 2,7 milhões de euros em passivo não corrente (31DEZ13: 3,1 milhões de euros), respeitando a diferenças temporárias associadas a ativos fixos tangíveis.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda no em 2014 correspondem ao Grupo TAP (53,4 milhões de euros ativos e 21 milhões de euros passivos) e ao Grupo EGF (81,6 milhões de euros ativos e 35 milhões de euros passivos), os quais passaram a estar incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de ativos e passivos por impostos diferidos incluía os montantes de 32 milhões de euros de ativos e 25,8 milhões de passivos, do Grupo TAP e os montantes de 87,2 milhões de euros de ativos e 42,2 milhões de euros de passivos do Grupo EGF.

O cálculo dos impostos diferidos ativos e passivos, foi ajustado de acordo com a alteração da taxa de imposto sobre o rendimento, a qual se reduz de 23% para 21%, cujos valores estão refletidos nas linhas de IRC e colunas de correções.

14 - Clientes

Clientes	31-Dez-14	31-Dez-13
Clientes c/c	481 820	729 762
Clientes de cobrança duvidosa	24 322	57 563
"Água em contador" por facturar	39 191	25 669
Outros	32	6
Perdas de imparidade acumuladas	(22 377)	(78 900)
	522 988	734 100

A rubrica de Clientes c/c inclui dívidas provenientes de:

- Clientes do Grupo AdP no montante de 372,5 milhões de euros (31DEZ13: 420 milhões de euros), dos quais 358,7 milhões de euros (31DEZ13: 383,2 milhões de euros) estão relacionados com dívidas de municípios;
- Clientes do Grupo SAGESTAMO com um montante total de 85 milhões de euros (31DEZ13: 68,5 milhões de euros), respeitando essencialmente a arrendamentos a entidades do Estado Português;
- Clientes da INCM no montante de 16,4 milhões de euros (31DEZ13: 4,8 milhões de euros), respeitando essencialmente a dívida de entidades do Estado Português

O saldo de Clientes de cobrança duvidosa advém essencialmente do Grupo AdP com o montante global de 20,2 milhões de euros (31DEZ13: 18,4 milhões de euros).

A água em contador por faturar corresponde à estimativa de água a 31 de dezembro de 2014 que só será faturada após essa data.

A variação do saldo de Clientes, resulta da reclassificação das dívidas de clientes do Grupo TAP e do Grupo EGF, que foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

A evolução das Perdas por imparidade dos saldos de clientes apresenta-se na nota 42.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Clientes incluía o montante de 205,7 milhões de euros do Grupo TAP e o montante de 70,7 milhões de euros do Grupo EGF. Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de Clientes do Grupo TAP e do Grupo EGF, que totalizavam 147 milhões de euros e 57,9 milhões de euros, respetivamente, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

15 - Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores	Correntes	
	31-Dez-14	31-Dez-13
Adiantamentos a fornecedores		
Conta corrente	4 808	16 315
De imobilizado	1 417	2 013
	6 225	18 328

O saldo da rubrica Adiantamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2014 corresponde na sua maioria ao Grupo AdP com 6,1 milhões de euros (31DEZ13: 9,4 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Adiantamentos a fornecedores incluía o montante de 8,9 milhões de euros do Grupo TAP e o montante de 1,6 milhões de euros do Grupo EGF. Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de Adiantamentos a fornecedores do Grupo TAP e do Grupo EGF, que totalizavam 6,7 milhões de euros e 411 milhares de euros, respetivamente, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

16 - Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Ativo				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a receber	4 801	-	37 148	-
Outros	6 773	-	24 720	-
	11 575	-	61 868	-
Passivo				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a pagar	9 837	-	16 234	-
Outros	22 531	-	63 527	59 898
	32 367	-	79 761	59 898

O Imposto sobre o rendimento a receber é proveniente na sua maioria da PARPÚBLICA com o montante global de 4,1 milhões de euros (31DEZ13: 23,8 milhões de euros), que provém, fundamentalmente, de retenções na fonte efetuadas por terceiros relativas a rendimentos com dividendos..

A rubrica Outros – ativo corrente inclui na sua maioria: (i) 5,3 milhões de euros (31DEZ13: 8,8 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, que correspondem na sua maioria a IVA a recuperar; e (ii) 755 milhares de euros (31DEZ13: 1,3 milhões de euros) do Grupo Sagestamo.

O montante registado na rubrica Outros – passivo corrente inclui na sua maioria:

- 19,4 milhões de euros (31DEZ13: 30,4 milhões de euros) relativos ao Grupo AdP, dos quais 13,6 milhões de euros referentes às Taxas de Recursos Hídricos e de Gestão de Resíduos (31DEZ13: 22,7 milhões de euros). Esta variação está relacionada com a Transferências para detidos para venda da participação detida pelo Grupo AdP, no capital da EGF a qual passou a estar incluída num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21;
- 819 milhares de euros (31DEZ13: 2 milhões de euros) do Grupo Sagestamo.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Estado e outros entes públicos incluía os montantes de 21,5 milhões de euros de ativos e 89,4 milhões de passivos, do Grupo TAP e os montantes de 1,1 milhões de euros de ativos e 13,3 milhões de euros de passivos do Grupo EGF. Em 31 de dezembro de 2014, os saldos do Grupo TAP (13,9 milhões de euros ativos e 22 milhões de euros passivos) e do Grupo EGF (369 milhares de euros ativos e 8,5 milhões de euros passivos), foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período

de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

17 - Outras contas a receber

Inventários	31-Dez-14	31-Dez-13
Mercadorias	821 390	826 573
Produtos acabados e intermédios	10 742	10 218
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	2 131	2 040
Produtos e trabalhos em curso	15 974	22 138
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16 692	159 353
Adiantamentos por conta de compras	208 264	238 828
Ajustamentos acumulados em inventários	(153 711)	(196 925)
TOTAL	921 484	1 062 225

A rubrica de Clientes – ativo não corrente corresponde a saldos com clientes do Grupo AdP resultantes da assinatura de acordos de pagamentos, com 65 milhões de euros (31DEZ13: 138 milhões de euros).

A rubrica de Acréscimos de rendimentos – ativo corrente inclui maioritariamente 1,4 milhões de euros (31DEZ13: 4,8 milhões de euros) referentes ao Grupo Sagestamo.

As rubricas de Venda de imóveis, ativo corrente e ativo não corrente, correspondem a quantias devidas à ESTAMO pela venda de imóveis que serão liquidadas em prestações.

A rubrica de Outros – ativo corrente inclui essencialmente:

- 73,8 milhões de euros (31DEZ13: 66,8 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP que incluem (i) 22,8 milhões de euros de acréscimos de juros, (ii) 30 milhões de euros de subsídios ao investimento e 20,9 milhões de euros de outras contas a receber;
- 3,3 milhões (31DEZ13: 2,1 milhões de euros) da Companhia das Lezírias que incluem 2,5 milhões de euros correspondentes aos pagamentos efetuados em nome e por conta da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, na sequência do processo de liquidação da Fundação Alter Real (Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de novembro); e
- 2,4 milhões de euros (31DEZ13: 1,8 milhões de euros) provenientes do Grupo Sagestamo.

O valor de 4,7 milhões de euros a 31 de dezembro de 2014 referente a Ajustamentos por imparidade de outros devedores – ativo corrente é proveniente na sua maioria do Grupo AdP, no montante total de 3,7 milhões de euros (31DEZ13: 5,6 milhões de euros).

A rubrica de Outros – ativo não corrente inclui essencialmente 61,5 milhões de euros (31DEZ13: 44,8 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, sendo o principal valor referente ao valor residual a receber no final da concessão, relativos a bens de modernização e expansão. Esta variação resulta na sua maioria de alterações ao volume de investimento existentes nos contratos de concessão iniciais, surgindo em

alguns casos investimentos de expansão ou modernização que podem apresentar valor residual no final do prazo da concessão.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Outras contas a receber incluía o montante de 40,7 milhões de euros não correntes e o montante de 66,4 milhões de euros correntes do Grupo TAP e o montante de 26,3 milhões de euros não correntes e o montante de 14,3 milhões de euros correntes do Grupo EGF. Em 31 de dezembro de 2014, as Outras contas a receber do Grupo TAP (48,6 milhões de euros não correntes e 63,1 milhões de euros correntes) e do Grupo EGF (29,5 milhões de euros não correntes e 17,3 milhões de euros correntes), foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

18 - Diferimentos

Diferimentos - ativo	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Ativo regulatório - desvio tarifário	-	590 619	-	564 509
Outros gastos diferidos	16 333	-	32 773	-
	16 333	590 619	32 773	564 509

Diferimentos - passivo	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Passivo regulatório - desvio tarifário	-	61 014	-	132 441
Rendimentos diferidos				
Subsídios relacionados com ativos	1 550	1 646 157	2 024	1 958 935
Outros	25 060	21 977	35 034	23 764
Investimentos contratuais	-	348 003	-	497 244
Outros	381	-	57 081	-
	26 991	2 077 151	94 138	2 612 384

As rubricas de Ativo regulatório – desvio tarifário e Passivo regulatório – desvio tarifário, advêm na totalidade do Grupo AdP e detalham-se como se segue:

	ATIVO DIFERIDO		PASSIVO DIFERIDO		Efeito líquido balanço	Efeito em resultados
	Desvio Ativo	Imposto diferido	Desvio Passivo	Imposto diferido		
UNA-PD						
Águas do Algarve, S.A.	12 295	-	-	2 766	9 529	(2 944)
Águas do Centro Alentejo, S.A.	10 680	-	-	2 403	8 277	932
Águas do Centro, S.A.	73 347	-	-	16 503	56 844	4 878
Águas do Douro e Paiva, S.A.	-	320	1 421	0	(1 101)	(2 246)
Águas do Mondego, S.A.	10 315	-	-	2 321	7 994	(895)
Águas do Norte Alentejano, S.A.	35 253	-	-	7 932	27 321	1 686
Águas do Noroeste, S.A.	118 930	-	-	26 759	92 171	11 686
Águas do Oeste, S.A.	72 807	-	-	16 382	56 425	6 245
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	62 684	-	-	14 104	48 580	(5 344)
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	54 118	-	-	12 177	41 942	1 102
AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	-	499	2 217	-	(1 718)	(1 250)
Sanest, S.A.	-	4 935	21 932	-	(16 997)	2 738
Simarsul, S.A.	44 294	-	-	9 966	34 328	5 236
Simdouro, S.A.	10 552	-	-	2 374	8 178	3 067
Simlis, S.A.	15 407	-	-	3 467	11 941	679
Simria, S.A.	34 414	-	-	7 743	26 671	(6)
Simtejo, S.A.	-	7 975	35 444	-	(27 469)	(3 552)
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	35 521	-	-	7 992	27 529	4 296
Total UNA-PD	590 619	13 728	61 014	132 889	410 443	26 308

A rubrica de Outros gastos diferidos correntes é proveniente, essencialmente:

- 9,4 milhões de euros (31DEZ13: 11,5 milhões de euros) do Grupo AdP;
- 4,1 milhões de euros (31DEZ13: 5,4 milhões de euros) do Grupo Sagestamo; e
- 1,5 milhões de euros (31DEZ13: 1,9 milhões de euros) da PARPÚBLICA.

Os Rendimentos diferidos não correntes correspondem na sua quase totalidade a subsídios de investimento registados pelo Grupo AdP, conforme se segue:

Subsídios para investimento – Grupo AdP	31-Dez-14	31-Dez-13
Subsídios ao Investimento – Fundo Coesão	1 381 321	1 663 124
Subsídios ao Investimentos – Outros	8 604	25 734
Integração de património	240 468	254 345
	1 630 393	1 943 203

Fundo de coesão – movimentos do período	31-Dez-14	31-Dez-13
Subsídios ao investimento (ano N-1)	1 663 124	1 643 519
Reconhecimento de direito ao subsídio	41 702	86 198
Reconhecimento de rendimentos	(43 523)	(61 309)
Correções a reconhecimentos	842	158
Correções a reconhecimentos de direito	(11 274)	(5 442)
Reclassificação para ativos/passivos detidos para venda (saldo a 1JAN14)	(269 550)	0
Subsídios ao investimento (ano N)	1 381 321	1 663 124

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos correntes inclui:

- 20,5 milhões de euros (31DEZ13: 28,2 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP;
- 2,1 milhões de euros (31DEZ13: 1,6 milhões de euros) provenientes de rendas recebidas antecipadamente pela ESTAMO; e

- 1,3 milhões de euros provenientes de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços do Grupo SIMAB (31DEZ13: 2 milhões de euros).

A rubrica de Rendimentos diferidos – Outros passivos não correntes respeita na totalidade ao Grupo SIMAB, corresponde aos valores de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços. Os valores são reconhecidos em rendimentos do exercício, ao longo do período de vigência dos contratos e nas situações de rescisão contratual é efetuada a integração plena do valor que se encontrava por reconhecer à data da rescisão.

A rubrica de Investimentos contratuais – passivo não corrente refere-se unicamente ao Grupo AdP.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Diferimentos incluía o montante de 12,6 milhões de euros de ativos correntes e 57,1 milhões de euros de passivos correntes do Grupo TAP e o montante de 2,7 milhões de euros de ativos correntes e 535,5 milhões de euros de passivos correntes e não corrente do Grupo EGF. Em 31 de dezembro de 2014, os Diferimentos do Grupo TAP (17,1 milhões de euros de ativos correntes e 67,7 milhões de euros de passivos correntes) e do Grupo EGF (17,3 milhões de euros de ativos correntes e 533,2 milhões de euros de passivos correntes e não correntes), foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

19 - Inventários

Inventários	31-Dez-14	31-Dez-13
Mercadorias	821 390	826 573
Produtos acabados e intermédios	10 742	10 218
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	2 131	2 040
Produtos e trabalhos em curso	15 974	22 138
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16 692	159 353
Adiantamentos por conta de compras	208 264	238 828
Ajustamentos acumulados em inventários	(153 711)	(196 925)
TOTAL	921 484	1 062 225

As Mercadorias incluem, essencialmente, o montante de 807,7 milhões de euros de imóveis de propriedade da ESTAMO (31DEZ13: 798,1 milhões de euros) e as propriedades da Lazer e Floresta no montante global de 13 milhões de euros (31DEZ13: 13 milhões de euros).

Os Produtos acabados e intermédios incluem 10,4 milhões de euros referentes à INCM (31DEZ13: 8,8 milhões de euros), dos quais 3,9 milhões de euros relativos a moeda comemorativa de coleção (31DEZ13: 2,1 milhões de euros), 3,5 milhões de euros relativos a livros diversos (31DEZ13: 3,4 milhões de euros) e 1 milhão de euros relativos a cartões em PVC (31DEZ13: 1,1 milhões de euros).

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso compreende, essencialmente, 15 milhões de euros (31DEZ13: 16 milhões de euros) de projetos de loteamento relacionados com o Grupo Baía do Tejo, dos quais 8,4 milhões de euros (31DEZ13: 8,4 milhões de euros) em projetos em fase de infraestruturização e 6,5 milhões de euros (31DEZ13: 6,8 milhões de euros) em terrenos com infraestruturas.

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem essencialmente:

- moedas e outros bens afetos à INCM, no montante de 10 milhões de euros (31DEZ13: 14,3 milhões de euros); e
- reagentes e contadores provenientes do Grupo AdP, no montante global de 5,7 milhões de euros (31DEZ13: 6,1 milhões de euros).

Os Adiantamentos por conta de compras correspondem na sua totalidade a imóveis da ESTAMO.

Os Ajustamentos acumulados em inventários incluem 145,1 milhões de euros (31DEZ13: 139,3 milhões de euros) da ESTAMO e 5 milhões de euros (31DEZ13: 5 milhões de euros) da INCM.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Inventários incluía o montante de 108,9 milhões de euros do Grupo TAP e o montante de 1,8 milhões de euros do Grupo EGF. Em 31 de dezembro de 2014, os Inventários do Grupo TAP e do Grupo EGF, que totalizavam 97,2 milhões de euros e 2,1 milhões de euros, respetivamente, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

20 - Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários	31-Dez-14	31-Dez-13
Aplicações financeiras	890	800
Depósitos a prazo	281 897	519 172
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	114 073	403 034
Numerário	7 464	3 637
Equivalentes a caixa	44	-
	404 368	926 643

As disponibilidades apresentadas pelo Grupo PARPÚBLICA correspondem essencialmente a aplicações efetuadas em Depósitos a prazo e Depósitos bancários imediatamente disponibilizáveis, destacando-se os saldos do Grupo AdP com 281,9 milhões de euros (31DEZ13: 369,4 milhões de euros), da INCM com 33,7 milhões de euros (31DEZ13: 67,7 milhões de euros), do Grupo SAGESTAMO com 31,4 milhões de euros (31DEZ13: 34,7 milhões de euros), da Lazer e Floresta com 21,3 milhões de euros da Lazer e Floresta (31DEZ13: 17,3 milhões de euros) e da PARPÚBLICA com 18,4 milhões de euros (31DEZ13: 146 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Caixa e Depósitos Bancários incluía o montante de 270,6 milhões de euros do Grupo TAP e o montante de 55,7 milhões de euros do Grupo EGF. Em 31 de dezembro de 2014, a Caixa e seus equivalentes do Grupo TAP e do Grupo EGF, que totalizavam 241,3 milhões de euros e 45,1 milhões de euros, respetivamente, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21.

21 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados	31-Dez-14	31-Dez-13
Ativos		
Participações Financeiras		
CTT - Participação financeira	-	248 400
EGF - subholding da AdP		
EGF - Ativos intangíveis	660 984	
EGF - Goodwill	10 070	
EGF - Investimentos financeiros	30 603	-
EGF - Ativos por Impostos diferidos	81 592	-
EGF - Clientes e outros ativos não correntes	29 547	-
EGF - Clientes - correntes	57 873	-
EGF - Outros ativos correntes	20 304	-
EGF - Caixa e seus equivalentes	45 061	-
EGF - Outros ativos	2 655	-
	938 689	-
TAP		
TAP - Propriedades de investimento	2 139	
TAP - Ativos fixos tangíveis	673 718	
TAP - Goodwill	193 479	
TAP - Outros ativos intangíveis	738	
TAP - Outros ativos financeiros	2 122	
TAP - Ativos por impostos diferidos	53 410	
TAP - Outras contas a receber (não corrente e corrente) e diferimentos	128 724	
TAP - Inventários	97 172	
TAP - Clientes e adiantamentos a fornecedores	153 736	
TAP - Estado e outros entes públicos	13 878	
TAP - Caixa e depósitos bancários	241 281	
	1 560 397	-
Terreno MARF - SIMAB	5	110
Terreno MARB - SIMAB	707	707
Total de ativos não correntes detidos para venda	2 499 799	249 217
Passivos		
EGF - subholding da AdP		
EGF - Financiamentos obtidos	178 522	-
EGF - Passivos por Impostos diferidos	35 008	-
EGF - Amortizações de investimento contratual	182 016	-
EGF - Subsídios ao investimento	273 180	-
EGF - Desvio tarifário	77 263	-
EGF - Outros passivos	41 397	-
	787 386	-
TAP		
TAP - Responsabilidade por benefícios pós-emprego	56 626	
TAP - Provisões, passivos por impostos diferidos e Estado e outros entes públicos	72 779	
TAP - Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	1 061 651	
TAP - Fornecedores e adiantamento de clientes	141 902	
TAP - Outras contas a pagar (não correntes e correntes) e diferimentos	739 299	
	2 072 257	-
Total de passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	2 859 644	-
	(359 845)	249 217

A 31 de dezembro de 2013, encontrava-se previsto alienar o restante capital dos CTT e os terrenos da MARF e MARB do Grupo SIMAB. A 31 de dezembro de 2014, espera-se ainda privatizar o Grupo TAP e a totalidade da participação detida pelo Grupo AdP, no capital da Empresa Geral de Fomento.

Pelo Decreto-lei nº 125/2014 de 18 de agosto e comunicado do Conselho de Ministros de 26 de junho de 2014 foi aprovada a privatização da participação remanescente no capital social dos CTT – Correios de Portugal, S.A.. Durante o ano de 2013, foi realizada uma venda parcial, com alienação de 70% do capital do Grupo. Da parte alienada, foram recompradas ações correspondentes a 1,5% já no início de 2014, ao abrigo de uma *put option* prevista no prospeto de privatização. Em setembro de 2014 procedeu-se à venda da totalidade das ações em carteira (31,5%), através de uma operação de venda institucional com colocação acelerada (*accelerated bookbuilding*).

Através do Decreto-Lei n.º 45/2014, o Governo aprovou o processo de privatização do capital social da participação detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., no capital da Empresa Geral de Fomento. Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2014, de 3 de abril, publicada no Diário da República de 8 de abril, o Governo, nomeadamente, determinou a alienação das ações representativas do capital da Empresa Geral de Fomento, aprovou o caderno de encargos do concurso público de alienação, aprovou os termos do exercício pelos municípios da opção de alienação das respetivas participações sociais no capital das empresas gestoras de sistemas multimunicipais de exploração e gestão das atividades de recolha e tratamento de resíduos sólidos e determinou a abertura do concurso público previsto no n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março. No dia 31 de julho de 2014, 4 dos 7 concorrentes convidados à apresentar propostas vinculativas para a aquisição da participação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. no capital social da Empresa Geral de Fomento, efetivaram as suas propostas. Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-B/2014, de 19 de setembro, foi selecionado o Agrupamento SUMA, constituído pelas empresas Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., Mota - Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A, e Urbaser, S.A., como vencedor do concurso público de reprivatização da EGF. No dia 6 de novembro de 2014 foi assinado o contrato de compra e venda de 95% do capital social da EGF. Os restantes 5% do capital estão reservados para aquisição pelos trabalhadores do universo EGF, a ocorrer após a conclusão da transação. A Suma Tratamento, S.A. notificou a operação de compra das ações da EGF à Autoridade da Concorrência, entidade da qual se aguarda a aprovação final da operação, o que constitui uma condição precedente da sua conclusão, que se concretizará com a transmissão das ações e, suprimidos a determinar na data de fecho da operação, da EGF da AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A. para a Suma Tratamento, S.A.. Por este motivo as presentes demonstrações financeiras apresentam os saldos, as operações e os resultados do Grupo EGF como detido para venda/operações descontinuadas para o exercício de 2014.

O Goodwill da EGF corresponde à imputação do Goodwill da AdP ao Grupo EGF, na proporção de 10,6%, a qual corresponde ao peso dos ativos líquidos do Grupo EGF no Grupo AdP a 31 de dezembro de 2014.

As participações classificadas como ativo não corrente detido para venda são mensuradas pela menor entre a quantia no momento da classificação e a quantia correspondente ao justo valor menos custos de venda.

22 - Capital próprio

O Capital nominal no montante de 2 000 000 milhares de euros é composto por 400 000 000 ações nominativas de 5 euros cada, está parcialmente realizado em 1 027 151 milhares de euros e é detido pelo Estado Português.

A rubrica Reservas legais, reservas não distribuíveis, é composta essencialmente pela reserva legal constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros corresponde essencialmente a: (i) ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial previsto na IAS 28; (ii) ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda previstos na IAS 39; e (iii) ajustamentos ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa, bem como as diferenças de câmbio resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira.

A rubrica resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O outro rendimento integral respeita essencialmente ao reconhecimento de outro rendimento integral de associadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial, ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e de remensuração de responsabilidade com benefícios de plano definidos.

A 31 de dezembro de 2014 o outro rendimento integral incluía também ganhos e perdas com conversão de Balanços expressos em moeda estrangeira (vide notas 2m e 2y).

23 - Interesses que não controlam – Balanço

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	2014		2013	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais ¹	832 712	163 226	907 554	170 325
Compras ¹	157 415	165 707	180 964	163 114
Regularização de existências	(0)	33	(97 747)	(12 534)
Transferência de/para Detidos para venda	(15 108)	(116 666)	-	-
Inventários finais ¹	(821 390)	(16 692)	(832 172)	(163 226)
Inventários consumidos e vendidos	153 628	195 607	158 599	157 680
		349 235		316 279

¹ para efeitos de demonstração do CMVMC inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

24 - Provisões

Provisões (balanço)	2014						
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Transferência para Detidos para venda	Saldo final
Provisões - não corrente							
Provisão para processos judiciais em curso	18 942	10 378	(1 447)	(3 724)	(100)	(22 624)	1 425
Processos ambientais	4 415	-	(193)	-	-	-	4 222
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	328	-	-	-	-	-	328
Provisões para investimentos financeiros	5 733	-	-	(1 611)	-	(3 624)	498
Impostos	408	69	-	-	-	(29)	448
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	114	-	(32)	-	-	-	82
Outras provisões	17 831	1 248	(498)	(973)	15	(5 122)	12 500
Provisão para contingências laborais	688	-	-	(688)	-	-	-
	48 957	11 695	(2 170)	(6 996)	(85)	(31 399)	20 003

Provisões (balanço)	2013							Saldo final
	Saldo inicial	Alterações ao perímetro de consolidação	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Efeito da passagem do tempo e de alterações na taxa de desconto	Outros movimentos	
Provisões - não corrente								
Provisão para processos judiciais em curso	24 139	27	2 612	(80)	(6 660)	(1 937)	841	18 942
Processos ambientais	6 112	-	-	(1 697)	-	-	-	4 415
Remoção de materiais	499	-	-	-	-	-	-	499
Benefícios de reforma e equivalentes / pensões	371	-	-	(43)	-	-	-	328
Provisões para investimentos financeiros	6 794	-	-	-	(706)	-	(355)	5 733
Impostos	409	-	-	(1)	(82)	-	82	408
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	147	-	-	(33)	-	-	-	114
Outras provisões	16 979	-	2 875	(338)	(1 882)	(175)	372	17 831
Provisão para contingências laborais	688	-	-	-	-	-	-	688
	56 137	27	5 487	(2 192)	(9 330)	(2 112)	940	48 957

Processos judiciais em curso

As Provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelas empresas do Grupo PARPÚBLICA e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável. As provisões existentes em 31 de dezembro de 2014 incluem essencialmente provisões para diversos processos judiciais intentados contra o Grupo AdP, no montante de 1 150 milhares de euros.

Dos movimentos ocorridos na rubrica, os aumentos e os montantes não utilizados revertidos incluem 9,4 milhões de euros e 3,6 milhões de euros, respetivamente, respeitantes a processos judiciais intentados contra o Grupo TAP, em Portugal e no estrangeiro.

Processos ambientais e remoção de materiais

As Provisões para responsabilidades ambientais e remoção de materiais advêm do Grupo Baía do Tejo e destinam-se a acautelar os encargos que poderão vir a ser suportados com a recuperação ambiental do território que lhe está afeto, incluindo igualmente os gastos com a demolição e desmantelamento de antigas instalações siderúrgicas e remoção de resíduos e escombros, com destino a aterro.

No âmbito do desenvolvimento do projeto de recuperação ambiental encontram-se em desenvolvimento, através de dois Agrupamentos Complementares de Empresas, constituídos entre a Baía do Tejo e a Empresa Geral de Fomento, processos de candidatura a apoios comunitários no âmbito do QREN. Em resultado dos trabalhos desenvolvidos até ao final do exercício de 2014, foi apurado que as responsabilidades a suportar pela Empresa, pelos trabalhos realizados pelos ACE's ascendem a 4 794 milhares de euros.

Outras Provisões

A rubrica de Outras provisões corresponde maioritariamente a provisões do Grupo AdP no montante de 9,6 milhões de euros (31DEZ13: 11,7 milhões de euros), essencialmente para fazer face: (i) às dívidas que se encontram em processo de injunção, (ii) aos gastos com tratamento de lamas das ETAR; (iii) a contingências fiscais.

Estão ainda incluídas provisões do Grupo SAGESTAMO no montante de 2,6 milhões de euros (31DEZ13: 2,6 milhões de euros) que visam cobrir a responsabilidade assumida contratualmente, no momento da compra ao Estado, de partilhar com este a mais-valia obtida com a venda de alguns imóveis.

Os montantes identificados como Transferências para Detidos para venda em 2014 no valor de 31 milhões de euros correspondem a 29 milhões de euros do Grupo TAP e a 2 milhões de euros do Grupo EGF (detido pelo Grupo AdP), os quais passaram a estar incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Provisões incluía o montante de 25,3 milhões de euros do Grupo TAP e o montante de 2,1 milhões de euros do Grupo EGF.

25 - Financiamentos obtidos

Os empréstimos respeitam essencialmente a obrigações e financiamentos junto de instituições de crédito nacionais e estrangeiras, os quais se encontram mensurados ao custo amortizado.

Financiamentos obtidos	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente
Empréstimos por obrigações	200 108	3 811 806	654 323	2 649 598
Empréstimos bancários	455 099	2 185 934	764 523	2 746 137
Passivos por locação financeira	1 715	15 175	99 561	416 560
Papel comercial	-	29 000	875 748	29 000
Descobertos bancários	178 304	-	169 191	-
Outros empréstimos obtidos	-	11 408	822	14 319
Derivados Embutidos	-	1 417	-	13 106
	835 226	6 054 739	2 564 167	5 868 721

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte:

Financiamentos obtidos	31-Dez-14	31-Dez-13
Por maturidades		
Até 1 ano	835 122	2 558 094
De 1 ano até 2 anos	292 683	648 985
De 2 anos até 3 anos	1 002 720	457 290
De 3 anos até 4 anos	111 432	1 183 118
De 4 anos até 5 anos	886 016	215 904
Superior a 5 anos	3 813 641	3 427 204
	6 941 614	8 490 595
Por tipo de taxa de juro		
Taxa variável		
Expira num ano	681 446	1 889 541
Expira entre 1 e 2 anos	232 153	322 828
Expira entre 2 e 3 anos	36 541	292 702
Mais de 3 anos	2 160 342	1 810 104
	3 110 482	4 315 175
Taxa fixa		
Expira num ano	153 676	668 553
Expira entre 1 e 2 anos	60 530	326 156
Expira entre 2 e 3 anos	966 179	164 588
Mais de 3 anos	2 650 747	3 016 123
	3 831 132	4 175 420
	6 941 614	8 490 595

Os Empréstimos por obrigações, contraídos na sua maioria pela PARPÚBLICA, são mensurados pelo custo amortizado e a opção embutida num desses empréstimos está mensurada pelo justo valor (vide nota 45). Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 eram os seguintes:

	31-Dez-14	31-Dez-13
PARPÚBLICA		
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2004	-	504 228
Empréstimo de 500,0 milhões de euros emitido em 2005	504 321	504 242
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2005	152 321	151 543
Empréstimo de 250,0 milhões de euros emitido em 2006	251 295	251 308
Empréstimo de 885,6 milhões de euros emitido em 2010	879 393	884 286
Empréstimo de 150,0 milhões de euros emitido em 2012	-	150 060
Empréstimo de 200 milhões de euros emitido em 2013	200 108	200 168
Empréstimo de 170 milhões de euros emitido em 2013	171 641	171 157
Empréstimo de 750 milhões de euros emitido em 2014	748 234	-
Empréstimo de 600 milhões de euros emitido em 2014	606 018	-
Sub-total PARPÚBLICA	3 513 331	2 816 992
Grupo AdP	500 000	500 000
Total	4 013 331	3 316 992

O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em setembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros à taxa de juro anual fixa de 3,567%. O empréstimo obrigacionista de 150 milhões de euros, emitido em dezembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros a uma taxa de juro anual variável indexada ao *Euro Mid Swap* a 10 anos. O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4,2%. Estes empréstimos preveem a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

As Obrigações PARPÚBLICA 2013-2015 de 200 milhões de euros, emitidas em junho de 2013 pelo prazo de 2 anos, vencem juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Enquanto se mantiver a emissão, a PARPÚBLICA não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 2013-2016 de 170 milhões de euros, em setembro de 2013 pelo prazo de 3 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o

Estado e a sociedade. Enquanto se mantiver a emissão, a PARPÚBLICA não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2014-2019 de 750 milhões de euros, em junho de 2014 pelo prazo de 5 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Enquanto se mantiver a emissão, a PARPÚBLICA não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2014-2021 de 600 milhões de euros, em julho de 2014 pelo prazo de 7 anos, vence juros a uma taxa de juro fixa de 3,75%. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Enquanto se mantiver a emissão, a PARPÚBLICA não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações Permutáveis Galp de 885,65 milhões de euros de setembro de 2010 pelo prazo de 7 anos, enquadra-se na 5ª fase de reprivatização do capital social da Galp, nos termos do Decreto-Lei nº 185/2008, de 19 de setembro. Vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 5,25%. Os obrigacionistas têm o direito de optar pelo reembolso das obrigações ao seu valor nominal na maturidade ou antecipadamente em 28 de setembro de 2015 ou pela troca das obrigações pelas ações Galp, que constituem o respetivo ativo subjacente, a partir de 28 de março de 2013. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos. A PARPÚBLICA tem a possibilidade de reembolsar as obrigações, se o valor do ativo subjacente for igual ou superior a 30%, em pelo menos 20 dias úteis durante 30 dias úteis consecutivos, a partir de 13 de outubro de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da Galp. Enquanto se mantiver a emissão, a PARPÚBLICA não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O financiamento de 599,238 milhões de euros é um empréstimo bancário sindicado com quatro bancos, no qual a PARPÚBLICA sucedeu ao consórcio ELOS. O financiamento tem uma maturidade de cerca de 30 anos, até 15 de dezembro de 2042, e será amortizado em 57 amortizações iguais, com início em 15 de dezembro de 2014 e final na maturidade. Vence juros a taxa variável, indexada à Euribor a 6 meses. Foi contratado tendo associados 4 swaps de taxa variável - taxa fixa, os quais permitem aos bancos a sua conversão em taxa fixa. Um dos Bancos já exerceu esse direito, pelo que presentemente o financiamento vence taxa variável para o montante de 456,910 milhões de euros e vence taxa fixa de 5,91% para o montante de 131,816 milhões de euros, mantendo os restantes 3 swaps taxa variável – taxa fixa associados.

O justo valor inicial do empréstimo baseado em atualização a taxa de mercado é de 514 770 944,42 € donde resultou o reconhecimento de ganho inicial de 84 467 481,63 € a reverter ao longo da vida do empréstimo pela mensuração ao custo amortizado. O mark to market negativo do conjunto dos 3 swaps existentes foi inicialmente de 133 647 554,37 €, sendo de 202 470 394,34 € também negativo em 31 de dezembro de 2014.

O empréstimo obrigacionista do Grupo AdP encontra-se sujeito a cláusulas de ownership, que refere que eventuais alterações à estrutura acionista da empresa podem conduzir ao vencimento imediato da dívida. Relativamente aos contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento o Grupo AdP, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, cross default, pari passu, negative pledge, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda:

- Alterações na estrutura acionista das empresas do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de empresas;
- Alterações no património das empresas;
- Alteração/cessação da atividade das empresas;
- Alterações na estrutura acionista da AdP/EGF;
- Operações serem realizadas com aval/garantia da AdP/EGF;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão;
- Alterações no volume de negócios das empresas.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constitui-se fiador do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias.

A rubrica Empréstimos bancários – passivo não corrente, no valor de 2 186 milhões de euros (31DEZ13: 2 746 milhões de euros), inclui:

- o montante de 1 625 milhões de euros (31DEZ13: 1 907 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, respeitantes na sua maioria a financiamentos do Banco Europeu de Investimento;
- o montante de 508 milhões de euros (31DEZ13: 518 milhões de euros) referentes a empréstimos obtidos pela PARPÚBLICA em instituições financeiras nacionais e estrangeiras; e
- o montante de 39 milhões de euros (31DEZ13: 44 milhões de euros) provenientes do Grupo SIMAB, referentes a financiamentos junto de instituições de créditos nacionais e estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2014, os Financiamentos obtidos do Grupo EGF e do Grupo TAP, que totalizam 179 milhões de euros e 1 062 milhões de euros, respetivamente, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Financiamentos Obtidos incluía o montante de 1 050,6 milhões de euros do Grupo TAP e o montante de 204,2 milhões de euros do Grupo EGF.

Os passivos por locação financeira detalham-se como se segue:

Passivos por locação financeira	31-Dez-14	31-Dez-13
Locações financeiras		
Dívidas respeitantes a locação financeira		
Terrenos e recursos naturais	-	64
Edifícios e outras construções	16 753	18 500
Equipamento básico	76	497 079
Equipamento de transporte	61	307
Outras imobilizações corpóreas	-	170
	16 890	516 121
Futuros pagamentos mínimos		
Até 1 ano	1 796	99 691
De 1 ano até 5 anos	6 980	372 687
Mais de 5 anos	8 532	44 384
	17 308	516 762
Juros		
Até 1 ano	81	130
De 1 ano até 5 anos	237	337
Mais de 5 anos	100	174
	418	641
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	1 715	99 561
De 1 ano até 5 anos	6 743	372 350
Mais de 5 anos	8 432	44 210
	16 890	516 121

Os passivos por locação financeira, correntes e não correntes, respeitam essencialmente ao Grupo AdP

26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Responsabilidades por benefícios pós-emprego	31-Dez-14	31-Dez-13
Responsabilidade por serviços passados no início do período	115 373	143 001
Custo de juros	2 500	5 316
Custo do serviço corrente	440	4 206
Contribuições para fundo de pensões - empregador	-	(8 207)
Ganhos e perdas atuariais	2 452	(16 845)
Alterações cambiais nos planos mensurados numa moeda diferente	-	(2 998)
Rendimento ativos do fundo	(214)	(224)
Benefícios pagos	(5 188)	(11 392)
Outros	1 880	2 517
Transferência para Detidos para venda	(48 122)	-
Responsabilidade por serviços passados no final do período	69 121	115 373
Excesso de cobertura		
Valor no início do período	37 810	38 037
Retorno efetivo	1 164	1 390
Benefícios pagos	(2 205)	2 031
Outros	2 705	(3 181)
	35 274	38 277
Excesso de cobertura	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	33 847	77 097

A evolução das Responsabilidades nos últimos 5 anos foi a seguinte:

	31-Dez-14	31-Dez-13	31-Dez-12	31-Dez-11	31-Dez-10
Valor presente das responsabilidades	81 012	252 797	285 220	87 631	289 840
Justo valor dos ativos dos fundos	47 165	176 282	180 662	46 188	160 597
Défices dos planos	33 847	77 097	104 558	41 443	129 243

O Justo valor dos ativos dos fundos decompõe-se da seguinte forma:

Justo valor por categoria dos ativos dos fundos	31-Dez-14	31-Dez-13
Instrumentos de capital próprio	13 447	37 423
Instrumentos de dívida	29 102	131 174
Propriedade	660	1 730
Outros ativos	3 956	5 955
	47 165	176 282

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém em algumas das empresas (PARPÚBLICA, por via da fusão com a Portucel, Companhia das Lezírias, EPAL e INCM) um conjunto de obrigações de benefícios definidos, para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos. Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma. As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela empresa. As responsabilidades globais da empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo da empresa. Em 22 de março de 2008, a EPAL alterou o plano de pensões de benefício definido para um plano misto de benefício definido e contribuição definida.

A INCM proporciona aos seus colaboradores, com caráter liberatório, determinados benefícios pós-reforma, nomeadamente cuidados médicos, subsídio pecuniário complementar de funeral e pensões especiais de sobrevivência. Existem outros benefícios pós-reforma mas de difícil previsão de utilização por

parte dos colaboradores (refeitórios, etc). A INCM reconhece de imediato todos os ganhos e perdas atuariais do valor das responsabilidades por serviços passados com benefícios pós-emprego de saúde.

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada.

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo PARPÚBLICA foram determinadas por estudos atuariais elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o método “Unidade de Crédito Projetado” e com os seguintes pressupostos dominantes:

	31-Dez-14	31-Dez-13
	Portugal	Portugal
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de rendimento	2,50%/3,75%	3,10%/3,75%
Taxa de crescimento		
Salários	0,00% - 2,5%	0% até 2014; depois 1,5% - 2,5%
Pensões	0,00% - 1,5%	0% até 2014; depois 1,0% - 1,5%
Pensão de reforma da Segurança Social	1,3%	2,5%

Em 31 de dezembro de 2014, as Responsabilidade por benefícios pós-emprego do Grupo TAP, que totalizam 56,6 milhões de euros, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Responsabilidade por benefícios pós-emprego incluía o montante de 47,6 milhões de euros do Grupo TAP.

27 - Adiantamentos de clientes

Os Adiantamentos efetuados por clientes são de 497 milhares de euros (31DEZ13: 1 722 milhares de euros), que correspondem na sua maioria ao Grupo SIMAB com 272 milhares de euros (31DEZ13: 285 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2014, os Adiantamentos de clientes do Grupo TAP, que totalizam 820 milhares de euros, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Adiantamentos de clientes incluía o montante de 1,4 milhares de euros do Grupo TAP.

28 - Fornecedores

Fornecedores	31-Dez-14	31-Dez-13
Fornecedores c/c	34 328	167 876
Fornecedores - faturas em receção e conferência	1 142	13 515
Fornecedores - títulos a pagar	61	-
Outros	1 537	2 664
	37 068	184 055

O montante em dívida a Fornecedores c/c resulta sobretudo de valores a pagar: (i) pelo Grupo AdP com 26 025 milhares de euros (31DEZ13: 38 849 milhares de euros); (ii) pela INCM com 4 715 milhares de euros (31DEZ13: 4 878 milhares de euros); (iii) pela Baía do Tejo com 1 393 milhares de euros (31DEZ13: 1 434 milhares de euros); e (iv) pelo Grupo SAGESTAMO com 824 milhares de euros (31DEZ13: 2 440 milhares de euros).

Em 31 de dezembro de 2014, os Fornecedores do Grupo EGF e do Grupo TAP, que totalizam 13,6 milhões de euros e 141 milhões de euros, respetivamente, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Fornecedores incluía o montante de 11 milhões de euros do Grupo EGF e 118 milhões de euros do Grupo TAP.

29 - Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Documentos pendentes de voo	-	-	364 507	-
Acréscimos de gastos	35 124	-	248 907	-
Fornecedores de investimentos financeiros	481 456	-	-	481 456
Adiantamentos por conta de vendas	49 442	-	39 264	-
Fornecedores de imobilizado	41 260	115 094	42 045	32 916
Entidades participantes e participadas	-	-	953	-
Pessoal	11 343	-	17 572	-
Outros	79 181	6 272	167 129	104 150
	697 807	121 366	880 378	618 523

A rubrica de Acréscimos de gastos – passivo corrente – inclui:

- 25 779 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (31DEZ13: 34 992 milhares de euros) respeitantes a acréscimos de juros, eletricidade, seguros, etc;
- 3 049 milhares de euros da Sagesecur (31DEZ13: 4 017 milhares de euros) relativos a acréscimo de juros;
- 2 771 milhares de euros da INCM (31DEZ13: 2 802 milhares de euros); e
- 1 050 milhares de euros do Grupo SIMAB (31DEZ13: 1 118 milhares de euros) respeitantes a gastos com o imposto municipal sobre imóveis, a gastos com o Edifício CRE no MARL, a remunerações a liquidar e a outros gastos operacionais de funcionamento.

O montante de 481,5 milhões de euros em Fornecedores de investimentos financeiros - passivo corrente (31DEZ13: 481,5 milhões de euros em passivo não corrente) é proveniente da PARPÚBLICA e respeita à parte em dívida por aquisições de ações em reforço de posições em associadas, tendo em vista a reprivatização.

Os Adiantamentos por conta de vendas relacionam-se essencialmente com a venda de propriedades pelo Grupo SAGESTAMO, incluindo 26 milhões de euros (o mesmo montante em 31DEZ13) referente ao Imóvel do Pavilhão do Conhecimento.

As dívidas a Fornecedores de imobilizado advêm essencialmente do Grupo AdP com 40 076 milhares de euros em passivo corrente (31DEZ13: 35 835 milhares de euros) e 115 094 milhares de euros em passivo não corrente (31DEZ13: 32 916 milhares de euros).

A rubrica Outros – passivo corrente inclui, essencialmente:

- 64 043 milhares de euros (31DEZ13: 71 764 milhares de euros) respeitantes a tarifas de saneamento, adiantamentos de subsídios, adiantamento pela venda do Grupo EGF e taxas de subsolo a pagar a municípios, do Grupo AdP;
- 6 508 milhares de euros (31DEZ13: 14 379 milhares de euros) referentes ao Grupo SAGESTAMO.

A rubrica Outros – passivo não corrente-, inclui essencialmente:

- 4 794 milhares de euros (31DEZ13: 4 805 milhares de euros) correspondentes à dívida líquida do Grupo Baía do Tejo à Direção Geral do Tesouro; e
- 1 461 milhares de euros (31DEZ13: 1 418 milhares de euros) do Grupo SIMAB, referentes ao valor de cauções de operadores (clientes dos Mercados Abastecedores).

Em 31 de dezembro de 2014, as Outras contas a pagar, referentes a passivo corrente e não corrente, do Grupo EGF e do Grupo TAP, que totalizam 11,3 milhões de euros e 672 milhões de euros, respetivamente, foram incluídos num grupo para alienação detido para venda de acordo com a IFRS 5, conforme descrito na nota 21. Em 31 de dezembro de 2013 as Outras contas a pagar, referentes a passivo corrente e não corrente, incluíam o montante de 12,1 milhões de euros do Grupo EGF e 652 milhões de euros do Grupo TAP.

30 - Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros	31-Dez-14		31-Dez-13	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Swaps	-	222 645	-	125 869

A quantia registada em Outros passivos financeiros – passivo não corrente – inclui:

- 202,5 milhões de euros da PARPÚBLICA de três *swaps* associados ao empréstimo obrigacionista de 599 238 milhares de euros (vide nota 25). O valor inicial destes *swaps* foi de 133 648 milhares de euros, sendo o seu justo valor (*mark-to-market*) a 31 de dezembro de 2014 de 202 470 milhares de euros (31DEZ13: 110 122 milhares de euros); e
- 20,2 milhões de euros (31DEZ13: 15,7 milhões de euros) relativos aos *swaps* de taxa de juro e de taxa de câmbio do Grupo AdP, não integrados na contabilidade de cobertura mensurados pelo justo valor à data de balanço, com base em valorizações indicadas por entidades independentes. Estes *swaps* estão associados a um montante nocional global de 270 milhões de euros.

31 - Vendas e serviços prestados

Rédito das vendas e dos serviços prestados	2014	2013
Vendas		
Mercado interno	551 002	584 186
Mercado externo	191 674	180 236
	742 676	764 422
Prestações de serviços		
Mercado interno	582 122	1 087 984
Das quais: rendas de propriedade de investimento	60 891	64 375
Mercado externo	2 356 407	2 370 059
	2 938 529	3 458 043
Total	3 681 205	4 222 465

Pelo relato por segmentos de negócio apresentado na nota 1, o Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas evidencia-se como o segmento mais significativo contribuindo com cerca de 2 698 milhões de euros (2013: 2 893 milhões de euros), correspondentes a 73% (2013: 69%) do total de Vendas e Prestações de serviços. Em 2013, do total deste segmento cerca de 188 milhões de euros respeitavam a vendas e prestações de serviços do Grupo ANA até 30 de junho de 2013, cuja privatização total foi concluída em 22 de outubro de 2013. O segundo segmento mais significativo é o Águas e Resíduos contribuindo com cerca de 793 milhões de euros (2013: 809 milhões de euros), correspondentes a 22% (2013: 19%) do total de Vendas e Prestações de serviços.

32 - Subsídios à exploração

Subsídios à exploração	2014	2013
Relacionados com ativos biológicos	2 032	1 823
Outros	1 169	3 686
Total	3 201	5 509

Os subsídios à exploração relacionados com ativos biológicos dizem respeito à atividade operacional da Companhia das Lezírias.

A rubrica de Outros inclui os Subsídios à exploração provenientes, essencialmente, do Grupo TAP com 1 151 milhares de euros (2013: 3 679 milhares de euros) de subsídios do Estado relativamente à

comparticipação no preço de venda do bilhete para passageiros com destino ou origem na Região Autónoma dos Açores, quando os passageiros se enquadrem no regime legal aplicável. O montante reconhecido, em cada exercício, corresponde, à estimativa do Grupo TAP, do valor a receber, por bilhetes voados no próprio exercício, por passageiros abrangidos pelo benefício.

33 - Ganhos e perdas imputados de associadas

Ganhos/perdas imputados de associadas	2014	2013
<u>Ganhos pela aplicação do método de equivalência patrimonial</u>		
Parcaixa, SGPS, SA	7 967	7 446
CVP	0	-
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	484	306
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	1 611	706
ORIVÁRZEA, S.A.	198	179
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	26	-
APIS	779	-
Subtotal	11 064	8 637
<u>Perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial</u>		
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	-	88
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica	-	215
Propnery - Propriedade e Equipamentos, SA	123	105
Subtotal	123	408
TOTAL	10 941	8 229

34 - Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	2014	2013
REN	9 041	8 988
GALP	18 527	15 360
PT - Portugal Telecom, SA	80	260
NOS SGPS	14	14
Futuro SGFP	-	14
Lisnave	178	119
CTT	18 902	0
IHRV (ex-INH)	-	39
	46 742	24 794

35 - Ganhos/Perdas em alienações de participações

Ganhos/ perdas em alienações de participações	2014	2013
ANA	-	714 081
CTT	81 136	(36 565)
EDP	-	5 725
REN	(20 338)	-
	60 799	683 241

A mais valia no montante de 81 136 milhares de euros decorre da alienação das ações (participação de 31,5%) da CTT, conforme descrito na nota 11.

A menos valia no montante de 20 338 milhares de euros decorre da alienação das ações (participação remanescente de 9,9%) da REN, decorrente da 2.ª fase de reprivatização, conforme descrito na nota 11.

Ganhos/ perdas em alienações de participações	2014	2013
ANA		
Receita de venda		1 127 073
Valorização da empresa pelo justo valor aquando da perda de controlo (inclui despesas de venda)		412 992
Valor do ganho/ perda na alienação		714 081
CTT		
Receita de venda	342 590	579 022
Valorização da empresa pelo justo valor aquando da perda de controlo (inclui despesas de venda)	261 454	615 587
Valor do ganho/ perda na alienação	81 136	(36 565)
EDP		
Receita de venda		356 065
Valorização da empresa pelo justo valor aquando da perda de controlo (inclui despesas de venda)		350 340
Valor do ganho/ perda na alienação		5 725
REN		
Receita de venda	141 669	
Valorização da empresa pelo justo valor no momento da venda (inclui despesas de venda)	162 007	
Valor do ganho/ perda na alienação	(20 338)	

36 - Variação nos inventários da produção

Variação nos inventários da produção (variação da produção)	2014			2013		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso
Inventários iniciais ¹	(10 218)	(2 040)	(22 198)	(10 227)	(3 400)	(28 139)
Regularização de inventários ¹	(1 479)	0	(311)	(1 341)	0	(691)
Transferência para Detidos para venda	1 192		-			-
Existências finais ¹	10 743	2 131	15 974	10 218	2 040	22 138
Variação da produção	237	90	7 638	(1 350)	(1 359)	(6 692)
			7 966			(9 403)

¹ para efeitos de demonstração da variação dos inventários da produção inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

37 - Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade	2014	2013
Ativo não corrente		
Ativos Intangíveis	-	146
Ativos fixos tangíveis	192	977
Outros ativos não correntes	16 200	15 414
	16 392	16 537
Ativo corrente		
Inventários	791	1 593
	791	1 593
TOTAL	17 183	18 130

Os Trabalhos para a própria entidade relativos aos Outros ativos não correntes, no montante de 16 200 milhares de euros (2013: 15 414 milhares de euros) respeitam à capitalização de gastos incorporados na formação do custo dos direitos de utilização de infraestruturas do Grupo AdP, assim decompostos:

- Gastos com o pessoal – 7 149 milhares de euros (2013: 5 245 milhares de euros);
- Fornecimentos e serviços externos – 4 390 milhares de euros (2013: 3 789 milhares de euros); e
- Gastos financeiros – 4 546 milhares de euros (2013: 6 315 milhares de euros).

Os Trabalhos para a própria entidade relativos a Inventários, no montante de 791 milhares de euros, dizem respeito a Gastos com o pessoal e Outros gastos incluídos no custo de aquisição/produção de inventários com duração superior a um ano do Grupo TAP (2013: 1 593 milhares de euros).

38 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	2014		2013	
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários iniciais ¹	832 712	163 226	907 554	170 325
Compras ¹	157 415	165 707	180 964	163 114
Regularização de existências	(0)	33	(97 747)	(12 534)
Transferência de/para Detidos para venda	(15 108)	(116 666)	-	-
Inventários finais ¹	(821 390)	(16 692)	(832 172)	(163 226)
Inventários consumidos e vendidos	153 628	195 607	158 599	157 680
		349 235		316 279

¹ para efeitos de demonstração do CMVMC inclui-se os inventários e suas variações relativas às entidades detidas para venda

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no montante de 349 235 milhares de euros (2013: 316 279 milhares de euros) inclui essencialmente:

- 276 583 milhares de euros (2013: 214 811 milhares de euros) do Grupo TAP, maioritariamente relacionados com material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação;
- 21 087 milhares de euros (2013: 15 957 milhares de euros) de moedas e outros bens relativos à INCM;
- 31 594 milhares de euros (2013: 31 982 milhares de euros) relativos a reagentes e contadores do Grupo AdP; e
- 16 887 milhares de euros (2013: 41 324 milhares de euros) de imóveis do Grupo SAGESTAMO.

Os movimentos de Regularização de existências de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo em 2014, respeitam essencialmente ao Grupo TAP (646 milhares de euros de ajustamentos negativos) e Companhia das Lezírias (743 milhares de euros positivos)

39 - Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013
Combustíveis	806 636	786 471
Outros materiais e serviços consumidos	274 841	335 100
Assistência por terceiros nos aeroportos	164 938	157 174
Trabalhos especializados	131 231	154 256
Taxas de navegação aérea	143 334	136 296
Conservação e reparação de equipamento de voo	86 739	79 622
Conservação e reparação de outros ativos	55 462	57 287
Subcontratos	51 428	61 592
Locação operacional de aviões	57 315	51 984
Comissões	41 532	41 217
Despesas a bordo	50 528	45 353
Encargos especiais da atividade de venda - atividade de transporte aéreo	32 361	38 238
Rendas e alugueres	72 412	70 691
Taxas de aterragem	64 947	45 492
Vigilância e segurança	7 051	19 599
Alojamento e alimentação nas escalas	23 738	21 161
Seguros	14 973	17 343
Honorários	7 978	6 923
	2 087 443	2 125 799

O segmento de atividade que mais contribuiu para esta rubrica da demonstração dos resultados foi o setor de Transporte Aéreo e Atividades Relacionadas, representando 87% (84% em 2013) dos gastos incorridos.

Os Combustíveis são o gasto mais representativo, 39% do total de Fornecimentos e serviços externos.

Os outros materiais e serviços consumidos advêm essencialmente do Grupo TAP com 157 706 milhares de euros (2013: 121 356 milhares de euros) e do Grupo AdP com 103 847 milhares de euros (2013: 96 546 milhares de euros).

40 - Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2014	2013
Remunerações	564 977	706 253
Encargos sociais	116 416	146 358
Outros gastos com o pessoal	60 220	72 643
Gastos com benefícios de reforma	8 887	8 656
	750 499	933 911

As retribuições pagas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA e das suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2014, foram:

- Mesa da Assembleia Geral: 26,93 milhares de euros
- Conselho de Administração: 4 979,03 milhares de euros
- Revisor Oficial de Contas: 391,75 milhares de euros

Os outros gastos com o pessoal advêm essencialmente do Grupo TAP (45 708 milhares de euros), assim decompostos:

- Seguros – 17 666 milhares de euros (2013: 16 936 milhares de euros);
- Gastos de ação social – 12 447 milhares de euros (2013: 11 127 milhares de euros);
- Comparticipações de refeições – 5 207 milhares de euros (2013: 4 851 milhares de euros);
- Indeminizações – 2 523 milhares de euros (2013: 2 948 milhares de euros);
- Outros – 7 865 milhares de euros (2013: 6 230 milhares de euros).

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Gastos com benefícios de reforma	2014	2013
Custo do serviço corrente	4 562	5 530
Custo de juros	3 094	10 385
Outros	1 230	(7 259)
TOTAL	8 887	8 656

Os Gastos com benefícios de reforma advêm essencialmente do Grupo TAP com 7 361 milhares de euros. O movimento ocorrido no ano relativamente aos passivos de benefícios definidos, bem como os principais pressupostos atuariais utilizados na elaboração dos estudos, são apresentados na nota 26.

41 - Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)

Ajustamentos em inventários	2014		2013	
	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários
Mercadorias	27 931	22 710	26 380	4 298
Produtos acabados e intermédios	187	4	405	80
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	1
Produtos e trabalhos em curso	-	-	58	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 105	1 930	6 010	37
Adiantamentos por conta de compras	3 158	887	1 827	-
	33 382	25 530	34 680	4 417
		(7 852)		(30 264)

As perdas e as reversões de ajustamentos em inventários de Mercadorias referem-se essencialmente aos imóveis do Grupo SAGESTAMO.

As perdas e reversões dos ajustamentos em inventários são registadas em função do valor realizável líquido estimado no final de cada período.

As perdas e reversões de ajustamentos em inventários de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se essencialmente ao Grupo TAP relativamente a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

42 - Imparidade de dívidas a receber

Imparidade de dívidas a receber	2014		2013	
	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber
Cientes	20 381	3 388	9 895	6 691
Outras contas a receber - correntes	452	946	1 456	227
Outros ativos e passivos financeiros	770	-	-	39
	21 602	4 334	11 351	6 957
		(17 268)		(4 394)

As quantias registadas nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber (vide notas 14 e 17) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

O reforço efetuado em Ajustamentos em contas a receber resulta essencialmente de: (i) 15 905 milhares efetuados pelo Grupo TAP; e (ii) 4 010 milhares de euros efetuados pelo Grupo AdP.

A Reversão de ajustamentos em contas a receber respeita, essencialmente, a: (i) 2 602 milhares de euros do Grupo TAP; e (ii) 1 365 milhares de euros do Grupo AdP.

43 - Provisões

Provisões (gastos / reversões)	2014	2013
Provisão para processos judiciais em curso	(5 222)	2 654
Impostos	(69)	82
Outras provisões	137	(3 118)
Provisão para contingências fiscais - Brasil	688	-
Provisão para contingências laborais - Brasil	63	-
	(4 404)	(382)

As principais variações encontram-se discriminadas na nota 24, destacando-se os montantes mais significativos no Grupo TAP, resultantes de Processos judiciais em curso e outras provisões.

44 - Imparidade de investimentos

Não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos não depreciáveis	2014		2013	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos não depreciáveis				
Terrenos e recursos naturais	55	131	1 065	4 930
Activos detidos para venda	-	-	68	-
Outros ativos financeiros				
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	-	-	-	5 018
Soc. Parque Ind. Vendas Novas	36	-	-	-
Ativos em curso da CE	-	-	386	-
Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A.	-	1	-	-
Ecodetra	-	-	109	-
	91	131	1 628	14 948
		41		13 320

Depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos depreciáveis	2014		2013	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos tangíveis depreciáveis				
Terrenos e recursos naturais	-	-	71	289
Edifícios e outras construções	-	-	7 437	-
Equipamento básico	1 984	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	-	913	-	2 470
	1 984	913	7 508	2 759
		(1 071)		(4 749)

As perdas por imparidade de equipamento básico, provenientes na sua totalidade do Grupo TAP, foram reconhecidas para as aeronaves Embraer 145, dada a expectativa de venda da referida frota e seu impacto no valor recuperável face ao valor contabilístico

45 - Aumentos / reduções de justo valor

Aumentos / reduções de justo valor	2014	2013
Ajustamentos positivos		
Propriedades de investimento	12 530	27 489
Ativos biológicos	4 234	5 897
Ganhos de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros	11 689	194 548
Ganhos de outros investimentos financeiros	-	13 707
	28 453	241 642
Ajustamentos negativos		
Propriedades de investimento	33 039	18 997
Activos biológicos	1 237	1 962
Perdas de outros investimentos financeiros	2 557	160
Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros	204 813	111 185
Outros	92 349	-
	333 995	132 304
	(305 542)	109 338

Os ajustamentos líquidos (positivos e negativos) de justo valor em propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades (valores líquidos):

- Grupo Sagestamo – 18 230 milhares de euros negativos;
- Baía do Tejo – 2 396 milhares de euros negativos.

Os ajustamentos positivos e negativos de justo valor em ativos biológicos respeitam essencialmente à Companhia das Lezírias.

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na nota 9.

Os Ganhos/Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e os aumentos/reduções de justo valor referente a Outros (valores líquidos) podem ser sintetizados, como se segue:

	2014			2013		
	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos
Perdas de participações valorizadas ao justo valor através de resultados e outros:						
Ações GALP (*)	11 689	-	11 689	-	-	-
	11 689	-	11 689	-	-	-
Outros ajustamentos:						
Opção sobre ações da GALP	-	204 813	-204 813	8 939	-	8 939
Swaps	-	-	-	-	1 064	-1 064
Swaps ELOS	-	92 349	-92 349	-	110 122	-110 122
Outras ações e fundos	-	-	-	101 143	-	101 143
Empréstimos ELOS	-	-	-	84 467	-	84 467
	-	297 162	-297 162	194 548	111 185	83 363
	11 689	297 162	-285 473	194 548	111 185	83 363

(*) Participações sociais em empresas que não se qualificam como subsidiárias ou associadas

O justo valor das ações é fundamentado na cotação na NYSE Euronext e o justo valor dos derivados é baseado no *mark to market* determinado por entidades financeiras internacionais.

46 - Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2014	2013
Rendimentos suplementares	55 843	57 464
Ganhos em existências	559	2 733
Ganhos em imobilizações	16 301	2 862
Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento	3 932	2 505
Desc de pronto pagamento obtidos	204	332
Outros rendimentos e ganhos financeiros	-	206
Compensação de dívidas fiscais no Brasil (Programa REFIS)	51 594	-
Outros juros obtidos	40 263	54 928
Outros rendimentos e ganhos	13 563	11 110
Diferenças de câmbio favoráveis	3 093	1 757
Total	185 352	133 691

Os Rendimentos suplementares advêm, maioritariamente, do segmento de Transporte Aéreo e Atividades relacionadas e referem-se, entre outros, a venda de milhas do programa TAP Victoria a parceiros de 18 402 milhares de euros (2013: 19 239 milhares de euros), rendimentos com publicidade de 9 803 milhares de euros (2013: 9 758 milhares de euros), a vendas de material de armazém recuperado de 8 240 milhares de euros (2013: 8 893 milhares de euros), rendas e sublocações de 2 191 milhares de euros (2013:

1 912 milhares de euros). Incluem ainda 5 763 milhares de euros referentes ao Grupo AdP (2013: 5 977 milhares de euros).

A rubrica de Ganhos em imobilizações advém essencialmente do Grupo AdP no montante de 14 257 milhares de euros (2013: 812 milhares de euros), decorrente da incorporação no seu património de um terreno que transitou da Câmara Municipal de Lisboa para a EPAL (ver nota 6).

Os ganhos com compensação de dívidas fiscais no Brasil advém na sua totalidade da TAP M&E Brasil, decorrente da liquidação de dívidas de impostos com recurso a créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social.

Os juros obtidos, no montante de 40 263 milhares de euros (2013: 54 928 milhares de euros), incluem 36 948 milhares de euros do Grupo AdP (2013: 42 769 milhares de euros).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, no montante de 13 563 milhares de euros é composta maioritariamente pelo Grupo SAGESTAMO em 7 029 milhares de euros (2013: 1 228 milhares de euros) e pelo Grupo TAP no montante de 1 900 milhares de euros (2013: 1 171 milhares de euros). Esta rubrica também inclui o montante de 2 470 milhares de euros referente à INAPA, que corresponde à diferença entre a quantia escriturada após a aplicação do método de equivalência patrimonial e o justo valor (dado pela cotação das ações da INAPA), à data de 23 de abril de 2014, menos os custos estimados de vender (considerados imateriais).

47 - Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas operacionais	2014	2013
Impostos	27 321	28 608
Perdas em imobilizações	2 080	2 716
Perdas em existências	1 272	1 864
Multas e penalidades	1 148	585
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5 409	39 133
Descontos de pronto pagamento obtidos	16	-
Gastos e perdas de serviços financeiros	5 324	6 056
Outros	19 517	29 243
	62 088	108 307

A rubrica de Impostos inclui, 11 274 milhares de euros do Grupo TAP (2013: 10 573 milhares de euros), 9 831 milhares de euros do Grupo AdP (2013: 10 465 milhares de euros) e 4 141 milhares de euros da INCM (2013: 4 581 milhares de euros).

As Perdas em imobilizações referem-se essencialmente ao Grupo TAP, com um total de perdas de 1 838 milhares de euros (2013: 1 058 milhares de euros).

Relativamente às Perdas em existências, estas referem-se também na sua maioria ao Grupo TAP com um montante de 1 017 milhares de euros (2013: 1 256 milhares de euros).

As Diferenças de câmbio desfavoráveis são provenientes na sua quase totalidade do Grupo TAP.

Os Gastos e perdas de serviços financeiros respeitam essencialmente ao Grupo TAP, 5 301 milhares de euros (2013: 4 306 milhares de euros).

A rubrica de Outros inclui essencialmente:

- 7 720 milhares de euros (2013: 8 409 milhares de euros) do Grupo TAP, relativos essencialmente a indemnizações por ação judicial;
- 5 472 milhares de euros (2013: 3 376 milhares de euros) da Estamo;
- 2 725 milhares de euros (2013: 2 417 milhares de euros) do Grupo AdP.

48 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2014	2013
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	173	175
Edifícios e outras construções	19 811	30 082
Equipamento básico	94 783	129 404
Equipamento de transporte	507	1 022
Ferramentas e utensílios	1 898	1 866
Equipamento administrativo	3 436	5 895
Outras imobilizações corpóreas	7 559	8 137
	128 167	176 581
Outros ativos intangíveis		
Gerados internamente		
Com vida útil finita	-	1 806
Outros ativos fixos intangíveis		
Com vida útil finita	223 383	243 362
	223 383	245 169
Propriedades de investimento (método do custo)	95	96
Ativos biológicos (método do custo)	71	62
Total	351 717	421 907

49 - Subsídios ao investimento

Os Subsídios ao investimento no montante de 74 576 milhares de euros (2013: 86 576 milhares de euros) advêm maioritariamente do segmento das Águas e Resíduos (99% do montante dos subsídios).

50 - Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados

Juros e outros rendimentos e gastos de financiamento	2014	2013
Rendimentos e ganhos		
Juros de invest. finan. não registados pelo justo valor através de resultados	54	-
Outros juros	9 988	6 554
Diferenças de câmbio favoráveis	-	3 247
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1 450	727
	11 492	10 528
Gastos e perdas		
Juros suportados	366 024	405 531
Diferenças de câmbio desfavoráveis	36 688	33
Outros gastos e perdas financeiros	20 787	32 276
	423 499	437 840

Os Outros juros obtidos respeitam essencialmente ao Grupo AdP, no montante de 5 289 milhares de euros e ao Grupo TAP no montante de 3 091 milhares de euros.

Os Juros suportados de financiamentos no montante de 366 024 milhares de euros (2013: 405 531 milhares de euros) incluem:

- 214 217 milhares de euros da PARPÚBLICA (2013: 215 139 milhares de euros);
- 103 128 milhares de euros do Grupo AdP (2013: 113 770 milhares de euros);
- 44 659 milhares de euros do Grupo TAP (2013: 42 995 milhares de euros).

As diferenças de câmbio desfavoráveis advêm na sua totalidade do Grupo TAP, decorrente da valorização das locações financeiras em dólares e da reavaliação do desconto concedido no âmbito do repatriamento de capitais sobre as vendas de 2013, na sequência das negociações efetuadas com as autoridades venezuelanas.

Os Outros gastos e perdas financeiros, no montante de 20 787 milhares de euros (2013: 32 276 milhares de euros) referem-se a:

- 15 158 milhares de euros da PARPÚBLICA (2013: 20 131 milhares de euros);
- 3 162 milhares de euros do Grupo TAP (2013: 3 663 milhares de euros); e
- 1 916 milhares de euros do Grupo Sagestamo (2013: 2 milhares de euros).

51 - Imposto sobre o rendimento do período

Impostos sobre o rendimento (DR)	2014	2013
Gasto/rendimento por impostos correntes	88 452	101 408
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	-	(1 627)
Gasto/rendimento relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	(19 025)	(20 042)
Benefícios provenientes de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes	(7 923)	(7 258)
Gasto provenientes de redução ou reversão de um ativo por impostos diferidos	19	5 363
Outros	-	(121)
TOTAL	61 523	77 723

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico	2014	2013
Resultado antes de imposto	(260 803)	922 585
Taxa	23,1%	25,6%
Produto	(60 258)	236 562
Rendimentos e gastos não dedutíveis ou não tributáveis	111 768	(171 215)
Ativos e passivos por impostos diferidos	(1 694)	(10 498)
Derrama	9 068	15 775
Tributações autónomas	7 703	4 052
Diferenças temporárias	5 831	(12 028)
Amortizações não aceites fiscalmente + taxa	-	239
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	(3 573)	(8 187)
	-	(208)
Atualização de encargos com explorações agrícolas (majoração encargos dedutíveis)		
Outros	(7 322)	23 232
TOTAL	61 523	77 723

Prejuízos fiscais não relevados como ativos por impostos diferidos (por data de extinção):	2014	2013
N	27 197	27 933
N+1	20 780	58 540
N+2	22 449	26 993
N+3	9 989	7 641
N+4	92 371	90 622
N+5	4 057	63 920
TOTAL	176 844	275 650

Os Impostos sobre o rendimento do período no montante de 61 523 milhares de euros (2013: 77 723 milhares de euros) correspondem na generalidade ao Grupo AdP (2014: 40 679 milhares de euros; 2013: 56 256 milhares de euros).

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). O cálculo do imposto corrente do exercício a 31 de dezembro de 2014 corresponde à taxa anual de 23%, acrescida de Derrama Estadual e Derrama Municipal. A Derrama Municipal incide sobre o lucro tributável com uma taxa máxima de 1,5%.

As declarações de autoliquidação, do Grupo PARPÚBLICA ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. O Conselho de Administração do Grupo PARPÚBLICA entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 2014.

52 - Interesses que não controlam – Resultado Líquido

Interesses que não controlam (resultado líquido)	2014	2013
Interesses que não controla (resultado líquido)		
Grupo AdP (exceto EGF - detido para venda)	37 214	45 811
EGF - detido para venda	2 762	-
Cateringpor	643	233
LFP	3 504	4 720
APIS	-	(2)
SAGESECUR	125	218
ECODETRA	2	(14)
Margueira	65	67
ANAM	-	120
SPE	(130)	(486)
Grupo CTT	-	174
MARL, SA	391	484
MARF, SA	(98)	724
MARE, SA	(10)	272
MARB, SA	64	538
	44 532	52 860

53 - Unidades operacionais descontinuadas

Os resultados e os fluxos de caixa em 2014 relativos às unidades operacionais descontinuadas respeitam aos dividendos obtidos dos CTT, aos resultados da venda dos CTT e às operações descontinuadas TAP e EGF.

Os resultados e os fluxos de caixa em 2013 relativos às unidades operacionais descontinuadas têm correspondência nos ativos não correntes detidos para venda (30% dos CTT) e nas operações descontinuadas (TAP, ANA e CTT).

Os resultados e os fluxos de caixa em 2014 e 2013 relacionados com unidades operacionais descontinuadas são os seguintes:

RUBRICAS	2014	2013 (Reexpresso)
Vendas e serviços prestados	2 864 931	3 399 633
Subsídios à exploração	1 151	3 852
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 612	707
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	18 902	14
Ganhos/ perdas em alienações de participações	81 136	683 241
Variação nos inventários da produção	241	-
Trabalhos para a própria entidade	10 444	(1 723)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(288 645)	(235 993)
Fornecimentos e serviços externos	(1 876 188)	(1 949 084)
Gastos com o pessoal	(619 596)	(803 236)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	(105)	(6 096)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(14 208)	(3 994)
Provisões (aumentos / reduções)	(5 549)	(71)
Aumentos / reduções de justo valor	104	(410)
Outros rendimentos e ganhos	106 591	66 883
Outros gastos e perdas	(36 677)	(83 284)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	244 144	1 070 438
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(144 474)	(213 854)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (gastos/reversões)	(1 984)	(1 031)
Subsídios ao investimento	18 134	18 249
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	115 820	873 802
Juros e rendimentos similares obtidos	(30 835)	(101 610)
Juros e gastos similares suportados	(50 648)	20 355
Resultado antes de impostos	34 337	792 548
Imposto sobre o rendimento do período	(9 736)	(29 869)
Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas	24 601	762 679
Resultado líquido dos interesses que não controlam	6 909	5 772
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	17 692	756 907

Fluxos de caixa líquidos atribuíveis às unidades operacionais descontinuadas

RUBRICAS	2014	2013
Fluxos das:		
Atividades de exploração	116 007	344 379
Atividades de investimento	309 849	1 922 753
Atividades de financiamento	(80 316)	710 897
	345 540	2 978 029

O Resultado líquido do período das unidades operacionais descontinuadas no montante de 17 692 milhares de euros em 2014 inclui:

- 18 902 milhares de euros provenientes da PARPÚBLICA relativos aos dividendos obtidos dos CTT referentes ao exercício de 2013;
- 81 136 milhares de euros provenientes da PARPÚBLICA de mais valias provenientes da reprivatizações dos CTT;
- 2 749 milhares de euros referentes à EGF; e
- 85 096 milhares de euros negativos referentes à TAP.

54 - Entidades Relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do Grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações das principais empresas do Grupo PARPÚBLICA com entidades relacionadas são:

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31-Dez-14	Total	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	452 205	10 445	-	441 760
Saldos passivos	58 856	8 100	-	50 756
Rendimentos	302 370	10 245	-	292 124
Gastos	(115 951)	82 721	350	(199 021)

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31-dez-13	Total	Estado e Outras Empresas Públicas	Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Associadas	Gerência da entidade ou da respetiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	4 768 476	4 205 263	-	11 325	-	551 888
Saldos passivos	(400 129)	(481 456)	-	(8 280)	-	89 607
Rendimentos	485 340	-	-	11 118	-	474 222
Gastos	(62 393)	-	-	(78 768)	379	15 995

Os termos ou condições praticados entre o Grupo PARPÚBLICA e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

55 - Ativos e passivos financeiros

1) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo PAPÚBLICA apresentam-se da seguinte forma:

Ativos e Passivos Financeiros	31-Dez-14						
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	67	505 237	-	-	-	505 303
Outros ativos financeiros	4 703 606	10	6 405	6 314	-	-	4 716 335
Outras contas a receber	166 070	-	-	-	-	-	166 070
	4 869 676	77	511 642	6 314	-	-	5 387 709
Ativo corrente							
Clientes	522 988	-	-	-	-	-	522 988
Adiantamentos a fornecedores	6 225	-	-	-	-	-	6 225
Outras contas a receber	84 408	-	-	-	-	-	84 408
Outros ativos financeiros	-	4	6 904	-	-	-	6 908
Caixa e depósitos bancários	404 368	-	-	-	-	-	404 368
	1 017 989	4	6 904	-	-	-	1 024 897
Total do ativo	5 887 666	81	518 546	6 314	-	-	6 412 606
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	1 417	6 053 322	6 054 739
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	121 366	121 366
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	222 645	-	222 645
	-	-	-	-	224 062	6 174 688	6 398 751
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	-	37 068	37 068
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	497	497
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	835 226	835 226
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	697 807	697 807
	-	-	-	-	-	1 570 616	1 570 616
Total do passivo	-	-	-	-	224 062	7 745 304	7 969 367
Valor Líquido	5 887 666	81	518 546	6 314	(224 062)	(7 745 304)	(1 556 760)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-Dez-14			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	505 237	13 309	-	518 546
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-	-
	505 237	13 309	-	518 546
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	224 062	-	224 062
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
	-	224 062	-	224 062

Ativos e Passivos Financeiros	31-Dez-13						Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Investimentos detidos até à maturidade	Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
Ativos							
Ativo não corrente							
Participações financeiras - outros métodos	-	106	817 765	-	-	-	817 871
Outros ativos financeiros	4 344 214	9	34	6 158	-	-	4 350 415
Outras contas a receber	281 084	-	-	-	-	-	281 084
	4 625 298	115	817 799	6 158	-	-	5 449 371
Ativo corrente							
Clientes	734 100	-	-	-	-	-	734 100
Adiantamentos a fornecedores	18 328	-	-	-	-	-	18 328
Outras contas a receber	271 071	-	-	-	-	-	271 071
Outros ativos financeiros	-	36	6 459	-	-	-	6 495
Caixa e depósitos bancários	926 643	-	-	-	-	-	926 643
	1 950 196	36	6 459	-	-	-	1 956 691
Total do ativo	6 575 495	151	824 258	6 158	-	-	7 406 062
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	13 106	5 855 615	5 868 721
Outras contas a pagar	-	-	-	-	1 729	616 794	618 523
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	125 869	-	125 869
	-	-	-	-	140 704	6 472 408	6 613 112
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	-	184 055	184 055
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	-	1 722	1 722
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	18	18
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	2 564 167	2 564 167
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	880 378	880 378
	-	-	-	-	-	3 630 341	3 630 341
Total do passivo	-	-	-	-	140 704	10 102 749	10 243 453
Valor Líquido	6 575 495	151	824 258	6 158	(140 704)	(10 102 749)	(2 837 391)

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-Dez-13			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	817 799	6 459	-	824 258
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-	-
	817 799	6 459	-	824 258
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	138 975	-	138 975
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	1 546	183	1 729
	-	140 521	183	140 704

Mensurações pelo justo valor

i) Justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente

Alguns dos ativos e passivos do Grupo PARPÚBLICA encontram-se mensurados pelo justo valor no final de cada período de relato. O quadro que se segue apresenta informação relativamente à forma como os justos valores destes ativos e passivos financeiros são determinados, nomeadamente as técnicas de avaliação e os dados (input) utilizados nestas mensurações:

Ativos / Passivos financeiros	31-Dez-14	31-Dez-13	Técnicas de avaliação utilizadas
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	518 546	702 740	
Ações detidas pela Parpública	488 515	696 247	Cotações em mercado ativo (NYSE Euronext) - Reexpressões da GALP, REN e ZON
UP do Fundo Imopoupança	10	10	O justo valor das UP do Fundo Imopoupança resulta da mensuração pelo valor patrimonial divulgado pela respetiva sociedade gestora no final de 31 de dezembro de 2014
UP do Fundo Fundiestamo I	6 894	6 449	Como não existe um preço diretamente observável no mercado, que possa ser assumido como o justo valor destas UP, dada a escassez de transações em mercado e por estas terem por referência o preço oferecido ao abrigo de um contrato de criação de liquidez, identificou-se técnicas alternativas de mensuração do justo valor, nomeadamente, o valor patrimonial destas UP (VUP) divulgado pela CMVM. O VUP resulta do rácio entre o total do Capital Próprio e o número de unidades de participação. Considerando que os ativos deste Fundo são essencialmente imóveis sujeitos a avaliações periódicas, o valor dos Capitais Próprios é a uma boa aproximação ao justo valor. Dadas as condições atuais de mercado, considera-se que esta técnica é mais representativa do justo valor destas UP. Esta alteração de técnica de mensuração, é tratada como alteração de estimativa, de acordo com a IAS 8, sendo de aplicação prospetiva. Destaque-se que grande parte do impacto é explicada pela redução, em 2014, do índice do IPD relativo ao mercado imobiliário português para o segmento de escritórios para 3,7%.
Ações detidas pela AdP		34	O justo valor do instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se por exemplo os derivados over-the-counter
Aplicações financeiras junto da banca comercial - obrigações sénior	6 405		O justo valor do instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se por exemplo os derivados over-the-counter
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	224 062	138 975	
SWAPs de taxa de juro da Parpública	202 470	110 122	O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “mark-to-market” desses instrumentos.
Opção em empréstimo obrigacionista da Parpública	1 417	13 106	
SWAPs (cambio e taxa de juro) da AdP	20 175	15 747	Sempre que disponível, o justo valor dos derivados do Grupo AdP é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	1 729	
Swaps jet fuel	-	1 546	Discounted cash-flows
Cobertura de risco de taxa de juros - SWAP da Simab	-	183	Justo valor determinado por entidade bancária

ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros que não estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente (mas são requeridas divulgações de justo valor)

Devido à sua natureza de curto-prazo, o Conselho de Administração do Grupo AdP considera que a quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao justo valor aproxima-se do seu justo valor, com exceção das seguintes situações:

	31-Dez-2014		31-Dez-2013	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Passivos Financeiros				
Financiamentos obtidos	2 266	1 503	2 423	1 580
Total	2 266	1 503	2 423	1 580

iii) Reconciliação das mensurações de justo valor do nível 3

A reconciliação das mensurações de justo valor do nível 3 apresenta-se, como segue:

RECONCILIAÇÃO ENTRE OS SALDOS DE ABERTURA E OS DE FECHO (APENAS PARA AS MENSURAÇÕES DE JUSTO VALOR DO NÍVEL 3 DA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR)	
Saldo inicial	183
Variação do perímetro de consolidação (sinal + ou -)	-
Aquisições (sinal +)	-
Alienações (sinal -)	-
Liquidações (sinal -)	(183)
Saldo final (31 de Dezembro de 2014)	-

56 - Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o Grupo está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de mercado, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço – é o risco de que a quantia de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado.
- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. O Grupo PARPÚBLICA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de

crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que o Grupo venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor.

Pela sua expressão no Grupo PARPÚBLICA, merecem referência as seguintes entidades: PARPÚBLICA, Grupo AdP e Grupo TAP.

PARPÚBLICA

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade da parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, incide fundamentalmente ao nível das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria, aos *swaps* contratados e aos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a empresas cujas políticas financeiras são controladas (subsidiárias) para aplicação em investimentos com retorno adequado. Os suprimentos são aprovados Comissão Executiva da PARPÚBLICA e remunerados a taxas de mercado.

ii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está coberto pelo Orçamento do Estado, na sequência da integração da Parpública no perímetro de consolidação orçamental do Estado, passando as necessidades de financiamento não cobertas pelos recursos próprios da Parpublica a ser supridas com entregas da DGTF.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

valores em milhares de euros

31-12-2014	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>5 anos	Total
Financiamentos						4094,4
Papel Comercial						0,0
<i>Eurobonds</i>					1500,0	1500,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações		200,0	170,0	750,0		1120,0
Financiamento Bancário		21,0	21,0	63,1	483,6	588,7

valores em milhares de euros

31-12-2013	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>5 anos	Total
Financiamentos						4279,0
Papel Comercial	620,0	255,0				875,0
<i>Eurobonds</i>		499,0			900,0	1399,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações		150,0	200,0	170,0		520,0
Financiamento Bancário		10,1	21,0	63,1	505,1	599,3

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são as seguintes:

Financiamentos	Covenants
<i>Eurobonds</i> Bonds 500M€ - 2005, due 2020 Bonds 150M€ - 2005, due 2020 Bonds 250M€ - 2006, due 2026 Bonds 600M€ - 2014, due 2021	<i>Cross Default / Force Majeure</i> <i>Cross Default</i> <i>Cross Default</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações Permutáveis Galp 885,65M€ – 2010, due 2017 Obrigações PARPÚBLICA 200M€ – 2013/2015 Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 170M€ - 2013/2016 Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 750M€ - 2014/2019	<i>Cross Default / Negative Pledge / Restrictions on Activity</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Financiamento Bancário 599,238M€	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>

iii) *Risco de Mercado*

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, cerca de 54,6% da mesma vence juros a taxa de juro fixa e cerca de 45,4% vence juros a taxa de juro variável.

A PARPÚBLICA mantém três estruturas de swaps de taxa de juro plain vanilla (swap de taxa variável para taxa fixa). O montante nominal total das três estruturas é de 465,9 milhões de euros. O conjunto das três estruturas teve os seguintes impactos (milhares de euros):

	2014	2013
Fluxos de caixa líquidos	-12 055	-11 697
Ganhos (Perdas) por variação do justo valor após o reconhecimento inicial	-92 349	23 526

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo e dos fluxos dos *swaps* eram os seguintes em 30 de dezembro de 2014:

31 Dez 14

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-157 046,9	-484 647,9	-486 785,4	-1 128 480,2
Fluxos dos swaps	-16 336,8	-69 664,7	-129 907,0	-215 908,5

31 Dez 13

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-152 474,3	-417 976,6	-589 477,7	-1 159 928,6
Fluxos dos swaps	-11 815,4	-50 348,7	-62 541,0	-124 705,1

Risco do Preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos. No caso específico do empréstimo obrigacionista de montante nominal de 885,65 milhões de euros, com opção embutida em favor dos investidores de permutarem as obrigações por ações da GALP detidas na carteira, o risco coloca-se essencialmente pelos efeitos da variação da cotação destas ações.

O financiamento de 885,65 milhões de euros tem vencimento em 28 de setembro de 2017, com a possibilidade de (i) os investidores poderem trocar as obrigações por ações Galp a partir de março de 2013, (ii) a empresa exercer uma call e reembolsar as obrigações a partir de 13 de outubro de 2013, em determinadas condições, e (iii) os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em 28 de setembro de 2015. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos.

A componente base e a opção embutida destes empréstimos estão separadas contabilisticamente sendo mensuradas de acordo com o referido nas notas 2m, 2t e 2w.

Pela mensuração pelo justo valor das opções e também das ações subjacentes, são reconhecidos os efeitos líquidos anuais decorrentes da evolução das cotações do ativo subjacente. Esses efeitos foram os seguintes (em milhões de euros):

	2014	2013
Varição do valor das opções	+11,7	+ 101,1
Varição do valor do ativo subjacente	-199,7	11,3
Ganho líquido/ Perda líquida	-188,0	112,40

Os efeitos na opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da Galp por variações positivas e negativas de 15% na cotação das ações em 31 de dezembro de 2014 seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP						
Ações da GALP			Opção			Var. líquida (M€)
Cotação	Valor (M€)	Varição	Valor %	Valor (M€)	Varição	
8,43	494,5	-	0,16%	1,4	-	-
9,70	568,7	15,0%	1,10%	9,7	587,5%	65,9
7,17	420,4	-15,0%	0,00%	0,0	-100,0%	-72,8

Os efeitos na mesma opção por variações na volatilidade implícita seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP			
Volatilidade implícita			
%	Opção (%)	Valor (M€)	Variação
26,7%	0,16%	1,4	-
31,7%	0,91%	8,1	468,8%
21,7%	0,00%	0,0	-100,0%

Os efeitos nos *swaps* associados ao empréstimo de 599,2 milhões de euros por variações positivas e negativas de 1% na taxa de juro variável (Euribor 6M) seriam os seguintes:

Taxa	Valor	Variação
Euribor 6M	202,5	
Euribor 6M + 1%	133,0	-34,3%
Euribor 6M - 1%	284,5	40,5%

Grupo AdP

Fatores de Risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. É prática corrente no Grupo AdP, entre outros instrumentos, a contratação de instrumentos financeiros derivados para minimizar alguns dos riscos a que se encontra exposto. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo AdP. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água, saneamento e resíduos). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de dívidas de clientes permanece com valores significativos.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente. O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida.

O Conselho de Administração do Grupo AdP avalia permanentemente a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais, o PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), o acionamento do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), estabelecimento de acordos de pagamento e interposição de injunções/ações judiciais.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdP SGPS continua a entender que, sobre esses saldos, não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 30 de junho de 2014, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	31-Dez-14	31-Dez-13
Depósitos à ordem	51 140	50 323
Depósitos prazo	207 377	297 945
Outros Títulos	23 014	18 362
Fundo de renovação do equipamento	-	2 678
Fundo de reconstituição de capital	102 668	123 317
Total	384 199	492 625

Rating	31-Dez-14
A2	871
B1	31 490
B2	66 978
B3	5
Ba1	137 158
Ba3	48 135
Baa 1	5 174
Baa 2	3 880
Baa 3	78 126
Caa1	2 873
Sem <i>rating</i> conhecido	9 507
Total	384 199

ii) *Risco de Taxa de Câmbio*

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP não é relevante. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão, bem como financiamentos em moeda estrangeira expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, e dos empréstimos com *swaps* de cobertura de taxa de câmbio.

iii) *Risco de Liquidez*

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. Nestes últimos exercícios esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo elevado montante das dívidas de clientes.

Face a este problema o Grupo AdP procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos do Grupo AdP, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos assumidos com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	598 893	362 606	1 777 047
Fornecedores e outros passivos	189 956	69 112	45 982

O Grupo AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, o Grupo AdP entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

iv) *Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro*

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo AdP ao risco do justo valor associado à taxa de juro. O Grupo AdP gere o risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, mediante a contratação de *swaps* que permitam a conversão de empréstimos com juros calculados à taxa variável em empréstimos com juros calculados à taxa fixa. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e, conseqüentemente, o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	31-Dez-14	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados	87 641	111 922	61 048

v) *Risco de Capital*

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo AdP, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados. A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita à EPAL e aos empréstimos ao investimento - BEI), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	31-Dez-14	31-Dez-13
Empréstimos não correntes	2 139 653	2 423 506
Empréstimos correntes	598 893	616 695
Disponibilidades	(281 885)	(369 391)
Dívida	2 456 660	2 670 810
Subsídios ao investimento	1 630 393	1 943 203
Total do capital próprio	1 327 665	1 242 276
Capital e subsídios	5 414 717	5 856 289
Dívida/total do capital	0,45	0,46

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

vi) *Risco regulatório*

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo AdP. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as conseqüências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo AdP têm procurado

acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

O Programa do XIX Governo Constitucional, assim como o Plano de Assistência Económica e Financeira, preveem a autonomização do subsector dos resíduos do Grupo AdP e a necessidade de implementar as medidas necessárias à sua abertura ao sector privado. Estão em curso diversas medidas conducentes a uma reestruturação do setor, entre as quais a venda da sub-holding EGF (resíduos). A esta data o Conselho de Administração da AdP SGPS desconhece os impactos que as mesmas podem ter nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP, para além das divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

Através da lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes. Foi também publicada a Lei n.º 12/2014, de 6 de março que altera, pela segunda vez, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (alterado já pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho), e que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.

Grupo TAP

A gestão económico-financeira do Grupo TAP em 2014 teve como pano de fundo um contexto internacional com múltiplos elementos de instabilidade e mudança, quer a nível geopolítico, quer a nível económico.

No ano em que se assinalou o 25º aniversário da queda do Muro de Berlim, a guerra voltou às portas da Europa, na Ucrânia. Também no Médio Oriente e no Norte de África se verificou um crescente número de focos de conflito, alguns dos quais subsidiários da chamada Primavera Árabe iniciada em 2011, outros resultantes de tensões e conflitos latentes entre as diversas potências regionais, como é o caso das guerras na Síria e no Iraque.

A crescente tensão entre a Rússia e a Europa teve alguns efeitos económicos e comerciais diretos, através do embargo de exportações à Rússia, e medidas retaliatórias. No entanto, os maiores impactos poderão ter-se verificado nos mercados energéticos, fundamentais para a economia russa, e que poderão ter sido influenciados, em termos reais e especulativos, pela nova situação vivida. No mesmo sentido, mas num plano estritamente económico, a desaceleração da economia chinesa bem como a estagnação da economia europeia, ambas com peso muito significativo no PIB global, poderão ter contribuído, igualmente, para a forte queda registada no mercado petrolífero a partir do segundo semestre do ano.

Depois de três anos de grande estabilidade das cotações do petróleo, entre 2011 e 2013, com o Brent oscilando uns meros 10% acima ou abaixo de 110 dólares o barril, no outono de 2014 verificou-se uma queda acentuada e acelerada das cotações, para metade desse nível em final de ano, próximo de 50 dólares por barril. Outras matérias-primas baixaram também de cotação. Quanto ao combustível de

aviação, que durante o triénio 2011-2013 se situou, de forma estável em torno de 1.000 dólares por tonelada, baixou para 750 dólares, em média, no último trimestre do ano, atingindo valores próximos de 500 dólares em final de ano.

Além da economia europeia, também a economia brasileira registou uma quase-estagnação em 2014. De resto, a queda de cotação das matérias-primas e, acima de tudo, do petróleo, veio ensombrar de alguma forma as perspectivas de crescimento e expansão de muitas economias emergentes, que se mantêm muito dependentes dessa fonte de rendimentos para o seu desenvolvimento. Por seu turno, dada a crescente importância que os mercados emergentes assumem atualmente na economia mundial, a desaceleração das economias emergentes pode traduzir-se, rapidamente, em quebra de procura por exportações oriundas dos mercados desenvolvidos. Um exemplo concreto deste fenómeno é o caso de Angola, com uma brusca travagem económica em final de ano.

Naturalmente que todas as correntes e contracorrentes da economia nacional e internacional são importantes para o Grupo TAP, cuja atividade é influenciada pelas macro e micro tendências dos mercados em que opera. A cotação do petróleo é uma das variáveis globais com impacto determinante na exploração da atividade de transporte aéreo. Múltiplos fatores locais como por exemplo a dinâmica do mercado de turismo em Portugal, ou fatores conjunturais como foi o Campeonato do Mundo de Futebol no Brasil que ocorreu no verão de 2014, influenciam, de forma mais ou menos significativa, os resultados do Grupo, nomeadamente a nível da sua atividade principal, transporte aéreo de passageiros.

Por outro lado, o Grupo não enfrenta os riscos e as oportunidades de forma passiva e expectante pelo que 2014 foi também um ano de forte mudança e crescimento interno, com todas as dificuldades que isso acarreta. O aumento da frota do Grupo TAP de 55 para 61 aviões de médio e longo-curso assim como o lançamento de 11 novos destinos na Europa e América Latina, em meados do ano, veio alargar ainda mais o espectro de atuação do Grupo, diversificar a sua oferta, aumentar o seu leque de oportunidades de negócio e enfrentar ativamente os riscos de um cenário em constante mudança.

Neste contexto, a gestão de risco ou, por outras palavras, o esforço contínuo de adaptação às mudanças, tem uma importância determinante.

i) Risco de Preço

O total de rendimentos e ganhos do Grupo TAP, aproximadamente 2,8 mil milhões de Euros, depende, em cerca de 80%, da atividade de transporte aéreo de passageiros. O transporte de carga e correio representa cerca de 4% do total de rendimentos, situando-se a prestação de serviços de manutenção, quer na manutenção e engenharia em Portugal, quer na manutenção e engenharia no Brasil, quase em 6% dos rendimentos totais em 2014. As atividades de exploração de free shop do Grupo, levadas a cabo pela Lojas Francas de Portugal, S.A., representam um valor ligeiramente acima de 6% do total de rendimentos e ganhos, sendo os contributos das restantes empresas detidas pela TAPGER, incluindo a Cateringpor, pouco significativos, em termos de vendas para fora do Grupo.

A concentração de rendimentos do Grupo no seu core-business de transporte aéreo de passageiros e carga é elevada. O transporte aéreo é hoje um bem de consumo corrente e de fácil acesso a inúmeros segmentos de mercado, tendo a TAP S.A. transportado, em 2014, 11,4 milhões de passageiros em mais de 320 mil horas de voo. O volume de passageiros transportados, ponderado pelas distâncias percorridas (“PKUs”)

aumentou, em 2014, 7%, refletindo não só um crescimento mas também uma aceleração da atividade face aos ritmos de crescimento de anos anteriores. Contudo, o preço médio de venda de cada passageiro-transportado, que havia subido marginalmente em 2013 face a 2012, baixou consideravelmente em 2014, na mesma ordem de grandeza que o crescimento do volume de PKUs. O resultado final global de rendimentos de passagens manteve-se ao mesmo nível, cerca de 2,2 mil milhões de Euros. De referir, ainda, que a taxa de ocupação global aumentou face ao ano anterior, situando-se em níveis elevados para a indústria, acima de 80% para o total da operação.

Em termos de geografia da atividade, a Europa (incluindo Portugal) continua a representar 43% do total da operação medida em PKUs, sendo as rotas brasileiras responsáveis por 39% dos passageiros-transportados totais. A restante América Latina e EUA, por um lado, e África, por outro, têm pesos próximos de 10% cada no total da atividade da TAP S.A.. Em termos de crescimento, a atividade mostrou-se particularmente dinâmica nas rotas europeias e dos EUA, com crescimentos da ordem dos 10%. Também o Atlântico Médio cresceu significativamente, em resultado da abertura das novas rotas da Colômbia e do Panamá. O volume de tráfego nas rotas brasileiras cresceu cerca de 4% (em especial nas linhas do Norte do Brasil) e África apenas 1%, neste caso com decréscimo na generalidade das rotas mas compensado por aumentos de tráfego importantes, acima de 10%, em dois mercados, Angola e Cabo Verde.

A nível de vendas, Portugal e Brasil mantêm proporções próximas no total de vendas de passagens, de 23% e 22% do total, respetivamente. A Europa, excluindo Portugal, é responsável por 40% das vendas totais, África com 7% (dos quais 4,7% da Angola), EUA e América Latina (excluindo Brasil) com 4% cada. Já na Venezuela se verificou, ao longo de todo o período, uma redução da atividade de vendas, provocada pelas dificuldades sentidas pelo Grupo na repatriação dessas verbas para Portugal, tendo por isso optado por estimular apenas fora da Venezuela as vendas para essa rota.

Em termos de evolução, nas vendas de passagens, registou-se em 2014 um aumento próximo de 8% nos mercados europeus, um decréscimo no mercado nacional de 2,5% e uma descida no valor das vendas em Euros no mercado brasileiro, de 7%. A quebra nas vendas no mercado brasileiro deverá ter estado, parcialmente, associada a uma redução de procura a pretexto do Campeonato do Mundo de Futebol, com menos saídas para o exterior por parte dos consumidores brasileiros e, de um ponto de vista mais lato, devido a uma desaceleração do consumo, em geral, na economia brasileira, e ao aumento da concorrência por parte de outras companhias aéreas em algumas rotas.

A estrutura e configuração geográfica da rede, da operação e das vendas do Grupo não se alterou significativamente em 2014, face aos anos anteriores, mantendo-se a atividade assente em três importantes pilares, Europa, Portugal e Brasil, explorando ainda duas grandes áreas geográficas com menos peso, Américas (excepto o Brasil) e África. O que se verificou, ao longo do tempo, e em 2014 em particular, foi um significativo esforço de desenvolvimento e aproveitamento dos fluxos de tráfego nas rotas transatlânticas, em particular entre a Europa e a América do Sul.

Esse empenhamento do Grupo TAP, no aprofundamento do mercado defronta-se, contudo, com dois tipos de barreiras relevantes, por um lado as limitações de ordem económica de ambos os lados do Atlântico, seja o crescimento fraco do consumo na Europa e em Portugal, seja o claro arrefecimento da economia brasileira, por outro lado, a concorrência cada vez mais intensa e diversa não só nas linhas tradicionais do Brasil, como o Rio de Janeiro e São Paulo, mas ainda noutras rotas onde algumas companhias europeias

concorrentes se vão também posicionando, por exemplo, Brasília. De igual modo, companhias não europeias, quer da América Latina, quer de outras áreas geográficas, poderão de futuro alterar ainda mais o xadrez concorrencial no Atlântico Sul, tentando ameaçar, eventualmente, o posicionamento estratégico que o Grupo TAP foi construindo ao longo dos anos.

Naturalmente que, nas rotas europeias, a ameaça concorrencial é bem mais forte que nas rotas transatlânticas e a forte presença da EasyJet e da Ryanair, esta com a sua nova base em Lisboa, em concorrência com a TAP S.A. em múltiplas linhas europeias, conduz a uma forte limitação ao aumento de tarifas e a uma tendência de degradação da média tarifária refletida no yield. Todos estes fatores conduzem a uma situação complexa e delicada de trade-off entre preço e quantidade, e uma necessidade permanente de ajustamento face às estratégias tarifárias e de rede dos concorrentes.

Para além dos rendimentos com transporte de passageiros, os rendimentos provenientes do transporte de carga e correio constituem um complemento importante, com um peso na receita equiparado ao de um dos grandes mercados europeus de passagens aéreas, como a Alemanha, por exemplo, com uma dimensão próxima de 120 milhões de Euros anuais, tendo os rendimentos de carga subido, em 2014, cerca de 7%. O transporte de carga tem um *modus operandi* que é condicionado, em diversas rotas, pelos limites, em termos de espaço e peso, resultantes da taxa de ocupação do avião em passageiros e das rotas e equipamentos operados, com as inerentes necessidades de combustível. Por exemplo, numa rota longa mas operada em avião de médio-curso, como Moscovo ou Sal, a disponibilidade para carga é limitada pelo volume de combustível necessário. Já numa rota operada por aviões de longo curso, a possibilidade de transporte de carga é muito superior, dadas as características das aeronaves, nomeadamente em termos de tanques de combustível. Ainda no longo curso, as circunstâncias são ainda variáveis consoante se trate de Airbus A330 ou Airbus A340.

Os mercados mais importantes em termos de carga são o Brasil e Portugal, Alemanha, mas também EUA, Itália e França. Angola, embora mercado de destino da carga muito importante, não é relevante como mercado originador ou emissor. Em 2014, o Brasil registou um crescimento muito importante. De referir que o mercado de carga é muito sensível à concorrência de outras companhias, tendo menor fidelização, nomeadamente pelas inúmeras possibilidades de routings alternativos, e estando sujeito à natural captura por parte de operadores com frotas importantes e aviões de grande capacidade, como por exemplo, as companhias aéreas do Golfo.

Se o transporte aéreo de passageiros e carga pela TAP S.A representa cerca de 84% do total de rendimentos do Grupo TAP, a atividade de manutenção e engenharia representa perto de 6% do total, tendo atingido em 2014 um volume de negócios de aproximadamente 160 milhões de Euros, sendo cerca de 70 milhões da responsabilidade da TAP M&E Brasil. Contudo se, por um lado, a prestação de serviços de manutenção a terceiros tem um peso limitado no volume global de rendimentos do Grupo, já o seu contributo total, incluindo o trabalho realizado na frota do Grupo, tem uma dimensão muito relevante.

O trabalho de manutenção da frota de 61 aviões de médio e longo curso do Grupo TAP representa, em conjunto com a atividade para terceiros, um montante que transcende em muito a dimensão contabilística da manutenção e engenharia nas contas do Grupo TAP. Nalguns indicadores, a atividade de manutenção e engenharia tem uma expressão particularmente significativa, desde logo em termos de pessoal e pessoal especializado. A título de exemplo, também, o volume de materiais consumidos, utilizados quer na frota do

Grupo TAP quer para manutenção de outras companhias, ultrapassa anualmente os 150 milhões de Euros. A componente de trabalhos para terceiros, no conjunto das duas entidades de manutenção, em Portugal e no Brasil, deverá representar, em termos aproximados, metade da dimensão económica do conjunto da atividade de manutenção e engenharia, sendo a outra metade a correspondente à frota do Grupo TAP. Em 2014, o significativo acréscimo de ganhos para terceiros, na manutenção e engenharia, em Portugal, face ao ano anterior, deveu-se principalmente ao trabalho realizado nas novas aeronaves de longo curso recebidas e reconfiguradas pela TAP S.A., no âmbito do contrato de aluguer dessas aeronaves.

Além da atividade de transporte aéreo de passageiros e carga, e da atividade de manutenção e engenharia, também a atividade de vendas duty free, levada a cabo pela subsidiária Lojas Francas de Portugal, S.A., assume um peso relevante no conjunto de rendimentos global do Grupo. Esta atividade tem vindo a crescer, a desenvolver-se e a reestruturar-se de ano para ano, tendo-se verificado um aumento de rendimentos superior a 10% em 2014, função não só do aumento de áreas comerciais em funcionamento mas sobretudo do aumento próximo de 10% do tráfego nos aeroportos nacionais, que possibilitou um acréscimo do volume de vendas e inclusive um ligeiro aumento do preço unitário por transação.

Em síntese, o ano de 2014 foi caracterizado por uma manutenção do valor global de rendimentos de transporte aéreo, a despeito do aumento da operação e decorrente da baixa do preço médio das passagens aéreas, e por um crescimento significativo no valor global de rendimentos quer da atividade de manutenção, quer da atividade de exploração de free shop.

ii) Risco cambial

O risco cambial a que o Grupo está sujeito decorre em primeira instância da distribuição geográfica da sua atividade de transporte aéreo de passagens e carga e em muito menor escala das suas vendas de serviços de manutenção quer em Portugal quer na TAP M&E Brasil. A exposição cambial do Grupo depende, também, da denominação cambial dos gastos da exploração, entre os quais se destacam os combustíveis, principal rubrica de gastos e quase totalmente denominada em dólares. Por fim, tanto o ativo como o passivo do Grupo integram bens e dívidas sujeitos à influência direta ou indireta, reconhecida ou não, de variações cambiais. São eles, desde logo, os ativos da unidade brasileira de manutenção e engenharia, ativos cujo valor é influenciado pelo real brasileiro, ou ainda valores em tesouraria em moeda estrangeira, ou ainda, do lado do passivo, a componente da dívida remunerada contratada em dólares e que representa cerca de 12% do total em dívida do Grupo. Por fim o passivo e capital próprio da TAP M&E Brasil constituem uma exposição cambial de natureza passiva ao real brasileiro.

A nível de receitas de transporte aéreo de passageiros, a componente em Euros representa metade do total, correspondente às vendas em Portugal, na restante Zona Euro e em países europeus e africanos com regimes cambiais associados ao Euro. A exposição ao dólar resulta das vendas nos EUA, no Brasil e em Angola, representando aproximadamente 30% do total. As restantes divisas, correspondentes a 20% das vendas, incluem a libra e o franco suíço, as moedas nórdicas e do leste europeu, o metical moçambicano, ou o bolívar venezuelano. Esta última divisa tem, além do seu impacto nos rendimentos, igualmente um peso importante a nível da posição financeira, na tesouraria, em virtude da transferência do valor acumulado resultante de vendas de períodos recentes se encontrar pendente de decisões morosas das autoridades da Venezuela, face à difícil situação financeira do país.

A exposição ao dólar no mercado brasileiro continua a ser uma das particularidades desse mercado, com raízes históricas nas fases de hiperinflação vividas no passado pelo Brasil e consequente dolarização parcial da sua economia. Este fator, contudo, tende a diminuir de importância e a sensibilidade dos consumidores à flutuação cambial face ao dólar tende a reduzir-se progressivamente.

No mercado de Angola também se começou a assistir, em 2014, a uma gradual dissociação cambial do kwanza face ao dólar, tendo sido determinada pelas autoridades, na segunda metade do ano, uma progressiva depreciação do kwanza, fenómeno que não se pode desligar da significativa alteração do contexto financeiro do país resultante da queda do preço do petróleo.

A exposição cambial mais importante do Grupo é a relativa ao dólar e reside em grande parte na compra de combustível de avião que, dependendo do nível médio das cotações em cada exercício económico do Grupo TAP, pode desequilibrar mais ou menos a balança cambial e a exposição a esta divisa. Com muito menor peso que o combustível, o conjunto de gastos com materiais e subcontratação para manutenção e reparação de aeronaves, quer próprias, quer de terceiros, contem também uma proporção significativa do seu total denominada em dólares. Existem ainda componentes denominadas em dólares (e outras divisas) nos gastos com taxas de navegação e aterragem, embora a parcela mais significativa seja denominada em Euros, quer em Portugal, quer na Europa a nível do Eurocontrol. Outros gastos, como a locação operacional, por exemplo, são, na quase totalidade, denominados em dólares, sendo, no entanto, o seu peso diminuto na estrutura de gastos da companhia aérea e do Grupo TAP.

A nível de combustível - e funcionando este mercado em dólares, independentemente das condições de faturação acordadas com fornecedores, nacionais e estrangeiros – a exposição cambial exclui a componente relativa a taxas e margens das abastecedoras em mercados como Portugal e Europa, nos quais esta parcela é estabelecida em Euros ou outras divisas locais. Esta componente do gasto com combustível é tanto mais relevante, em termos relativos, quanto mais baixas as cotações de mercado do jet fuel, dado que se trata de um conjunto de encargos aproximadamente fixos e rígidos em cada período contratual plurianual. Pode estimar-se, no entanto, que a exposição ao dólar resultante unicamente do impacto efetivo do preço de mercado do jet fuel tenha representado, em 2014, um percentual próximo de 90% da faturação total com combustíveis, sendo o restante respeitante a todos os gastos restantes. A queda do preço do petróleo verificada em final de 2014, a manter-se, implicará uma redução substancial na exposição cambial líquida ao dólar do Grupo TAP, em termos futuros.

Em síntese, a exposição ao dólar tem sido, nos últimos anos, e em 2014, uma exposição negativa, em termos líquidos, resultante da estrutura de gastos e rendimentos. A presente baixa dos preços do petróleo tenderá a provocar uma redução dessa exposição cambial líquida, estando no entanto o seu efeito, de futuro, dependente da durabilidade e intensidade dessa baixa de preços.

O impacto da cotação cambial do Euro face ao dólar, no fim do ano, como a que ocorreu em 2014, face ao final de 2013, superior a 10%, gera diferenças cambiais na dívida em dólares que, não tendo um peso determinante na dívida total - apenas 12% da dívida global é denominada em dólares - sofre contudo impactos importantes se a variação cambial for muito grande. Ao contrário da variação da cotação do dólar em final de exercício, em dezembro de 2014, face ao final de 2013, que foi muito significativa, a variação média do câmbio do dólar ao longo do ano em 2014, face a 2013, teve um valor quase negligenciável. A

forte subida do dólar em final de ano teve, por conseguinte, como reflexo, um gasto substancial, relativamente à dívida, em resultados financeiros.

Em termos futuros, o risco resultante de exposição cambial do Grupo reside, para além de todos os fatores enunciados, igualmente, dada a sua relevância, no projeto estratégico e compromisso de investimento existente, relativamente à aquisição da nova frota de longo curso Airbus A350, a ser entregue a partir de 2017, e ao seu modo de financiamento.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, a 31 de dezembro de 2014 e 2013, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

Ativos e Passivos em Divisas	31-Dez-14			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	3 189	1 052	36 467	40 708
Depósitos bancários restritos	-	-	100 917	100 917
Contas a receber - Clientes	28 383	64 838	18 962	112 682
Contas a receber – outros	43 319	31 749	801	75 869
	74 891	97 639	157 147	329 677
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos	123 673	9	-	123 682
Contas a pagar - fornecedores	11 835	16 030	7 473	35 338
Contas a pagar-outros	3 834	13 013	4 371	21 218
	139 342	29 052	11 844	180 238

Ativos e Passivos em Divisas	31-Dez-13			
	USD	BRL	Outras	TOTAL
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	14 490	2 626	121 478	138 594
Contas a receber - Clientes	23 523	98 865	25 584	147 972
Contas a receber - outros	32 561	26 133	1 044	59 738
	70 574	127 624	148 106	346 304
PASSIVOS				
Financiamentos obtidos	114 626	13	-	114 639
Contas a pagar - fornecedores	21 932	13 428	4 563	39 923
Contas a pagar-outros	3 224	12 315	3 167	18 706
	139 782	25 756	7 703	173 268

Em 2014, o montante apresentado em depósitos bancários restritos, em “Outras” moedas, respeita aos fundos retidos na Venezuela, denominados em bolívares venezuelanos (“VEF”).

Em 2013, a rubrica “Outras” inclui um montante de 98,7 milhões de Euros, que estão denominados em bolívares venezuelanos (“VEF”), assim repartidos: 93,7 milhões de Euros em “Caixa e equivalentes de caixa” e 5 milhões de Euros na rubrica de Contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2014, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao Euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 15 milhões de Euros (31 de dezembro de 2013: 17 milhões de Euros).

iii) Risco de taxa de juro

O ano de 2014, num contexto de estabilização dos mercados financeiros internacionais e num quadro de inflação praticamente inexistente, na Europa, continuou a ser caracterizado por taxas de juro quase nulas na Europa e muito baixas nos EUA. Também as taxas de juro de longo prazo, nomeadamente da dívida pública, em Portugal e na maioria dos países europeus, se mantiveram em níveis historicamente baixos. A descompressão verificada nos mercados financeiros, após anos de grande tensão provocada pelas crises das dívidas públicas na Zona Euro, permitiu igualmente uma baixa generalizada dos custos do crédito, nos mercados internacionais e também no mercado nacional. O aumento da liquidez nos mercados monetários, a estabilização financeira da economia nacional, bem como a ligeira retoma do crescimento da economia, permitiu às instituições financeiras começarem a praticar condições de crédito menos restritivas e concederem empréstimos com margens mais baixas, incluindo em financiamentos de curto prazo.

O valor global da dívida remunerada do Grupo TAP, 1 062 milhões de Euros, manteve-se em 2014 sensivelmente ao mesmo nível que em 2013, tendo-se verificado contudo uma substituição relevante de valores em dívida de empréstimos a médio e longo prazo por operações de mais curto prazo, predominantemente no mercado nacional. As linhas de curto prazo utilizadas no ano apresentaram, no geral, margens menores que as contratadas nos últimos 2 anos. Em resultado dessa circunstância, a margem média das operações a taxa flutuante baixou ligeiramente. Por outro lado, tendo a componente de curto prazo representado a quase totalidade da contração de nova dívida, e sendo as novas operações a taxa variável, o peso da dívida a taxa flutuante passou de 48% para 56% do total. A amortização parcial programada de empréstimos não correntes a taxa fixa, com a inerente substituição por dívida corrente a taxa variável, indexada à Euribor, teve por consequência, nalguns casos, uma redução ligeira da taxa de juro efetiva a pagar, a despeito dos spreads praticados. Tendo em conta, ainda, a manutenção em níveis próximos do zero das taxas Euribor, a taxa de juro média ponderada do Grupo TAP terá, assim, sofrido uma redução, ainda que ligeira, em 2014, face ao nível de 2013.

O resultado financeiro líquido do Grupo TAP, em 2014, foi assim substancialmente influenciado por alterações com origem na exposição cambial ao dólar, relativamente à dívida denominada nessa divisa, e também com origem no registo de perdas cambiais no bolívar, com caráter excecional, em resultado do novo enquadramento determinado pelas autoridades venezuelanas. Em termos resumidos, cerca de 43% do total de gastos financeiros totais resultou em 2014 de gastos com diferenças cambiais. Cerca de 6% corresponderam a gastos financeiros da TAP M&E Brasil. Marginalmente mais de metade dos encargos financeiros do Grupo corresponderam a juros e outros gastos de financiamentos e leasings financeiros da TAP S.A., da Portugaláia, e da TAP SGPS. Este valor, de aproximadamente 48 milhões de Euros, remunerou no ano uma dívida total que em final de exercício se situava em 1 062 milhões de Euros.

No quadro do passivo remunerado abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se os pressupostos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do eurodólar, como segue: 3% para a euribor, 1,75% para a libor do dólar e 1,241 no eurodólar (2013: 1,3791 no eurodólar). Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	31-Dez-14				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	534 044	85 446	50 204	-	669 714
Locações Financeiras	133 178	93 447	220 143	6 399	453 167
Total	667 222	178 913	270 347	6 399	1 122 881
Empréstimos taxa fixa	102 380	49 087	49 047	-	200 514
Locações Financeiras taxa fixa	85 736	52 238	151 050	6 399	295 423
Total	188 116	101 325	200 097	6 399	495 937

	31-Dez-13				
	< 1 ano	1- 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	TOTAL
Empréstimos	311 537	138 087	135 671	-	585 295
Locações Financeiras	116 763	130 303	272 767	34 959	554 792
Total	428 300	268 390	408 438	34 959	1 140 087
Empréstimos taxa fixa	51 676	102 380	98 134	-	252 190
Locações Financeiras taxa fixa	68 530	82 894	162 418	34 959	348 801
Total	120 206	185 274	260 552	34 959	600 991

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo TAP tem empréstimos, a 31 de dezembro de 2014, resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vencidos de, aproximadamente, 4 milhões de Euros (2013: 3,5 milhões de Euros).

iv) Risco de preço de combustível e outros gastos

O conjunto de gastos específicos da atividade de transporte aéreo, incluindo combustíveis, handling, taxas de navegação e aeroportuárias, catering, gastos de manutenção, aproxima-se de 1,5 mil milhões de Euros num total de gastos globais do Grupo TAP próximo de 2,9 mil milhões de Euros, ou seja mais de metade do total. Este conjunto de gastos não inclui gastos salariais com pessoal navegante nem os gastos inerentes à locação de aeronaves e amortizações de equipamentos.

Do total de gastos variáveis referidos, mais de metade correspondeu em 2014 a combustível, sendo este responsável por cerca de 27% do total de gastos globais do Grupo, aproximadamente em linha com o que se vinha verificando em anos anteriores desde a subida das cotações do petróleo para o patamar dos 100 dólares por barril, embora com uma dimensão superior, este ano, da operação, em cerca de 5%, quer em termos de horas de voo, quer em termos de lugares oferecidos por quilómetro (“PKOs”).

O ano de 2014 ficou marcado pela fortíssima queda do preço do petróleo no último trimestre do ano, não tendo essa descida, tido ainda um impacto relevante na fatura global de combustível do Grupo. De facto, a média de preços de mercado entre janeiro e setembro de 2014 foi apenas marginalmente inferior ao valor médio do ano anterior e só no último trimestre do ano a baixa de cotações se intensificou fortemente. Por outro lado, a baixa de preços registada em mercado só tem reflexos na faturação, aproximadamente, um mês mais tarde, dados os procedimentos de faturação estabelecidos com as companhias abastecedoras. Por outro lado, ainda, existe uma componente do preço total que é rígida à baixa de cotações, e cuja proporção na faturação aumenta inversamente com o preço de mercado, isto é, taxas, margens das abastecedoras e outras despesas e comissões, contratualizadas e que adicionam ao preço de mercado, qualquer que seja o nível em que o mercado se situe.

Finalmente, o efeito das operações de hedging contratadas em 2014 e 2013, para o ano em curso, retardaram o impacto da baixa das cotações. O câmbio do Euro face ao dólar, embora se tenha depreciado fortemente em final do ano, registou um valor médio em 2014 muito próximo do de 2013, tendo sido um fator relativamente neutro no que ao gasto com combustível se refere.

O aumento da atividade, em termos de número de voos e horas voadas, resultante do aumento da frota e das novas rotas, na segunda metade do ano, implicou um acréscimo de consumo de combustível, em volume, de 5,5%. O preço médio de mercado em 2014, tendo em atenção o desfasamento temporal normal da faturação, foi 5% mais baixo que em 2013. O aumento do gasto total do Grupo TAP com combustíveis verificado em 2014, face a 2013, na ordem dos 4%, tem assim justificação quer na componente fixa do custo, que limita o efeito de baixa do preço, quer na componente de cobertura de preço que, num contexto de queda abrupta de cotações, tem um efeito desfavorável imediato. De referir, no entanto, que a política de cobertura de risco do Grupo TAP se manteve conservadora em termos de prazos e montantes e que, portanto, tem uma expressão menor do que em muitas das companhias suas congéneres e concorrentes, de acordo com dados que são públicos.

Depois do combustível, a maior rubrica de gastos de exploração reside nos gastos com pessoal que, não sendo um gasto diretamente variável com a operação, não é contudo totalmente rígido. Por um lado, este gasto está sujeito aos enquadramentos salariais definidos em Portugal pelo Governo, tendo sofrido alterações significativas nos anos recentes em função de decisões políticas e determinações do Tribunal Constitucional. Também no Brasil, a legislação local determina valores obrigatórios para os aumentos salariais a respeitar. Por outro lado, os gastos salariais são influenciados pela conjuntura económica e pelo comportamento do mercado de trabalho, que influencia a capacidade de obtenção de aumentos salariais por parte dos sindicatos. Por outro lado, os gastos globais com pessoal são inevitavelmente influenciados por aumentos de escala e aumentos de atividade da empresa, situação que se verificou no Grupo TAP, em 2014. O aumento de frota e da rede do Grupo TAP implicou a formação de novos pilotos e assistentes de bordo. No entanto, a despeito deste aumento significativo do efetivo de pessoal de voo, tendo em conta os níveis salariais distintos e o efeito conjugado das alterações legislativas verificadas em 2014, face a 2013, o crescimento global dos gastos com o pessoal situou-se num valor percentual muito limitado, entre 2 e 3% na companhia aérea e de apenas 1% no Grupo TAP.

Embora de natureza distinta, o gasto com fornecimento de serviços de handling, atividade muito intensiva em mão-de-obra, acaba por estar também dependente de fatores como o andamento do mercado de

trabalho e da inflação, sendo esta última uma das variáveis de pricing definidas na contratualização com operadores de assistência em terra, como é o caso da SPdH. A SPdH, é responsável por uma parcela significativa do total de assistências realizadas visto ser o prestador de serviços de handling nos hubs em Portugal. Ao contrário do que sucede em Portugal e na Europa, onde os níveis de inflação se mantêm próximo de zero, em mercados como o Brasil, os gastos tendem a subir por efeito indireto da inflação, nas subidas salariais mandatárias, repercutidas na faturação pelos operadores de handling.

Outra fonte de exposição do Grupo TAP a gastos reside nas taxas aeroportuárias e nas taxas de navegação. As taxas aeroportuárias, por aeronave e por passageiro, tiveram um significativo acréscimo no ano em virtude de alterações contratuais impostas pela ANA - Aeroportos de Portugal S.A. (“ANA”), posteriormente à sua privatização e também, no estrangeiro, no Brasil em especial, em virtude de subidas de preços impostos pelos aeroportos brasileiros, na sequência dos investimentos realizados por estas entidades no quadro da reabilitação de infraestruturas prévia à realização do Campeonato do Mundo de Futebol. Quanto às taxas de navegação, o seu aumento situou-se em linha com o aumento de PKOs e horas de voo, ou seja, com o crescimento do nível de atividade efetiva do Grupo, em torno de 5%. A nível europeu, em particular, o aumento de “Service Units” no Eurocontrol (voos ponderados pelo peso da aeronave e distância percorrida) foi de 5,3%, adicionado de uma subida de preço ligeiramente menor que 1%. Em relação às restantes entidades de controlo de tráfego aéreo, o custo médio subiu menos do que na Europa, entre outras razões pela menor distância das novas rotas de longo curso lançadas no ano, face às rotas já operadas, baixando o custo médio por voo.

Entre outros gastos relacionados com a operação de voo destacam-se ainda gastos como os de manutenção, locação, fretamentos e amortizações. Os gastos de manutenção da frota do Grupo estão em parte dependentes das necessidades de reparação e conservação, normalmente crescentes com o aumento da idade média da frota e com o número de horas de voo. Por outro lado, também a subida do dólar causa impacto na componente de materiais e na parte dos serviços subcontratados a Maintenance, Repair and Overhaul (“MRO”) externos. Em 2014, parte significativa do aumento de gastos com materiais consumidos foi da responsabilidade de trabalhos para terceiros. Em 2014, a locação operacional de aeronaves sofreu um aumento de 10% face ao ano anterior, que resultou do efeito conjugado da introdução na frota em leasing operacional de 6 aviões adicionais, face aos 18 já existentes, sendo contudo o nível médio de rendas mensais das novas aeronaves inferior à das anteriores e tendo ainda em consideração que a locação se iniciou apenas em meados do ano.

Em contrapartida, houve necessidade de recorrer a diversos fretamentos, em níveis superiores aos de anos anteriores, para compensar o desfasamento entre a entrada em operação das novas aeronaves e das novas tripulações e os compromissos existentes decorrentes da venda de passagens realizadas à anteriori. Outro aspeto relevante relacionado com o conjunto de gastos associados à frota foi a alteração do valor global de amortização anual das aeronaves e spares, em linha com a expectativa de permanência média mais duradoura da frota na posse e operação do Grupo TAP.

No que se refere a gastos comerciais da atividade de transporte aéreo, os gastos com comissões mantêm a sua trajetória descendente, fruto do investimento em novas tecnologias e na adesão crescente dos clientes à compra de passagens via internet.

Também no âmbito de gastos comerciais, neste caso relativos à atividade de exploração de free shop se verificou um crescimento significativo, em linha com o crescimento de dois dígitos verificado na atividade. Tratou-se do aumento de gastos com mercadorias vendidas mas verificou-se ainda um agravamento mais que proporcional nos gastos com rendas e taxas de exploração em aeroportos no quadro da renegociação contratual com a ANA. Embora o impacto em 2014 deste aumento de gastos tenha sido adverso, a prorrogação de todas as licenças necessárias à atividade, com um horizonte até 2020, veio criar perspetivas favoráveis, e um horizonte de previsibilidade, para o desenvolvimento deste segmento da atividade do Grupo TAP.

v) *Risco de crédito e de liquidez*

O risco de liquidez do Grupo TAP é, por conseguinte, uma confluência dos fatores que resultam da exploração, do financiamento existente e respetivo serviço da dívida, das condições de negociação de novas operações, da concessão de liquidez intra-grupo, de perdas ou ganhos cambiais e de atividades de investimento, quando significativas. O Grupo TAP tem que assegurar anualmente um serviço da dívida que, embora devidamente planeado e distribuído no tempo, tem peso na tesouraria e tem que ser regularmente avaliado face aos desenvolvimentos ocorridos no exercício. Eventuais disfuncionalidades verificadas nos mercados financeiros, como as que ocorreram aquando da crise das dívidas soberanas, ou eventuais choques de mercado a nível de gastos ou rendimentos correntes da empresa, condicionam, com maior ou menor intensidade, a tesouraria, a liquidez, o equilíbrio económico-financeiro e a prosperidade do Grupo TAP.

No final de 2014 e 2013, e após as alterações na dívida verificadas ao longo do ano, as responsabilidades correntes do passivo remunerado, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, apresentam os valores e maturidades constantes do quadro seguinte:

	2014		2013	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Amortização				
Empréstimos	90 514	421 133	36 781	252 911
Locações financeiras	74 145	42 531	47 657	48 365
	164 659	436 664	84 438	301 276
Juros				
Empréstimos	12 168	10 229	11 264	10 581
Locações financeiras	9 082	7 420	10 893	9 848
Exposição ao risco de crédito fora de balanço	21 250	17 649	22 157	20 429

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

O quadro seguinte apresenta elementos relativos à posição de liquidez do Grupo a 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Ativos não correntes		
Depósitos Judiciais – Brasil	27 560	17 649
Outros ativos não correntes	23 131	25 253
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	140 364	270 611
Depósitos bancários restritos	100 917	-
Contas a receber – clientes	146 991	205 690
Outros ativos correntes	69 806	75 246
	508 769	594 448
Exposição ao risco de crédito fora de balanço		
Garantias prestadas	88 756	66 904
Outros compromissos	310 001	252 462
	398 757	319 366

A qualidade de risco de crédito e liquidez do Grupo, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivados), cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
AA-	104	-
A+	287	108
A	17 014	18 219
A-	4 714	769
BBB-	761	-
BB+	151	-
BB	46 331	5 346
BB-	41 529	3 522
B+	2 092	-
B	-	61 446
Outros	128 221	188 984
	241 204	278 394
Instrumentos financeiros derivados	-	7 988
Depósitos bancários restritos	100 917	-
Depósitos bancários	140 287	270 406
	241 204	278 394

A rubrica “Outros” contém valores referentes a diversas instituições internacionais, para as quais não foi possível obter a notação de rating.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, considerando como referência a data de vencimento:

	2014	2013
Valores não vencidos	67 910	136 754
de 1 a 90 dias	24 851	10 090
de 91 a 180 dias	18 592	20 375
de 181 a 270 dias	20 153	17 504
de 271 a 365 dias	22 996	17 662
a mais de 366 dias	65 331	63 165
	219 833	265 550
Imparidades	(72 842)	(59 860)
Saldo líquido	146 991	205 690

Os valores apresentados correspondem aos montantes em dívida, após os prazos de vencimento contratados. Apesar de existirem atrasos na liquidação de alguns valores face a esses prazos, tal não resulta na identificação de situações de imparidade para além das consideradas através das correspondentes perdas. A imparidade reconhecida respeita, essencialmente, às dívidas com mais de 366 dias.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, são regularizados, principalmente, através do BSP e do sistema IATA Clearing House, o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

vi) Gestão de capital

O capital próprio do Grupo TAP retrata de forma sintética a evolução no tempo dos resultados de exploração das várias atividades desenvolvidas bem como o efeito acumulado das sucessivas transformações dos ativos e passivos ao longo do tempo. Dadas as restrições e condicionantes de vária ordem à capitalização do Grupo, continuaram a registar-se em 2014 rácios de autonomia financeira desfavoráveis, tendo-se agravado a situação líquida do Grupo TAP. As limitações de capital do Grupo TAP conduzem a significativas oscilações nas necessidades de financiamento em função do desempenho económico-financeiro mais ou menos favorável em cada ano.

Em 2014, o aumento de gastos operacionais inerentes à estratégia de expansão, da atividade de transporte aéreo, levada a cabo – com um crescimento da operação na ordem de 5% - não teve contrapartida no aumento de rendimentos, dada a redução no yield médio da operação, que anulou os efeitos do aumento ponderado do volume de passageiros transportados. Como consequência da subida generalizada dos gastos operacionais sem contrapartida no aumento dos rendimentos, o resultado económico da atividade da TAP S.A., em 2014 foi negativo, ao invés do verificado em 2013. A acrescer a estes resultados negativos, adicionaram-se os desenvolvimentos negativos na área cambial, no dólar e no bolívar venezuelano. Por outro lado, a TAP M&E Brasil registou novo prejuízo, embora significativamente menor que no exercício anterior. Os resultados das empresas detidas pela TAPGER, e ainda os da Portugalá e da SPdH, embora com contributo positivo para a exploração do Grupo TAP, têm um impacto global menos relevante. Em síntese, o resultado negativo situou-se em cerca de 3% do valor global de rendimentos e ganhos de toda a atividade, tendo conduzido a um novo agravamento da situação líquida negativa do Grupo TAP.

Para além do resultado de exploração, também outros ajustamentos no capital próprio contribuíram negativamente para a posição financeira, e tiveram impacto substancial, nomeadamente ajustamentos de justo valor relacionados com operações de hedging. Por seu turno, o passivo não sofreu alteração, em termos globais, no seu valor agregado, pelo que toda a redução do capital próprio teve como contrapartida um montante global quase equivalente, no ativo, distribuído pelas principais rubricas, nomeadamente tesouraria, clientes, inventários e ativos fixos tangíveis.

57 - Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes

PARPÚBLICA

i) Ativos e Passivos Contingentes

Não são conhecidos ativos e passivos contingentes além das eventuais responsabilidades por remunerações variáveis dos ex-administradores decorrentes dos contratos de gestão para o mandato 2007-2009, sobre as quais existe dúvida sobre o grau de certeza de serem passivos efetivos da empresa. Os prémios respeitam a 50% da remuneração variável de 2008 (77 850,06 euros) cujo pagamento fora diferido pelo acionista, bem como à remuneração variável de 2009 e por desempenho no mandato de 2007-2009. Em 2010 o acionista pronunciou-se no sentido da não atribuição de remuneração variável tendo em conta o disposto no artigo 172.º da Lei do OE/2010.

Relativamente a todos os processos inerentes a ações inspetivas levadas a efeito pela Autoridade Tributária e Aduaneira à Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva SA, que pela sua extinção foi transferida para a Parpública, verificou-se também a transmissão da posição processual para esta última. Assim sendo importa realçar a impugnação em sede de IRC, por falta de retenção na fonte, respeitante aos exercícios de 2002, 2003 e 2004, no valor global de 865 milhares de euros. Processo que aguarda decisão do Tribunal.

ii) Eventos Subsequentes relevantes

Pela Resolução do Conselho de Ministros nº 4-A/2015 de 20 de janeiro foi aprovado o caderno de encargos da venda direta de referência de ações representativas até 66% do capital social da TAP, SGPS, S.A., assim como algumas das condições a que fica submetida a oferta pública de venda a trabalhadores. Pelo Despacho n.º 1469-A/2015 de 11 de fevereiro foi definida a data limite para apresentação de propostas vinculativas de aquisição de ações.

A PARPÚBLICA irá integrar o setor institucional das Administrações Públicas ficando pelo mesmo sujeita às regras decorrentes dessa reclassificação, nomeadamente quanto à impossibilidade de financiamento no mercado.

No início de 2015 efetuou-se o levantamento das potenciais sinergias na área do imobiliário, caso se efetue uma fusão das áreas administrativas das empresas. A concretização da operação poderá implicar reorganizações ao nível do Grupo PARPÚBLICA.

Para 2015, verifica-se uma reversão de 20% nos cortes salariais efetuados na PARPÚBLICA.

Grupo AdP

i) Ativos e Passivos Contingentes

Empresa	Descrição do processo	Valorização (em euros)
Águas de Santo André, S.A.	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana	2 913 356,21
Águas de Santo André, S.A.	Processos de injunções e ações administrativas ordinárias à Câmara Municipal de Sines, relativos à prestação de serviços de Recolha e Tratamento de Água Residual Urbana e Abastecimento de Água para Consumo Humano em Alta.	3 438 419,28
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Contraordenação por falta de licença (a obra foi devidamente licenciada pela CCDRN, conforme licença P.DV.nº266/07). Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº403549	2 500 000,00
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº2063/2008	2 500 000,00
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para a valeta. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº5955/2008	2 500 000,00
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº403549	2 500 000,00
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Contraordenação de rejeição de águas residuais para uma linha de água no solo. Sobre esta contraordenação a ATMAD já procedeu à apresentação de defesa. Processo nº10586/2009	2 500 000,00
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Através desta ação, alegam que a Ré, no âmbito do contrato de empreitada para a construção de execução da barragem de Pretarouca, impôs uma série de alterações ao projeto inicial, alterando seu objeto e a forma inicial do concurso, no sentido de obter uma indemnização para si, a ação já foi contestada, e juntou-se bastante prova documental que considere relevante para o decaimento do pedido. Em ambas as situações aguarda-se marcação de audiência de julgamento, não sendo, na presente data, possível afirmar, com um grau de probabilidade razoável, qual a estimativa final de responsabilidades, incluindo custas judiciais e outros encargos. Processo nº334/10	4 383 551,95
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Ação declarativa de condenação por falta de pagamento de faturas emitidas pela ATMAD. Processo nº149/12	1 736 979,58
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Ação administrativa comum, em que o consórcio SADE/EDIIOC, pedem o valor de 3.053.327,10, título de indemnização por sobrecustos em obra. A ATMAD contestou e reconveio pedindo o valor 1.917.816,48, a título de indemnização pelos prejuízos causados pelas AA à ATMAD, pela demora em terminarem a obra, sendo que a ATMAD aplicou multas contratuais a este consórcio que não estão a ser discutidas judicialmente.	1 859 935,84
Águas de Trás-os-Montes, S.A.	Ação administrativa entreposta pela empresa Conduril relativa ao contrato de empreitada de construção da barragem de Olgas no tribunal administrativo de Mirandela. Processo nº280/09	2 019 888,40
Águas do Centro Alentejo, S.A.	Processo 360365/10.4YIPRT que corre os seus termos no 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Évora, no qual a AdCA é autora e o Município de Évora Réu, trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em novembro de 2010, para cobrança do valor de € 5.599.742,96. Ao abrigo do PAEL, o município já pagou grande parte do capital em dívida. À data, está por liquidar cerca de 107.737,39€ de capital assim como valores correspondentes a juros de mora. Foi entretanto proferida sentença que condenou a Câmara Municipal de Évora a pagar o capital em dívida, 107.737,38€, assim como, os juros de mora sobre a totalidade do capital do processo. A sentença ainda não transitou em julgado.	5 599 742,96, inclui capital, juros, e taxa de justiça à data da propositura da ação
Águas do Centro Alentejo, S.A.	• Processo 358/13.1BEBJA que corre os seus termos no TAF de Beja e resultou da remessa da injunção 98658/13.5YIPRT, contra o Município de Évora, para a cobrança de € 7.498.698,00. Trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em julho de 2013, por via da dedução de oposição por parte do Município em causa. As probabilidades de ganho de causa são elevadas. O município procedeu ao pagamento de um conjunto de faturas, reclamadas neste processo, ao abrigo do PAEL, encontra-se ainda em dívida o capital de 3.377.884,27€.	7 498 698,00 inclui capital, juros e taxa de justiça à data da propositura da ação
Águas do Centro Alentejo, S.A.	• Processo 359/13.0BEBJA que corre os seus termos no TAF de Beja e resultou da remessa da injunção 99440/13.5YIPRT, contra o Município de Évora, para a cobrança de € 7.030.769,97. Trata-se da conversão em ação ordinária da injunção intentada em julho de 2013, por via da dedução de oposição por parte do Município em causa. As probabilidades de ganho de causa são elevadas.	7 030 769,97 inclui capital, juros, e taxa de justiça à data da propositura da ação

Empresa	Descrição do processo	Valorização (em euros)
Águas do Noroeste, S.A.	AMM - Processo Findo. Aguarda sentença homologatória	8 457 484,60
Águas do Noroeste, S.A.	IM - Fornecimento de água a cliente não Municipal	8 200 000,00
Águas do Oeste, S.A.	Injunção Município de Alcobaça (cobrança valores mínimos garantidos de 2010)	2 377 802,70
Águas do Oeste, S.A.	Injunção Município de Alenquer	3 736 617,00
Águas do Oeste, S.A.	Processo nº 82/14.8BELRA - Município de Alcobaça (cobrança valores mínimos garantidos de 2011)	1 535 950,31
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	- Ação nº 740/14.7 BECTB, instaurada pela AdZC, em 15.12.2014, contra o Município de Guarda, onde é peticionada a quantia de a quantia de 2 204 887,04 € (capital) + 250 368,77 € (juros de mora). Aguarda contestação.	2 455 256,00
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Ação nº 297/14.9 BECTB, instaurada pela AdZC, em 24.06.2014, contra o Município de Guarda, onde é peticionada a quantia de a quantia de 1 822 736,94 € (capital) + 218 729,34 € (juros de mora). Aguarda marcação de audiência.	1 822 738,00
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Ação arbitral proposta pelo MUNICÍPIO DO FUNDÃO, que vem reclamar o pagamento de indemnização no montante de € 43.394.957,71 (quarenta e três milhões trezentos e noventa e quatro mil novecentos e cinquenta e sete euros e setenta e um cêntimos). Paralelamente, a ÁZC reclama do MUNICÍPIO DO FUNDÃO o pagamento de indemnização no valor de € 186.149 (cento e oitenta e seis mil cento e quarenta e nove euros). Por acórdão de 29 de outubro de 2010, o Tribunal Arbitral reconheceu apenas parcialmente a pretensão do MUNICÍPIO DO FUNDÃO, com um quantitativo a fixar em sede de execução de sentença e com um valor limite de € 762.022,59 (setecentos e sessenta e dois mil vinte e dois euros e cinquenta e nove cêntimos). Por seu turno, relativamente à ÁZC, o pedido indemnizatório formulado foi julgado parcialmente procedente, com a atribuição de uma indemnização também a fixar em execução de sentença e com o limite máximo de € 364.615 (trezentos e sessenta e quatro mil seiscientos e quinze euros). Ambas as partes recorreram da decisão do Tribunal Arbitral, encontrando-se o processo, neste momento, ainda a aguardar a decisão do Tribunal Central Administrativo Sul;	43 394 958,00
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Processo n.º 450/11.7BECTB – Ação administrativa comum, sob a forma de processo ordinário, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, proposta pelo MUNICÍPIO DE AGUIAR DA BEIRA, MUNICÍPIO DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE BELMONTE, MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA, MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO, MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES, MUNICÍPIO DO FUNDÃO, MUNICÍPIO DE GOUVEIA, MUNICÍPIO DA GUARDA, MUNICÍPIO DE MANTEIGAS, MUNICÍPIO DE MEDA, MUNICÍPIO DE PENAMACOR, MUNICÍPIO DE PINHEL e MUNICÍPIO DE SABUGAL contra o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO e a AdZC. Nessa ação pretendem os municípios que (i) seja declarada a nulidade do contrato de concessão de exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes celebrado em 15 de setembro de 2000, entre o Estado Português e a AdZC, que (ii) seja declarada a nulidade dos contratos de recolha de efluentes e de abastecimento de água, celebrados, na mesma data, entre os Autores e a AdZC e que (iii) seja declarada a nulidade dos contratos de cedência e valorização de infraestruturas municipais celebrados entre os Autores e a AdZC. O Tribunal proferiu sentença onde se julgou incompetente, por violação de convenção de arbitragem, tendo os Municípios interposto recurso, de que se aguarda decisão;	n/a
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	Processo n.º 736/14.9BECTB – Ação administrativa comum, sob a forma de processo ordinário, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, proposta pela AdZC, onde se pede a condenação do MUNICÍPIO DO FUNDÃO no pagamento de faturas emitidas entre dezembro de 2012 e junho de 2013, bem como no pagamento dos respetivos juros vencidos e vincendos, no valor total de € 1.508.254,59 (um milhão quinhentos e oito mil duzentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos). Aguarda-se pela conclusão da fase de articulados.	1 508 255,00
Ersuc, S.A.	Processo nº 40/15.5BECBR Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra Impugnação Judicial da decisão e do ato de fixação do valor patrimonial Impugnado: Autoridade Tributária e Aduaneira - Serviço de Finanças de Aveiro 2 Impugnante: ERSUC S.A. sobre o valor patrimonial tributável de 12.765.890 euros	
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Injunção n.º 389714/08.3YIPRT, que passou a Proc. Judicial nº 119/09.2BELSBTAC Lisboa. Descrição do processo: Injunção instaurada pela SANEST, conforme instruções da AdP, contra o Município de Sintra, por dívidas dos respetivos SMAS relacionadas com a prestação de serviços de recolha de efluentes da área do referido Município, faturados na sequência da implementação do sistema de faturação por medição de caudais, conforme Contrato de Concessão e Contrato de Recolha de Efluentes.	1 845 277,04

Empresa	Descrição do processo	Valorização (em euros)
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 3872/07.4TBCSC e Apenso / Cascais – de determinação da indemnização por expropriação Descrição do processo: Recurso Contencioso da Arbitragem Indemnizatória no âmbito da expropriação pela SANEST da Parcela 1, necessária a construção da nova ETAR da Guia, Fase Liquidada, que se refere a DUP constante do despacho n.º 26441/2005, do Senhor SEOTC, publicado no D.R. II série n.º 244, de 22/12/2005; \t \t	1 382 600,00
Sanest, S.A.	Natureza do Processo: Processo Judicial n.º 1263/12.4BELSB – TAC Lisboa Descrição do Processo: Ação Administrativa Comum – forma ordinária, intentada pelo Município de Sintra contra a SANEST, por alegados prejuízos causados pela não retificação/ reembolso de IVA liquidado em excesso pela mesma na faturação àquele, de julho de 2000 a abril de 2003 e pelo mesmo paga, dos Serviços de Recolha e Tratamento de Águas Residuais, conforme Contratos de Concessão e de Recolha de Efluentes.	1 564 420,13

ii) Eventos subsequentes relevantes

O Conselho de Ministros aprovou no dia 9 de abril de 2015, a criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal e do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo. No primeiro caso, são extintos 4 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e respetivas entidades gestoras e é criado, em substituição, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal e constituída a sociedade Águas do Norte, S.A. que sucede às sociedades extintas. No segundo caso, são extintos 3 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e respetivas entidades gestoras e é criado, em substituição, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal e constituída a sociedade Águas do Centro Litoral, S.A. que sucede às sociedades extintas Por último, são extintos 8 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e respetivas entidades gestoras e é criado, em substituição, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo e constituída a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. que sucede às sociedades extintas .No âmbito do referido processo, os ativos e passivos, direitos e responsabilidades das 15 entidades gestoras serão transferidos para as novas entidades constituídas, as quais, ao abrigo de novos contratos de concessão, darão continuidade às atuais atividades. Espera-se que este processo esteja concluído no início do segundo semestre de 2015.

Grupo TAP

i) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o Grupo não possuía ativos contingentes.

ii) Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, cível e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão, conforme segue:

Descrição	(Valores em milhares de euros)	
	31-Dez-14	31-Dez-13
<p>Ações laborais - Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS") não depositado entre 2002/2004 e Periculosidade/Insalubridade (ação pelo sindicato)</p> <p>A principal ação laboral trata-se de um processo movido pelo Sindicato onde é reclamado o depósito do FGTS entre o período 2002 e 2004 de todos os funcionários de Porto Alegre.</p> <p>A outra ação refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado.</p> <p>A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.</p>	61 722	67 701
<p>Ação fiscal - Execução fiscal de obrigações acessórias de ICMS</p> <p>Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária realizou a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Atualmente, a subsidiária está a aguardar a decisão do Juiz em relação à suspensão da execução. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	9 589	8 927
<p>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de importação ("II"), imposto sobre produtos industrializados ("IPI"), programa de integração social ("PIS") e contribuição para financiamento da segurança social ("COFINS")</p> <p>A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 16 de outubro de 2007, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. Aguarda-se o julgamento da defesa apresentada pela subsidiária. A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que deste processo não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	22 966	34 677
<p>(Ação Fiscal - Auto de infração de PIS e COFINS)</p> <p>O fisco entendeu haver diferenças entre o livro de razão analítico e a Declaração de débitos e créditos tributários federais ("DCTF"), referente ao ano de 2006. Atualmente, a subsidiária está a aguardar o julgamento de impugnação na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ"). A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	6 328	n.a.
<p>Ação fiscal - Auto de infração de incumprimento no regime de importação temporária</p> <p>Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Aguardam julgamento do recurso interposto junto do Conselho de Administração de Recursos Fiscais ("CARF"). Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.</p>	5 881	5 090
<p>Ação fiscal - Auto de infração de imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ"), contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), PIS e COFINS referente ao ano de 2007</p> <p>O fisco federal entendeu que haveria inconsistência nas declarações apresentadas pela subsidiária TAP M&E Brasil, desconsiderando, assim, toda a contabilidade para o período mencionado e arbitrando o valor dos tributos devidos. No decurso do ano de 2013, o processo, cujo montante era mais significativo, relacionado com o IRPJ e CSLL foi concluído com êxito. Relativamente às contribuições PIS e COFINS foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância.</p>	1 268	1 449
<p>Ação fiscal - Auto de infração de IRPJ/CSLL</p> <p>Em 2012, foram instaurados vários processos administrativos, decorrentes da não homologação da compensação, realizada através da Declaração de Compensação de Tributos referentes a saldos negativos de IRPJ e de CSLL, por suposta utilização de créditos indevidos. Foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se o julgamento em 1ª instância. A probabilidade de perda por parte da subsidiária é considerada possível.</p>	796	213
<p>Ação fiscal - Auto de infração - Multa tributária</p> <p>A subsidiária TAP M&E Brasil foi multada por incumprimento de regimes de exportação temporária em 2009. Todos os processos administrativos decorrentes estão a ser defendidos no âmbito do Conselho de Contribuintes, sendo a probabilidade de perda por parte da subsidiária considerada possível.</p>	206	190
<p>Ação fiscal - Auto de infração – Compensação de tributos não homologada</p> <p>A subsidiária foi notificada pela inconformidade no preenchimento da Declaração de Compensação de Tributos, não tendo sido homologada. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda é considerada como possível.</p>	83	77

Descrição	31-Dez-14	31-Dez-13
Ação cível – Execução de honorários de advogados Execução de honorários de advogados contra a subsidiária brasileira, após desistência de ação e recurso à adesão ao parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). Encontra-se em fase de apelação com probabilidades de perda possível.	3 854	n.a.
Ação cível – Acidente de trabalho Pedido de indemnização solicitado na sequência de um acidente de trabalho, os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.	1 306	n.a.
Ação cível – Ação de cobrança de contribuição fiscal A subsidiária TAP M&E Brasil foi notificada a pagar uma contribuição mensal com o argumento de que a TAP M&E Brasil é identificada como uma indústria. Aguarda nova audiência, cuja probabilidade de perda é considerada como possível.	113	n.a.
Ação cível - Pedido de indemnização Pedido de indemnização contra a TAP M&E Brasil e outros, decorrentes de quebra contratual. O processo aguarda audiência de conciliação. Os advogados de defesa concluíram que a probabilidade de perda para a subsidiária é considerada como possível.	10	n.a.
Outras - Ativos penhorados A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 16 363 milhares de euros (15 070 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013), que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.	15 243	15 070

Grupo Baía do Tejo

i) Passivos contingentes

Dos processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2014 referentes a um fornecedor que reclamava o pagamento de faturas em dívida e respetivos juros de mora, bem como de outros trabalhos prestados, já transitaram em julgado com decisão favorável à Baía do Tejo. A garantia bancária prestada no montante de 1 666 milhares de euros, foi já em janeiro de 2015 libertada.

Todas as de mais decisões favoráveis à Baía do Tejo e referentes a processos intentados por este fornecedor transitaram em julgado em 2014 e no início de 2015.

Durante o ano de 2014, o mesmo autor/fornecedor na sequência das decisões que lhe foram desfavoráveis, veio a intentar novas ações a saber: uma ação administrativa comum contra a Baía do Tejo e o Ministério do Ambiente, reclamando a entrega de 1 647,9 milhares de euros, logo que os receba do Estado Português, outra ação de processo comum pela qual pede 3 053,3 milhares de euros a título de juros e capital pelas faturas nº 1 e 2 de 2005, ações que se encontram em curso.

Salienta-se que, do valor da dívida reclamada a Baía do Tejo tem registada uma fatura no montante de 635 milhares de euros. Por outro lado, uma vez que este assunto está relacionado com o processo de despoluição dos pós históricos da Maia, todos os gastos deste processo foram assumidos pelo Estado, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças nº 814/08-SETF, de outubro, pelo que não foi constituída qualquer provisão.

Ainda relacionado com o processo dos Pós históricos da Maia decorre em contencioso um processo, interposto em julho de 2008, contra a Urbindústria, Sneges, SN Longos e o fornecedor acima referido, referente a um pedido de suposta remoção de resíduos depositados indevidamente nos terrenos do autor da ação. O pedido da ação ascende a 1 045 milhares de euros. Tal como na situação acima referida, assume-se que os eventuais encargos que possam ocorrer serão assumidas pelo Estado, não sendo por isso constituída qualquer provisão para o efeito.

1) Matérias Ambientais

No âmbito do processo de liquidação da Siderurgia Nacional, SGPS, S.A., foram assumidas pela Urbindústria, mediante Despacho Conjunto dos Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e da Indústria e Energia, as responsabilidades que aquela Empresa tinha assumido, no âmbito dos acordos celebrados em julho de 1995, com a Lusosíder, Aços Planos, S.A., com a Siderurgia Nacional – Empresa de Produtos Longos, S.A., associadas aos processos de privatização e com a Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., (posteriormente transformada em SNEGES), relacionadas com ações de descontaminação ambiental, tratamento de resíduos sólidos e sedimentos nas instalações destas sociedades, no Seixal e na Maia, que tivessem sido gerados antes da constituição das mesmas.

No âmbito dos mencionados acordos de 1995 a então Siderurgia Nacional – Empresa de Serviços, S.A., também assumiu responsabilidades ambientais de natureza semelhante.

Deste modo, e face ao processo de fusão operado em 2009, as referidas responsabilidades foram todas integradas na Baía do Tejo.

Por sua vez, a ex-Quimiparque, ao integrar no seu património uma área industrial, no Barreiro, onde, ao longo dos anos, se desenvolveram diversas indústrias químicas, assumiu igualmente responsabilidades decorrentes dos diversos resíduos e sedimentos existentes no referido território.

1.a) Instalações siderúrgicas da Maia

Em 1998 deu-se início ao processo de descontaminação ambiental dos resíduos da fábrica da Maia, pertencente à SN Longos. No entanto, na sequência de uma determinação da Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território – Norte, foram suspensos os trabalhos de remoção de resíduos, para clarificação de dúvidas relacionadas com as quantidades e classificação dos resíduos removidos e a remover. Em resultado desta decisão, o Conselho de Administração da altura decidiu suspender o pagamento de faturas apresentadas diretamente pela entidade responsável pela remoção dos resíduos, até completo esclarecimento da situação.

Em consequência da suspensão dos trabalhos e do não pagamento das faturas foram, entretanto e numa primeira fase, intentados processos de injunção por parte da empresa responsável pela remoção dos resíduos, no valor global de 1 648 milhares de euros, reclamando o pagamento das faturas vencidas.

A Baía do Tejo deduziu oposição, tendo em consideração as dúvidas existentes relacionadas com as quantidades de resíduos removidos, tendo prestado garantia pelo montante global reclamado pelo fornecedor. Entretanto, uma das faturas em causa, no montante de 1 013 milhares de euros, foi devolvida, por se entender que não correspondia a serviços efetivamente prestados.

Os restantes 635 milhares de euros encontram-se registados em Fornecedores conta corrente, muito embora não estejam a ser reconhecidos juros vencidos.

As demonstrações financeiras não refletem qualquer responsabilidade relacionada com estes processos, entendendo o Conselho de Administração que assiste razão à Baía do Tejo. No entanto, ainda que tal não se verifique, qualquer responsabilidade adicional que recaia sobre a Baía do Tejo será repercutida sobre o

Estado, atendendo a que se trata de responsabilidade ambientais por factos ocorridos no período pré-privatização .

Entretanto, em dezembro de 2011 foi já concluída a empreitada de remoção dos pós históricos remanescentes que ainda permaneciam nas instalações da SN-Longos Maia, tendo sido emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente o Atestado de Não Contaminação da área de intervenção em causa, nos termos previstos no Acordo celebrado em dezembro de 2009 entre a Urbindústria, a SN-Longos e a Parpública. No âmbito da assunção, pelo Estado, destas responsabilidades, esta empreitada não gera qualquer impacto sobre a conta de exploração da Baía do Tejo.

1.b) Instalações siderúrgicas do Seixal

Com a transformação da Siderurgia Nacional, Empresa de Serviços, S.A., dando origem à SNEGES, operada em 2005, os principais objetivos da gestão centraram-se no desenvolvimento do estudo de Ordenamento Urbano e Paisagístico de reconversão da área afeta à atividade siderúrgica do Seixal, perspetivando-se a criação nesta zona de um Pólo Empresarial, no qual venham a sediar-se novas unidades empresariais destinadas à indústria, comércio e serviços, zonas de habitação, de recreio e de lazer junto ao rio.

Entretanto, foram concluídas, no decurso do exercício de 2011, as ações relativas às demolições de parte significativa dos edifícios desativados e ao desmantelamento dos equipamentos afetos à antiga atividade siderúrgica, bem como à respetiva limpeza dos terrenos.

Na sequência do Despacho Conjunto nº 28.176/2007, de 24 de agosto, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, visando a inventariação, qualificação e quantificação dos passivos ambientais por solos contaminados em zonas agrícolas, industriais e de exploração mineira, entre outras, e conseqüente aplicação de um plano de investimento para a sua recuperação, foi constituído um Grupo de Trabalho para definir orientações e prioridades no domínio da reabilitação das áreas contaminadas e enquadrar o programa de investimento neste domínio a submeter a financiamento comunitário no âmbito dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013).

Neste contexto, foi constituído, em dezembro de 2008, um ACE juntamente com a Empresa Geral de Fomento, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território, com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental dos terrenos anteriormente afetos à atividade siderúrgica no Seixal.

No âmbito deste ACE foi adjudicado o Estudo final de caracterização do estado de contaminação dos solos e águas subterrâneas e definição dos usos futuros do território, avaliação do risco e definição de cenários de descontaminação e respetiva estimativa de custos, bem como a prestação de serviços de fiscalização deste estudo, que se realizou a coberto das candidaturas apresentadas.

A candidatura deste Estudo aos apoios do POVT teve decisão favorável, envolvendo um contrato de financiamento de 514 milhares de euros já assinado, com uma comparticipação de 356 milhares de euros.

O referido Estudo foi concluído no 4º trimestre de 2011 permitindo a elaboração o Plano Diretor de Intervenção apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente e ao P.O.V.T./Q.R.E.N. para validação e

posterior apresentação de novas candidaturas a fundos comunitários no sentido de prosseguir com as ações de remoção de resíduos e de descontaminação de solos e águas subterrâneas.

Entretanto, em 2010, foi apresentada uma segunda candidatura ao POVT, para a remoção dos resíduos depositados no Vazadouro Central e no Vazadouro I, incluindo as respetivas ações de fiscalização, bem como do seu transporte e entrega em destino final adequado para valorização / tratamento / eliminação. Esta candidatura, que já foi objeto de decisão favorável de financiamento, contempla uma estimativa de investimento de 12 974 milhares de euros, com uma comparticipação comunitária estimado de 9 082 milhares de euros.

Em 2011, e na sequência de concurso público internacional, foi adjudicada e concluída a ação de remoção de resíduos depositados na Zona Poente do Vazadouro I. Esta ação que incluiu a prestação de serviços de fiscalização, teve um gasto global de 2 870 milhares de euros com uma comparticipação comunitária de 2 009 milhares de euros.

Em 2012 e na sequência de um novo concurso público internacional, foi adjudicada e concluída a remoção das lamas do alto forno localizadas na zona central, mais concretamente na margem norte da Lagoa da palmeira. Esta ação teve um gasto global, incluindo os serviços de fiscalização, no montante de 2 084 milhares de euros.

Segundo a mesma metodologia das ações anteriores, em 2014 foram executadas duas ações de eliminação de passivos ambientais (Remoção de resíduos depositados na Zona Nascente do Vazadouro I e na Zona Central), no valor global de 5 714 milhares de euros.

Encontra-se constituída uma provisão no montante de 4 222 milhares de euros, para fazer face às responsabilidades ambientais decorrentes em questão. Adicionalmente, existe ainda uma outra provisão, destinada a acautelar encargos com desmantelamento de instalações, no montante de 499 ME, totalizando 4 721 milhares de euros.

Deste modo, o Conselho de Administração não se encontra ainda em condições de avaliar se a provisão constituída será, ou não, suficiente para fazer face aos encargos envolvidos de responsabilidade da empresa.

1.c) Instalações industriais do Barreiro

O processo relativo às responsabilidades ambientais decorrentes da atividade industrial desenvolvida nos terrenos do Parque industrial do Barreiro tem muitas semelhanças com o referido a propósito dos terrenos do Seixal.

Na sequência do referido Despacho Conjunto nº 28.176/2007, de 24 de agosto, foi igualmente constituído, no final de 2008, um outro ACE, envolvendo também a EGF, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território, com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental da zona industrial do Barreiro pertencente à Baía do Tejo.

O trabalho desenvolvido por este ACE conduziu à adjudicação do estudo final de caracterização do estado de contaminação dos solos e águas subterrâneas e definição dos usos futuros do território, avaliação do risco

e definição de denários de descontaminação e respetiva estimativa de custos, bem como a prestação de serviços de fiscalização deste estudo, realizado no âmbito da candidatura apresentada.

A candidatura deste Estudo aos apoios do POVT teve decisão favorável, envolvendo um contrato de financiamento de 537 milhares de euros, assinado em setembro passado de 2009, com uma comparticipação de 376 milhares de euros.

O referido Estudo foi concluído no 3º trimestre de 2011 e permitiu a elaboração o Plano Diretor de Intervenção a apresentado à Agência Portuguesa do Ambiente e ao P.O.V.T./Q.R.E.N. para validação e posterior apresentação de novas candidaturas a fundos comunitários no sentido de prosseguir no terreno com as ações de remoção de resíduos e de descontaminação de solos e águas subterrâneas.

Entretanto, e na sequência do concurso realizado, foi já adjudicada e concluída a empreitada de remoção dos resíduos depositados no Parque de Lamas de Zinco. Este investimento foi contratualizado por 4 355 milhares de euros, tendo merecido uma decisão favorável de co-financiamento, no montante de 3 049 milhares de euros.

Não obstante os trabalhos em curso contribuírem para a redução das responsabilidades ambientais, não é ainda possível estimar o volume global de encargos que resultarão para a Baía do Tejo, decorrentes das responsabilidades ambientais, não se encontrando constituída qualquer provisão específica para as responsabilidades existentes no território do Barreiro.

Contudo, e conforme referido em 1.b), encontram-se constituídas provisões, no montante de 4 721 milhares de euros (4 914 milhares de euros em 2013), para fazer face a responsabilidades de natureza ambiental.

Grupo SIMAB

Existem os seguintes passivos contingentes no Grupo SIMAB, provenientes do MARL:

Identificação	Tipo de ação	Posição da MARL	Valor pedido	Estado do processo
Amilcar Augusto	Declaração de condenação	Autora/Ré reconvida	2,83 milhares de euros	Pedido de indemnização por incumprimento contratual. Notificados da contestação com reconvenção.
ASAE	Contra ordenação	Arguida	Coima de 3,5 a 30 Milhões de euros	MARL apresentou oposição, aguardando decisão por parte do órgão administrativo.
Disgelo	Ação declarativa de condenação	Autora	119,29 milhares de euros	Pedido de indemnização por incumprimento contratual. Notificação da contestação aguarda despacho saneador/audiência prévia e notificação do tribunal sobre objeto de perícia.
Liberty Seguros	Ação de processo sumário	Ré	19,25 milhares de euros	Pedido de indemnização em resultado de acidente de trabalho provocado por falta de condições de segurança das instalações. Sentença condenou MARL ao pagamento da quantia de pagamento de franquia de seguro de responsabilidade civil, celebrado com a Tranquilidade, no valor de 19,25 milhares de euros. A Tranquilidade interpôs recurso desta decisão a qual aproveita A MARL enquanto litisconsortes da concorrente. Aguarda-se acórdão da Relação de

				Lisboa.
Securitas	Tribunal Administrativo e Fiscal	Demandada	30 milhares de euros (valor processual)	Aguarda marcação de julgamento.

CE

Os passivos contingentes à data de 31 de dezembro de 2014 são as que constam no quadro seguinte:

Tipo	Descrição	Quantificável	Probabilidade de ocorrência	Montante	Horizonte temporal	Observações
Contencioso	Procº nº 435/12.9 TBSC - Ação declarativa de condenação	Sim	15%	573,9		O processo tem vários envolvidos (não apenas a CE). A CE contestou a ação, aguardando-se o prosseguimento dos ulteriores termos do processo.
Contencioso	Procº nº 179/05.7 TBELSB – Ação administrativa especial	Não		0		O tribunal de 1ª instância julgou a ação procedente, encontrando-se pendentes recursos interposto pelo Estado Português e pela CE para o Tribunal Central Administrativo – Sul, aguardando-se decisão.
Contencioso	Procº nº 991/103.3 BESNT – Ação de contencioso Pre-contratual	Não		0		O Supremo Tribunal ordenou que o processo baixasse às instâncias inferiores, a fim de ser apurado se a CE deve ser considerada entidade adjudicante para efeitos de aplicação do Código de Contas e eventual convolução dos autos em processo indemnizatório.
Leasing operacional	Renting viatura 50-NN-92 contrato termina a 12/03/2017 rendas por vencer 27 – $0,513 \times 27 = 13,84$ milhares de euros	Sim	100%	13,84	12/03/2017	
Leasing operacional	Renting viatura 32-NO-15 contrato termina a 15/03/2017 rendas por vencer 27 – $0,522 \times 27 = 14,09$ milhares de euros	Sim	100%	14,09	15/03/2017	
Leasing operacional	Renting viatura 75-PI-59 contrato termina a 22/12/2018 rendas por vencer 48 – $0,593 \times 48 = 28,49$ milhares de euros	Sim	100%	28,49	22/12/2018	

Companhia das Lezírias

A Companhia das Lezírias efetuou um pedido de reembolso de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) relativamente ao período de julho de 2013 no valor de 202 milhares de euros, tendo este valor sido creditado pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em 08/01/2014.

Na sequência do pedido de reembolso, a AT efetuou uma inspeção tributária aos exercícios de 2012 e 2013, cujo relatório, datado de 13 de maio de 2014, recebido em 21 de maio, conclui genericamente pela dedutibilidade do IVA mas, simultaneamente, também pela existência de IVA por liquidar no montante de 687 milhares de euros, (respetivamente 305 milhares de euros + 382 milhares de euros), pela dedução indevida de 19 milhares de euros (respetivamente 7 milhares de euros + 12 milhares de euros) e ainda pela dedução indevida de imposto, sobre uma nota de crédito emitida a cliente em dezembro de 2013, no valor de 3 milhares de euros. Ou seja, o relatório considerou um total de imposto em falta no montante de 708 milhares de euros.

A Companhia das Lezírias na sequência da receção das respetivas notas de liquidação apresentou os correspondentes meios de defesa.

Relativamente ao IVA por liquidar alegou a AT “Falta e Liquidação de IVA em Locações de Bens Imóveis”, com o fundamento de que “no que se refere à locação de imóveis, da análise efetuada aos contratos de arrendamento celebrados entre a Companhia das Lezírias e diversas entidades, nos períodos de 2012 e 2013, conclui-se que, alguns desses contratos de arrendamento rural, nomeadamente os referentes aos prédios sítos na zona da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, tratam-se de locações temporárias de cedência de exploração a título oneroso, operações não enquadráveis no n.º 29, do art.º 9 do Código do IVA, mas sim prestações de serviços sujeitas a IVA, de harmonia com a alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Código de IVA, conjugada com o n.º 1 do artigo 4.º...”.

A Companhia das Lezírias não pode concordar, e não concorda, com a interpretação e conclusões da AT, decorrentes de uma deficiente perceção, apreensão e qualificação jurídica dos factos em causa e do direito aplicável. Não são efetivamente prestados quaisquer serviços a estes arrendatários, limitando-se o relacionamento contratual ao arrendamento das terras, pelo que sobre o valor da renda agrícola cobrada pela Companhia das Lezírias não deverá incidir IVA, nos termos do n.º 29 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

Os sistemas e infraestruturas de rega existentes nas Lezírias Norte e Sul são propriedade do Estado, isto é propriedade pública, geridos pela Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira ao abrigo de contrato de concessão. Não são propriedade da Companhias das Leziras. A Companhia das Lezírias limita-se, a pedido da Associação, a fazer a cobrança aos seus rendeiros dos montantes resultantes da prestação de serviços exclusivamente prestados pela Associação, entregando a essa mesma Associação, os valores faturados em termos de taxas de exploração e conservação.

Quanto à dedução indevida de IVA, a AT fundamentou tal entendimento relativamente à dedução do imposto efetuado em aquisições relacionados com “viaturas ligeiras de mercadorias” entre 1 de janeiro de 2012 e 15 de outubro de 2013. Considerou que tais operações “estão excluídas do direito à dedução de IVA, uma vez que as características desses bens, os torna não essenciais à atividade produtiva ou facilmente

utilizados em consumos particulares”, por aplicação do esclarecimento prestado através do Ofício-Circulado n.º 30152, de 16/10/2013.

Também nesta matéria não pode a Companhia das Lezírias concordar com a interpretação e conclusões da AT pois as referidas despesas faturadas encontram-se diretamente relacionadas com o exercício da atividade sujeita a imposto, não se encontrando abrangidas por nenhuma das exclusões previstas no artigo 21.º do CIVA. Por outro lado considera que se encontra vedada a aplicação desta interpretação, constante no Ofício Circulado de 16 de outubro de 2013, aos períodos tributários de 2012 e 2013, por força dos princípios gerais de segurança jurídica e de proibição de retroatividade da lei fiscal.

Em alternativa ao pagamento das liquidações emitidas pela AT, a Companhia das Lezírias optou por apresentar uma garantia bancária no montante de 859 milhares de euros à Autoridade Tributária em outubro de 2014.

Através do despacho sobre a reclamação graciosa apresentada, a AT indeferiu parcialmente o pedido, dando razão à Companhia das Lezírias relativamente à reclamação sobre a dedução do imposto na nota de crédito, encontrando-se anuladas as respetivas liquidações, mantendo o entendimento quanto às outras duas matérias. Mantém-se assim em litígio o montante de 706 milhares de euros.

Em consequência a Companhia das Lezírias apresentou em fevereiro de 2015 um processo de impugnação judicial das liquidações adicionais de IVA feitas pela AT junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e não constituiu qualquer provisão para este efeito, uma vez que não considera procedentes essas liquidações adicionais, não esperando quaisquer impactos patrimoniais significativos do desfecho deste processo.

58 - Divulgações de natureza não contabilística

i) Garantias

Grupo AdP

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das empresas incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue:

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	31-Dez-14	31-Dez-13
UNAPD	7 442	-	-	14 201	21 464	23 538
EPAL	5 176	165 722	-	325	171 223	135 729
UNADR	-	-	-	407	407	314
UNI	-	2 524	-	782	3 307	2 552
Corporativos	-	1 714 514	-	1 409	1 715 923	1 629 092
TOTAL	12 618	1 882 760	-	16 944	1 912 323	1 791 225

A holding do Grupo AdP (AdP SGPS), no âmbito dos financiamentos contraídos junto do BEI, constitui-se como garante do bom cumprimento das obrigações contratadas.

O valor de garantias do Grupo EGF refletido em detidos para venda, correspondente a:

UN	Tribunais	Instituições financeiras	Entidades concedentes	Outros	31-Dez-14	31-Dez-13
UNR	132	12 005	1 484	4 926	18 546	10 931
TOTAL	132	12 005	1 484	4 926	18 546	10 931

Grupo TAP

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as garantias prestadas pelo Grupo TAP decompõem-se como se segue:

	31-Dez-14	31-Dez-13
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1 654	1 654
Natwest - <i>Acquiring</i> referente a cartões de crédito	2696	2 519
Tribunal do Trabalho	1 525	2 243
Aeronaves	37 573	25 848
Linha de crédito BIC Angola (não utilizada)	16 473	14 502
Combustíveis	3 072	2 956
Outras	16 004	9 932
Garantias bancárias prestadas pela L.F.P., S.A.		
Contratos de concessão de licenças de exploração das lojas francas	9 000	6 500
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	672	663
Cauções prestadas a seguradoras	87	87
Total	88 756	52 402

O reforço efetuado, durante o corrente exercício de 2014, nas garantias bancárias prestadas pela TAP S.A., referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação operacional.

Em 31 de dezembro de 2014 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 310 001 milhares de euros (252 462 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, está contratada com a Airbus a compra futura de doze aeronaves Airbus A350, a receber entre 2017 e 2019, com mais três de opção.

Grupo Baía do Tejo

Em 31 de dezembro de 2014, as garantias bancárias prestadas a terceiros são as seguintes:

Beneficiário	Natureza	31-Dez-14	31-Dez-13
Câmara Municipal do Seixal	Boa execução das obras de infraestruturas.	141	141
Tribunal Cível da Comarca do Seixal	Caução para que seja atribuído efeito suspensivo ao recurso interposto relacionado com o processo da Terriminas (Pós da Maia)	1 666	1 666
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Garantir despesas relacionadas com a utilização do terminal do Seixal	68	68
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Utilização de área de domínio público	42	42
EDP	Garantir infraestruturas elétricas no Parque Industrial do Seixal - Processo EDP-RCLER.	21	21
Tribunal do Trabalho de Almada	Caução de um processo envolvendo um ex-trabalhador	19	19
SLE	Fornecimento de energia elétrica às instalações localizadas no parque do Barreiro.	7	7
		1 963	1 963

Relativamente à garantia do montante de 1 666 milhares de euros, a Baía do Tejo foi definitivamente absolvida do pedido formulado na ação respetiva, tendo sido pedido em fevereiro de 2014 o seu cancelamento. A garantia foi devolvida pelo tribunal já em janeiro de 2015 tendo sido pedido o seu cancelamento ao Banco em 14 de janeiro de 2015.

Por sua vez, prometeu, a título de garantia, à Câmara Municipal do Seixal, efetuar a dação em cumprimento de 10 lotes de terreno no Parque Industrial do Seixal – 3ª fase (PIS III) em caso de incumprimento do compromisso de boa execução das infraestruturas a efetuar no referido parque, orçadas em 4 660 milhares de euros.

Grupo SIMAB

Garantias Prestadas a terceiros

Entidade Beneficiária	Entidade Emissora	Valores	Empresa
REPSOL	Millennium BCP	2	SIMAB
REPSOL	CGD, SA	2	MARL
CEMG – Livrança Subscrita	CEMG – CC Caucionada	1 500	SIMAB
CEMG – Livrança Subscrita	CEMG – Papel comercial	29 000	SIMAB
BES, S.A.	BES, S.A.	3 334	SIMAB

Garantia Prestada ao Banco Europeu de investimento (BEI)

No âmbito dos financiamentos que as participadas MARL, SA, MARF, SA e MARB, SA detém junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado Português ao

cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes dos respetivos empréstimos junto do BEI, para o financiamento do projeto “Projeto Agro Logistics Portugal”, substituindo-se deste modo o Estado à banca comercial, em condições bastante menos onerosas para as empresas e desonerando a responsabilidade pela SIMAB, SA assumida na data de assinatura dos contratos, deixando de vigorar a as respetivas *side letters*.

Em setembro de 2011 foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado ao financiamento da MARL, SA, e em agosto de 2013 foi autorizada para a MARB, SA e MARF, SA.

Garantias detidas sobre terceiros

1) A MARL, SA, detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Armando Cunha, Lda	Remodelação da área envolvente do edifício dos CTT Expresso	Bancária – Millennium BCP	0,87
Caetano Coatings	Reparação da área envolvente do edifício dos CTT Expresso	Bancaria/Millennium BCP	0,93
Casa dos Asfaltos – Isolfrei, Lda	Empreitada de reabilitação das Impermeb. Coberturas NAC	Guia de depósito	1,43
Casa dos Asfaltos – Isolfrei, Lda	Empreitada de execução de cobert. TerraçoTecnico e Vigilância	Guia de depósito	1,04
CHARON, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancária - BES	23,06
Dalkia, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação dos Sistemas Mecânicos, Elétricos, de AVAC, de Estruturas e Edificações, de Chillers e de Bombas de Calor	Bancária - BES	40,68
Edivisa, S.A.	Execução de Obras de Melhoramento do Pavilhão do Pescado	Bancária – Banco BIC (BPN)	9,74
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução AXA	29,92
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução COSEC	100
JCDecaux, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancária - SANTANDER	59,32
Proman, Lda	Serviços de fiscalização de cobertura do edifício dos CTT Expresso	Bancária – Banco BIC (BPN)	1,13
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	3,80
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação de cobertura do edifício CTT Expresso	Bancária – Banco Popular	3,66
Resopre, Lda	Contrato de Prest. de Serv. de Remod. e Instal. do Sist. Inform. Pórtico	Bancária - CGD	15,37
Strong, S.A.	Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	Bancária – Millennium BCP	15,00
Strong, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Prevenção e Vigilância	Bancária – Santander	24,79
TRAFIURBE, S.A.	Execução de Obras de Pintura Sinaliz. Horiz. Pavimentos Betuminosos	Bancária - BES	0,75

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
SUMA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Limpeza	Bancária - Millennium BCP	60,80
VISACASA, S.A.	Contrato de Prest. de Serviços de Manutenção de Equip. e Instalações	Bancária – Banco BIC	9,62
VISACASA, S.A.	Empreitada de reabilitação do topo norte do pavilhão A07	Bancária - Millennium BCP	2,97
VISACASA, S.A.	Empreitada de coberturas dos pavilhões A08 e A10 no MARL	Bancária - Millennium BCP	13,36
VISACASA, S.A.	Contrato de empreitada Reabilitação de pinturas de fachadas dos pavilhões A01, A03 e A08	Bancária - BIC	3,72
Total			421,96

Em 31 de dezembro de 2014, a MARL detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Bargosa, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BES	9,98
Catefru, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BPI	18,97
CEMG	Cauções contratuais	Bancária - MG	24,35
Doca Marinha, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	1,85
Eurotejo, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	3,69
Espada Pescas, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	5,56
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	36,13
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancária – Millennium BCP	14,96
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BPI	15,40
Total			130,90

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
MARL Energia, Lda	Contrato de utilização de espaço para central fotovoltaica.	Livrança	500,00
HYPESOLAR Fanhões, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50,00
HYPESOLAR Sacavém, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50,00
Total			600,00

2) Na MARF, SA em 31 de dezembro de 2014, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
NCC Facility Systems, SA	Aquisição de serviços de limpeza interior dos escritórios, pavilhão do mercado e portaria	Seguro caução - AXA	1,5
Total			1,5

3) Na MARB, SA em 31 de dezembro de 2014, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Bancária - BCP	16,99
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para Instalação dos CTT Expresso no MARB	Bancária - BES	17,34
Construções Europa Ar Lindo, S.A.	Contrato Empreitada para verificação e reparação de águas pluviais no edifício do MARB	Bancária - BES	0,72
Climex, controlo de ambiente, S.A.	Contrato de Serviços de Limpeza e Remoção de resíduos sólidos no MARB.	Bancária – Millennium BCP	3,10
Líder – Serviços Gerais de Vigilância, Lda	Prestação de serviços de segurança e vigilância no Mercado Abastecedor da região de Braga	Bancária – Millennium BCP	1,9
Total			39,70

4) Na MARE, SA em 31 de dezembro de 2014, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado	Bancária - BCP	4,80
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado (trabalhos a mais)	Bancária - BCP	1,00
José Quintino, Lda	Arranjos exteriores na Envolvência do Armazém (Chronopost)	Bancária - BPI	6,80
JFS, S.A.	Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária – BCP	18,35
JFS, S.A.	2º Adicional ao contrato de Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária – Santander Totta	1,92
Total			32,9

Companhia das Lezírias

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia bancária no valor de 2,5 milhares de euros, no BPI, destinada a caucionar a exportação de vinhos;
- Garantia bancária no valor de 45 milhares de euros, no BCP, destinada a caucionar o fornecimento de gasóleo pela BP.
- Garantia bancária no valor de 859 milhares de euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA.

Na rubrica “Outras contas a receber” encontra-se escriturado o montante de 22 milhares de euros, depositado à ordem ao Tribunal de Trabalho de Tomar, relativo aos autos da ação emergente do acidente de trabalho em que é sinistrado Bernardo da Silva Moreira e foi feito para garantia das pensões futuras devidas.

ii) Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço

Grupo AdP

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pelo Grupo AdP não relevados no balanço, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, de substituição, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado	Investimento contratual não realizado	Investimento contratual não realizado
				(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNA-PD	6 994 106	4 809 572	239 035	159 329	351 874	1 434 297
	6 994 106	4 809 572	239 035	159 329	351 874	1 434 297

O valor de investimento contratual do Grupo EGF refletido em detidos para venda, corresponde a:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado	Investimento contratual não realizado	Investimento contratual não realizado
				(N+1)	(N+2...N+5)	(>N+5)
UNR	1 416 276	994 906	70 056	60 982	111 604	189 594
	1 416 276	994 906	70 056	60 982	111 604	189 594

No mapa seguinte encontram-se apresentados os compromissos futuros do Grupo relativos às rendas a pagar aos municípios, conforme definido nos contratos de concessão.

Empresas	Rendas já reconhecidas	Rendas reconhecidas em dívida	Rendas Futuras N+1	Rendas Futuras Restantes	31-Dez-14	31-Dez-13
Águas do Algarve, S.A.	1 677	-	206	4 466	6 349	4 771
Águas do Centro Alentejo, S.A.	1 603	-	145	1 545	3 294	3 840
Águas do Mondego, S.A.	32 906	-	1 519	1 842	36 267	36 267
Águas do Norte Alentejano, S.A.	419	8	57	1 090	1 574	1 919
Águas do Noroeste, S.A.	5 257	-	-	3 635	8 891	9 299
Águas do Oeste, S.A.	45	-	5	108	158	158
Águas de Santo André, S.A.	6 225	-	479	7 662	14 365	14 365
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	8 357	1 834	529	9 143	19 863	22 138
Águas do Zêzere e Côa, S.A.	6 965	1 795	995	17 919	27 675	27 792
AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.	-	702	174	13 995	14 871	14 871
Simarsul, S.A.	2 349	136	376	5 267	8 128	8 712
Simdouro, S.A.	57 115	-	4 574	12 668	74 357	74 357
Simlis, S.A.	1 572	-	101	1 206	2 879	2 879
	124 491	4 476	9 160	80 546	218 672	221 368

Grupo TAP

Em 31 de dezembro de 2014 existiam compromissos financeiros, assumidos pela subsidiária TAP S.A., relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores, no montante de 310 001 milhares de Euros (252 462 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, está contratada com a Airbus a compra futura de doze aeronaves Airbus A350, a receber entre 2017 e 2019, com mais três de opção.

Grupo Baía do Tejo

Em 31 de dezembro de 2014 existem os seguintes compromissos financeiros que não figuram no balanço:

Natureza	31-Dez-14	31-Dez-13
Pagamento de IMT associado à aquisição do "Complexo da Margueira"	3 782	3 782
Estimativa de pagamento por benefícios de cessão de trabalho aos trabalhadores da ex-Quimigal	1 628	1 943
Contratos de <i>renting</i>	66	84
Total	5 746	5 808

Como referido acima existem ainda responsabilidades assumidas para execução de infraestruturação dos terrenos do PIS III que se estimam em cerca de 10 180 milhares de euros.

Companhia das Lezírias

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, incluía o projeto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, atualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos está definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 de abril de 1954; Decreto-lei n.º 41956, de 12 de novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de dezembro.

Atualmente a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 10 492,57 euros, a serem pagos em 16 anuidades de 617,21 euros.

iii) Trabalhadores ao serviço

Durante 2014 e 2013 o número médio de trabalhadores ao serviço (da empresa e de todas as subsidiárias) foi de 15 253 e de 17 074, respetivamente

iv) Reorganização territorial do Grupo AdP

No dia 1 de outubro de 2014, o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia, apresentou o plano de reestruturação do sector das águas que inclui, a agregação dos atuais 19 sistemas multimunicipais em 5 sistemas de maior dimensão, maximizando ganhos de escala e de gama, com benefícios para a tarifa, atenuando a disparidade tarifária e normalizando a relação com os Municípios. Neste momento depois de efetuados os estudos correspondentes, prosseguem os trabalhos conducentes aos processos de agregação dos sistemas multimunicipais de água e saneamento. No âmbito do referido processo, os ativos e passivos, direitos e responsabilidades dos 19 sistemas multimunicipais serão transferidos para as novas entidades a constituir, a qual, ao abrigo de um novo contrato de concessão, darão continuidade às atuais atividades. Espera-se que este processo esteja concluído até ao final do primeiro semestre de 2015.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2015, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, as operações do Grupo PARPÚBLICA, bem como a posição financeira em 31 de dezembro de 2014 e a performance e os fluxos de caixa no exercício de 2014, de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

O Conselho de Administração

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora não executiva

Maria João Dias Pessoa de Araújo
Administradora não executiva

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador não executivo

Demonstrações Financeiras Separadas

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Unidade: Euro

Rubricas	Notas	Posição		
		31-12-2014	31-12-2013 Reexp.	31-12-2013
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	4	24.086,70	34.633,97	34.633,97
Ativos intangíveis	5	3.077,97	2.599,07	2.599,07
Participações financeiras	6	2.737.073.861,27	3.070.893.312,30	3.070.893.312,30
Empréstimos concedidos	6	413.715.560,75	478.169.649,25	478.169.649,25
Outras contas a receber	7		177.441,37	177.441,37
Outros ativos financeiros	8	4.588.830.020,29	4.205.263.113,07	4.205.263.113,07
		7.739.646.606,98	7.754.540.749,03	7.754.540.749,03
Ativo corrente				
Clientes	9	64.059,01	26.680,99	26.680,99
Estado e outros entes públicos	10	4.075.956,16	23.751.117,07	23.751.117,07
Empréstimos concedidos	6	42.230.164,93		
Outras contas a receber	7	11.793.954,28	81.227.422,01	81.227.422,01
Diferimentos	11	1.521.957,60	1.855.424,53	1.855.424,53
Ativos não correntes detidos para venda	13		248.400.000,00	248.400.000,00
Caixa e depósitos bancários	14	18.375.449,62	146.011.080,99	146.011.080,99
		78.061.541,59	501.271.725,59	501.271.725,59
Total do Ativo		7.817.708.148,57	8.255.812.474,62	8.255.812.474,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado		1.027.151.031,48	1.027.151.031,48	1.027.151.031,48
Reservas legais		695.688.928,89	695.688.928,89	695.688.928,89
Resultados transitados		1.312.243.021,24	786.105.558,74	786.105.558,74
Ajustamentos em ativos financeiros		-6.127.674,50	-38.642.281,87	-47.855.504,88
Outras variações no capital próprio		-514.122,37	-403.174,81	-403.174,81
		3.028.441.184,74	2.469.900.062,43	2.460.686.839,42
Resultado líquido do período		-461.877.977,96	576.137.462,50	585.350.685,51
Total do capital próprio	15	2.566.563.206,78	3.046.037.524,93	3.046.037.524,93
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	16	498.000,00	373.810.000,00	373.810.000,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	649.874,70	373.276,75	373.276,75
Financiamentos obtidos	17	3.821.618.162,19	2.680.608.849,55	2.680.608.849,55
Outros passivos financeiros	12	202.470.394,34	110.121.652,03	110.121.652,03
Outras contas a pagar	18	17.231,80	481.473.553,39	481.473.553,39
		4.025.253.663,03	3.646.387.331,72	3.646.387.331,72
Passivo corrente				
Fornecedores	19	117.905,47	11.660.964,94	11.660.964,94
Estado e outros entes públicos	10	21.839,45	976.501,81	976.501,81
Financiamentos obtidos	17	221.134.246,54	1.540.583.321,07	1.540.583.321,07
Outras contas a pagar	18	492.757.287,30	10.166.830,15	10.166.830,15
Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda	13	511.860.000,00		
		1.225.891.278,76	1.563.387.617,97	1.563.387.617,97
Total do Passivo		5.251.144.941,79	5.209.774.949,69	5.209.774.949,69
Total do capital próprio e do Passivo		7.817.708.148,57	8.255.812.474,62	8.255.812.474,62

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Unidade: Euro

Rubricas	Notas	Períodos		
		2014	2013 Reexpresso	2013
Dividendos obtidos	20	84.975.653,28	136.085.830,65	136.085.830,65
Ganhos/perdas em alienações de participações	21	60.798.547,08	543.741.132,73	543.741.132,73
Fornecimentos e serviços externos	22	-2.199.172,00	-2.832.114,26	-2.832.114,26
Gastos com pessoal	23	-2.135.966,11	-2.200.491,39	-2.200.491,39
Imparidade de dividas a receber	24	-773.011,42	-649.578,44	-649.578,44
Provisões (aumentos/reduções)	25	-138.548.000,00	16.092.000,00	16.092.000,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/a mortizáveis	24	-12.119.512,59	2.172.305,75	2.172.305,75
Aumentos/reduções de justo valor	27	-285.472.745,21	83.362.781,17	92.576.004,18
Outros rendimentos e ganhos	28	67.093.433,65	36.699.124,94	36.699.124,94
Outros gastos e perdas	29	-2.476.611,53	-1.000.453,45	-1.000.453,45
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-230.857.384,85	811.470.537,70	820.683.760,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	-27.459,65	-41.222,53	-41.222,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-230.884.844,50	811.429.315,17	820.642.538,18
Juros e gastos similares suportados	31	-229.375.531,44	-235.269.812,36	-235.269.812,36
Resultado antes de impostos		-460.260.375,94	576.159.502,81	585.372.725,82
Imposto s/ rendimento do período	32	-1.617.602,02	-22.040,31	-22.040,31
Resultado líquido do período		-461.877.977,96	576.137.462,50	585.350.685,51
Resultados das atividades descontinuadas (líquido de imposto) incluído no resultado líquido	33	-38.510.240,58	638.118.595,13	638.118.595,13
Resultado básico por ação		-1,15	1,44	1,46

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Unidade: Euro

Rubricas	2014	2013 Reexpresso	2013
Resultado Líquido do período	-461.877.977,96	576.137.462,50	585.350.685,51
Outro Rendimento integral			
Ganhos/perdas reclassificáveis para os resultados			
Reclassificação de perdas líquidas em ativos financeiros disponíveis para venda	17.399.161,80		
Ganhos e perdas da remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda	15.115.445,57	9.213.223,01	
Ganhos/perdas não reclassificáveis para os resultados			
Ganhos/perdas atuariais	-110.947,56	-209.803,15	-209.803,15
	-429.474.318,15	585.140.882,36	585.140.882,36
Rendimento integral	-429.474.318,15	585.140.882,36	585.140.882,36
Atribuição do rendimento integral			
Detentores de capital	-429.474.318,15	585.140.882,36	585.140.882,36
Interesses minoritários			

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Unidade: Euro

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores da empresa					Total do Capital Próprio	
		Capital	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período
Posição em 01-01-2013 (com reexpressão)	1	1.027.151.031,48	695.688.928,89	322.043.114,11	-47.855.504,88	-193.371,66	514.062.444,63	2.510.896.642,57
Alterações no período								
Alterações de políticas contabilísticas (ganhos/perdas atuariais)						-209.803,15		-209.803,15
Ajustamentos de AFDV				9.213.223,01				9.213.223,01
	2			9.213.223,01	-209.803,15			9.003.419,86
Resultado líquido do período	3						576.137.462,50	576.137.462,50
Rendimento integral	4=2+3				9.213.223,01	-209.803,15	576.137.462,50	585.140.882,36
Operações com detentores de capital								
Aplicação de resultados			514.062.444,63				-514.062.444,63	
Dividendos			-50.000.000,00					-50.000.000,00
	5		464.062.444,63				-514.062.444,63	-50.000.000,00
Posição em 31-12-2013	6=4+5	1.027.151.031,48	695.688.928,89	786.105.558,74	-38.642.281,87	-403.174,81	576.137.462,50	3.046.037.524,93

2014

Unidade: Euro

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores da empresa					Total do Capital Próprio	
		Capital	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período
Posição em 01-01-2014	1	1.027.151.031,48	695.688.928,89	786.105.558,74	-38.642.281,87	-403.174,81	576.137.462,50	3.046.037.524,93
Alterações no período								
Ganhos/perdas atuariais						-110.947,56		-110.947,56
Ajustamentos de AFDV				32.514.607,37				32.514.607,37
	2			32.514.607,37	-110.947,56			32.403.659,81
Resultado líquido do período	3						-461.877.977,96	-461.877.977,96
Rendimento integral	4=2+3				32.514.607,37	-110.947,56	-461.877.977,96	-429.474.318,15
Operações com detentores de capital								
Aplicação de resultados			576.137.462,50				-576.137.462,50	
Dividendos			-50.000.000,00					-50.000.000,00
	5		526.137.462,50				-576.137.462,50	-50.000.000,00
Posição em 31-12-2014	6=4+5	1.027.151.031,48	695.688.928,89	1.312.243.021,24	-6.127.674,50	-514.122,37	-461.877.977,96	2.566.563.206,78

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: Euro

Rubricas	Notas	2014	2013
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		470.759,56	645.123,96
Pagamentos a fornecedores		-2.631.065,76	-2.850.432,40
Pagamentos ao pessoal		-1.923.044,96	-1.709.898,09
Caixa gerada pelas operações		-4.083.351,16	-3.915.206,53
Pagamento/Recebimento Imposto s/rendimento		16.442.967,58	-15.375.016,97
Outros recebimentos/pagamentos relat à atividade operacional		-1.236.826,73	-1.776.973,41
Fluxos de caixa das atividades operacionais		11.122.789,69	-21.067.196,91
Atividades de Investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		584.818.595,47	2.124.715.592,69
Juros e rendimentos similares		39.113.919,40	75.717.497,46
Dividendos		84.975.653,28	136.085.830,65
		708.908.168,15	2.336.518.920,80
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-404.276.890,01	-1.535.883.393,78
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		-17.391,28	-9.387,97
		-404.294.281,29	-1.535.892.781,75
Fluxos de caixa das atividades de investimento		304.613.886,86	800.626.139,05
Atividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.350.000.000,00	969.238.426,05
		1.350.000.000,00	969.238.426,05
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.534.512.954,84	-1.528.100.000,00
Juros e gastos similares		-208.859.353,08	-218.500.822,37
Dividendos		-50.000.000,00	-50.000.000,00
		-1.793.372.307,92	-1.796.600.822,37
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-443.372.307,92	-827.362.396,32
Variações de caixa e seus equivalentes		-127.635.631,37	-47.803.454,18
Caixa e seus equivalentes no início do período		146.011.080,99	193.814.535,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	18.375.449,62	146.011.080,99
Fluxos de caixa das operações descontinuadas	33	360.878.378,09	1.815.441.041,02

NOTAS

1. Apresentação da empresa e do referencial de relato financeiro

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- (i) Gestão de participações em empresas em processo de privatização ou privatizáveis a prazo;
- (ii) Desenvolvimento dos processos de privatização, no quadro determinado pelo governo;
- (iii) Reestruturação de empresas transferidas para a sua carteira para o efeito;
- (iv) Acompanhamento de participações em empresas privatizadas que conferem direitos especiais ao Estado;
- (v) Gestão de património imobiliário público excedentário, através de empresas subsidiárias de objeto especializado;
- (vi) Apoio ao exercício pelo Ministro das Finanças da tutela financeira sobre empresas do Estado e empresas concessionárias de serviços de interesse económico geral;

A empresa apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE), doravante designadas por IFRS/UE. As IFRS/UE foram adotadas em 01 de Janeiro de 2010 por opção em relação ao Sistema de Normalização Contabilística, ao abrigo do n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, tendo em conta que a empresa prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS/UE.

Considerando que a empresa detém investimentos em subsidiárias, está sujeita à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, pelo que a presente informação respeita a demonstrações financeiras separadas, nos termos da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, sendo preparadas por força do estabelecido no Código das Sociedades Comerciais e de outras disposições legais. Estas demonstrações financeiras relacionam-se com as demonstrações financeiras consolidadas da PARPÚBLICA, que acompanham.

As presentes demonstrações financeiras separadas respeitam ao período anual findo em 31 de Dezembro de 2014, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo e estão apresentadas em euros, salvo quando referida outra unidade.

2 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2a - Introdução

As principais políticas contabilísticas adotadas pela PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A. na preparação destas demonstrações financeiras são expostas nas notas seguintes. Excetuando as situações descritas na nota 2b, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas. Requer igualmente que a Administração exerça juízos para aplicação das políticas contabilísticas da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2n.

2b – Alterações nas políticas contabilísticas

Em 01 de janeiro de 2014 entraram em vigor novas normas, bem como interpretações e alterações de normas existentes adotadas na UE pelos seguintes regulamentos:

- Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro
- Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril
- Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro
- Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro
- Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro

Foram ainda adotadas na UE novas normas, bem como interpretações e alterações de normas existentes, em vigor nos exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2015, através dos seguintes regulamentos:

- Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho
- Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro
- Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro
- Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro

O objetivo das normas adotadas pelos regulamentos referidos anteriormente é detalhado no ponto sobre bases de apresentação e principais políticas contabilísticas constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, que com as presentes constituem o conjunto de demonstrações financeiras da PARPÚBLICA.

2c- Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis são mensurados pelo modelo do custo, com dedução das depreciações ou amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As despesas subsequentes com os ativos fixos tangíveis são reconhecidas no ativo apenas se for provável que delas resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação corrente dos ativos são reconhecidas como gasto.

Se existirem indícios de que um ativo, ou uma unidade geradora de caixa, possa estar em imparidade, é estimada a sua quantia recuperável, sendo reconhecida, com efeitos nos resultados, perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda a quantia recuperável.

Por princípio, a quantia recuperável é determinada como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. Apenas será considerado o valor de uso caso o justo valor não seja determinável com fiabilidade e se anteverja que o valor de uso não excede por quantia materialmente relevante o justo valor menos os custos de vender. A taxa de desconto subjacente ao cálculo do valor de uso tem por base o custo médio ponderado do capital (WACC). Na determinação do custo do capital próprio é tido em consideração o modelo *Capital Asset Pricing Model*.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível ou do ativo intangível é desreconhecida no momento da sua alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho, ou a perda, decorrente do desreconhecimento é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido, sendo determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

A empresa calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

	Vida Útil
Equipamento de transporte	4- 8
Equipamento administrativo e utensílios	4-12
Outros ativos fixos tangíveis	4-10

2d-Investimentos financeiros em subsidiárias e associadas

São consideradas subsidiárias nas demonstrações financeiras separadas todas as entidades em que a PARPÚBLICA tenha diretamente participação no capital e nas quais exerça controlo, direta e indiretamente. Por controlo entende-se o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Presumiu-se a existência de controlo quando a PARPÚBLICA é titular, direta e indiretamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade.

São consideradas associadas nas demonstrações financeiras separadas todas as entidades em que a PARPÚBLICA tenha diretamente participação no capital e nas quais exerça influência significativa, direta e indiretamente, e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa é considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta e indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida.

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são mensuradas pelo custo, sujeito a testes de imparidade.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que a quantia pela qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável, designadamente comparando a quantia escriturada com a quantia pela qual concorram para as demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do parágrafo 12, alínea (h) da IAS 36 Imparidade dos Ativos. É reconhecida perda por imparidade pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é determinada de acordo com os procedimentos referidos para os ativos fixos tangíveis e intangíveis. O teste de imparidade é anual para os investimentos em subsidiárias que tenham *goodwill* associado.

Os montantes resultantes de entregas de fundos ou de outras relações financeiras com as subsidiárias que tenham cariz de suprimentos e que não tenham reembolso previsto a menos de um ano são apresentados como empréstimos concedidos no ativo não corrente. Sobre estes empréstimos, são calculados juros a taxas que têm em atenção as condições de mercado.

2e- Outros ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros enquadráveis na IAS 32 e 39 são classificados de acordo com cada uma das seguintes categorias, dependendo da sua génese ou do objetivo para o qual foram adquiridos:

- Ativos financeiros pelo justo valor por via dos resultados são ativos financeiros que foram designados como tal ou estão classificados como detidos para negociação, pelo que são detidos pela empresa com o objetivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem todos os derivados que sejam ativo. São mensurados inicialmente pelo seu justo valor e quaisquer alterações subsequentes são reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.
- Investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada em que existe intenção positiva e a capacidade de detenção até à maturidade. Estes ativos são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.
- Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelo seu justo valor e, quando adquiridos, acrescido dos custos de transação, sendo mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo;

- Ativos financeiros disponíveis para venda incluindo os ativos financeiros que não satisfaçam os requisitos para classificação em outra categoria.

Nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados estão incluídas no final de 2014, por designação, as ações da GALP subjacentes a opção num empréstimo obrigacionista, para evitar o *mismatch* na mensuração entre as opção e o ativo que determina o seu valor.

Os instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos não satisfazem todos os requisitos para tratamento de acordo com a contabilidade da cobertura, pelo que são classificados como de negociação.

O justo valor dos ativos financeiros mensurados pelo justo valor corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou na sua ausência é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa, designadamente para a avaliação de *swaps* e de opções.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio não tratados no âmbito de participações em subsidiárias ou associadas, que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, são mensurados pelo custo.

A empresa avalia regularmente se existem indícios de imparidade para os ativos financeiros que não sejam mensurados pelo justo valor através de resultados, e em caso afirmativo, determina os fluxos de caixa futuros descontados e reconhece a perda nos resultados.

Se num período subsequente a quantia da perda por imparidade diminuir e tal facto for objetivamente relacionado com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da perda, esta é revertida, até ao ponto em que não exceda o custo ou o custo amortizado que resultaria caso a imparidade não tivesse sido reconhecida. As perdas de imparidade em investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados pelo custo não são reversíveis.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram, (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, a sociedade não reteve o controlo sobre esse ativo.

2f- Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

São classificáveis como detidos para venda ativos não correntes ou grupos para alienação se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez do uso continuado e se estiverem em condições para venda imediata e esta seja altamente provável e concretizável o reconhecimento dentro de um ano após a classificação.

Os ativos não correntes detidos para venda ou grupos para alienação são mensurados pela menor entre a quantia no momento da classificação e a quantia correspondente ao justo valor menos custos de vender.

2g- Caixa e seus equivalentes

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Como equivalentes de caixa são apresentados investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

2h- Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos respeitam exclusivamente às ações do capital social. A quantia do capital não realizado é apresentada em dedução ao capital emitido.

As distribuições de dividendos são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio no período em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista.

2i- Financiamentos obtidos e contas a pagar

Os financiamentos obtidos e outras dívidas a terceiros são mensurados, inicialmente pelo justo valor resultante da transação que os origina e, subsequentemente, pelo custo ou custo amortizado pelo método do juro efetivo.

Para os empréstimos obrigacionistas com opção de reembolso em ações da carteira é feita a separação entre a componente base e a componente da opção por se considerar que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal. A componente base é mensurada pelo custo amortizado e a opção embutida é mensurada ao justo valor através de resultados, o qual é também aplicado às ações subjacentes para minimizar a *mismatch* na mensuração (ver nota 17).

2j- Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa e pelo valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro se considere material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes são divulgados, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, e os ativos contingentes são divulgados apenas quando não for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos.

2k- Benefícios dos empregados

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal líquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos.

Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

O plano de pensões é de benefícios definidos, uma vez que define os critérios de determinação do valor das pensões e benefícios que os empregados receberão durante a reforma e pré reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam idade, anos de serviço e retribuição na data da reforma.

A empresa reconhece a diferença entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos à data do balanço e o justo valor dos ativos do plano à custa dos quais vão ser liquidadas as obrigações.

Os custos de serviço corrente e gastos/rendimentos de juros são reconhecidos como gastos com o pessoal. Os ganhos/perdas de remensuração determinados anualmente são reconhecidos como outro rendimento integral.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades da empresa são calculadas por um perito independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente. Para esse efeito, são usados determinados pressupostos atuariais como as melhores estimativas da empresa das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- Pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - Mortalidade, tanto durante como após o emprego;
 - Proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios.
- Pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - Taxa de desconto,
 - Níveis de ordenados futuros e de benefícios; e
 - Taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

2l- Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registadas no passivo e no ativo respetivamente.

O rendimento proveniente de ativos que produzam juros e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. Adicionalmente:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Empresa de os receber.

Tratando-se de demonstrações financeiras separadas, não é aplicado o método da equivalência patrimonial pelo que os ganhos respeitantes a participações no capital de subsidiárias e associadas são, tal como os das demais participações financeiras, reconhecidos em função dos direitos a dividendos.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, não existindo razões para capitalização. Os gastos de financiamento são reconhecidos com base no juro efetivo através da mensuração dos passivos financeiros ao custo amortizado. Embora a taxa de juro das obrigações com opção embutida tenha sido fixada tendo em conta também as perspetivas de evolução do valor das ações subjacentes e logo do valor da opção, a diferença entre as variações de justo valor nas opções e nas ações são incluídas na rubrica “variações de justo valor” da demonstração dos resultados e não como complemento ou atenuação dos juros reconhecidos nos gastos de financiamento, por se considerar que tais variações têm relação próxima com as operações de reprivatização de ativos que suportam.

2m- Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes relativos ao resultado do período e os impostos diferidos expressando quantias dedutíveis ou pagáveis no futuro por diferenças entre valores contabilísticos e bases fiscais ou direito de reporte de prejuízos ou a créditos fiscais.

Pelas particularidades do regime fiscal das sociedades gestoras de participações sociais e as condições de detenção das participações, é pouco provável que se verifiquem condições para reconhecimento de impostos diferidos, não resultando efeitos da aplicação das normas contabilísticas sobre a matéria.

2n- Juízos de gestão e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS/UE requer julgamentos e estimativas e a utilização de pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As áreas que envolvem maior nível de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, a requerer juízos de gestão, são as seguintes:

- Determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e definição do método de depreciação;
- Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo através de avaliações de entidades financeiras, refletindo o *mark-to-market* desses instrumentos com seleção das técnicas e dos pressupostos a utilizar na avaliação dos derivados à data do reporte financeiro;
- Determinação de fluxos de caixa futuros, de taxas de desconto e de justo valor para determinação de perdas por imparidade em investimentos financeiros e ativos não correntes detidos para venda;
- Análise de indícios de imparidade em investimentos financeiros e de incobrável de créditos;
- Determinação das responsabilidades do plano de benefícios definidos, estimadas por estudo de um atuário independente.

3 - Reexpressões

Os comparativos de 2013 refletem o efeito do seguinte movimento de reexpressão face aos valores apresentados nas demonstrações financeiras desse ano:

	Débito	Crédito	Montante
Reclassificação para a categoria Ativos financeiros disponíveis para venda	Ajustamentos em ativos financeiros (C.P.)		38.642.281,87
	Aumentos / reduções de justo valor (D.R.)		9.213.223,01
		Resultados Transitados	47.855.504,88

As reexpressões referem-se à reclassificação e mensuração na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda de participações de capital em empresas não associadas (investimentos em instrumentos de capital próprio, i.e., ações da REN, da GALP – ações que não estão subjacentes à opção embutida no empréstimo obrigacionista, da PT e da ZON) que estavam classificadas na categoria de Ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Os Ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo justo valor com as variações do justo valor a serem reconhecidas em Outro rendimento integral (e não no resultado do período).

4 – Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas foram os seguintes:

2014				
	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
Ativo Bruto				
Saldo inicial	109.432,66	933.816,60	4.250,82	1.047.500,08
Adições		8.157,36	250,00	8.407,36
Reclassificações			-70,92	-70,92
Saldo final	109.432,66	941.973,96	4.429,90	1.055.836,52
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	109.432,66	899.182,63	4.250,82	1.012.866,11
Adições		18.704,63	250,00	18.954,63
Alienações			-70,92	-70,92
Saldo final	109.432,66	917.887,26	4.429,90	1.031.749,82
Quantia escriturada	0,00	24.086,70	0,00	24.086,70

2013				
	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
Ativo Bruto				
Saldo inicial	109.432,66	932.765,15	4.257,79	1.046.455,60
Adições		1.051,45	70,92	1.122,37
Alienações			-77,89	-77,89
Saldo final	109.432,66	933.816,60	4.250,82	1.047.500,08
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	94.637,42	881.695,98	4.159,51	980.492,91
Adições	14.795,24	17.486,65	169,20	32.451,09
Alienações			-77,89	-77,89
Saldo final	109.432,66	899.182,63	4.250,82	1.012.866,11
Quantia escriturada	0,00	34.633,97	0,00	34.633,97

5 – Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

2014			
	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativo Bruto			
Saldo inicial	28.599,98	2.599,07	31.199,05
Adições	8.983,92		8.983,92
Saldo final	37.583,90	2.599,07	40.182,97
Depreciações Acumuladas			
Saldo inicial	28.599,98	0,00	28.599,98
Adições	8.505,02		8.505,02
Saldo final	37.105,00	0,00	37.105,00
Quantia escriturada	478,90	2.599,07	3.077,97

2013			
	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativo Bruto			
Saldo inicial	20.334,38	2.599,07	22.933,45
Adições	8.265,60		8.265,60
Saldo final	28.599,98	2.599,07	31.199,05
Depreciações Acumuladas			
Saldo inicial	19.828,54	0,00	19.828,54
Adições	8.771,44		8.771,44
Saldo final	28.599,98	0,00	28.599,98
Quantia escriturada	0,00	2.599,07	2.599,07

Os outros ativos intangíveis têm vida indefinida, não tendo sido sujeitos a teste de imparidade atenta a imaterialidade da quantia escriturada.

6– Participações financeiras e suprimentos

As empresas em que a PARPÚBLICA detém diretamente participação no capital e que se qualificam como subsidiárias – excluindo aquelas cuja participação está classificada nos ativos não correntes detidos para venda (ver nota 13) - são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Atividade Principal	% do Capital detido em 2014	% do Capital detido em 2013
Adp - Aguas de Portugal (SGPS), SA.	Lisboa	Gestão de Participações Sociais	81,00%	81,00%
Baia do Tejo, SA	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	100,00%	100,00%
CE - Circuito do Estoril	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, SA	Samora Correia	Produção agrícola e animal	100,00%	100,00%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	100,00%	100,00%
Lazer e Floresta	Lisboa	Desenvolvimento agro florestal Imobiliário	100,00%	100,00%
MARGUEIRA - Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliário, SA.	Almada	Gestora do fundo de investimento imobiliário Margueira Capital	51,00%	51,00%
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.	Lisboa	Estudo desenvolvimento e participação em investimentos imob.	80,50%	80,50%
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.	Lisboa	Gestão de Participações Sociais e prestação de serviços	100,00%	100,00%
SIMAB - Soc Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	Loures	Instalação e gestão de mercados grossistas	100,00%	100,00%
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.	Lisboa	Minas/Minérios	81,13%	81,13%

As empresas em que a PARPÚBLICA detém diretamente participação no capital e que se qualificam como associadas - excluindo aquelas cuja participação está classificada nos ativos não correntes detidos para venda (ver nota 13) - são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Atividade Principal	% do Capital detido em 2014	% do Capital detido em 2013
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, SA	Lisboa	Administração de unidades de cuidados de saúde	45,00%	45,00%
INAPA - Investimentos de Participação e Gestão, SA. a)	Lisboa	Gestão de Participações Sociais	a)	32,72%
ISOTAL - Imobiliário do Sotavento Algarvio, SA	Faro	Desenvolvimento de Empreendimentos turísticos	31,05%	31,05%
PARCAIXA, SA.	Lisboa	Gestão de Participações Sociais	49,00%	49,00%
PROPNERY - Propriedade e Equipamentos, SA	Castelo Branco	Gestão de investimentos imobiliários	41,82%	41,82%

(a) Na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de agosto de 2014 foi aprovada uma disposição que prevê a não consideração dos votos, durante o período em que as ações preferenciais confirmam direito de voto (atribuído em 23 de abril de 2014), correspondentes a ações detidas por um acionista, ou por acionistas que com ele se encontre sujeito a um domínio comum, que excedam um terço da totalidade dos votos correspondentes ao capital social. Assim, as 49.084.738 ações da INAPA detidas pela PARPÚBLICA passaram a representar 8,26% dos direitos de voto (31DEZ13: 32,72%), dado o entendimento que a PARPÚBLICA e a PARCAIXA se encontram sob controlo comum, o Estado. A PARPÚBLICA deixou de deter influência significativa, passando a participação na INAPA a ser classificada na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda e mensurada pelo justo valor com as variações reconhecidas em Outro rendimento integral.

As designações das subsidiárias e das associadas - incluindo aquelas cuja participação está classificada nos ativos não correntes detidos para venda -, as respetivas moradas, as percentagens de interesse e as quantias dos capitais próprios e dos resultados são:

unidade: milhares de euros

Empresas	Sede social	% do capital detida	Informação das demonstrações financeiras							
			Ano	Capitais próprios 2014	Resultado Líquido 2014	Interesse no capital próprio	Activo		Passivo	
							Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Adp - Aguas de Portugal, SA.	Rua Visconde Seabra n.º 3 Lisboa	81,00%	2014	1.327.665	102.324	1.075.409	1.721.179	5.770.564	1.598.338	4.565.740
Baia do Tejo, SA	Largo Alexandre Herculano, Barreiro	100,00%	2014	235.721	441	235.721	25.112	242.217	4.916	26.691
CE - Circuito do Estoril, SA.	E.N. 9, Km 6 Alcabideche	100,00%	2014	7.585	-145	7.585	1.088	9.170	2.673	0
CL - Companhia das Lézias, SA	Largo 25 de Abril, 17 Samora Correia	100,00%	2014	90.425	2.397	90.425	13.029	96.462	2.487	16.579
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, SA	Rua Duarte Galvão, 54 Lisboa	45,00%	2014	11.294	434	5.082	23.273	15.376	15.921	11.434
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.	Av. António José Almeida Lisboa	100,00%	2014	87.567	17.537	87.567	69.661	61.049	13.385	29.759
ISOTAL - Imobiliária do Sotavento do Algarve, SA	Rua Rebelo da Silva, 3-2º Lisboa	31,05%	2014	188	-9	58	143	48	3	0
Lazer e Floresta, SA.	Rua Braamcamp, n.º 90, 4º, Lisboa	100,00%	2014	98.381	423	98.381	33.523	70.593	369	5.366
MARGUEIRA - Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliário, SA.	Avenida Aliança Povo-MFA Almada	51,00%	2014	1.000	133	510	1.072	3	75	1
PARCAIXA, SGPS, SA.	Av. João XXI, 63 Lisboa	49,00%	2014	959.878	16.260	470.340	974.025		14.147	
PROPNERY - Propriedade e Equipamentos, SA	R Prof Hugo Correia Pardal, 3 - Castelo Branco	41,82%	2014	2.620	-294	1.096	322	3.016	495	223
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.	Av. Defensores de Chaves, 6, Lisboa	80,50%	2014	32.755	641	26.368	11.696	90.856	3.357	66.440
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.	Av. Defensores de Chaves, 6, Lisboa	100,00%	2014	846.121	-6.719	846.121	1.000.581	340.783	115.865	379.378
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	MARL - São Julião do Tojal	100,00%	2014	26.691	2.882	26.691	3.029	144.331	10.981	109.688
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.	Rua dos Fanqueiros, 12-2º Lisboa	81,13%	2014	-10.268	-691	0	2.094	11.871	2.532	21.701
TAP - SGPS, SA.	Aeroporto Lisboa-Ed 25 -8º Lisboa	100,00%	2014	-511.860	-85.096	0	586.222	974.175	1.535.412	536.845

As alterações nas rubricas do ativo relativas a participações financeiras por aquisições, classificações como ativos ou grupos de alíneação detidos para venda e mensurações foram as seguintes:

PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S. A.

Entidades	Nº acções	Custo de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Valor unitário
Investimentos em subsidiárias					
Adp - Aguas de Portugal, SA.	70.389.000	540.132.915,39		540.132.915,39	7,67
BAIA DO TEJO, SA	29.525.000	158.431.318,50		158.431.318,50	5,37
CL - Companhia das Lezírias, SA	1.000.000	33.443.379,47		33.443.379,47	33,44
CE - Circuito do Estoril, SA.	15.000.000	39.307.523,61	31.577.523,61	7.730.000,00	0,52
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.	6.000.000	68.072.266,00		68.072.266,00	11,35
LAZER e FLORESTA, SA.	11.577.527	57.394.783,06		57.394.783,06	4,96
MARGUEIRA - Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliário, SA.	51.000	259.279,00		259.279,00	5,08
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.	3.622.500	18.112.500,00		18.112.500,00	5,00
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.	186.800.000	934.000.000,00	80.852.600,82	853.147.399,18	4,57
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	8.045.267	17.560.225,00		17.560.225,00	2,18
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.	8.113.881	28.187.883,58	28.187.883,58	0,00	0,00
		1.894.902.073,61	140.618.008,01	1.754.284.065,60	
Investimentos em associadas					
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, SA	225.000	8.000.000,00	2.186.000,00	5.814.000,00	25,84
ISOTAL - Imobiliária do Sotavento do Algarve, SA	18.637	144.375,00		144.375,00	7,75
PARCAIXA, SGPS, SA.	490.000.000	490.000.000,00	19.659.815,77	470.340.184,23	0,96
PROPNERVY - Propriedade e Equipamento, SA	424.500	1.254.600,00		1.254.600,00	2,96
		499.398.975,00	21.845.815,77	477.553.159,23	
Outras participações financeiras					
EFACEC International Financing, SGPS, SA	7.650	18.000,00		18.000,00	2,35
GALP Energia SGPS, SA.	4.105	34.609,25		34.609,25	8,43
GALP Energia SGPS, SA. - Acções subjacentes	58.656.830	494.535.733,73		494.535.733,73	8,43
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	377.590.008	11.467.500,00	11.467.500,00	0,00	0,00
Lisnave Infraestruturas Navais, SA.	106.000	54.091.758,86	54.091.758,86	0,00	0,00
INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, SA.	49.084.738	7.362.710,70		7.362.710,70	0,15
Lisnave - Estaleiros Navais, SA	29.666	2.000.000,00		2.000.000,00	67,42
PT-Portugal Telecom, SA.	801.332	692.350,85		692.350,85	0,86
NOS, SGPS, SA.	112.870	590.987,32		590.987,32	5,24
Outras		216.512,70	214.268,11	2.244,59	
		571.010.163,41	65.773.526,97	505.236.636,44	
Empréstimos concedidos					
CE - Circuito do Estoril, SA.		1.961.658,88		1.961.658,88	
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.		52.797.500,00		52.797.500,00	
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.		14.365.973,71	14.365.973,71	0,00	
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.		401.186.566,79		401.186.566,79	
		470.311.699,38	14.365.973,71	455.945.725,67	
Total das participações financeiras					
		2.965.311.212,02	228.237.350,75	2.737.073.861,27	
Total dos empréstimos					
		470.311.699,38	14.365.973,71	455.945.725,67	

A discriminação dos empréstimos concedidos a empresas participadas prevista no Decreto-Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, é a seguinte:

Participada: CE ESTORIL, SA.

31-12-2013	Aumento *	Diminuição	31-12-2014
27.500,00			27.500,00
18.000,00			18.000,00
12.500,00			12.500,00
1.000.000,00	903.658,88		1.903.658,88
1.058.000,00	903.658,88	0,00	1.961.658,88

* Reclasseificação da conta de outros devedores e credores

Participada: SAGESECUR, SA.

31-12-2013	Aumento	Diminuição	31-12-2014
3.558.500,00		2.012.500,00	1.546.000,00
26.242.379,22			26.242.379,22
24.509.120,78			24.509.120,78
500.000,00			500.000,00
54.810.000,00	0,00	2.012.500,00	52.797.500,00

Participada: SAGESTAMO (SGPS), SA.

31-12-2013	Aumento	Diminuição	31-12-2014
1.308.424,94			1.308.424,94
50.000.000,00		21.115.082,46	28.884.917,54
250.000.000,00			250.000.000,00
20.000.000,00			20.000.000,00
50.000.000,00			50.000.000,00
50.993.224,31			50.993.224,31
422.301.649,25	0,00	21.115.082,46	401.186.566,79

Participada: SPE, SA.

31-12-2013	Aumento	Diminuição	31-12-2014
400.000,00			400.000,00
170.000,00			170.000,00
125.000,00			125.000,00
210.000,00			210.000,00
240.000,00			240.000,00
100.000,00			100.000,00
170.000,00			170.000,00
173.000,00			173.000,00
3.234.973,71			3.234.973,71
155.000,00			155.000,00
100.000,00			100.000,00
50.000,00			50.000,00
2.050.000,00			2.050.000,00
145.000,00			145.000,00
1.038.000,00			1.038.000,00
130.000,00			130.000,00
100.000,00			100.000,00
200.000,00			200.000,00
110.000,00			110.000,00
100.000,00			100.000,00
325.000,00			325.000,00
100.000,00			100.000,00
95.000,00			95.000,00
65.000,00			65.000,00
90.000,00			90.000,00
60.000,00			60.000,00
95.000,00			95.000,00
90.000,00			90.000,00
80.000,00			80.000,00
120.000,00			120.000,00
58.000,00			58.000,00
135.000,00			135.000,00
135.000,00			135.000,00
62.000,00			62.000,00
133.000,00			133.000,00
160.000,00			160.000,00
125.000,00			125.000,00
55.000,00			55.000,00
56.000,00			56.000,00
131.000,00			131.000,00
53.000,00			53.000,00
150.000,00			150.000,00
150.000,00			150.000,00
135.000,00			135.000,00
55.500,00			55.500,00
57.500,00			57.500,00
137.000,00			137.000,00
11.908.973,71	0,00	0,00	11.908.973,71

Participada: SPE, SA.

31-12-2013	Aumento	Diminuição	31-12-2014
140.000,00			140.000,00
140.000,00			140.000,00
60.000,00			60.000,00
140.000,00			140.000,00
55.000,00			55.000,00
155.000,00			155.000,00
140.000,00			140.000,00
	160.000,00		160.000,00
	110.000,00		110.000,00
	110.000,00		110.000,00
	185.000,00		185.000,00
	90.000,00		90.000,00
	85.000,00		85.000,00
	200.000,00		200.000,00
	50.000,00		50.000,00
	149.000,00		149.000,00
	73.000,00		73.000,00
	78.000,00		78.000,00
	58.000,00		58.000,00
	77.000,00		77.000,00
	53.000,00		53.000,00
	75.000,00		75.000,00
	74.000,00		74.000,00
12.738.973,71	1.627.000,00	0,00	14.365.973,71

490.908.622,96	2.530.658,88	23.127.582,46	470.311.699,38
-----------------------	---------------------	----------------------	-----------------------

Os movimentos nas participações financeiras em 2014 foram os seguintes:

Empresas participadas	Reclassificações	Aquisições	Alienações	Imparidade	Alterações de justo valor
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.				-15.109.717,82	
TAP, SGPS (ver nota 13)	0,00				
Ativo bruto	-15.000.000,00				
Imparidade	15.000.000,00				
Sub-Total das subsidiárias	0,00	0,00	0,00	-15.109.717,82	0,00
PARCAIXA, SGPS, SA.				4.617.205,23	
INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, SA.	-13.743.726,64				
Sub-Total das associadas	-13.743.726,64	0,00	0,00	4.617.205,23	0,00
GALP Energia SGPS (associadas a emp. obrigacionista)		5.120.924,97			-204.813.202,42
GALP Energia SGPS					-14.301,82
INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, SA.	13.743.726,64				-6.381.015,94
PT - Portugal Telecom, SA					-1.839.858,27
REN - Redes Energéticas Nacionais, SA.			-141.695.191,20		23.369.132,28
NOS (ex-ZON)					-18.510,68
Sub-Total das outras empresas	13.743.726,64	5.120.924,97	-141.695.191,20	0,00	-189.697.756,85
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	5.120.924,97	-141.695.191,20	-10.492.512,59	-189.697.756,85
CTT - Correios de Portugal, SA		12.440.618,67	-260.840.618,67		
TOTAL DOS ANCDV	0,00	12.440.618,67	-260.840.618,67	0,00	0,00

As perdas por imparidade do exercício em participações estão incluídas na rubrica Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis da demonstração dos resultados (ver nota 24). Relativamente às participações materialmente relevantes no balanço e com perdas por imparidade de maior significado estimou-se que uma redução da ordem de 1% no valor dos ativos teria o seguinte agravamento nas perdas por imparidade:

- SAGESTAMO: 8.531 milhares de euros;
- CE ESTORIL: 77 milhares de euros.

7 – Outras contas a receber

O detalhe das quantias apresentadas no ativo corrente e não corrente é o seguinte:

	31-12-2014		31-12-2013	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Cientes com reestruturação do crédito				177.441,37
Devedores por acréscimos de rendimentos	967,33		161.974,35	
Juros de suprimentos concedidos	11.788.243,43		28.152.620,16	
CTT-Venda direta			52.690.911,60	
Outras contas a receber	4.743,52		221.915,90	
	11.793.954,28	0,00	81.227.422,01	177.441,37

8 – Outros ativos financeiros

O saldo respeita a entregas de receitas de reprivatizações ao Estado por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, a compensar nos termos do art. 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de Setembro e a quantias não compensadas pelo Estado em resultado da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE.

9 – Clientes

Os saldos de clientes têm a seguinte composição:

	31-12-2014	31-12-2013
Prestação de serviços a terceiros	64.059,01	13.613,12
Clientes de empresas extintas (FMG e SGA)	211.211,49	211.211,49
	275.270,50	224.824,61
Perdas por Imparidade acumuladas (FMG e SGA)	211.211,49	198.143,62
Total	64.059,01	26.680,99

10 – Estado e outros entes públicos

O detalhe das rubricas no ativo e no passivo é o seguinte, não contendo no passivo dívidas vencidas:

	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Imposto s/Rendimento	4.075.956,16	23.751.117,07
	4.075.956,16	23.751.117,07
Passivo		
Retenções na fonte	5.830,80	237.570,60
IVA a pagar	14.652,82	703.624,86
Segurança social e outros regimes complementares	1.355,83	35.306,35
	21.839,45	976.501,81

11- Diferimentos

As quantias cujo gasto não seja de reconhecer no ano são as seguintes:

	31-12-2014	31-12-2013
Seguros	41.812,12	24.899,13
Despesas com reprivatizações em curso	1.393.414,25	337.543,26
Comissões bancárias		1.441.415,33
Diversos	86.731,23	51.566,81
	1.521.957,60	1.855.424,53

Esta rubrica inclui essencialmente as despesas com as reprivatizações em curso em 31-12-2014 (TAP, SGPS e EGF, SA).

12 – Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 existiam três *swaps* associados ao empréstimo obrigacionista de 599.238.426,05€, apresentados na rubrica Outros passivos financeiros – não corrente. O valor inicial destes *swaps* foi de 133.647.554,37€, sendo a 31 de dezembro de 2014 de 202.470.394,34€.

13 - Ativos não correntes detidos para venda e passivos associados

As empresas com participação no capital pela PARPÚBLICA e que se qualificam como ativos não correntes detidos para venda por estarem em processo de privatização com perspetivas de conclusão para reconhecimento dentro de um ano são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital detido em 2014	% do Capital detido em 2013
CTT - Correios de Portugal, SA	Lisboa	Exploração de serviços postais, financeiros e comerciais	PARPÚBLICA, SGPS, SA.	-	30,00%
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, SA.	100,00%	100,00%

As alterações na rubrica dos ativos não correntes detidos para venda foram os seguintes:

Empresas participadas	Reclassificações	Aquisições	Desreconhecimento
CTT - Correios de Portugal, SA		12.440.618,67	260.840.618,67
TAP, SGPS, SA	0,00		
Ativo bruto	15.000.000,00		
Imparidade	-15.000.000,00		
Total	0,00	12.440.618,67	260.840.618,67

Da parte alienada em 2013, foram recompradas ações dos CTT correspondentes a 1,5% do capital, no início de 2014, ao abrigo de uma *put option* até 6,364% das ações exercível pelas instituições financeiras intervenientes na colocação das ações no âmbito da privatização. O desreconhecimento do ativo corresponde à venda da totalidade das ações em carteira (31,5%), através de uma operação de venda institucional com colocação acelerada (*accelerated bookbuilding*), no início de setembro de 2014.

Os movimentos nos passivos associados a ativos não correntes detidos para venda foram os seguintes:

Rubricas	31-12-2013	Reclassificações	Aumentos	31-12-2014
Responsabilidades nos termos dos art. 491º, 501º e 502º do Código das Sociedades Comerciais (TAP)	0,00	373.312.000,00	138.548.000,00	511.860.000,00
TOTAL	0,00	373.312.000,00	138.548.000,00	511.860.000,00

14 – Caixa e depósitos bancários

O detalhe é o seguinte, estando imediatamente disponíveis todas as quantias:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	358,80	400,00
Depósitos Bancários	18 375 090,82	146 010 680,99
	18 375 449,62	146 011 080,99

15 – Capital próprio

Os saldos e movimentos nas rubricas do capital próprio são:

Rubricas	Saldo inicial (Reexp.)	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	1.027.151.031,48			1.027.151.031,48
Reservas Legais	695.688.928,89			695.688.928,89
Resultados transitados	786.105.558,74	526.137.462,50		1.312.243.021,24
Ajustamentos em ativos financeiros	-38.642.281,87	32.514.607,37		-6.127.674,50
Outras Variações no Capital próprio	-403.174,81		110.947,56	-514.122,37
Resultado Líquido 2013	576.137.462,50		576.137.462,50	0,00
Resultado Líquido 2014			461.877.977,96	-461.877.977,96
Total	3.046.037.524,93	558.652.069,87	1.038.126.388,02	2.566.563.206,78

O capital da PARPÚBLICA de 2.000.000.000 de euros é composto por 400.000.000 ações nominativas de 5 euros, é detido pelo Estado Português e está parcialmente realizado em 1.027.151.031,48 euros.

As reservas legais estão constituídas em conformidade com o artº 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social, que está superado. Estas reservas não são distribuíveis a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

16 – Provisões

As provisões acumuladas apresentam o seguinte detalhe e movimentos no exercício findo em 31-12-2014:

Rubricas	31-12-2013	Reclassificações	Reposições	Aumentos	31-12-2014
Responsabilidades nos termos dos art. 491.º, 501.º e 502.º do Código das Sociedades Comerciais (TAP)	373.312.000,00	-373.312.000,00			0,00
Liquidações contestadas de imposto de selo da ex-PORTUCEL, SGPS	498.000,00				498.000,00
Totais	373.810.000,00	-373.312.000,00	0,00	0,00	498.000,00

17 – Financiamentos obtidos

As quantias escrituradas dos financiamentos obtidos, mensurados pelo custo amortizado, têm a seguinte decomposição:

	31-12-2014		31-12-2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Obrigações				
500 000 m€ 2004-2014			504.228.362,99	
500 000 m€ 2005-2020		504.321.078,75		504.242.338,80
150 000 m€ 2005-2020		152.320.930,47		151.542.873,91
250 000 m€ 2006-2026		251.294.520,55		251.308.370,63
150 000 m€ 2012-2014			150.059.872,82	
200 000 m€ 2013-2015	200.108.336,86			200.167.585,77
170 000 m€ 2013-2016		171.641.407,09		171.156.986,09
750 000 m€ 2014-2019		748.234.229,44		
600 000 m€ 2014-2021		606.017.953,06		
Obrigações permutáveis				
885 650 m€ 2010-2017		879.392.647,60		884.286.444,97
Mútuos				
599 238 m€ 2013-2042	21.025.909,68	508.395.395,23	10.512.954,84	517.904.249,38
Papel comercial			875.782.130,41	
Total	221.134.246,54	3.821.618.162,19	1.540.583.321,06	2.680.608.849,55

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte (em milhões de euros):

	31-12-2014	31-12-2013
Empréstimos totais		
Até 1 ano	221,03	1.534,51
De 1 ano até 2 anos	191,03	221,03
De 2 anos até 3 anos	906,68	191,03
De 3 anos até 4 anos	21,03	906,68
De 4 anos até 5 anos	771,03	21,03
Superior a 5 anos	1.983,60	1.404,62
	4.094,40	4.278,90
Empréstimos com taxa de juro fixa		
Até 1 ano		499,00
De 1 ano até 2 anos		
De 2 anos até 3 anos	885,65	
Superior a 3 anos	1.350,00	1.635,65
	2.235,65	2.134,65

A evolução das quantias escriturada do empréstimo de 885,65M€, com opção embutida, é a seguinte:

Emprest de 885.650 m€	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010
Obrigações no passivo:	879.392.648	884.286.445	979.634.661	859.431.397	978.568.115
Obrigações (incluindo juros corridos)	877.975.608	871.180.205	865.385.811	859.431.397	854.071.018
Opção	1.417.040	13.106.240	114.248.850	0	124.497.097
Ações subjacentes inscritas no ativo	494.535.734	694.228.011	682.966.810	660.898.154	832.801.365
Passivo - Ativo	384.856.914	190.058.434	296.667.851	198.533.243	145.766.750

O empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, emitido em setembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros à taxa de juro anual fixa de 3,567%. O empréstimo obrigacionista de 150 milhões de euros, emitido em dezembro de 2005 pelo prazo de 15 anos vence juros a uma taxa de juro anual variável indexada ao *Euro Mid Swap* a 10 anos. O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos vence juros a uma taxa de juro anual fixa de

4,2%. Estes empréstimos preveem a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

As Obrigações PARPÚBLICA 2013-2015 de 200 milhões de euros, emitidas em junho de 2013 pelo prazo de 2 anos, vencem juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 2013-2016 de 170 milhões de euros, em setembro de 2013 pelo prazo de 3 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2014-2019 de 750 milhões de euros, em junho de 2014 pelo prazo de 5 anos, vence juros a uma taxa de juro semestral variável indexada à Euribor a 6 meses. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações PARPÚBLICA 2014-2021 de 600 milhões de euros, em julho de 2014 pelo prazo de 7 anos, vence juros a uma taxa de juro fixa de 3,75%. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade

e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

A emissão de Obrigações Permutáveis Galp de 885,65 milhões de euros de setembro de 2010 pelo prazo de 7 anos, enquadra-se na 5ª fase de reprivatização do capital social da Galp, nos termos do Decreto-Lei nº 185/2008, de 19 de setembro. Vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 5,25%. Os obrigacionistas têm o direito de optar pelo reembolso das obrigações ao seu valor nominal na maturidade ou antecipadamente em 28 de setembro de 2015 ou pela troca das obrigações pelas ações Galp, que constituem o respetivo ativo subjacente, a partir de 28 de março de 2013. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos. A PARPÚBLICA tem a possibilidade de reembolsar as obrigações, se o valor do ativo subjacente for igual ou superior a 30%, em pelo menos 20 dias úteis durante 30 dias úteis consecutivos, a partir de 13 de outubro de 2013. Prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade ou da ocorrência de um evento de mudança do controlo da Galp. A PARPÚBLICA, enquanto se mantiver a emissão não poderá prestar garantias sobre o seu património a outros credores. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

O financiamento de 599,238 milhões de euros é um empréstimo bancário sindicado com quatro bancos, no qual a PARPÚBLICA sucedeu ao consórcio ELOS. O financiamento tem uma maturidade de cerca de 30 anos, até 15 de dezembro de 2042, e será amortizado em 57 amortizações iguais, com início em 15 de dezembro de 2014 e final na maturidade. Vence juros a taxa variável, indexada à Euribor a 6 meses. Foi contratado tendo associados 4 swaps de taxa variável - taxa fixa, os quais permitem aos bancos a sua conversão em taxa fixa. Um dos Bancos já exerceu esse direito, pelo que presentemente o financiamento vence taxa variável para o montante de 456,910 milhões de euros e vence taxa fixa de 5,91% para o montante de 131,816 milhões de euros, mantendo os restantes 3 swaps taxa variável – taxa fixa associados.

O justo valor inicial do empréstimo baseado em atualização a taxa de mercado é de 514.770.944,42 € donde resultou o reconhecimento de ganho inicial de 84.467.481,63 € a reverter ao longo da vida do empréstimo pela mensuração ao custo amortizado. O mark to market negativo do conjunto dos 3 swaps existentes foi inicialmente de 133.647.554,37 €, sendo de 202.470.394,34 € também negativo em 31 de dezembro de 2014.

18 – Outras Contas a pagar

Os saldos e movimentos nas rubricas de Outras contas a pagar são:

	31-12-2014		31-12-2013	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Obrigacionistas (ex: Portucel)		17.231,80		17.231,80
Juros vencidos	7.318.136,02		6.374.481,65	
Fornecedores investimentos financeiros	481.456.321,59			481.456.321,59
Remunerações a pagar	265.046,86		218.142,80	
Outros acréscimos de gastos	545.275,78		402.420,25	
Credores por subscrições não liberadas	3.171.494,00		3.171.494,00	
Outros Credores	1.013,05		291,45	
	492.757.287,30	17.231,80	10.166.830,15	481.473.553,39

O saldo de “juros vencidos” respeita aos contratos celebrados com a CGD. Com o 4º aditamento a esses contratos, o montante em dívida a fornecedores de investimentos financeiros passou a ter data de vencimento em 31 de janeiro de 2016.

O saldo em 31-12-2014 de credores por subscrições não liberadas respeita a capital da Baía do Tejo.

19 – Fornecedores

Os saldos nesta rubrica proveem de transações comerciais, essencialmente por consultorias e despesas com reprivatizações.

20 – Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

No âmbito das demonstrações financeiras separadas, os dividendos constituem a fonte relevante do rendimento da exploração dos ativos da PARPÚBLICA e para relato segmental por relação com os ativos.

Os dividendos reconhecidos durante o ano de 2014 e a sua expressão face à quantia escriturada das respetivas participações financeiras são:

	Quantia escriturada em 01-01-2014	Dividendos	
		Quantia	Taxa de retorno
	(1)	(2)	(2)/(1)
ADP - Aguas de Portugal	540.132.915,39	25.515.000,00	4,7%
CL-Companhia das Lezírias	33.443.379,47	122.000,00	0,4%
CTT - Correios de Portugal *	0,00	18.901.533,60	ss
Galp Energia	694.276.922,25	18.527.367,15	2,7%
INCM	68.072.266,00	12.597.079,79	18,5%
LISNAVE E.N.	2.000.000,00	177.996,00	8,9%
PT Portugal Telecom	2.532.209,12	80.133,20	3,2%
REN - Redes Electricas Nacionais	118.326.058,92	9.040.999,14	7,6%
NOS SGPS SA	609.498,00	13.544,40	2,2%
		84.975.653,28	

* CTT estavam classificados como Ativos Não Correntes Detidos para Venda (ANCDV).

21 – Ganhos em alienações de participações

O detalhe dos ganhos com operações de venda de participações foram os seguintes (ver nota 13):

	CTT, SA. (31,5%)	REN (9,9%)
Receita de venda	342.590.296,50	141.669.099,12
Reclassificação de perdas em AFDV		-17.399.161,80
Custo da participação	-260.840.618,67	-141.695.191,20
Despesas venda	-613.452,01	-2.912.424,86
Valor do ganho na alienação	81.136.225,82	-20.337.678,74
	60.798.547,08	

22 – Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos fornecimentos e serviços externos relativos a consultorias necessárias às atividades e ao funcionamento corrente é o seguinte:

	2014	2013
Trabalhos Especializados	1.569.656,31	2.214.570,37
Honorários	107.977,34	111.909,82
Rendas e Alugueres	229.241,04	224.705,09
Conservação e Reparação	53.327,81	49.228,70
Comunicação	34.012,08	34.786,65
Electricidade/água/segurança	29.063,31	55.714,04
Seguros	34.629,49	6.263,43
Material de escritório	12.392,62	13.765,62
Limpeza e conforto	23.686,28	26.487,22
Combustíveis	19.514,43	18.033,27
Deslocações e estadas	13.123,16	7.824,01
Diversos	72.548,13	68.826,04
	2.199.172,00	2.832.114,26

23 – Gastos com pessoal

O detalhe dos gastos com os órgãos sociais e com o pessoal é o seguinte:

	2014	2013
Remunerações	1.561.119,82	1.360.634,56
Benefícios pós-emprego	197.391,84	501.318,50
Encargos sobre Remunerações	321.503,85	263.127,23
Seguros	37.214,02	5.264,44
Outros Gastos com o Pessoal	18.736,58	70.146,66
	2.135.966,11	2.200.491,39

Os gastos com benefícios pós-emprego respeitam à redução do ativo do fundo face às responsabilidades reconhecidas no passivo relativamente ao plano celebrado pela ex-Portucel (ver nota 26) no valor de €165.650,39; o remanescente de €31.741,45 respeita, a pensões de reforma pagas diretamente a ex- colaboradores da ex-Portucel, SGPS.

As remunerações brutas atribuídas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA foram:

	2014	2013
Conselho de administração	307 189,21	263 367,66
Assembleia Geral	1 386,00	1 417,50
ROC	67 500,00	67 500,00

24 – Perdas e reversões de imparidade

Dos testes efetuados resultaram os seguintes movimentos como perdas e reversões de imparidades (ver notas 6 e 7):

	2014		2013	
	Perdas	Reversões	Perdas	Reversões
Dívidas a receber:	773.011,42	0,00	649.578,44	0,00
Clientes	13.067,87			
Outros devedores	759.943,55		649.578,44	
	-773.011,42		-649.578,44	
Investimentos financeiros	16.736.717,82	4.617.205,23	16.293.568,63	18.465.874,38
Paricipações				
CVP - SGH			88.000,00	
CE ESTORIL			6.356.000,00	
INAPA				4.908.473,44
PARCAIXA		4.617.205,23		13.557.400,94
SAGESTAMO	15.109.717,82		7.559.568,63	
Suprimentos				
SPE	1.627.000,00		2.290.000,00	
	-12.119.512,59		2.172.305,75	

As quantias recuperáveis dos ativos foram determinadas com base:

- (i) na valorização do capital próprio das participadas (empresas reconheceram imparidades e/ou grande parte dos ativos está mensurada pelo justo valor), (CE, PARCAIXA e SAGESTAMO);
- (ii) em avaliações externas essencialmente baseadas nos fluxos de caixa descontados (CVP-SGH)
- (iii) na cotação dos títulos como referência para o justo valor (INAPA).

25 – Provisões

Esta rubrica apresenta o reforço da provisão correspondente à variação do montante dos capitais próprios negativos evidenciados nas demonstrações financeiras do grupo TAP.

26 - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

As responsabilidades com benefícios pós-reforma e o valor dos ativos do Fundo que as sustenta eram a seguinte, em milhares de euros:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Responsabilidades por serviços passados	12.541	12.597
Valor do Fundo afeto	11.891	12.224
Excesso / (Insuficiência) de cobertura	(650)	(373)

A decomposição do justo valor do fundo de pensões afetos às responsabilidades da PARPÚBLICA é a seguinte, em milhares de euros:

	31-12-2014	31-12-2013
Instrumentos de capital próprio	775	1.018
Instrumentos de dívida	9.787	10.164
Imobiliário e hedge funds	660	504
Outros ativos	669	538
	11.891	12.224

A evolução das responsabilidades e sua cobertura, em milhares de euros, justifica-se por:

	2014	2013
Responsabilidades:		
Responsabilidades por serviços passados no início do período	12.597	12.443
Custo de juros	457	572
Custo do serviço corrente	4	11
Ganhos (-) e perdas atuariais (+)	320	434
Benefícios pagos	-837	-863
Responsabilidades por serviços passados no final do período (A)	12.541	12.597
Valores dos ativos:		
Valor dos ativos do fundo no início do período	12.224	12.750
Retorno/rendimento dos ativos do fundo	505	337
Benefícios pagos	-838	-863
Valor dos ativos do fundo no final do período (B)	11.891	12.224
Excesso / (Insuficiência) de cobertura	-650	-373

As responsabilidades foram determinadas por entidade independente tendo por base os seguintes pressupostos principais:

	<u>31-12-2014</u>	<u>31-12-2013</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	---	---
Taxa de crescimento salarial (2014/15; restantes anos)	0,00%; 1,50%	0,00%; 1,50%
Taxa de crescimento das pensões (2014/15; restantes anos)	0,00%; 1,00%	0,00%; 1,00%
Taxa de rendimento	2,75%	3,75%
Taxa de desconto	2,75%	3,75%

A evolução das responsabilidades e valores dos ativos do fundo ao longo dos anos foi o seguinte, em milhares de euros:

	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009
Valor presente das responsabilidades	12.541	12.597	12.443	12.312	12.930	11.961
Valor dos ativos do fundo	11.891	12.224	12.750	12.764	13.604	13.827
Excesso / (Insuficiência) de cobertura	-650	-373	307	452	674	1.866

27 – Aumentos e reduções de justo valor

Os ganhos e as perdas nos instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor foram as seguintes:

	2014		2013 Reexpresso	
	Ganhos	Perdas	Ganhos	Perdas
Opções e activos subjacentes				
Obrigações devidas em 2017				
Opção	11.689.199,52		101.142.610,48	
Ações da Galp		204.813.202,42	8.938.179,96	
Swaps associados a empréstimo de 599,238M€		92.348.742,31		110.121.652,03
Outros swaps				1.063.838,87
Mensuração inicial pelo justo valor do empréstimo de 599,238M€			84.467.481,63	
	11.689.199,52	297.161.944,73	194.548.272,07	111.185.490,90
Ganhos/Perdas líquidos	-285.472.745,21		83.362.781,17	

O justo valor das ações é fundamentado na cotação na NYSE Euronext e o justo valor dos derivados é baseado no *mark to market* determinado por entidades financeiras internacionais.

28 – Outros rendimentos e ganhos

Como outros rendimentos e ganhos estão considerados:

	2014	2013
Rendimentos Suplementares	187.360,29	145.381,41
Rendimentos e ganhos outros ativos financeiros		355.537,75
Juros obtidos	24.264.939,17	36.169.507,91
Libertação de capital INCM	39.091.879,55	
Ganho INAPA (AFDV)	2.945.084,64	
Outros	604.170,00	28.697,87
	67.093.433,65	36.699.124,94

Os rendimentos suplementares passam a incluir quantias anteriormente reconhecidas como vendas e prestações de serviços, por se tratar essencialmente de simples recuperação de gastos incorridos.

Os juros obtidos respeitam essencialmente a suprimentos a subsidiárias (2014: 22.426.414,74 €; 2013: 31.804.886,21€).

29 – Outros gastos e perdas

Como outros gastos e perdas estão considerados:

	2014	2013
Impostos	9.097,88	36.413,27
Correções relativas a exercicios anteriores	493.494,16	169.499,38
Insuficiência estimativa p/impostos (IRC)	1.971.795,78	792.220,51
Diversos	2.223,71	2.320,29
	2.476.611,53	1.000.453,45

30 – Gastos e reversões de depreciação e de amortização

Os gastos por depreciações e amortizações foram:

	2014	2013
Ativos Fixos Tangíveis		
Equipamento Transporte		14.795,24
Equipamento Administrativo	18.704,63	17.486,65
Outros Ativos Fixos Tangíveis	250,00	169,20
	18.954,63	32.451,09
Ativos Intangíveis		
Programas de computador	8.505,02	8.771,44
	8.505,02	8.771,44
	27.459,65	41.222,53

31 – Juros e gastos similares suportados

Os juros e outros gastos similares suportados com os instrumentos de dívida emitidos foram:

	2014	2013
Juros Suportados	214.217.122,84	215.138.731,21
Outros gastos e Perdas	15.158.408,60	20.131.081,15
	229.375.531,44	235.269.812,36

A redução dos outros gastos e perdas é parcialmente explicada pela menor utilização dos programas de papel comercial contratados durante o ano de 2014.

32 – Imposto sobre o Rendimento do período

A PARPÚBLICA está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, com taxas sobre o lucro tributável de 23% e de 1,5% respetivamente.

As declarações de autoliquidação da Empresa ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Pelo regime fiscal das SGPS e pela natureza das participações sociais detidas, a PARPÚBLICA não vê satisfeitos os requisitos para reconhecimento de impostos diferidos.

Os gastos de imposto sobre o rendimento são compostos exclusivamente por impostos correntes cujo apuramento sinteticamente é o seguinte:

	2014	2013
Resultado antes de imposto	-460.260.375,94	585.372.725,82
Gastos/rendimentos não dedutíveis	475.488.668,75	-643.119.595,00
Resultado fiscal (lucro/prejuízo)	15.228.292,81	-57.746.869,18
Utilização de Prejuízos fiscais	10.659.804,97	0,00
Gasto de imposto antes das tributações autónomas	-1.616.166,84	0,00
Gasto de imposto sobre o rendimento	-1.617.602,02	-22.040,31
Gasto de imposto após as tributações autónomas	-1.617.602,02	-22.040,31

33 – Resultados e fluxos de caixa de unidades operacionais descontinuadas

Os resultados obtidos de componentes consideradas como unidades operacionais descontinuadas em 2014 e em 2013 foram os seguintes:

	2014	2013 Reexpresso
Rendimentos de Dividendos		
ANA - Aeroportos de Portugal		30.000.000,00
CTT - Correios de Portugal	18.901.533,60	50.000.000,00
	18.901.533,60	80.000.000,00
Ganhos em alienações		
ANA - Aeroportos de Portugal		544.205.653,47
CTT - Correios de Portugal	81.136.225,82	-6.189.195,33
	81.136.225,82	538.016.458,14
Provisões associadas a ANCDV		
TAP, SGPS	-138.548.000,00	16.092.000,00
	-138.548.000,00	16.092.000,00
Juros de suprimentos		
TAP, SGPS	0,00	4.010.136,99
	0,00	4.010.136,99
	-38.510.240,58	638.118.595,13

Os fluxos de caixa com componentes consideradas como unidades operacionais descontinuadas em 2014 e em 2013 foram os seguintes:

	2014	2013 Reexpresso
Dividendos		
ANA - Aeroportos de Portugal		30.000.000,00
CTT - Correios de Portugal	18.901.533,60	50.000.000,00
	18.901.533,60	80.000.000,00
Receitas e despesas das alienações		
ANA - Aeroportos de Portugal		1.108.598.204,16
CTT - Correios de Portugal	341.976.844,49	572.832.699,87
	341.976.844,49	1.681.430.904,03
Suprimentos (incluindo juros)		
TAP, SGPS, S.A.		54.010.136,99
	0,00	54.010.136,99
Total das UOD	360.878.378,09	1.815.441.041,02

Ao abrigo da IFRS 5, procedeu-se à reexpressão do período comparativo, de forma a compreender todas as UOD, estando exclusivamente relacionada com a reclassificação da TAP.

34 – Instrumentos financeiros em geral

Além das divulgações efetuadas em notas anteriores, relevam informações relativas ativos financeiros e passivos financeiros, quanto à posição financeira, aos efeitos nos resultados e à perceção sobre o risco.

34.1. Posição e efeitos nos resultados dos ativos e passivos financeiros

Para as categorias e outros agregados relativos a ativos e passivos financeiros, excluindo os ativos que respeitam a investimentos em subsidiárias e associadas e para os efeitos nos resultados, tem-se (em milhares de euros):

Ativos e passivos financeiros	31-12-2014				Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
ATIVOS					
Ativo não corrente					
Participações financeiras - outros métodos		495.854			495.854
Outros ativos financeiros	5.002.546				5.002.546
	5.002.546	495.854	-	-	5.498.399
Ativo corrente					
Clientes	64				64
Outras contas a receber	11.794				11.794
Outros activos financeiros	42.230				42.230
Caixa e depósitos bancários	18.375				18.375
	72.463				72.463
Total do ativo	5.075.009	495.854			5.570.862
PASSIVOS					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos			1.417	3.820.201	3.821.618
Outras contas a pagar				17	17
Outros passivos financeiros			202.470		202.470
			203.887	3.820.218	4.024.105
Passivo corrente					
Fornecedores				118	118
Financiamentos obtidos				221.134	221.134
Outras contas a pagar				492.757	492.757
				714.009	714.009
Total do passivo			203.887	4.534.227	4.738.114
Valor Líquido	5.075.009	495.854	(203.887)	(4.534.227)	832.748

Ativos e passivos financeiros	31-12-2013				Total
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	
ATIVOS					
Ativo não corrente					
Participações financeiras - outros métodos		697.418			697.418
Outros ativos financeiros	4.683.433	-			4.683.433
Outras contas a receber	177				177
	4.683.610	697.418	-	-	5.381.028
Ativo corrente					
Clientes	27				27
Outras contas a receber	81.227				81.227
Ativos financeiros detidos para negociação					-
Caixa e depósitos bancários	146.011				146.011
	227.265				227.265
Total do ativo	4.910.875	697.418			5.608.293
PASSIVOS					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos			13.106	2.667.503	2.680.609
Outras contas a pagar			-	481.474	481.474
Outros passivos financeiros			110.122	-	110.122
			123.228	3.148.977	3.272.205
Passivo corrente					
Fornecedores				11.661	11.661
Financiamentos obtidos				1.540.583	1.540.583
Outras contas a pagar				10.167	10.167
				1.562.411	1.562.411
Total do passivo			123.228	4.711.388	4.834.616
Valor Líquido	4.910.875	697.418	(123.228)	(4.711.388)	773.677

Os montantes dos ativos e passivos financeiros por níveis de enquadramento da determinação do justo valor são os seguintes em 31-12-2014 e 31-12-2013, em milhares de euros:

	31-12-2014		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	495.854	-	495.854
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-
	495.854	-	495.854
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	203.887	203.887
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-
	-	203.887	203.887
	31-12-2013		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	697.418	-	697.418
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda - justo valor	-	-	-
	697.418	-	697.418
Passivos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	-	123.228	123.228
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-
	-	123.228	123.228

34.2. Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

(i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade de a parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, incide fundamentalmente ao nível das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria (mitigados pois estas aplicações são efetuadas junto do IGCP), aos *swaps* contratados e aos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a empresas cujas políticas financeiras são controladas (subsidiárias) para aplicação em investimentos com retorno adequado. Os suprimentos são aprovados pela Comissão Executiva da PARPÚBLICA e são remunerados a taxas de mercado.

(ii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está coberto pelo Orçamento do Estado, na sequência da integração da Parpública no perímetro de consolidação orçamental do Estado, passando as necessidades de financiamento não cobertas pelos recursos próprios da Parpublica a ser supridas com entregas da DGTF.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

31-12-2014

	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos						4.094,4
Papel Comercial						0,0
<i>Eurobonds</i>					1.500,0	1.500,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações		200,0	170,0	750,0		1.120,0
Financiamento Bancário		21,0	21,0	63,1	483,6	588,7

31-12-2013

	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos						4.278,9
Papel Comercial	620,0	255,0				875,0
<i>Eurobonds</i>		499,0			900,0	1.399,0
Obrigações Permutáveis Galp				885,7		885,7
Outras Obrigações		150,0	200,0	170,0		520,0
Financiamento Bancário		10,1	21,0	63,1	505,1	599,2

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são os seguintes:

Financiamentos	Covenants
<i>Eurobonds</i> Bonds 500M€ - 2005, due 2020 Bonds 150M€ - 2005, due 2020 Bonds 250M€ - 2006, due 2026 Bonds 600M€ - 2014, due 2021	<i>Cross Default / Force Majeure</i> <i>Cross Default</i> <i>Cross Default</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Obrigações Permutáveis Galp 885,65M€– 2010, due 2017 Obrigações PARPÚBLICA 200M€ – 2013/2015 Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 170M€ - 2013/2016 Obrigações PARPÚBLICA Taxa Variável 750M€ - 2014/2019	<i>Cross Default / Negative Pledge / Restrictions on Activity</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i> <i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>
Financiamento Bancário 599,238M€	<i>Cross Default / Negative Pledge / Pari Passu</i>

(iii) Risco de Mercado

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, cerca de 54,6% da mesma vence juros a taxa de juro fixa e cerca de 45,4% vence juros a taxa de juro variável.

A PARPÚBLICA mantém três estruturas de *swaps* de taxa de juro *plain vanilla* (*swap* de taxa variável para taxa fixa). O montante *nocional* total das três estruturas é de 456,9 milhões de euros. O conjunto das três estruturas teve os seguintes impactos (milhares de euros):

	2014	2013
Fluxos de caixa líquidos	-12.055	-11.697
Ganhos/ Perdas por variação do justo valor após o reconhecimento inicial	-92.349	23.526

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo e dos fluxos dos *swaps* eram os seguintes em 31/12/2014:

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-157.046,9	-484.647,9	-486.785,4	-1.128.480,2
Fluxos dos <i>swaps</i>	-16.336,8	-69.664,7	-129.907,0	-215.908,5

	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-152.474,3	-417.976,6	-589.477,7	-1.159.928,6
Fluxos dos <i>swaps</i>	-11.815,4	-50.348,7	-62.541,0	-124.705,1

Risco de preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos. No caso específico do empréstimo obrigacionista de montante nominal de 885,65 milhões de euros, com opção embutida em favor dos investidores de permutarem as obrigações por ações da GALP detidas na carteira, o risco coloca-se essencialmente pelos efeitos da variação da cotação destas ações.

O financiamento de 885,65 milhões de euros tem vencimento em 28 de setembro de 2017, com a possibilidade de (i) os investidores poderem trocar as obrigações por ações Galp a partir de março de 2013, (ii) a empresa exercer uma *call* e reembolsar as obrigações a partir de 13 de outubro de 2013, em determinadas condições, e (iii) os investidores poderem pedir o reembolso das obrigações em de 28 de setembro de 2015. No caso de os obrigacionistas optarem pela troca das obrigações por ações Galp, a PARPÚBLICA poderá escolher entre a entrega das ações ou a entrega em dinheiro do respetivo valor, calculado de acordo com critérios de valorização definidos.

A componente base e a opção embutida destes empréstimos estão separadas contabilisticamente sendo mensuradas de acordo com o referido em 2e e 2i.

Pela mensuração pelo justo valor das opções e também das ações subjacentes, são reconhecidos os efeitos líquidos anuais decorrentes da evolução das cotações do ativo subjacente. Esses efeitos foram os seguintes (em milhões de euros):

	2014	2013
Variação do valor das opções	+11,7	+101,1
Variação do valor do ativo subjacente	-199,7	11,3
Ganho líquido/ Perda Líquida	-188,0	112,4

Os efeitos na opção embutida nas obrigações permutáveis em ações da Galp por variações positivas e negativas de 15% na cotação das ações em 31-12-2014 seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP						
Ações da GALP			Opção			Var. líquida (M€)
Cotação	Valor (M€)	Variação	Valor %	Valor (M€)	Variação	
8,43	494,5	-	0,16%	1,4	-	-
9,70	568,7	15,0%	1,10%	9,7	587,5%	65,9
7,17	420,4	-15,0%	0,00%	0,0	-100,0%	-72,8

Os efeitos na mesma opção por variações na volatilidade implícita seriam os seguintes:

Obrigações convertíveis em ações da GALP			
Volatilidade implícita			
%	Opção (%)	Valor (M€)	Variação
26,70%	0,16%	1,4	-
31,70%	0,91%	8,1	468,8%
21,70%	0,00%	0,0	-100,0%

Os efeitos nos swaps associados ao empréstimo de 599,2 M€ por variações positivas e negativas de 1% na taxa de juro variável (Euribor 6M) seriam os seguintes:

Taxa	Valor	Variação
Euribor 6M	202,5	
Euribor 6M + 1%	133,0	-34,3%
Euribor 6M - 1%	284,5	40,5%

35 – Partes relacionadas

Os saldos de transações com subsidiárias e associadas – incluindo aquelas cuja participação está classificada nos ativos não correntes detidos para venda - tinham a seguinte composição no final dos exercícios findos em 31-12-2014 e 31-12-2013, respetivamente:

2014	Balço				Demonstração dos Resultados		
Empresa	Credores p/ subscrições não liberadas	Clientes	Outras contas a pagar/receber	Suprimentos	Outros rendimentos e ganhos	Juros de suprimentos	Dividendos
Adp - Aguas de Portugal, SA.							25.515.000,00
BAIA DO TEJO, SA	3.171.494,00						
CL - Companhia das Lezírias, SA							122.000,00
CE - Circuito do Estoril, SA.			251.099,77	1.961.658,88		88.392,35	
CTT - Correios de Portugal, SA.							18.901.533,60
GALP Energia SGPS, SA.							18.527.367,15
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.					39.091.879,55		12.597.079,79
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP							40.530,51
Lisnave Estaleiros Navais, SA.							177.996,00
PORTUGAL TELECOM, SA.							80.133,20
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA.							9.040.999,14
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.			2.424.119,36	52.797.500,00		2.424.119,36	
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.			9.113.024,30	401.186.566,79		19.302.164,21	
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.			1.967.358,33	14.365.973,71		611.738,82	
NOS, SGPS, SA.							13.544,40

Empresa	Balanço				Demonstração dos Resultados			
	Credores p/ subscrições não liberadas	Clientes	Outras contas a pagar/rece ber	Suprimento s	Gastos suportado s	Prestação de serviços	Juros de supriment os	Dividendos
Adp - Aguas de Portugal, SA.		11.456,06						19.035.000,00
ANA - Aeroportos de Portugal, SA.								30.000.000,00
BAIA DO TEJO, SA	3.171.494,00							
CL - Companhia das Lezírias, SA			177.441,37					200.000,00
CE - Circuito do Estoril, SA.			1.066.366,30	1.058.000,00			58.915,92	
CTT - Correios de Portugal, SA.								50.000.000,00
GALP Energia SGPS, SA.								15.360.299,27
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA.								12.070.795,08
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP								38.967,28
LAZER e FLORESTA, SA.			-7.606,77					
Lisnave Infraestruturas Navais, SA.								118.664,00
MARGUEIRA - Sociedade Gestora Fundos Investimento Imobiliário, SA.					22.028,04			
PORTUGAL TELECOM, SA.								260.432,90
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA.								8.988.127,80
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, SA.			3.194.879,62	54.810.000,00			3.194.879,62	
SAGESTAMO - Sociedade Gestora Participações Sociais Imobiliárias, SA.			23.891.375,24	422.301.649,25			23.891.375,24	
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, SA.			1.355.619,51	12.738.973,71			649.578,44	
TAP, SGPS							4.010.136,99	
Zon Multimédia, SGPS, SA.								13.544,40

Os efeitos de transações e os saldos com outras entidades relacionadas são os seguintes:

ANO DE 2014			
	Movimentos do ano	Saldos em 31-12-2014	
		Devedores	Credores
Adiantamentos ao Estado (artº 9º DL 209/2000)	383.566.907,22	4.588.830.020,29	
Serviços prestados ao Estado	106.453,88		
Aquisições de ações à CGD (inclui juros)	7.318.136,02		488.774.457,61

ANO DE 2013			
	Movimentos do ano	Saldos em 31-12-2013	
		Devedores	Credores
Adiantamentos ao Estado (artº 9º DL 209/2000)	165.085.907,05	4.205.524.078,17	
Serviços prestados ao Estado	143.224,35		
Aquisições de ações à CGD (inclui juros)	6.374.481,65		481.456.321,59

36 – Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes

Não são conhecidos ativos e passivos contingentes além das eventuais responsabilidades por remunerações variáveis dos ex-administradores decorrentes dos contratos de gestão para o mandato 2007-2009, sobre as quais existe dúvida sobre o grau de certeza de serem passivos efetivos da empresa. Os prémios respeitam a 50% da remuneração variável de 2008 (77.850,06€) cujo pagamento fora diferido pelo acionista, bem como à remuneração variável de 2009 e por desempenho no mandato de 2007-2009. Em 2010 o acionista pronunciou-se no sentido da não atribuição de remuneração variável tendo em conta o disposto no artigo 172.º da Lei do OE/2010 e seguintes.

Relativamente a todos os processos inerentes a ações inspetivas levadas a efeito pela Autoridade Tributária e Aduaneira à Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva SA, que pela sua extinção foi transferida para a Parpública, verificou-se também a transmissão da posição processual para esta última. Assim sendo importa realçar a impugnação em sede de IRC, por falta de retenção na fonte, respeitante aos exercícios de 2002, 2003 e 2004, no valor global de 865.496,89€. Processo que aguarda decisão do Tribunal.

Pela Resolução do Conselho de Ministros nº 4-A/2015 de 20 de janeiro foi aprovado o caderno de encargos da venda direta de referência de ações representativas até 66% do capital social da TAP, SGPS, S.A., assim como algumas das condições a que fica submetida a oferta pública de venda a trabalhadores. Pelo Despacho n.º 1469-A/2015 de 11 de fevereiro foi definida a data limite para apresentação de propostas vinculativas de aquisição de ações.

A PARPÚBLICA irá integrar o setor institucional das Administrações Públicas ficando pelo mesmo sujeita às regras decorrentes dessa reclassificação, nomeadamente quanto à impossibilidade de financiamento no mercado.

No início de 2015 efetuou-se o levantamento das potenciais sinergias na área do imobiliário, caso se efetue uma fusão das áreas administrativas das empresas. A concretização da operação poderá implicar reorganizações ao nível do grupo PARPÚBLICA.

Para 2015 verifica-se uma reversão de 20% nos cortes salariais efetuados.

37 – Divulgações de natureza não contabilística

A sociedade:

- Não é devedora em mora relativamente a impostos e a contribuições ou descontos para a segurança social (art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro);
- Não detém ações próprias nem efetuou qualquer negócio que as envolvesse (art.º 324.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais);
- Não realizou transações cujos efeitos não estejam refletidos nas demonstrações financeiras (art.º 66.º-A, 1 a), do Código das Sociedades Comerciais).

Os membros dos órgãos sociais:

- Não efetuaram quaisquer negócios com a sociedade (art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais);
- Não são, nem foram, titulares de ações ou obrigações da sociedade ou de outras com as quais esta mantenha relação de domínio, por si ou através de quaisquer outras pessoas ou sociedades, não sendo relevante a apresentação em anexo ao relatório do órgão de administração das listas de títulos e acionistas referidas nos art.ºs 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

Os honorários da sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram de 67,5 milhares de euros em 2014 e 67,5 milhares de euros em 2013, respeitando exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

Durante o ano de 2014 e 2013 o número médio de trabalhadores ao serviço foi de 23 e de 21 respetivamente. Os trabalhadores em 31-12-2014 eram 25, estando 22 afetos a atividades *corporate*, 1 cedido à Direcção-Geral e Tesouro e Finanças, 1 cedido a subsidiária e outro cedido a uma entidade pública.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2015, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita as operações da PARPÚBLICA, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

O Técnico Oficial de Contas

Vitor Manuel Saraiva

O Conselho de Administração

Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto, *Presidente*

Carlos Durães da Conceição

José Manuel Barros

Fernanda Mouro Pereira

Pedro Nascimento Ventura

Maria João Dias Pessoa Araújo

PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Sede: Av. Defensores de Chaves, 6 – 6.º - 1100-117 Lisboa

NIPC e de Matrícula: 502 769 017

Declaração

nos termos da alínea c) do número 1 do art.245.º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, abaixo identificados, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, tal como aí referidas, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) A informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação.

- (ii) O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 30 de abril de 2015

O Conselho de Administração

Pedro Ferreira Pinto
Presidente

Carlos Manuel Durães da Conceição
Administrador

José Manuel Pereira Mendes de Barros
Administrador

Fernanda Maria Mouro Pereira
Administradora

Pedro Miguel Nascimento Ventura
Administrador

Maria João Dias Pessoa Araújo
Administradora

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Separada

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540
F +351 291 200 549

E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira separada contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., as quais compreendem, a demonstração da posição financeira (que evidencia um total de 7.817.708.149 euros e um total de capital próprio de 2.566.563.207 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 461.877.978 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer fato relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos

Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras separadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras separadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras separadas; e
 - a apreciação sobre se a informação financeira separada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira separada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no número 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

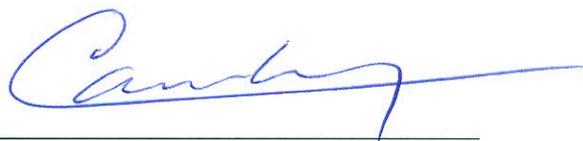
7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas

na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

30 de abril de 2015



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Carlos Lisboa Nunes

Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

Contas separadas

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeu Sousa Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540
F +351 291 200 549

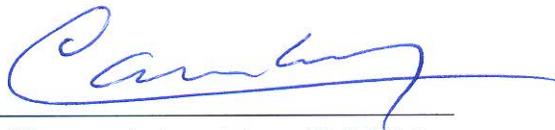
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Exmo. Acionista Único da
PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A.

1. De acordo com o número 3 do artigo 446.º, do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras separadas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
2. Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, nas circunstâncias, a atividade da Empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - a) A demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - c) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade.

4. Como consequência do exame efetuado emitimos, nesta data, a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira separada, referente a 31 de dezembro de 2014, a qual fica a fazer parte integrante do presente relatório.
5. Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração o documento referido no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., aprove:
 - a) O relatório de gestão e as demonstrações financeiras separadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
 - b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

30 de abril de 2015



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Carlos Lisboa Nunes

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540
F +351 291 200 549

E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., as quais compreendem, a demonstração consolidada da posição financeira (que evidencia um total de 16.969.033 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.668.545 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 367.176 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer fato relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação sobre se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas no número 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

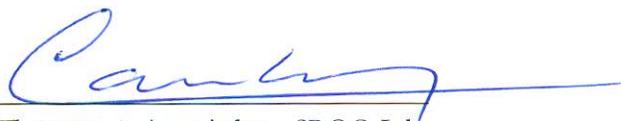
Ênfases

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para o seguinte:
 - 9.1. Conforme mencionado no Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., para efeitos de consolidação nas contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., o Grupo AdP reconhece contabilisticamente o valor das insuficiências/excessos das tarifas e dos preços praticados relativamente aos que seriam necessários para permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro das concessões, tal como previsto nos contractos de concessão. O Grupo AdP optou por refletir esta situação na informação financeira consolidada, não obstante não terem sido ainda aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a refletir aquelas insuficiências/excessos das tarifas e dos preços.



- 9.2. Conforme referido no Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., para efeitos de consolidação nas contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., foi aprovado, pelo Conselho de Ministros de 9 de abril de 2015, o Decreto-Lei que concretiza a estratégia de criação de 3 novos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento e respetivas entidades gestoras, em substituição dos 15 sistemas multimunicipais atualmente existentes. Desta forma, prevê-se no início do segundo semestre de 2015 a extinção dos atuais sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento, transitando os respetivos ativos e passivos para as novas entidades gestoras constituídas por Decreto-Lei, as quais, ao abrigo de novos contratos de concessão, darão continuidade às atuais atividades das concessionárias de abastecimento de água e saneamento do Grupo AdP.
- 9.3. O Conselho de Ministros aprovou, em 30 de janeiro de 2014, o processo de reprivatização da EMPRESA GERAL DO FOMENTO, S.A., tendo através da Resolução do Conselho de Ministros nº 55-B/2014 de 19 de setembro, sido selecionada a entidade vencedora do concurso público. A 31 de dezembro de 2014 o processo encontrava-se, ainda, a aguardar a pronúncia da Autoridade da Concorrência.
- 9.4. Conforme referido no Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada da SAGESTAMO – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A., para efeitos de consolidação nas contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., encontra-se em curso, ao nível da Parpública, S.A., acionista direta da Empresa, um pedido de autorização para uma operação de reestruturação na área imobiliária, na qual a Sagestamo, S.A. estará envolvida, pelo que, caso a referida reestruturação venha a concretizar-se implicará, eventualmente, alterações significativas ao nível da sua organização, tal como mencionado no ponto 5 da nota 60 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, estando em causa a continuidade da Empresa.

30 de abril de 2015



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes

Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

Contas consolidadas

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeu Sousa Cardoso
Alameda António Sérgio, 22,11.º Miraflores –
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540
F +351 291 200 549

E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Exmo. Acionista Único da
PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A.

1. De acordo com o número 3 do artigo 446.º, do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
2. Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, nas circunstâncias, a atividade da Empresa e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Averiguámos da observância do cumprimento da Lei e dos Estatutos.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - a) A demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e do conjunto das subsidiárias e associadas incluídas na consolidação;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - c) O relatório consolidado do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto



das subsidiárias e associadas incluídas na consolidação evidenciando os aspetos mais significativos.

4. Como consequência do exame efetuado emitimos, nesta data, a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada, referente a 31 de dezembro de 2014, com quatro ênfases, a qual fica a fazer parte integrante do presente relatório.
5. Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração o documento referido no parágrafo anterior, somos de parecer que a Assembleia Geral da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., ponderando o conteúdo do mesmo, aprove:
 - a) O relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

30 de abril de 2015



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Carlos Lisboa Nunes

Parecer da Comissão de Auditoria

Contas Consolidadas

▪ INTRODUÇÃO

A Comissão de Auditoria desenvolve a sua atividade de acordo com as competências previstas no artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na legislação aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente o n.º 3 do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

No exercício das suas competências, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da atividade da sociedade e suas empresas participadas, zelou pela observância da lei, contrato de sociedade, normas das autoridades de supervisão, regulamentos e estatutos da sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e monitorizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira bem como o relatório de gestão, a revisão legal de contas, a eficácia do sistema de controlo interno e gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas.

As ações desenvolvidas pela Comissão durante o ano de 2014 estão descritas no Relatório de Atividades anexo ao presente parecer.

▪ PARECER

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. apresenta o parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas anexas, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressa referentes ao exercício de 2014.

A Comissão examinou o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressa, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas anexas, a certificação legal das contas e o relatório do auditor externo elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e tomou conhecimento das ênfases neles expressas, tendo o documento merecido o seu acordo.

Face ao exposto, e nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A., declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no âmbito do exercício das suas funções como membros da Comissão de Auditoria:

- i) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição económico-financeira da Parpública e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta;
- ii) As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2014 estão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira, bem como dos resultados da Parpública e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, pelo que merecem aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lisboa, 30 de Abril de 2015

Fernanda Maria Mouro Pereira, Presidente



Maria João Dias Pessoa de Araújo, Vogal



Pedro Miguel Nascimento Ventura, Vogal



Parecer da Comissão de Auditoria

Contas Separadas

▪ INTRODUÇÃO

A Comissão de Auditoria desenvolve a sua atividade de acordo com as competências previstas no artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na legislação aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente o n.º 3 do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

No exercício das suas competências, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da atividade da sociedade, zelou pela observância da lei, contrato de sociedade, normas das autoridades de supervisão, regulamentos e estatutos da sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e monitorizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a revisão legal de contas, a eficácia do sistema de controlo interno e gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas.

As ações desenvolvidas pela Comissão durante o ano de 2014 estão descritas no Relatório de Atividades anexo ao presente parecer.

▪ PARECER

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A apresenta o parecer sobre as demonstrações financeiras separadas e respetivas notas anexas referentes ao exercício de 2014.

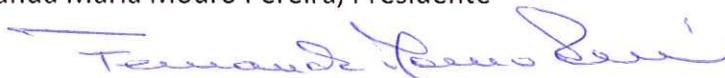
A Comissão examinou as demonstrações financeiras separadas, certificação legal das contas e relatório do auditor externo elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, tendo o documento merecido o seu acordo.



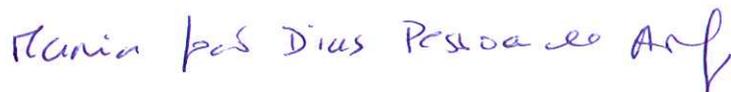
Face ao exposto, e nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A., abaixo identificados, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no âmbito do exercício das suas funções como membros da Comissão de Auditoria, as demonstrações financeiras separadas referentes ao exercício de 2014 estão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira, bem como dos resultados da Parpública, pelo que merecem aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lisboa, 30 de Abril de 2015

Fernanda Maria Mouro Pereira, Presidente



Maria João Dias Pessoa de Araújo, Vogal



Pedro Miguel Nascimento Ventura, Vogal



cf
Frel
P

Relatório de atividades da Comissão de Auditoria em 2014

▪ INTRODUÇÃO

A atividade da Comissão de Auditoria da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), S.A. (“PARPÚBLICA” ou “Sociedade”) é desenvolvida no âmbito das competências previstas no artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na legislação aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente o n.º 3 do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

À Comissão de Auditoria da PARPÚBLICA, composta por três membros não executivos do Conselho de Administração, nomeados na Assembleia Geral de 29 de maio de 2013, compete a fiscalização da sociedade, conforme preceituado na Lei e nos Estatutos da Sociedade.

▪ ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2014

A Comissão de Auditoria que, de acordo com o seu Regulamento deve reunir a cada dois meses, efetuou em 2014 dezassete reuniões das quais foi elaborada a respetiva ata. Todos os elementos da Comissão estiveram presentes nas reuniões com exceção de uma reunião, em que um dos vogais não pode estar presente por motivo de doença devidamente justificada por atestado de baixa médica. Sempre que entendeu conveniente, a Comissão convidou para a sessão o Revisor Oficial de Contas, responsáveis de áreas da Sociedade ou de empresas do Grupo.

Os seus membros participaram – por inerência de funções como vogais não executivos do Conselho de Administração – nas reuniões de Conselho de Administração. Nesta qualidade, a Comissão acompanhou a apreciação das questões estratégicas mais relevantes para a sociedade, designadamente no que respeita às privatizações de empresas participadas, a aquisição e alienação de outras participações, a revisão da Missão da Parpública, a reestruturação do setor imobiliário do Grupo, a integração da Parpública no perímetro das Administrações Públicas, em Contas Nacionais, bem como as principais decisões tomadas no exercício da função acionista, num contexto de

Fred
R

dificuldades de financiamento do Grupo em consequência do nível de *rating* da República Portuguesa e da PARPÚBLICA.

No desempenho das suas funções, a Comissão contou com o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, Grant Thornton & Associados, SROC, Lda, representado pelo Dr. Carlos António Lisboa Nunes (ROC Efetivo) e pelo Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC Suplente) e, em geral, pelos serviços internos da Parpública, com destaque para a Área de Auditoria Interna, dirigida pelo Dr. João Miguel Mendes Gomes.

Ao longo de 2014, no âmbito das suas competências, a Comissão de Auditoria atuou essencialmente nas seguintes áreas:

1. Vigiar pela observância da lei, do contrato de sociedade e das normas das autoridades de supervisão

A Comissão de Auditoria esteve atenta ao cumprimento da legislação aplicável e das normas das autoridades de supervisão, do contrato de sociedade e dos regulamentos internos, designadamente dos deveres de informação para com o Tribunal de Contas, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Banco de Portugal, Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção-Geral de Finanças.

A Comissão de Auditoria manteve-se informada sobre a evolução das disposições legais e regulamentares relevantes para a PARPÚBLICA e empresas participadas.

A Comissão de Auditoria acompanhou a evolução dos principais compromissos decorrentes, para a PARPÚBLICA, do *Memorandum of Understanding* assinado entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, que vigorou entre maio de 2011 e maio de 2014.

A Comissão procedeu ao acompanhamento do cumprimento pela PARPÚBLICA das boas práticas do governo societário, nos termos do artigo 54º do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, reforçados por medidas de boa governança, transparência

of
Prep
P

e racionalização das estruturas societárias, previstas na Resolução da Assembleia da República n.º 53/2011, de 22 de março, pelo respeito pelas disposições constantes do Estatuto do Gestor Público, cuja segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro e pelo estabelecido no Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de Outubro.

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela gestão dos mecanismos de reporte de qualquer prática irregular, conforme o estatuído no Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas e no Código de Ética em vigor na Parpública. Nesse âmbito, no ano de 2014 foi recebida uma comunicação que foi analisada, respondida e encerrada.

2. Apreciação da qualidade e regularidade da informação financeira, dos registos contabilísticos e documentos de suporte; supervisão do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos

A Comissão de Auditoria analisou, com o ROC e com os responsáveis da Sociedade, designadamente os responsáveis da Área de Contabilidade e Controlo e da AAI, os principais critérios valorimétricos e contabilísticos adotados, os planos de trabalho e os procedimentos necessários para a elaboração das contas separadas e consolidadas da PARPÚBLICA. Acompanhou, também, o planeamento e afetação de recursos à elaboração da informação financeira e à respetiva divulgação. Ao longo dos trabalhos, apreciou, designadamente através de pontos de situação feitos com o ROC, o cumprimento dos normativos relativos a todo o processo de encerramento de contas e reporte.

A Comissão de Auditoria avaliou igualmente a conformidade, a qualidade e a regularidade da informação contabilística e financeira da sociedade, tendo por base as revisões e os relatórios produzidos.

3. Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo e auditoria interna

A Comissão de Auditoria acompanhou o processo de integração da Parpública no perímetro das Administrações Públicas, em Contas Nacionais, observando a análise do impacto legal, regulamentar e operacional na Sociedade.

A Comissão deu especial atenção à avaliação, supervisão e fiscalização da eficácia, qualidade e integridade dos sistemas de controlo interno e de gestão dos riscos da atividade. Monitorizou o cumprimento das normas e procedimentos internos, bem como dos princípios de gestão de riscos instituídos na PARPÚBLICA. Nessa linha, sugeriu, apoiou e acompanhou, através da Área de Auditoria Interna (AAI):

- a revisão do Manual de Procedimentos da Sociedade para incorporação das alterações de procedimentos necessárias em consequência das alterações legislativas entretanto ocorridas com impacto na Sociedade e de eventuais mudanças de processos da empresa, incluindo a análise de risco associada. A versão revista do Manual de Procedimentos encontra-se ainda em fase de validação e aprovação por parte da Comissão Executiva;
- a revisão do Código de Ética e da Política de Gestão de Risco de Fraude da Parpública, tendo ambos os documentos sido aprovados pelo Conselho de Administração em 2015.

A Comissão de Auditoria acompanhou o processo de revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas, assim como a elaboração do Relatório Anual de Execução referente a 2014, que se encontram em curso de execução

A Comissão de Auditoria continuou o seu programa de acompanhamento das empresas participadas, tendo sempre em vista aprofundar o conhecimento das atividades mais relevantes do Grupo PARPÚBLICA, apoiar a melhoria do seu controlo interno relativamente à exposição aos diversos riscos e também para melhor poder

Handwritten signature and initials in blue ink.

avaliar o impacto de cada atividade nos resultados e riscos globais do Grupo. Para este fim, a Comissão apoiou-se essencialmente na Área de Auditoria Interna, que a si reporta funcionalmente, tendo orientado, supervisionado e monitorizado o desenvolvimento do seu trabalho conforme as atividades previstas no respetivo Plano de Atividades, aprovado pela Comissão de Auditoria e pelo Conselho de Administração.

O Relatório de Atividades da AAI relativo ao ano de 2014 foi apreciado favoravelmente pela Comissão de Auditoria já em 2015. Das atividades da AAI, é de destacar a conclusão, no primeiro trimestre, do apoio à revisão do Manual de Procedimentos em vigor na PARPÚBLICA, que se encontra em validação e aprovação por parte da Comissão Executiva, a conclusão da auditoria interna à Companhia das Lezírias e as auditorias à Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE), SA e ao Circuito de Estoril (auditoria de *follow-up*). No último trimestre do ano deu-se início à auditoria interna à Baía do Tejo.

O Plano de Auditoria Interna aprovado em 2014 contempla também as linhas de trabalho previstas para 2015, as quais se traduzem em ações a desenvolver junto das participadas Lazer & Floresta, Grupo Sagestamo e da casa mãe.

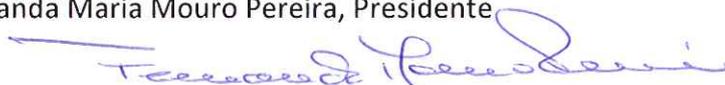
4. Revisão legal e aprovação anual de contas separadas e consolidadas

A Comissão de Auditoria tem ainda por missão fiscalizar a execução da revisão oficial de contas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), Dr. Carlos António Lisboa Nunes. Nessa conformidade, a Comissão de Auditoria apreciou e discutiu com o ROC o conteúdo das certificações legais das contas, separadas e consolidadas, relativas ao exercício de 2014, nas quais se revê.

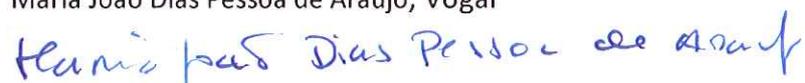
Já no corrente ano, e no quadro das suas competências, a Comissão participou na reunião do Conselho de Administração em que foram discutidos e aprovados os documentos de prestação de contas anuais referentes a 2014, nas versões de contas separadas e consolidadas, tendo posteriormente emitido parecer sobre os mesmos, nos termos da alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 30 de abril de 2015

Fernanda Maria Mouro Pereira, Presidente



Maria João Dias Pessoa de Araújo, Vogal



Pedro Miguel Nascimento Ventura, Vogal

